

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

*“SAÚDE - DOENÇA NA INTERAÇÃO ENTRE GÊNERO E TRABALHO:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS”*

MARLENE TAMANINI

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

“SAÚDE - DOENÇA NA INTERAÇÃO ENTRE GÊNERO E TRABALHO:

UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do grau de Mestre em
Sociologia

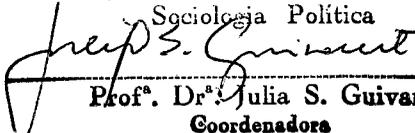
MARLENE TAMANINI

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

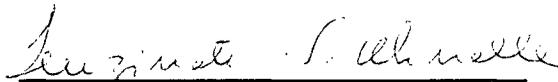
**“SAÚDE-DOENÇA NA INTERAÇÃO ENTRE GÊNERO E TRABALHO:
Um Estudo das Representações das Empregadas Domésticas”.**

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política


Prof. Dr. Julia S. Guivant
Coordenadora

Marlene Tamanini

Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:


Prof. Dr. Luzinete Simões Minella
Orientadora


Profa. Dra. Karen Giffin
Membro


Prof. Dr. Erni José Seibel
Membro

Florianópolis, julho de 1997.

Dedicatória

Aos meus pais, irmão e irmãs.

**Aos meus sobrinhos: Carlos Augusto,
Nicolle , Helena que ainda virá a “luz”
por ocasião desta defesa, e à alguém que
ainda não sabemos quem é À eles,
para que sua crença na paz jamais
desvaneça.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o reconhecimento da necessidade do outro na construção do processo da vida, neste caso, de uma parte dela: o conhecimento.

Ao concluir esta dissertação, não poderia deixar de lembrar de todos aqueles e aquelas, que suscitaram questionamentos, que conflitaram minha proposta, que desencadearam algum tipo de amadurecimento em relação a algum dos aspectos do processo. No sentido de incluir todas as relações estabelecidas, a gratuidade e o interesse de tantos e tantas, que sempre responderam com solicitude às minhas indagações e necessidades, elenco os nomes a seguir, com um agradecimento especial a todos eles.

. Aos meus colegas de mestrado, pelo carinho e apoio, às vezes, pelas ironias, bastante úteis ao tema.

. À Associação Santa Zita, pela troca e convivência durante a fase da pesquisa de campo, em particular, à todas as empregadas domésticas que dispuseram de sua vida e do seu tempo a meu serviço durante às entrevistas,(associadas ou não).

. À professora Alda Motta (UFBA), pela generosidade com que cedeu e enviou os seus textos.

. À professora Iliana Strozemberg, do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC/ RJ), pelo envio de bibliografias e pelos contatos telefônicos.

. À professora Miriam Grossi, pelo estímulo e apoio durante a disciplina Relações de Gênero do Programa em Antropologia Social (UFSC).

. Ao professor Héctor Ricardo Leis (UFSC), pelas sugestões no cumprimento da disciplina de metodologia, posteriormente, pelo empréstimo de livros e troca de idéias.

. À Wilma Ferraz, da Revista de Estudos Feministas, pelo levantamento dos artigos e informações sobre o tema.

. À professora Tamara Benackouche (UFSC), pelas sugestões e observações no período da disciplina Seminário de pesquisa.

. À Cláudia Barcellos Rezende, do núcleo da Cor/ IFCS/RJ, pelo envio de material.

. À ANPOCS, (secretaria de publicações), pela resposta aos meu contatos.

. Às funcionárias da biblioteca Carlos Chagas (SP), pela gentileza da pesquisa bibliográfica e o esmero com que me atenderam.

. À Izabel, do Ministério do Trabalho/SC, pelas informações e, especialmente, por ter aberto caminho aos contatos e acesso aos processos de notificação de reclamações trabalhistas.

. Aos funcionários da biblioteca central (UFSC), sobretudo, Raquel e Marli, pelo respeito e presteza com que sempre fui atendida.

. À professora Guisela Hilbert, do Instituto Estadual de Educação e a professora Anamelea C.P.L. Santos do curso extracurricular de Francês, pela correção do Resumê.

. Ao professor Newton Benvenuto Cadorin, do Colégio Estadual Francisco Mazzola, de Nova Trento, pela correção do texto.

. Especial gratidão ao professor Paulo Freire Vieira (UFSC), por sua disponibilidade solidária ao procurar o professor Bruno Lautier na França e conseguir a sua pesquisa sobre o Emprego Doméstico na América Latina, bem como, pela gratuidade e gentileza de tê-la enviado.

. Às funcionárias da secretaria da Pós-graduação em Sociologia Política, Fátima e Albertina, devo o respeito e o carinho, manifestado na presteza de seu serviço sempre disponível, e a certeza de ter encontrado, por meio delas, respostas efetivas às minhas dúvidas e solicitações.

. À minha orientadora, certamente, "devo" muito mais do que a todos. Encontrei, nela, a paciência tão necessária aos que se dispõem a fazer caminho e, sobretudo a permitir o caminho dos outros. Mostrou-se solidária e amiga em momentos de conflitos institucionais e teóricos. Leu, atenciosamente as primeiras revisões do projeto, propondo-me as mudanças necessárias. Acompanhou, com sabedoria e discernimento, as diferentes fases da escrita. Não se fechou em nenhum momento. Como interlocutora, sempre fez a ponte tão necessária à revisão do que escrevia e pensava, permitiu a liberdade de expressão e a possibilidade de discordância. Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação trata da relação entre o emprego doméstico e as representações sobre o processo saúde - doença na perspectiva de gênero. Portanto, preocupamo-nos em entender este processo de trabalho em sua relação com as representações sobre o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas e psíquicas nas empregadas domésticas, no que se refere à perda de sua capacidade efetiva e do potencial biológico e psíquico para o trabalho.

A perspectiva adotada busca fornecer elementos de compreensão de como os aspectos relativos às condições de trabalho são vinculados à representação cultural desta mão -de- obra, enquanto atividade compatível com a identidade social feminina, e como a complexidade dessas relações se articula ao processo saúde - doença, adquirindo relevância, tanto por seus efeitos sobre o corpo, como por suas repercussões sobre o imaginário.

Com relação à metodologia de pesquisa adotada, utilizamos uma abordagem qualitativa, optamos por entrevistas semi- estruturadas (38 no total), amparadas num roteiro de perguntas, contemplando os diferentes aspectos propostos pela pesquisa.

Nas considerações finais, enfatizamos aspectos relativos ao espaço e tempo doméstico reelaborados constantemente no privado e embasado sobre valores que são designados no público. Abordamos os procedimentos de exclusão e as diferentes tecnologias explicitadas no discurso, como forma de superação do aprisionamento da vida, bem como, a compreensão de que a doença está muito mais associada à idéia de sofrimento. Abordamos, também, a construção de estratégias defensivas que se dá à partir de um trabalho representado como extensão do lar, vivenciado sob relações ambíguas, sem perspectivas de ascensão, com precarização de suas condições, exigindo da empregada doméstica grande esforço físico e psíquico. Essas estratégias se interpõem como forma de adequação e superação das diferentes formas de "dor".

Résumé

Ce mémoire porte sur le rapport entre l'emploi domestique et les représentations du processus santé-maladie dans la perspective du genre. Ainsi, nous cherchons à comprendre ce processus de travail par rapport aux représentations de l'apparition de perturbations physiologiques, physiques et psychiques chez les employées de maison en ce qui concerne la perte de leur capacité effective et de leur potentiel biologique et psychique pour le travail.

La perspective adoptée cherche à fournir des éléments pour la compréhension des aspects relatifs aux conditions de travail et leur association à la représentation culturelle de cette main-d'oeuvre, en tant qu'activité compatible avec l'identité sociale féminine, aussi que sur la complexité de ces relations qui se rapportent au processus santé-maladie, tantôt sur le corps comme sur l'imaginaire.

En ce qui concerne la méthodologie de recherche, nous avons utilisé une approche qualitative. Nous avons choisi des interviews demi-structurées (au total de trente-huit) fondées sur un ensemble de questions couvrant les différents aspects proposés dans la recherche.

Dans les considérations finales, nous mettons l'accent sur les aspects relatifs au espace et au temps domestique, réélaborés constamment dans le privé et appuyés sur des valeurs qui sont structurées et désignées dans le public. Nous retenons les procédés d'exclusion et les différentes technologies rendues explicites dans le discours, comme une manière de surmonter l'emprisonnement de la vie, aussi que la compréhension que la

maladie est plutôt associée à l'idée de souffrance. Nous avons aussi retenu les constructions de stratégies défensives qui se fait à partir d'un travail représenté comme extension du foyer, vécu sous relations ambiguës, sans perspectives d'ascension et réalisé sous condititons précaires, exigeant de l'employée de maison de grands efforts physiques et psychiques. Ces stratégies se donnent comme manière d'adéquation pour vaincre les différentes manifestations de la douleur.

SUMÁRIO

RESUMO -----	
RÉSUMÉ -----	
INTRODUÇÃO -----	01
METODOLOGIA -----	13
CAPÍTULO I - TRABALHO FEMININO E EMPREGO DOMÉSTICO:	
“FAZER POR AMOR, SOFRER POR AMOR” . -----	18
1. Concepções sobre trabalho Feminino no Brasil -----	18
2. Emprego Doméstico: uma visão geral do seu significado social -----	27
3. Emprego Doméstico no Brasil -----	32
4. Emprego Doméstico em Florianópolis e Santa Catarina -----	37
5. Perfil do Grupo Estudado -----	45
CAPÍTULO II - REPRESENTAÇÕES SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO:	
PRODUTO DA HISTÓRIA E EFEITO DO DISCURSO	
1. DOMÉSTICO -----	51
1.1. O Doméstico e a História -----	51
1.2. Doméstico: Representações da História e do Discurso -----	58
2. ASPECTOS RELATIVOS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO -----	65
1.Separação e Rejeição -----	65

2. Rituais de Circunstâncias-----	68
3. Oposição entre verdadeiro e falso-----	73
4. REPRESENTAÇÕES SOBRE SI MESMAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO (PRIVADO) E FORA DELES (PÚBLICO)-----	78
CAPÍTULO III - “UMA DOR MORAL”: TRABALHO REFERIDO A SAÚDE-DOENÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO-----	93
1. Concepções referentes aos conceitos de saúde - doença -----	94
2. Concepções referentes aos Conceitos saúde - Doença na Interação entre Atividades e Sintomas-----	106
3. Processo Saúde - Doença e Gênero na Relevância das Representações, tanto por seus efeitos sobre o Corpo, como por suas repercussões sobre o Imaginário-----	119
CAPÍTULO IV - ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS: EQUILIBRANDO AS TENSÕES NO TRABALHO-----	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	153
BIBLIOGRAFIAS-----	159
ANEXO-----	168

INTRODUÇÃO

*Essas formas que uso e desnudo e não são minhas. Essas formas que toco, limpo, esfrego e não são minhas. Essas formas que englobam, que se enchem e se esvaziam e não são minhas. Essas formas são as panelas da patroa, são a pia da patroa. São suas formas que devem brilhar é o seu patrimônio que devo administrar. E o que sou eu, se essas formas que esfrego, torço, limpo não são minhas ?
(Mtamandji)*

1. OBJETO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Esta dissertação tem por objetivo analisar em que medida o trabalho da empregada doméstica inserido dentro de padrões de gênero e como lugar e tempo de vivências individuais e coletivas pode ser gerador de representações, de investimentos simbólicos, culturais e psicológicos referidos à saúde-doença, enquanto processo social.

A fim de auxiliar-nos nos contatos com estas trabalhadoras e na compreensão desta relação social, escolhemos a Associação Santa Zita, uma vez que, após várias constatações preliminares junto a sindicatos, outras associações e órgãos públicos, constatamos ser este, o único local aglomerador de um número significativo de empregadas domésticas. No período inicial desta pesquisa, janeiro de 1996, não existia ainda o sindicato das empregadas domésticas em Florianópolis, o que poderia ter facilitado o contato, vindo este, a ser autorizado posteriormente, em janeiro de 1997¹. Esta Associação tornou-se importante ao longo da pesquisa porque nos permitiu contato sistemático, além de ser uma instituição retentora de grande experiência na convivência com esta categoria de profissional.

A Associação Santa Zita foi fundada em 1943, conforme Registro Civil - Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis, fls.115, do Livro núm. A=(11).

É uma sociedade Civil, sem finalidade lucrativa, de duração ilimitada e de caráter assistencial, cultural e filantrópico, visando a promoção humana e a capacitação de

¹ O SINED, localiza-se na rua Felipe Schmitt, 390, sala 407.

recursos humanos de empregadas domésticas, tendo sua Sede e Foro na cidade de Florianópolis.

São sócias as empregadas domésticas que pedem ingresso na Entidade, porém, podem ser aceitas aquelas que mudaram de profissão ou que se aposentaram, que solicitam sua permanência nos quadros da Entidade, e que assumam os compromissos da Associação. São compromissos das sócias efetivas, a participação ativa nas reuniões mensais e o pagamento de mensalidade estabelecida pela Diretoria. Esta entidade mantém-se com recursos do seu patrimônio, constituído por bens móveis e imóveis, que possua ou venha a possuir, bem como pela renda de títulos, legados, donativos, auxílios, subvenções oficiais ou particulares, e demais bens e direitos.

Do ponto de vista do seu papel social, a Associação contribui para tecer uma rede de informações bastante útil à convivência, e é fonte de informações na hora em que precisam procurar emprego. Embora, nesse sentido, as informações colhidas, na maioria das vezes, sejam parciais, pois, a qualidade dos empregos é avaliada pelo prisma das relações pessoais, quando não afetivas, com base em algo subjetivo, nem sempre esclarecendo efetivamente, no sentido de compreender as reais condições de trabalho.

Tendo em vista **três razões**, a escolha do emprego doméstico como objeto de estudo na interação com o processo saúde-doença, se dá: **primeiro**, devido a relevância deste tipo de trabalho, enquanto lugar de inserção das mulheres pobres com baixa qualificação a custos baixíssimos na atividade de "prestação de Serviços", atividade, esta, do setor informal que engloba o maior contingente de trabalhadoras, sendo que as empregadas domésticas representam 30% do emprego feminino no Brasil, (PEREIRA de MELLO, 1995). **Segundo**, porque, por isto mesmo, o setor informal brasileiro tem se constituído numa das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, estruturado no caldo da dinâmica do desemprego crescente, do aviltamento dos salários, da inexistência do seguro-desemprego e de outras carências assistenciais por parte do Estado. Por último, devido ao interesse da pesquisadora pelas relações de gênero e pelas questões ligadas à saúde ocupacional, implicadas em sua experiência anterior junto à grupo de mulheres, em diversos períodos ligados à pastoral da Igreja Católica, e como pesquisadora, enquanto bolsista da FUNDAP, por ocasião do seu aprimoramento em saúde ocupacional.

Para elaboração deste estudo toma-se como ponto de partida a caracterização de emprego doméstico dada pela lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo decreto lei número 71.885, de março de 1973, onde também foram estendidos às

empregadas os benefícios da Previdência Social, até então reservados às ocupações reguladas pela CLT. Através desta lei, a profissão foi regulamentada. Reconheceu-se, finalmente, uma “relação profissional”, “empregadores e empregados”, embora ainda no campo da Previdência Social. Constan da lei ²os seguintes itens:

Art. 1º *ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou a família, no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei.*

Art. 2º *para admissão ao emprego deverá o empregado doméstico apresentar:*

- 1. Carteira de Trabalho e da Previdência Social;**
- 2. Atestado de boa conduta;**
- 3. Atestado de saúde, a critério do empregador.**

Art. 3º o empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 20 (vinte) dias úteis, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.

Art. 4º aos empregados domésticos são assegurados os benefícios e serviços da lei orgânica da Previdência Social, na qualidade de segurados obrigatórios.

Como empregador doméstico consideraremos a definição dada pela mesma lei, no mesmo artigo 3º, no parágrafo 2.

“Empregador doméstico: pessoa ou família que admita a seu serviço empregado doméstico”.

Com relação aos direitos das empregadas domésticas, tramita no Congresso um projeto lei da senadora Benedita da Silva, que poderá garantir o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS). Neste caso, a patroa depositará 8% do salário mensal numa conta ainda não regulamentada, podendo descontar o FGTS, do imposto de renda, com a vantagem de que a empregada irá querer permanecer mais tempo no emprego para ter um fundo maior. Ainda, de acordo com o projeto, a patroa terá direito de levantar a vida pregressa da empregada, embora com referência a este ponto, haja discordâncias entre as sindicalizadas. Atualmente, os direitos que devem ser observados são os seguintes: pelo menos um salário mínimo de remuneração, 13º salário, aviso prévio e as férias, com mais 1/3 do salário. Esse último item gera divergências entre sindicatos patronais e sindicato de trabalhadores. É que a lei que instituiu o trabalho doméstico define férias de 20 dias úteis. Mas a constituição que equiparou a doméstica aos outros trabalhadores, diz que estes têm direito a férias de 30 dias corridos.

A fim de entender as atividades exigidas da empregada doméstica citamos, a descrição do processo de trabalho segundo a *Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (1994)*³, onde a empregada doméstica é classificada pelo código 5-40.20, com fins de registro na carteira de trabalho, e é definida como aquela que:

“Executa as tarefas domésticas de uma residência, limpando e arrumando suas dependências, preparando refeições, servindo à mesa e efetuando a conservação do vestuário, para manter a higiene da mesma, conservá-la em condições de uso e atender às necessidades de seus residentes: limpa quartos, banheiros e outras dependências, varrendo, lavando, encerando e espanando todos os cômodos, para manter as condições de higiene; arruma quartos, banheiros e outras dependências, trocando roupas de cama, toalhas, sabonetes e outras provisões, dispondo os ornamentos, utensílios e outras peças em seu local de guarda ou uso, para conservar em condições de utilização os compartimentos da casa; prepara as refeições diversas, providenciando os ingredientes, fazendo os refogados, assados, cozidos e dispondo-os em travessas, para atender as necessidades alimentares dos comensais, compõe a mesa dispondo ordenadamente pratos, copos, talheres e guardanapos, para a sua utilização durante as refeições, serve os alimentos preparados, transportando-os em bandejas, para possibilitar aos comensais fazerem suas refeições, recolhe talheres, travessas e outras louças após a sua utilização pelos comensais, retirando-as da mesa durante ou no final das refeições para providenciar a lavagem das mesmas; limpa os utensílios empregados no serviço, lavando-os, esfregando-os e guardando-os nos locais determinados, para assegurar sua posterior utilização; efetua a conservação do vestuário dos residentes e roupas de cama e mesa, limpando, lavando, passando e realizando pequenos reparos em suas peças, para mantê-las em condições de uso”.

Para fins de classificação das diferentes formas que assume o emprego doméstico, resgatamos a definição contida no estudo de BRITO DA MOTTA (1992).

“Empregadas domésticas podem ser mensalistas residentes ou externas (trabalham numa só casa mas não dormem no serviço) e diaristas, com jornadas de apenas um dia por casa”.

A proposta de análise do presente estudo privilegia as empregadas mensalistas (residentes ou externas) e leva em conta, inicialmente, que as relações sociais são formadas tanto por suas características econômicas, quanto por suas variáveis culturais. No caso das relações mulher e trabalho a interferência das variáveis culturais devem ser destacadas, uma vez que o processo de trabalho desenvolvido pela mulher ultrapassa a relação entre trabalhadora e produto do trabalho, para assimilar uma relação especificamente social, formada historicamente, tal qual é desenvolvida por Marx (cap.XIV, Livrol).

3 CBO. Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, 1994, p.271

“Nesse caso, os trabalhadores e trabalhadoras do serviço doméstico vendem um valor de uso, realizam um trabalho levado a cabo para o autoconsumo de uma família que não é a sua, o qual se assemelha ao trabalho doméstico sem remuneração”. (ROSTAGNOL,1988:2)

Trata-se, portanto, de um tipo de trabalho cuja intensidade e qualidade é variável e difícil de medir. O produto do trabalho é um tipo de serviço, sendo totalmente subjetivo o seu cálculo. A trabalhadora doméstica poderia, em certa medida, assemelhar-se à trabalhadora independente, porém, ao mesmo tempo, seu trabalho se reveste de características de dependência, que tem levado alguns autores a considerá-lo como um trabalho que apresenta resquícios de servidão feudal. O ponto central é que a empregada doméstica não vende um serviço, como faria uma trabalhadora independente, mas seu tempo (TODARO, GALVEZ,1987) e sua disponibilidade (LÉON,1984) e este fato, de acordo com GOGNA, e MOTTA, tem diferentes implicações.

“En relación con la naturaleza del trabajo (una unidad doméstica y no una fábrica, oficina, etc), la forma de remuneración (monetaria y no monetaria), la reclon de trabajo que genera (contractual y a la vez de estrecha convivencia) y las restricciones que impone a la privada en su modalidad residencial,el servicio doméstico se revela como una ocupación “especial” en la estructura del empleo”. (GOGNA,1981:15)

“As relações presentes na situação de trabalho doméstico remunerado em “casas de família” tem a enorme complexidade que se poderia esperar das relações vividas por pessoas de diferentes classes ou frações de classes sociais, de extrações culturais diversas, de diferentes matizes raciais, postas perigosamente próximas no limite de “quatro paredes”, tendo como referência exatamente uma família, a empregadora, diante da qual o elemento definidor é pertencer-se ou não pertencer a ela, segundo as diferentes alternativas; pertencer de fato e de direito, claramente não pertencer, pertencer ilusoriamente, ser alijada(o) bruscamente dela”. (BRITO DA MOTTA, 1986).

Importante, ainda, é ter presente que a categoria mulher ao articular-se com a categoria trabalho redefine-a incorporando tanto estratégias de acumulação do capital, quanto de sobrevivência das trabalhadoras mediadas pelo gênero, enquanto relacional, mutável e conjuntural. Tal incorporação se traduz num redimensionamento do conceito de trabalho que ultrapassa a arbitrária divisão sexual do trabalho, e se insere na lógica da desigualdade, ultrapassando análises meramente econômicas. Não se trata de afirmar ideologicamente que “mulher explora mulher”, mas, de reconhecer que a presença da empregada doméstica libera a família de tudo o que tem a ver com o doméstico e só

aparece como mulher explorando mulher, porque os trabalhos domésticos sempre foram concebidos partindo da visão ideológica de que o trabalho doméstico é obrigação (ou papel) da mulher, mãe, dona de casa. Apaga-se, com isso, a informação de que os demais membros da família, que também usam a casa e seus serviços, estão igualmente liberados para trabalhar, descansar, etc., pelo fato de haver quem faça e administre os trabalhos para eles.

Como a proposta é estudar as representações das empregadas domésticas relativas ao processo saúde-doença na interação entre gênero e trabalho, é preciso levar em conta o significado do “doméstico”, conforme as especificidades citadas anteriormente. A título de ilustração citamos KOFES (1990):

“Á palavra doméstico, não é um puro conceito, mas uma categoria: concentra uma representação, designa um conjunto de atividades, define personagens, caracteriza uma relação, refere-se a um lugar.” (KOFES, 1990).

Conforme BUARQUE DE HOLANDA⁴ o termo doméstico reflete seu uso no cotidiano.

“Doméstico (do lat. domesticu): adj. 1. Da ou referente à casa, à vida da família, familiar; vida doméstica. 2. Necessário ao funcionamento de uma casa, à saúde ou ao conforto de seus moradores: serviço doméstico; limpeza doméstica. 3. Diz-se do animal que vive ou é criado em casa. 4. Economia doméstica e prendas domésticas”.

Enquanto substantivo, no feminino e no masculino:

“Doméstico (fem de doméstico): Empregada doméstica; empregada; criada (CF.doméstico, do verbo domesticar).

E,

“Domesticar V.T. D.: Tornar doméstico; amansar, domar: domesticar animais; civilizar. Tornar-se doméstico, amansar-se. Tornar-se sociável, civilizar-se”.

Kofes, em sua dissertação de doutorado, nos faz refletir sobre estes aspectos da definição da palavra. Enquanto adjetivo, doméstico refere-se a um lugar: a casa. A um conjunto de relações, as relações familiares. E, a um trabalho (a limpeza, a manutenção deste lugar, as atividades que acionam o seu funcionamento).

Mas, por que, enquanto substantivo designa apenas um dos personagens deste lugar: empregado(A), cria? Talvez a resposta esteja sugerida na definição da palavra “doméstico” enquanto verbo: domesticar, amansar, civilizar.

⁴ Novo Dicionário Aurélio, Ed. Nova Fronteira, ia, Edição, 2a impressão

Segundo a sua própria definição, esta palavra remete a uma relação entre diferenças. E, enquanto verbo poderia estar se referindo àquela função de desnaturalização que é atribuída à família: a socialização dos novos membros da sociedade, a alimentação, a limpeza corporal, etc., e que compreendem uma dimensão natural (sexualidade, instintos, impulsos, sujeira, e que deveriam ser civilizados, amansados, isto é codificados culturalmente). O enfrentamento mais direto desta dimensão natural a ser desnaturalizada é, nas sociedades, com maior ou menor ênfase, um assunto doméstico.

Mas, pressupondo unidades domésticas em que se entrecruzam códigos sociais diferentes, com diferenças que podem estar conotadas por relações de desigualdade social, “domesticar, amansar, civilizar” estaria também expressando estas relações. As diferenças estariam aí sobrecodificadas pelos valores e comportamentos considerados inferiores, devendo ser amansados e civilizados.

Para a empregada doméstica (na sociedade brasileira) que tem uma origem de classe desigual à de seus empregadores, pertencendo a outra unidade doméstica que não a da patroa, e articulando outros códigos culturais (passando a trabalhar na unidade doméstica, convivendo com a família e tendo como tarefa tudo aquilo que é função da família na unidade doméstica), o domesticar, amansar, civilizar não se apresentam mais apenas como campo de desnaturalização, mas também como campo político das relações de desigualdade.

Por isso, é preciso levar em conta as condições de trabalho: o esforço físico necessário à execução das atividades, a remuneração, o horário, as relações com os patrões, a subordinação de gênero, o isolamento, a carência afetiva, a ausência de privacidade, o tempo livre, bem como a trajetória de vida, a mobilidade laboral, a família da empregada e, sobretudo, as representações sobre si mesmas.

Segundo LAUTIER e PEREIRA, as representações das empregadas são marcadas pelo peso da estigmatização, seja no trabalho (enquanto privado), ou fora dele (enquanto público), a referência vai do animalizando (“meu patrão fala menos comigo que com o cachorro dele”) a escrava, e sempre passa pela denegação de si mesma (“não sou ladra, nem prostituta”)⁵. Essa representação desvalorizada de si mesma é acompanhada, quase sempre, do caráter transitório da situação em que se encontram, exceto para as

⁵ Nunes G. F.C. (1993:47) ressalta “essa impressão que o emprego se constrói em cima de algo sempre percebido como negativo.(...) Isto é, como elas são domésticas, não ladras e são honestas pois trabalham para comer, não são vagabundas pois tem lugar fixo de residência, não vendem seu corpo, nem ficam pedindo favores pois trabalham, não são parasitas, mas sempre parecem perguntarem-se:

mais velhas. Essas representações coabitam com as representações sobre as atividades de trabalho, coerentes entre si, formando uma interação altamente complexa (1994:137).

Além disso, se faz importante considerar outros aspectos. Dentro dessa perspectiva tornam-se importantes questões sobre a maneira como a experiência é assumida, ou seja: como se posicionam e reelaboram sua experiência num universo de trabalho restrito ao doméstico? (Universo de significação do que é ser mulher, não apenas pelas tarefas da divisão social e sexual do trabalho, mas porque é o local definidor da feminilidade referida a instituição empregada) . Elas se “defendem” da insatisfação com o seu trabalho? Elas constroem algum tipo de tecnologia corporal capaz de promover modelos do que é ser “boa” empregada, “boa” mãe, “boa” esposa, saber sofrer? Se constroem essas tecnologias, estas são apresentadas como satisfação compensatória, ou como vazio, capaz de gerar perdas de capacidade potencial e/ ou efetiva, corporal e psíquica para o trabalho?

Este estudo, além de, ao longo do seu desenvolvimento, fazer uma tentativa de responder a essas questões, presta-se também à tarefa de preencher uma lacuna em relação à produção científica sobre o emprego doméstico, visto que o levantamento bibliográfico preliminar revela a escassez de reflexão no sentido de compreender este trabalho em sua relação com o processo saúde-doença. O mesmo, porém, não se dá quando em pesquisa exploratória anterior⁶, as empregadas domésticas referiram muitos outros sintomas além dos já citados. Apontavam também para a vergonha, o escondimento de sua profissão, para a dificuldade em conciliar suas tarefas com os horários dos patrões. Conciliar as diferenças estabelecidas entre elas e seus patrões, diferenças que não se expressavam apenas por causa dos recursos econômicos mas, que ficavam explícitas na hora da alimentação, tanto pela delimitação do espaço a ser ocupado por elas, como por ter que se alimentar normalmente depois que todos na casa já tinham se alimentado, quase sempre daquilo que sobrava. Diferenças estas, também presentes, com relação ao espaço ocupado no dia de sua folga. Dias estes, opinava uma delas, em que não podia circular livremente por toda a casa porque estava de folga. Deveria ficar em seu quarto, se não quisesse sair e não poderia usar a cozinha para fazer seu alimento porque estava de folga, a sala era da família. Além disso, há que se levar em conta as dificuldades que se apresentam na hora de fazer suas compras, arrumar

de que me acusam ?”

⁶ nota 7

namorado, razões pelas quais pode se compreender o conteúdo estigmatizante do seu trabalho.

Outro aspecto fundamental é que, entre empregadas e patrões, estabelece-se sempre uma relação ambígua. GILL (1994), em seu estudo sobre empregadas domésticas na Bolívia, discute a vontade expressa por muitas empregadas de tornarem-se “parte da família” (APUD -REZENDE, 1995). E, ainda frequentemente, têm-se uma relação de amizade embora com desigualdade social e racial.

Esses aspectos poderão ser indicadores importantes para se perceber, não apenas conceitos normativos de gênero que evidenciam as interpretações de sentido simbólico de relações que se dão entre mulheres e homens, mulheres e crianças, mas, especialmente, entre mulheres.

Há, ainda, outros a serem considerados, e que dizem respeito às condições de trabalho, verificados no Ministério do Trabalho, onde foi-nos possível examinar 164 termos de reclamações de empregadas domésticas feitos entre agosto de 1994 a abril de 1996. Nessas reclamações aparecia uma lista de 20 itens, conforme seguem: 1) Falta de anotação na CTPS; 2) Recusa de devolução da carteira de trabalho; 3) Falta de pagamento quando da rescisão do contrato; 4) Não pagamento do salário parcial ou total; 5) Dispensa sem aviso prévio; 6) Dispensa porque pediu para acertar o valor das férias não pagas; 7) Dispensa sem aviso prévio após parto; 8) Dispensa após três meses de gravidez; 9) Trabalha grávida sem registro; 10) Dispensa sem justa causa; 11) Salários atrasados; 12) Queixa de agressão física; 13) Falta de pagamento do aviso prévio; 14) Diferenças nos acertos de conta; 15) Não efetuação da rescisão de contrato; 16) Falta de pagamento à Previdência; 17) Acidentes de trabalho; 18) Falta do 13º salário; 19) Falta de seguro desemprego (não tem direito, nem a PIS, nem a FGTS). 20) Variação salarial.

Estas reclamações constituem-se em aspectos importantes também para se perceber como as representações de trabalho na perspectiva de gênero se articulam às representações sociais sobre o processo saúde-doença.

Nesse sentido, é preciso entender como esse fazer doméstico se realiza a nível do cotidiano das empregadas domésticas e como o dia - a - dia transforma esse fazer. Qual o impacto do trabalho doméstico sobre a representação da reprodução do equilíbrio individual? Equilíbrio este necessário a continuidade da sua vida e trabalho como universo de simbolizações espalhado pelos lugares por onde passam e como condição gratificante capaz de vencer a subjugação, fator este que é de fundamental importância para se compreender o processo saúde-doença.

Para entender essa inter-relação entre as articulações do que chamamos de condições de trabalho e de representações das empregadas domésticas sobre si mesmas, elegemos os conceitos de gênero que iluminem as questões mais profundas dessa articulação, tornando possível apontar caminhos na compreensão das representações sobre saúde-doença, a partir do emprego doméstico.

Segundo VERENA STOLKE (1991), gênero é um conceito analítico que se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a biologia é o destino. Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. Para JOAN SCOT(1990), o gênero é entendido como relação de poder, neste caso presente na relação de trabalho. Sendo uma forma básica de representar relações de poder, implica em quatro elementos fundamentais: 1) os símbolos culturalmente disponíveis, evocando representações simbólicas contraditórias e complementares - binárias. Ex: Eva- Maria, prostituta-santa,cultura-natureza, baixo-alto, quente-húmido. 2) Os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido simbólico. Expressados nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, estes conceitos tomam a forma típica de oposição binária que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido masculino e feminino. 3) O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente, ele é construído igualmente na economia, na organização política que operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco. 4) Gênero é a identidade subjetiva, os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade, ou das nossas categorias de análise.

Há ainda muitas outras autoras que poderiam nos ajudar a avaliar melhor o uso deste conceito. Mas, por ora, optamos por um conceito de gênero que possa: 1) romper com os discursos homogêneos e unificados, dando conta de analisar como as relações de gênero são constituídas e experimentadas e como são pensadas. 2) dar conta da experiência humana das empregadas domésticas e dos elementos que a constituem. 3) abranger um conjunto de relações sociais e se referir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis.4) possibilitar a compreensão de que há conteúdos variáveis de acordo com a época e a cultura e, nesse sentido, homens e mulheres são prisioneiros do gênero de modos diferentes mas inter-relacionados. 5) abranger dois níveis de análise: a) gênero como construção e b) gênero como relação social.

Como relação social prática, o gênero pode ser entendido apenas através de um exame do significado do masculino e do feminino e das conseqüências de ser atribuído a um ou a outro gênero dentro das práticas sociais concretas (FLAX,1991).

Enquanto construção social, não pode ser visto como verdade absoluta tipo: a mente, o eu, o conhecimento. É constituído socialmente e, o que podemos saber, depende de nossos contextos e práticas sociais.

A partir desses pressupostos propomo-nos a pensar gênero conforme TERESA DE LAURETIS (1994). Ela comenta que, para especificar outro tipo de sujeito articulando suas relações com um campo social heterogêneo, necessitamos de um conceito de gênero que não esteja preso à divisão sexual do trabalho a ponto de se confundir com ela, fazendo com que seja considerado uma derivação direta da diferença sexual. E, por outro lado, o gênero possa ser incluído na divisão sexual como um efeito da linguagem, ou como puro, imaginário não relacionado ao real. Nesse sentido ela se propõe a pensar gênero como Foucault, que vê a sexualidade enquanto “tecnologia sexual”. Propõe-se que também o gênero como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida quotidiana.

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade dos corpos, nem existe a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, é *“O conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política. (FOUCAULT,1993: 120).*

Mas, ao se pensar gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, já se está indo além de Foucault, cuja compreensão crítica não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos, e cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre gênero. (LAURETIS,1994).

Quanto ao conceito de representações sociais, tomamos a definição de JOVCHELOVITCH e GUARESCHI,(1994:19), os quais afirmam:

“Contra uma epistemologia do sujeito “puro”, ou uma epistemologia do objeto “puro”, a teoria das representações sociais centra seu olhar sobre a relação entre os dois, recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio”.

E, quanto a representação de saúde-doença, tomamos a definição de HERZLICH,(1991:26).

“... a representação não é apenas o esforço de formulação mais ou menos coerente de um saber, mas também interpretação e questão de sentido”... através da análise da gênese da doença, imputada à sociedade agressiva e opressora, atribuída a um modo de vida moderno e urbano, imposto ao indivíduo pretende mostrar como a interpretação coletiva dos estados do corpo coloca em questão o sentido próprio a ordem social. “Neste caso por meio das representações da saúde e da doença temos acesso a imagem da sociedade, de suas “imposições”, tais como o indivíduo e as coletividades as vivem.

Por processo saúde-doença entendemos, de acordo com LAURELL E NORIEGA (1982: 151), “o modo específico pelo qual ocorre no grupo o processo biológico de desgaste e reprodução, destacando como momentos particulares a presença de um funcionamento biológico diferente com conseqüências para o desenvolvimento regular das atividades cotidianas, isto é o surgimento da doença”. (1982:151).

Neste sentido, a presente dissertação se insere dentro das propostas de investigação mais amplas, cujas polêmicas se intensificaram desde a década de 60, na busca incessante de explicar o caráter da doença.

A grande pergunta que perpassa desde então, tanto o desenvolvimento da medicina como a sociedade com a qual se articula é, se a doença define-se por seu caráter essencialmente biológico ou, ao contrário, social.

O presente estudo insere-se, portanto, na origem do questionamento do paradigma médico-biológico que compreende, na maioria das vezes, a doença como um fenômeno biológico individual, e é uma tentativa de apreender os problemas de saúde-doença numa perspectiva de que a doença e a saúde têm caráter histórico e social. Por isso, se constitui em processo social, tanto em relação a sua determinação (causal), quanto em relação a sua articulação com outros processos sociais; os dois aspectos no seu conjunto nos remetem ao problema de suas determinações.

Não se trata, portanto, de um olhar factual da “doença” enquanto fenômeno biológico individual, conferida pelo estudo das características nos indivíduos. Até porque, isto demandaria um diálogo interdisciplinar com profissionais de outras áreas, médicos e ergonomistas, por exemplo.

Trata-se, outrossim, de verificar as representações coletivas das empregadas domésticas, em relação ao processo saúde-doença, (relacionado ao trabalho na perspectiva de gênero).

A perspectiva de gênero permite pois, uma primeira aproximação do objeto, e sua posterior reconstrução em função dos nossos objetivos: **primeiro** resgatar as interpretações das empregadas domésticas sobre si mesmas, no espaço privado do

doméstico e, fora dele, no espaço público. Sua situação de trabalho e saúde, especificando como elas relacionam o exercício de suas atividades com os sintomas, tal como relataram em pesquisa exploratória anterior⁷ quando consideraram suas atividades como repetitivas, monótonas, sem perspectiva de ascensão social, indignas, beirando a prisão pela falta de liberdade, solitárias, cansativas, deprimentes, estafantes, vergonhosas, humilhantes. Por isso mesmo, relacionadas a dores constantes nas pernas, nos braços e pulsos, varizes, dores nas costas, nervosismo, irritabilidade, desgaste extremo, chateação, estranhamento, dor de preguiça por sentirem-se oprimidas, dor moral, vergonha e, em alguns casos, de referirem gastrites e úlceras).

Segundo, interpretar em que medida os aspectos relativos às condições de trabalho são vinculados à reprodução da representação cultural desta mão - de - obra, enquanto atividade compatível com a identidade social feminina.

Terceiro, avaliar como as relações de poder imbricam-se entre si, (no mesmo espaço, que poderá ser disputado tanto por patrões, como por empregados), e como se expressam numa relação de trabalho, tentando-se apreender se são mais personalizadas do que contratuais, se implicam em restrição à privacidade, se a complexidade destas relações é apresentada como inter-relacionada ao processo saúde-doença, adquirindo relevância, tanto por seus efeitos sobre o corpo, como por suas repercussões sobre o imaginário.

Quarto, verificar: a) as concepções referentes aos conceitos saúde-doença que perpassam as representações das empregadas domésticas; b) se essas representações estão associadas ao seu trabalho na perspectiva de gênero; c) se elas se posicionam elaborando sua experiência pela construção de algum tipo de tecnologia corporal, com simbolizações que permitam o acesso ao prazer à saúde (o que chamaremos posteriormente de estratégias defensivas) e o quanto as frustrações das perspectivas poderão estar associadas com a doença.

2. METODOLOGIA

No início desta proposta, pelos motivos já expostos, havíamos delimitado a referência espacial para a pesquisa de campo, na Associação Santa Zita. Neste sentido,

⁷ Trabalho empírico realizado junto a Associação Zanta Zita como parte da avaliação da disciplina Relações de Gênero administrada pela professora Míriam Grossi do Programa de Pós- Graduação de Antropologia da UFSC, no 2o semestre de 1995.

tratamos de tomar contato com esta instituição para conhecê-la melhor. Com este fim, a pesquisadora esteve presente em todas as reuniões que se realizaram entre janeiro de 1996 a dezembro de 1996. Estas se oficializaram sempre nos primeiros domingos de cada mês. Além desse contato, procurou outras possibilidades de encontros informais com o fim de poder sentir a realidade do trabalho cotidiano de cada uma das entrevistadas. Também foram procuradas outras instituições: IBGE, DIESE, Ministério do Trabalho; além de conversas com proprietários de Agências de Emprego Doméstico, em Florianópolis.

A definição do objeto de estudo orientou nossa opção metodológica para a realização de entrevistas semi-estruturadas, baseadas num roteiro de perguntas⁸, capaz de contemplar os diferentes aspectos propostos pela pesquisa. A escolha desse método de investigação deveu-se à sua adequação para uma análise do discurso. Neste sentido, a técnica de entrevistas com roteiro, foi escolhida com o objetivo de obter um resultado qualitativo.

A técnica qualitativa nos permitiu basear nosso estudo no “pensar” e “sentir” das empregadas domésticas. Dando espaço à fala, às suas expressões singulares, e a um trabalho de interpretação. Buscamos, assim, desvendar o discurso, enquanto uma estrutura de representação que provoca a emergência da subjetividade e nos informa sobre seu trabalho.

Trata-se, portanto, de uma análise qualitativa que coloca no centro a subjetividade (como instrumento do conhecimento), de um grupo de trabalhadoras que se encontram num mesmo processo de trabalho, embora em locais diferentes e com variáveis diferentes, quanto a forma de execução e o estabelecimento das relações, que se apresentam sempre mais personalizadas do que contratuais, conforme veremos ao longo do desenvolvimento dos capítulos. Mesmo assim, consideramos que se trata de uma perspectiva grupal, uma vez que, procuramos apreender o conjunto dos significados construídos na riqueza dos seus detalhes, conforme foram apresentados durante as entrevistas e recortados pela subjetividade da pesquisadora.

As entrevistas foram feitas com a utilização do gravador durante um tempo médio de 50 minutos, podendo estender-se ou não, a depender do tempo disponível da entrevistada e do local onde nos encontrávamos.

Parte das 26 entrevistas com as associadas foram feitas na sede da associação, 2 na casa da pesquisadora, 6 nos locais de trabalho. Nesses casos, nem sempre com tranqüilidade e liberdade, porque, com raras exceções, não havia alguém da família por

perto, demandando maior atenção para que, questões importantes, não acabassem por passar despercebidas.

Finda esta parte do trabalho de campo, sentíamos necessidade de verificar se o discurso se repetia da mesma forma em mulheres que não eram da Associação. Sobretudo, sentíamos necessidade de checar se as condições de trabalho eram descritas de forma diferenciada em relação ao processo saúde-doença, visto que entre as associadas, aparecia constantemente, durante as falas, a idéia de que se o trabalho é feito por amor é melhor, e não adocece.

Seguiram-se mais 12 entrevistas, feitas com mulheres não associadas, em alguns casos indicadas pelas mulheres da associação. Em outros, por patroas que se manifestavam durante as entrevistas; estas se encontravam dispersas em vários locais da cidade e os contatos foram feitos por telefone, marcando hora para as entrevistas. A maior parte, porém, foi feita com mulheres contatadas, nos finais de tarde, a partir da Creche São Francisco de Assis, próxima à casa da pesquisadora.

O trabalho de campo relativo às entrevistas foi realizado durante os meses de agosto e setembro de 1996. Outros contatos foram mantidos com várias das entrevistadas, por meio de visitas às suas residências, ou conversas por telefone, além de muitas idas à associação fora dos horários das reuniões.

O critério que orientou a escolha das entrevistadas foi o vínculo com o emprego doméstico e a sua disposição em falar sobre o assunto. Nem sempre demonstraram prontidão para fazê-lo, o que exigiu da pesquisadora várias explicações, sobretudo em relação às associadas, que pareciam sempre relutarem mais para falar. Eram mais cuidadosas em manifestar suas opiniões. Um cuidado parecido com medo, o tempo todo cheio de "receios", era como se não devessem falar, ou queixar-se sobre nada. Como se o fato de manifestarem-se sobre suas angústias soasse igual a traição de um ideal.

Os quatro capítulos subsequentes desenvolvem a temática deste estudo, através do mapeamento do discurso, a partir dos termos que emergiram nas falas, considerando a representação das práticas quotidianas, seu investimento afetivo, à leitura bibliográfica e, os objetivos da pesquisadora.

No primeiro capítulo elabora-se uma revisão bibliográfica a respeito de como vem sendo tratado o trabalho feminino no Brasil a partir de reconhecidas pesquisadoras, tais como: Bruschini, Lobo, Kergoat, Saffioti, Sorj, Costa e Castro, entre outras. Nesse aspecto, o capítulo enfatiza o ocultamento da contribuição do trabalho feminino nos

conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados, e o descaso geral pela variável sexo na produção sociológica, pelo menos até a década de 80.

A partir de então, o trabalho feminino começou a ser estudado levando-se em conta a noção de divisão sexual do trabalho, embora de forma descritiva e classificatória. Igualmente, discute-se a articulação entre as esferas da produção e reprodução, tais como têm sido compreendidas até aqui.

Num segundo sub - item, tratamos de dar uma visão global do emprego doméstico, do seu significado social a partir da literatura consultada e de sua representatividade estatística, como aspecto importante da economia informal e, enquanto constituidor do setor de serviços. A partir de então, tratamos de verificar sua relevância em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina, considerando os dados do IBGE. Finalizamos com a caracterização do perfil do grupo de nossas entrevistadas (associadas ou não), levando em conta: cor, estado civil, atividades exercidas, escolaridade, idade do início do trabalho, tempo de permanência no trabalho, condições de trabalho, faixa etária atual.

No segundo capítulo, buscamos explicitar a forma como o doméstico foi compreendido historicamente à partir dos seguintes autores: Ariés, Huton, Scott e Dauphin. Fizemos sua caracterização considerando os aspectos apresentados no material de campo e num segundo momento levantamos as condições desse tipo de trabalho. Inspiramo-nos para sua análise nos procedimentos de exclusão, tais como foram tratados por Foucault, a partir dos pressupostos da Separação e Rejeição, da Interdição, da Oposição entre Verdadeiro e Falso.

Para finalizar, o capítulo trata das representações das empregadas domésticas sobre si mesmas no espaço e no tempo doméstico e fora dele, a partir de sua inserção em padrões de gênero.

No terceiro capítulo, tratamos da “dor moral” que perpassa todo o trabalho na perspectiva de gênero relacionado ao processo saúde - doença. O caminho se desenvolve a partir da análise das concepções referentes aos conceitos de saúde - doença articuladas nas falas das interlocutoras. Estas não se reduzem ou se esgotam nos aspectos comuns às categorias médicas e, tampouco, podem ser pensadas em termos de limitação ou de versão empobrecida do saber médico. A idéia de sofrimento é o elemento principal para a sua representação. E as representações são resultado de uma experiência de trabalho associada a um modo de ser, que invade, permeia e é permeada por todos os níveis de suas atividades, seus afetos e sua consciência e ao ato de

produzir-se enquanto sujeito, bem como a sua capacidade de sufocar os sinais de dor física ou moral, a fim de que possam esperar poder estar em condições para cumprir as condições de trabalho, das quais depende a sua existência cotidiana e a sua sobrevivência.

No seu segundo aspecto, fizemos com grande detalhamento a descrição das representações do Processo Saúde - Doença, na interação entre atividades e sintomas. Posteriormente, sob a inspiração dos conceitos de cargas de trabalho, tais como as descritas por Laurell e Noriega, analisamos os padrões sociais de gênero associados ao processo Saúde-Doença e a relevância das representações tanto por seus efeitos sobre o corpo, como por suas repercussões sobre o imaginário.

No quarto capítulo, procuraremos dar conta do impacto do trabalho doméstico sobre a reprodução do equilíbrio individual. Trataremos primeiro das perturbações fisiológicas, físicas e psíquicas, no que se refere à perda da capacidade efetiva e do potencial biológico e psíquico para o trabalho. Segundo, trataremos das estratégias defensivas criadas pelo coletivo empregadas domésticas, como proteção contra o sofrimento. É importante, ao lê-las ter presente, que se trata de uma caracterização feita pela pesquisadora, a partir da forma como o seu olhar recortou o que vislumbrava na fala das entrevistadas. Não se constitui, no entanto, num recorte aleatório, mas o mais próximo possível do que se nos aparecia através dos relatos das experiências e opiniões manifestadas. Levamos em conta, portanto, a fidedignidade à expressão da experiência dessas trabalhadoras e a iluminação de fundo, vinda das teorias, sobretudo de autores como Dejours e Seligman, que se refletiam sobre o discurso, iluminando-o, por ora, ao mesmo tempo em que se articulava com a expressão das falas.

Nas considerações finais são retomados aspectos importantes presentes nos diferentes capítulos, articulando-os aos objetivos iniciais.

CAPÍTULO I

TRABALHO FEMININO E EMPREGO DOMÉSTICO: “fazer por amor, sofrer por amor”.

Este capítulo, na sua primeira parte, evidencia a análise do trabalho feminino no Brasil a partir das diferentes concepções teóricas, passando pelos conceitos de divisão sexual do trabalho, produção, reprodução e patriarcado, até chegar ao conceito de gênero. Evidencia, igualmente, o seu ocultamento pelas estatísticas oficiais, ocasionado pela nítida separação entre atividades domésticas e econômicas, até a inadequação dos conceitos e procedimentos metodológicos e a não incorporação do trabalho feminino. Ou sua incorporação inadequada via trabalhos descritivos e classificatórios, não levando em conta a articulação entre divisão sexual e social do trabalho.

Na segunda parte, apresenta uma reflexão geral sobre como vem sendo tratado o emprego doméstico no Brasil e no exterior, a fim de identificar os diferentes enfoques. Em seguida, tratará do Emprego Doméstico no Brasil, em Florianópolis e Santa Catarina, com fins de inserir o último sub-ítem, que refletirá sobre o perfil do grupo das empregadas domésticas entrevistadas em suas relações de gênero.

1. Concepções sobre Trabalho Feminino no Brasil

No Brasil, segundo BRUSCHINI⁹, não é demais lembrar que os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina. O papel da dona de casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, é contabilizado nas coletas como inatividade econômica. Dada a maior difusão e aceitação social desta função feminina, é bastante provável que ela seja declarada como a principal ocupação da informante, mesmo quando ela exerce, também, outro tipo de tarefa no setor agrícola, ou mesmo em muitas atividades informais na zona urbana. Segundo ela, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher será, com probabilidade elevada, classificada como inativa, visto que é assim que tem sido classificado o papel da dona de casa.

A autora afirma, ainda, que os critérios de captação de informações levando em conta o modelo de trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominante nos países

⁹ O trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes - texto preparado como parte da consultoria ao Ministério das Relações Exteriores e apresentado no Seminário Políticas Econômicas. Pobreza e Trabalho, promovido pela IPEA. Rio de Janeiro, maio de 1994.

capitalistas mais avançados se mostraram inadequados, tanto para os países cuja estrutura econômica se assenta sobretudo em atividades informais e agrícolas, de caráter descontínuo ou sazonal, quanto para perceber a atividade econômica da mulher. Isto porque o trabalho feminino é marcado pela descontinuidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, através das quais as mulheres procuram manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas.

Igualmente, afirma que, atualmente, já existe um certo consenso em relação a certas questões fundamentais para entender a participação feminina na sociedade como um todo, e no trabalho, em particular. A primeira questão está associada à redefinição do conceito de trabalho, tanto do ponto de vista teórico, quanto operacional, ampliando-se para que nele caibam muitas tarefas que fazem parte da vida cotidiana das mulheres e dos outros membros da sociedade.

Outra questão a ser considerada refere-se ao quanto a mulher, mais do que o homem, tem sua participação no trabalho remunerado, possibilitada ou constrangida, em maior ou menor escala, por características biológicas, pessoais, familiares e sociais que orientam sua forma de participação na atividade produtiva.

Aspecto igualmente importante, que desejamos salientar, é o de que, em nosso país, a produção sociológica sobre trabalho feminino não se multiplicou, sequer, do ponto de vista quantitativo, como no caso de outros países. Do ponto de vista qualitativo, ELIZABETH SOUZA LOBO (1990), nos diz que aconteceu aqui o mesmo problema diagnosticado por BECALLI (1989): “a variável sexo na Itália, não tem um estatuto central na sociologia do trabalho”, Tais argumentos são reforçados ao verificar que o núcleo forte da Sociologia do Trabalho - o estudo da fábrica, dos postos de trabalho - não incorporou a problemática do trabalho feminino. O mesmo se dá no Brasil, onde até quase no final dos anos 70, os estudos sobre o sindicalismo corporativo, e os estudos posteriores sobre industrialização e atitudes operárias não se detiveram sobre o trabalho feminino.

Até o final dos anos 60 e, parte dos anos 70 no Brasil, trabalhos pioneiros como os de AGUIAR (1978), SAFFIOTI (1969) e BLAY (1972), tiveram, como foco central, a incorporação ou expulsão do trabalho feminino no contexto da expansão do capitalismo. Deixavam estes, de lado, naquele momento, os obstáculos culturais decorrentes da função reprodutiva da mulher na sociedade, e o enfoque da divisão sexual do trabalho. As pesquisas afirmavam que o trabalho feminino se dava em resposta aos movimentos de atração ou rejeição do mercado. E foram seguidos, segundo CASTRO E LAVINAS (1992),

por análises sobre distintos temas, apoiados em diferentes metodologias, diversificando-se o campo das questões.¹⁰

Posteriormente, um passo importante foi dado, no sentido de passar a entender o trabalho feminino, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, como parte integrante e indispensável das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção e ascensão social. A atividade exercida pela mulher não é mais analisada pela perspectiva da mulher/indivíduo; mas segundo BRUSCHINI (1989), essa complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas é percebida como um arranjo do grupo doméstico como um todo.

Estudos da década de 80 concebem o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho, princípio organizador baseado na noção de preexistência de relações sociais entre os sexos. Os espaços produtivos, neste caso, seriam segregados, definindo-se qualificações e características próprias para cada tarefa, conforme o sexo de quem as executa, relegando a mulher para os ramos industriais mais atrasados (SAFFIOTI, 1980).

Esses textos que tratam da divisão sexual do trabalho, predominantemente ainda descritivos e classificatórios, se prestam a indicar diferenciais de posicionamento e de remuneração de homens e mulheres na estrutura setorial, ocupacional, ou servem para indicar que o trabalho doméstico seria próprio de mulher. Posicionamento que encontra seu lugar no interior da família e no mercado de trabalho. KERGOAT, (1987), cujos textos têm sempre sido citados entre nós, nos alerta para a compreensão de que não se pode refletir partindo do princípio de que as modalidades de divisão sexual do trabalho na família se estendem mecanicamente até a produção. Ela nos diz que ambas as esferas são processos de uma mesma divisão sexual do trabalho, hierarquizada, pois determinada por relações sociais de sexo.

Para ela, necessita-se articular, no seio de uma problemática coerente, as esferas da produção e da reprodução. Tratando-se de operárias, este é o caminho, primeiro para que elas se tornem visíveis, depois, para que o grupo se torne objeto sociológico e, em seguida, para que ele possa ser examinado. Segundo ela, é preciso que aprendamos a raciocinar em termos de relações sociais. Mas, é preciso também vencer uma concepção cristalizada de relações sociais, fundamentada em determinismos: visão onde o sistema poderia se reproduzir até o infinito, tendo-se em conta os únicos imperativos de valorização. Nesse sentido, o que propõe é que se estude o trabalho feminino em termos

¹⁰ Ver Castro Mary G. Lavinias Lena. Do Feminino ao Gênero. A Construção de um Objeto In: Uma Questão de Gênero, p.216.

de relações sociais com seu corolário: as práticas sociais, e que se entenda relação, enquanto contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo e patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações.

Há que se superar pois, a visão presente na lógica dos muitos ligados aos ideais do liberalismo, de que as operárias somente ocupam os escalões inferiores na produção, porque estas são mal formadas pelas instituições escolares e porque elas lutam pouco pelos problemas de qualificação. Nesse caso, seria suficiente dar-lhes uma formação adequada, bastaria que desenvolvessem uma consciência do que implica a qualificação na relação capital/trabalho para que começassem a lutar. Diante desse raciocínio, a autora diz o contrário:

“as mulheres são perfeitamente adaptadas aos empregos industriais, que se lhes propõe. Dizemos também que elas adquiriram inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não-qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são mal formadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo”. (KERGOAT, 1987)

Rompem-se, desta forma, as idéias recorrentes de que, quando, no caso, as operárias não correspondem ao padrão de reação de classe fixado, recorre-se à explicação do tipo “natureza feminina”, que acaba por pairar fora das relações de classe. Dizer - se - ia então que as mulheres não participam do sindicato porque são naturalmente dóceis e submissas.

Segundo LOBO (1991:118)¹¹ *“Não é a docilidade que faz parte intrínseca da natureza feminina, mas o que é aparentemente natural é que alguns se ocupem da fábrica e outras da casa, isto é, que exista uma divisão sexual do trabalho, desde sempre articulada às relações sociais e imbutida nas práticas sociais”.*

KERGOAT (1987)¹², questionando-se se era produtora para compreender a relação das mulheres com o trabalho assalariado, e com o emprego, partir, a priori e simultaneamente, do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, pergunta-se sobre o que se passaria se deixasse de considerar o universo da produção como referencial possível para os homens. Tenta responder o que se encontra quando eles são confrontados com uma definição de trabalho que abrange trabalho produtivo e trabalho improdutivo?

11 Redigido em colaboração com Elisabeth Higgs e apresentado originalmente no GT “Mulher na Força de Trabalho” do VII Encontro da ANPOCS, 1983.

12 Kergoat Danièle. Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais, pp. 79-93, in: O Sexo do Trabalho.

Realiza, para isso, uma pesquisa entre jovens operários franceses e encontra dois grupos distintos. Todos são críticos em relação às formas de dominação que assume, para as mulheres, a divisão sexual do trabalho assalariado. Mas, em relação à função de reprodução da força de trabalho, a maioria não pode conceber outro modelo de mulher senão o de mulher parando de trabalhar, a partir do momento em que tem filhos, enquanto que a minoria afirma que trabalhar é tão indispensável para o homem, quanto para a mulher. No primeiro caso, a relação de trabalho doméstico é totalmente mediada pela mulher e esse grupo caracteriza-se por um sistema de valores binário e maniqueísta, e eles acreditam numa qualificação natural das mulheres para os trabalhos domésticos e a criação dos filhos. Os jovens do segundo grupo entendem ter uma relação direta com a reprodução, seu sistema de valores recusa-se a acreditar em uma ordem natural inelutável das coisas, quer se trate do trabalho, da qualificação, da relação capital e trabalho, quer das relações entre homens e mulheres.

A partir de então, a autora acaba por concluir que a relação com o trabalho reprodutivo pode ser um critério de classificação dos homens e que isolar a relação de trabalho das representações ideológicas é uma postura arbitrária, que apenas reintroduz as separações já induzidas pelo capitalismo entre produção e reprodução. Neste sentido, é necessário levar em conta a totalidade do trabalho tanto para os homens, quanto para as mulheres, e essa inserção nas práticas sociais através do trabalho produtivo mais trabalho reprodutivo, parece realmente abrir caminho, tanto para os homens, quanto para as mulheres, para uma análise sexuada das práticas sociais. É preciso procurar a diversidade e a contradição no centro das definições das práticas sociais e, em todos os espaços, se pode aceitar, combater ou exercer a opressão.

Tanto para LOBO (1984), quanto para KERGOAT (1984), a divisão sexual do trabalho não constitui um tema de análise independente da divisão social do trabalho. Em ambas, a ênfase reside na análise das práticas sociais, combinando formas concretas de existência e de representações culturais.

Na literatura feminista anglo-saxônica sobre divisão sexual do trabalho, revista por CASTRO E LAVINAS (op.cit.)¹³ prevalece a preocupação por identificar uma dinâmica da ideologia de gênero enquanto extensiva a várias instituições sociais, e não apenas limitada à família ou originária desta.

13 Artigo intitulado do feminismo ao gênero a Construção de um objeto in: Uma Questão de Gênero (org) por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini.

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho apoia-se na constituição de campos de interesse que legitimam a delimitação dos espaços em masculinos e femininos.

“Ou seja, o exercício de tarefas diferentes, com valorações econômicas assimétricas, não é embasada numa divisão técnica do trabalho, nem por diferenciais de produtividade, ou tampouco porque às mulheres caberia naturalmente a função de reprodução” (p.239).

SEGNINI (1994)¹⁴, por sua vez, explicita que o mundo do trabalho não é unificador nem homogeneizador a tal ponto, que baste explicitar como se desenvolvem as relações de produção, para compreender como se constituem as formas de exploração e dominação no seu contexto.

Outro aspecto que não podemos deixar de considerar ao discutir o trabalho da mulher no mercado de trabalho, é a recorrência ao conceito de reprodução. O conceito de reprodução perpassou as discussões entre marxismo e feminismo. A tese de Marx (1946, APUD CASTRO), de que se a produção é capitalista, também o é a reprodução”, gerou, segundo ela, incontáveis artigos no final da década de 70.

Para algumas feministas, a relação produção reprodução pode ser entendida a nível do ideológico; linearmente, uma esfera subordinando a outra, como se esse fosse um mecanismo automático, desconsiderando “o surgimento e o desenvolvimento de um modo de produção que transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirmam (e simbolizam) a subordinação da reprodução à produção, fato anterior ao capitalismo” (COMBES E HAICAULT, 1986). Compreende-se, assim, que a subordinação se apoia numa outra subordinação ou submissão - a das mulheres aos homens, a qual repousa na divisão sexual do trabalho. Bem anterior à separação entre os espaços e tempos da produção e da reprodução introduzida pelo capitalismo, e que se expandiu a partir dele, houve pois, uma separação dos agentes da produção com base nos sexos.

Nesse sentido é que se insere o paradigma do patriarcado, que para essas autoras se apresenta distintamente do capitalismo. O primeiro, vincula-se ao plano ideológico e possibilita a dominação, e o segundo, refere-se à exploração econômica que determina a divisão da sociedade capitalista em classes sociais.

No capitalismo, ambos interagem de tal forma que é estabelecido entre eles uma simbiose perceptível nas relações de gênero. O primeiro, vinculando-se ao plano ideológico, possibilita a dominação, e o segundo, referindo-se à exploração econômica, determina a divisão da sociedade capitalista em classes sociais. A partir deste, a participação dos sexos na produção e na reprodução traduz uma ilusão, que estrutura as

¹⁴ Feminização do Trabalho Bancário; In: Novos Olhares-Mulheres e Relações de Gênero no Brasil.

relações entre os sexos sobre uma base tanto política como econômica, excluindo porém, a mulher do campo político.

Uma variante dessa visão é SAFFIOTI (1987), para quem há uma multiplicidade de propriedades da produção e da reprodução, sendo que o real não é departamentalizado. Quanto ao patriarcado, salienta que existe uma simbiose entre patriarcalismo e capitalismo (acrescenta também o racismo), porém, considera um equívoco a priorização de um antagonismo em detrimento do outro, posto que compreende ambos como constituintes e potencializadores dos esquemas de dominação e exploração, indo, assim, muito além da simples soma que a força de cada um é portadora na construção das desigualdades sociais.

A autora enfatiza que o patriarcado, assim como o racismo, constituem antigas formas de legitimação da discriminação social, integradas no capitalismo e que, a partir dessa simbiose, são estabelecidas formas de dominação/exploração mais intensas sobre as mulheres. O capitalismo não pode ser pensado apenas através da lógica do capital. Ele tem, em sua essência, um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, que explica o uso diferenciado pelo capital da força de trabalho feminina. No entanto, torna-se impossível a percepção clara dos limites de cada uma delas.

O conceito de patriarcado destaca-se como uma das vertentes nas análises fundadas numa perspectiva macroestrutural linear, que procura compreender as origens da dominação/exploração da mulher no trabalho, e que faz parte das formulações de Weber, que entende a exploração mais intensa do trabalho da mulher fundada numa forma arcaica de dominação: o patriarcalismo. Por outro lado, temos a corrente marxista, procurando explicar as formas de opressão através da divisão sexual do trabalho. No entanto, mesmo que um conjunto de análises partam dessas perspectivas teóricas, é possível apreender também divergências entre pesquisadores a respeito dessas relações.

Nessa perspectiva, as limitações e as qualificações sociais adquiridas pelas mulheres a partir das atividades desenvolvidas no desempenho dos papéis sociais, ditados por uma sociedade patriarcal, são apropriadas por esta mesma sociedade, em sua dimensão capitalista, possibilitando a intensificação da produtividade e da criação do excedente. Isto quer dizer que o capitalismo deve ser pensado não apenas através da lógica do capital mas também através de um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico. Neste contexto se insere o uso diferenciado da força de trabalho das mulheres (CASTRO e LEVINAS, 1992).

A abordagem analítica centrada na teoria do patriarcado foi alvo de críticas que apontavam sobretudo a impossibilidade de resgate das especificidades dos contextos históricos, nos quais a dominação exercida sobre as mulheres estava sendo estudada, pois, reduzidas à indignação originária sobre a causa da opressão e, tendo como resposta articulada a priori a simbiose patriarcalismo/capitalismo, as formas de subordinação das mulheres foram, muitas vezes, reduzidas a meras aparências (LOBO,1991), da mesma forma que classe foi reduzida a uma abstração.

Como aponta SHEILA ROWBOTHAM (1984), a palavra patriarcado coloca muitos problemas; remete a uma forma universal e histórica de opressão com fortes marcas biologizantes, produz um modelo feminista de base-superestrutura, uma estrutura fixa, enquanto que as relações entre homens e mulheres são tão mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam em reciprocidades tanto quanto em antagonismos.¹⁵

Esta crítica também se refere às abordagens, sobretudo de cunho marxista, referentes à divisão sexual do trabalho. Assim como o patriarcalismo, essa abordagem teórica também não é aceita de forma consensual, embora sua grande contribuição se apresente no sentido de articular relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais.

A homogeneização de uma classe é uma abstração; LOBO acredita que na raiz desta forma simplista e equívocada de se compreender as categorias profissionais encontra-se *“um conceito de classe construído exclusivamente a partir do lugar da produção, como se fosse possível separar relações sociais e relações de produção”* (1991:117). Reforçando esse argumento, a pesquisadora francesa Danièle Kergoat registra que *“tudo se passa como se o lugar na produção fosse elemento unificador de tal ordem que fazer parte da classe operária signifique comportamentos relativamente unívocos”* (KERGOAT,1978)

Essa questão nos remete a um amplo debate travado entre pesquisadores que têm desenvolvido análises a respeito da mulher no trabalho nas sociedades capitalistas, sobretudo a partir da década de 70. Trata-se de perspectivas teóricas e metodológicas, muitas vezes discordantes, que procuram tornar visíveis as práticas sociais que possibilitam a exploração e a dominação do trabalho feminino, assim como as formas de resistência engendradas.

No período caracterizado pela crise dos paradigmas macroestruturais nas ciências sociais durante os anos 80, quando a busca das causas da dominação/exploração foram

15 Ver Danièle Kergoat (1990) e, para uma crítica ao patriarcado, Rowbotham (1984).

cedendo espaço à ênfase nos significados das relações sociais constitutivas das relações de poder, é que se desenvolve uma possibilidade teórica para a análise das relações sociais: as relações de gênero (SCOTT, 1987). Para se compreender gênero é preciso destacar as relações sociais. A importância desta análise é salientada por Elizabeth Lobo, contribuindo significativamente com pesquisas e reflexões teóricas no âmbito da sociologia do trabalho, destacando as questões de gênero no trabalho.

Segundo ela, a categoria analítica “gênero” possibilita a busca dos significados das representações, tanto do feminino, quanto do masculino, inserindo-se nos seus contextos culturais e históricos. A análise das relações de gênero também implica na análise das relações de poder, e neste sentido, Scott salienta que essa relação permite a apreensão de duas dimensões, a saber: *a) o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; b) o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis (SCOTT, 1987).*

Para Scott, diferentemente do sexo, o gênero é um produto socialmente elaborado e representado; o desafio analítico proposto passa a identificar, em cada prática e relação social concreta a produção tanto de subordinações, como das formas de resistência nas relações de gênero.

Neste sentido, para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho, os estudos de caso apontam singularidades também setoriais, regionais, locais, que adquirem relevância e tornam-se necessárias num momento histórico, dando conta da apreensão das diferentes mentalidades e subjetividades que se expressam, e se formam em cada esfera da existência.

As análises a partir do referencial teórico de gênero estão se multiplicando e possibilitando, em diferentes áreas do conhecimento, uma visibilidade maior das relações sociais singulares que informam, não apenas desigualdades, mas hierarquias nas relações de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, em diferentes contextos sociais (BRUSCHINI e COSTA, 1992, entre outros).

Como conceito pertinente para pensar as relações no trabalho, que são um aspecto das relações sociais entre os homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática destas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre os homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: o gênero. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos locus das relações de gênero. E o uso do gênero como categoria analítica constrói, ao

mesmo tempo, uma relação social-simbólica, sem estabelecer uma mecânica de determinação.¹⁶ Este coloca em jogo a própria redefinição da relação de trabalho.

Tendo em vista a riqueza deste debate e centrada na preocupação em resgatar o conceito de gênero, inserimos nosso objeto de estudo: *saúde-doença na interação entre gênero e trabalho: através da análise das representações das empregadas domésticas.*

2. EMPREGO DOMÉSTICO: UMA VISÃO GERAL DO SEU SIGNIFICADO SOCIAL

Neste momento, torna-se necessário recuperar algumas das contribuições relevantes no âmbito dos estudos que tratam especificamente o emprego doméstico. A literatura consultada sobre emprego doméstico no exterior tende a tratar de estudos históricos (GRAHAMAM,1988, PALMER,1989), ou então, relata histórias de vida de imigrantes que vão para os Estados Unidos ou para o Canadá trabalhar como domésticos (ROLLINS,1989, SILVERA, 1989). HIGMAN (APUD CHANEY E CASTRO op.cit. p.17), num estudo sobre a Jamaica, questiona se a industrialização é o fator de maior influência na proporção de trabalhadoras domésticas e centra sua discussão nas trocas de posições sociais das trabalhadoras na Jamaica, as quais têm sido cruciais na determinação dos níveis de emprego. HUNJESOF (1993) ao tratar da história do serviço doméstico na América Hispânica (1492 - 1980), associa as transformações de uma ocupação, na qual a metade dos empregados domésticos foram homens brancos, a uma ocupação que tem se convertido em quase totalmente de mulheres e de pessoas de sangue e castas mescladas com as transformações estruturais da sociedade. GRAHAM In: *Sirvientas y amas in Rio de Janeiro em la década de 1870: percepciones de la casa y de la calle*, descreve as possibilidades de liberdade para a empregada, na medida em que faziam comprar ou acompanhavam suas sinhas.

Outros estudos, ainda, enfocam aspectos da identidade em situações migratórias (MEERSSCHERT, 1986). Estudos desenvolvidos no Uruguai tratam da invisibilidade das trabalhadoras domésticas (ROSTAGNOL,1988, TORRES, 1988). ZURUTUZA e BERCOVICH (1989), descrevem as condições de trabalho na Argentina. LAUTIER e PEREIRA (1994), repousam sua metodologia nas virtudes heurísticas da análise das margens, princípios que segundo eles, parecem ainda um tanto esquecidos hoje, embora

16 Ver Eleni Varikas (1990). Sobre os usos do gênero, ver especialmente J. Scott (1988, 1990). Uma tentativa de análise nesses termos está

constituam uma das principais lições de Michel Foucault. Partem da análise de duas populações "marginais": os operários desqualificados da construção e as empregadas domésticas na América Latina. Analisando a questão do mercado de trabalho, descartam a hipótese economicista sobre este fenômeno e passam a avaliar comportamentos e trajetórias destas categorias. Os autores enfatizam que as representações e estratégias dessas trabalhadoras constituem elemento fundamental para a conformação e funcionamento do mercado de trabalho.

Conforme CHANEY E CASTRO (1993), o trabalho acadêmico sobre o serviço doméstico tem se constituído numa série de esforços inconexos, não sustentando um conceito teórico central. Esta aponta para os trabalhos de DUARTE, GALVEZ Y TODARO, GARCIA CASTRO Y LÉON, como exemplos de esforços nesse sentido.

LÉON descreve e analisa as atividades desenvolvidas pelo Projeto Ações para transformar as Condições Sócio- Laborais do Serviço Doméstico na Colômbia, dentro do marco de sua relação com o emprego doméstico. Resume o marco social das relações de trabalho da empregada doméstica, descreve os diferentes tipos de ações desenvolvidas e assinala alguns problemas enfrentados juntamente com as lições aprendidas.

GÁLVEZ E TODARO analisam a especificidade do trabalho doméstico assalariado e suas conseqüências sobre as trabalhadoras e suas organizações. Tentam responder por que as empregadas de casa particular no Chile não se organizam.

Do ponto de vista teórico, foi o feminismo, sobretudo dos anos 70, que se encarregou de começar a estudar o emprego doméstico e a questioná-lo como processo de trabalho e relação social. Nesse período analisava-se que esse trabalho era necessário à acumulação capitalista. Esquecido ficava, segundo BRITTO DA MOTTA (1992), o caráter original, não diretamente capitalista da produção doméstica, e despercebida a forte carga ideológica que impregna as relações que a constituem, e que mantinham inquestionada - e, em grande parte, ainda mantém - a realização desse trabalho em âmbito privado, de modo gratuito ou mal pago por pessoas majoritariamente do sexo feminino.

BRITTO DA MOTTA (1977), ao realizar uma pesquisa entre empregadas domésticas em Salvador, parte da "visão de mundo" destas trabalhadoras para compreender uma série de fatores que fazem com que as relações de trabalho entre patroas e empregadas sejam extremamente complexas. Entre estes fatores, o principal,

segundo a autora, seria a ambigüidade implícita no ato das empregadas morarem e cuidarem de uma unidade doméstica que não é sua. Daí decorreriam os múltiplos conflitos existentes nestas relações de trabalho.¹⁷

SAFFIOTI (1978), em seu livro "Emprego Doméstico e Capitalismo", inaugura um dos campos de estudo sobre trabalho doméstico. Para a autora, no modo de produção capitalista, coexistem formas não capitalistas de trabalho, onde o trabalho doméstico se inclui. Nesta perspectiva, SAFFIOTI enfatiza a desigualdade entre os trabalhadores dos setores capitalistas e dos setores não capitalistas, em que estes últimos apropriam-se de "parcelas relativamente menores do produto social e não usufruíam integralmente dos benefícios proporcionados pelo sistema capitalista", ficando portanto, à margem dele.

Para ela, a empregada doméstica, em sua forma assalariada, uma categoria criada pelo capitalismo, não executa tarefas tipicamente capitalistas, porque são realizadas dentro de uma instituição, a família. As tarefas desempenhadas pelas empregadas domésticas não criam mais valia, porque são consumidas diretamente pela família empregadora, mas embora não capitalista, essa relação torna possível a reprodução da força de trabalhos. A articulação entre trabalho doméstico e as relações capitalistas far-se-à, principalmente, pelo mecanismo do exército industrial de reserva.

Esta pesquisa deu origem a interpretações similares, como por exemplo, os trabalhos de FARIAS (1983) e MANESCHY (1986). Tal como SAFFIOTI, estas autoras analisam o emprego doméstico do ponto de vista de um exército industrial de reserva que produziria formas não -capitalistas de trabalho.

Partindo de outra perspectiva, KOFES (1990 e 1994), analisa a exclusão das empregadas domésticas da CLT, acentuando três aspectos que fundamentam esta estratégia: 1) O caráter econômico, ou não econômico, das tarefas desempenhadas pela empregada doméstica. 2) A divisão entre o privado (o particular) e o público (coletivo). O primeiro, campo das afetividades e individualidades, o último, a ser regido por normas contratuais. 3) A confusão entre unidade doméstica e as relações familiares, e entre o que seria prestação de serviços, o que dificultaria a caracterização e a distribuição entre a dona de casa ou um outro parente nesta prestação de serviços, e a empregada doméstica.

Neste sentido, a autora aponta para a necessidade de observação da complexidade da relação empregada - patroa no âmbito doméstico. Assim, a autora visa: *"... descortinar as representações sobre estas relações sociais por referência a dois sujeitos patroas e*

¹⁷ Sobre este aspecto ver também CHANEY e CASTRO (1993); ROLLINS (1985).

empregadas domésticas e sobre o doméstico ele próprio, visto como lugar definidor por, e definidor de, uma categoria social - mulheres e seus atributos". (1990: 30).

Reconhecemos, portanto, da mesma forma que KOFES e CASTRO (op.cit.)¹⁸, que o serviço doméstico não pode ser avaliado unicamente através de categorias econômicas, mais comumente utilizadas, tais como produtividade, jornada de trabalho, preço de compra e venda da força de trabalho. Reconhecemos que toda sociedade tem um sistema sexo/gênero, onde a essencialidade do sexo é passada para o gênero sem que muitas vezes se distinga o fato biológico sexo masculino e feminino, da construção do fato biológico ser macho e ser fêmea. Se a essencialidade do sexo é passada para o gênero a mulher se torna naturalmente sujeito do lar, o que nos obriga a pensarmos a relação de trabalho patroa e empregada como essencializada. O problema se apresenta, então, enquanto o desafio de pensar gênero, articulado no interior de um trabalho estigmatizado. Não se trata de rejeitar sexo, mas de compreender que este trabalho, talvez mais do que outros transpõe características de sexo biológico para sexo cultural/ gênero, muito úteis, quando se pensa que é diferente ser macho e ser fêmea . Sobretudo, em situações econômicas e culturais tão desiguais, em que o serviço doméstico se impõe à mulher pobre, às vezes porque se trata de ter um trabalho e um abrigo e, na essência, porque é compreendido como trabalho que se adapta mais a mulher, mas que é perpassado pelo recorte da classe social, visto que essas mulheres são diferentes entre si.

Outro aspecto recorrente nos estudos sobre trabalho doméstico, diz respeito à questão racial. Em suas análises VIEIRA (1987) e AZEREDO (1989), percebem essa forma de trabalho como uma remanescência do trabalho escravo. Nessa forma de trabalho a maior parte das empregadas domésticas é composta por mulheres negras. Estas ocupariam, na hierarquia social, as posições inferiores, sendo vítimas da exploração e opressão da "sociedade racista".

Na linha de continuidade da produção feminista acadêmica, outro quadro de referência foi produzido a partir do convencimento de que, sendo a realidade social complexa e multifacetada, o seu desvendamento requeria várias "entradas" teóricas, tais como no caso do trabalho doméstico, as relativas à classe, identidade étnica, gênero, etc. Ensejou-se, ainda, o necessário recurso a categorias pouco trabalhadas, como as da ambigüidade e ambivalência (REZENDE, 1995).

Trabalhos como os de ABREU, JORGE e SORJ (1990), também ressaltam a especificidade desta categoria frente a outras. Formada essencialmente por mulheres,

¹⁸ Artigo intitulado: *Qué se Compra y qué se vende em el servicio doméstico ? El Caso de Bogotá: una Revisión Crítica.*

esta categoria dispõe de recursos precários em termos salariais e de contribuição para a Previdência Social. Daí, resultando, segundo as autoras, condições de trabalho bastante diferentes de outros trabalhadores assalariados que, segundo LAUTIER (1994), se caracterizam pelo caráter não profissional, pela representação do seu caráter transitório e, sobretudo, pela precariedade.

Recentemente, NUNES (1994), pretendeu mostrar o universo das empregadas domésticas, em Brasília, recuperando os mecanismos da construção da identidade, cidadania e representações sociais deste grupo específico, em um período que abrange desde a década de 70, até os anos 90. Ela ressalta " essa impressão que o emprego doméstico se constrói em cima de algo sempre percebido como negativo".

A estes aspectos OLIVEIRA (1995), agrega outro: o sentido da diferenciação social entre classes que compõem a sociedade e o peso que cada uma ocupa no lugar da produção. Em outras palavras, a importância que cada grupo ocupacional possui dentro do processo produtivo determinará o maior ou o menor grau de direitos correspondentes a eles.

As práticas que se constituíram em torno do trabalho doméstico são um espaço privilegiado para a expressão de contradições e ambigüidades, como relações ora de antagonismos, ora de alianças ou de coexistência (ANDERFUHREN, 1995; GIRARD, 1994), tanto de classes sociais diferentes como de gênero, tanto entre empregados e patrões (Kofes, 1990), como entre donas - de- casa e sua família.

Embora não seja objeto desta pesquisa, é preciso, ainda, fazer menção ao trabalho doméstico masculino, mesmo que o percentual de homens seja estimado em torno de 10%, como conclui BRITTO da MOTTA (1984), ao analisar o trabalho doméstico masculino em Salvador. Neste mundo ocupacional de mulheres, em que elas são uma massa igualmente destituída, inserem-se poucos homens, numa escala internamente hierarquizada de atribuições, tarefas, salários e expectativas sociais, em que são determinantes além do sexo como gênero social, o sexo, também, como opção sexual nos seus correlatos ideológico-afetivos, além da faixa de idade. Tanto como as categorias mais diretamente sociais, como escolaridade, formação profissional, residência rural ou urbana, etc.

Nessa hierarquia de sub-ocupações do emprego doméstico masculino, em Salvador, discernem-se três tipos principais: 1) o costumeiramente exercido por homens, quase exclusivamente por jovens, e com péssima ou nenhuma remuneração em dinheiro, nas seguintes modalidades: a) apoio ou complementaridade às tarefas realizadas por mulheres, dentro

da casa, ou: b) realização de tarefas “não femininas”, (porque exercidas fora da casa). Ou sejam: Varrição de casa, lavagem de vidros (paredes) e sanitários, faxina em geral. Varredura de áreas externas e jardim, lavagem de carros, limpeza de piscinas, cuidado de cachorros, mandados de rua. (realização de pagamentos, pequenas compras, etc.).

Estes são empregos geralmente transitórios na vida do indivíduo, tarefas para jovens que servem às camadas mais altas da população.

2) Entre as ocupações exclusivamente masculinas jamais exercidas por mulheres com melhor “status” e melhores, às vezes, muito melhores salários constam: jardineiro e motorista.

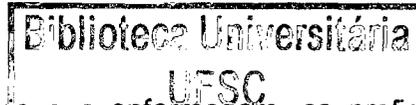
3) O trabalho igual ao tradicionalmente realizado por mulher (cozinhar, limpar a casa, cuidar das crianças, lavar e passar roupa), o que corresponde ao que se identifica tipicamente como trabalho doméstico, é o menos conhecido em suas condições de realização, e a respeito das quais evitam falar empregados e patrões.

“Se os homens realizam estas atividades referidas por último, isto significa uma certa troca de ambivalências sociais, diferentes da substituição de um sexo pelo outro em atividades ou ocupações, onde o ritmo da conjuntura, se conquista ou ascende a um novo posto. Esses homens não conquistam nada. Eles são tão ou mais discriminados socialmente do que as mulheres que ‘substituem’: são os mais pobres, os de mais baixo grau de escolaridade, os muito jovens, os homossexuais” (BRITTO da MOTTA, 1991).

3. EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Após termos tomado ciência, mesmo que brevemente, de alguns aspectos teóricos apontados pelas bibliografias sobre trabalho feminino e emprego doméstico, é importante que pensemos igualmente os dados estatísticos relativos ao emprego doméstico no Brasil. Olhando pelo espelho do tempo, temos que a categoria empregada doméstica abrigava em 1970, cerca de 30% das trabalhadoras e, ao lado do trabalho no campo e nas indústrias têxteis e do vestuário, representava uma das únicas possibilidades de trabalho remunerado fora do lar para mulheres menos instruídas, sobretudo, se levarmos em conta, que este é um momento de crescimento acelerado da produção não agrícola e da intensificação do processo de terciarização, que começa a se esboçar, até se intensificar nas décadas de 80 e 90.

É este um momento da história em que o setor secundário acolhe grande contingente de mão de obra, passando este papel nos anos 80, para o setor terciário, o que trouxe muitas pessoas do campo para a cidade, restando às mulheres menos instruídas a função de empregada doméstica, como forma de aumentar o rendimento familiar. Enquanto isso, ser secretária ou vendedora era o caminho possível para as



mulheres de nível médio de instrução e o magistério e a enfermagem, as profissões disponíveis para as que completavam o curso superior, profissões compatíveis com uma economia que se abria em seus segmentos sempre mais para o setor terciário. Esses segmentos são representados, segundo os autores Oliveira, Porcaro e Jorge (1995), pelo crescimento do comércio ambulante e feiras livres (7,5% ao ano), prestação de serviços exclusive domésticos (6,4% ao ano), atividades sociais (6,2% ao ano) e serviços públicos (5,8% ao ano). Aspecto de maior relevância no crescimento do setor terciário, tiveram, ainda, as atividades impulsionadas pelas oportunidades geradas no emprego público e pelas oportunidades de trabalho abertas na prestação de serviços, exclusive domésticos, contribuindo, também, de maneira significativa, o comércio em geral. Segundo esses autores, tais dados autorizam a dizer que, em face da retração do emprego ou, inclusive, das demissões em massa que por sucessivas vezes marcaram o comportamento do setor privado da economia ao longo dos anos 80, o setor público teria desempenhado um papel decisivo no sentido de amortecer os impactos da crise sobre o nível geral de emprego. Ao lado deste encontramos o comércio estabelecido e ambulante, e a prestação de serviços, exclusive domésticos. Ambas as atividades experimentaram taxas de crescimento anual bastante próximas uma da outra (em torno de 6%), representando quase o dobro da taxa da população ocupada como um todo (3,5%). Ainda há que se levar em conta que, embora obscurecidos pelo notável crescimento do comércio e da prestação de serviços, outros ramos do terciário, como as atividades sociais e os serviços financeiros, técnicos e profissionais, também apresentam uma expansão de seus níveis de ocupação.

Os anos 80 caracterizam-se pelas formas de inserção no trabalho, que se distanciam dos modelos clássicos. Esse novo modelo é originário na grande indústria e desenvolvido pari passu à ação sindical e à legislação do trabalho, é pautado em suas linhas mestras pela execução de um trabalho para outrem em troca de salário, caracterizando-se, ainda, por se realizar para um único empregador, no local do empregador, em regime de jornada integral, em período indeterminado de tempo, bem como por incorporar uma série de direitos e benefícios sociais para o trabalhador e de obrigações para o empregador e o Estado (Cordova, 1986).

De 1980 para 1990, constata-se que houve um aumento na participação relativa da categoria empregados. Isto se deveu única e exclusivamente aos empregados públicos, que tiveram sua participação ampliada de 8% para 9%, uma vez que a dos empregados particulares declinou de 50,4% para 48,8%. Esse declínio na participação relativa do conjunto de empregados particulares se deu de forma ainda mais acentuada

para o subconjunto de empregados com contribuição à Previdência Social, e se fez acompanhar por um ligeiro aumento na participação dos trabalhadores autônomos: de 22,3% para 22,6%. No caso do emprego doméstico, também observa-se um declínio de 1980, para 1991. Em 1981, o emprego doméstico representava 8,7 das categorias sócio ocupacionais. Em 1983, passou para 9,1, mantém-se em 1986 em 9,1 e declina para 8,1 em 1990. São as trabalhadoras domésticas que experimentam as menores taxas de crescimento nesse período, (3,3% ao ano), reduzindo sua participação no total de pessoas ocupadas (8,2% em 1981, e 7,4% em 1990). Porém, é o único subsetor do terciário que apresenta crescimento da proporção de trabalhadores com contribuição à Previdência, passando de 19,5 em 1983, para 19,6 em 1986, e 23,9%, em 1990, declinando para 23% em 1991. O declínio mais acentuado, porém, se dá entre os trabalhadores autônomos. (IBGE, 1981, 1983, 1986 e 1990)¹⁹

Segundo dados do IBGE é possível que a queda do padrão de rendimento familiar tenha provocado uma retração na demanda dos serviços domésticos, nesse período. E, por outro lado, é possível que o estigma e os níveis salariais mais baixos, ainda hoje associados à categoria de trabalhador doméstico, apesar de suas importantes conquistas em termos de legislação trabalhista, tenham levado muitas mulheres a preferirem outras formas de inserção produtiva.

Mesmo assim, a entrada de trabalhadoras domésticas no mercado representou 11,7% do incremento total da ocupação feminina, de 1981 a 1990. Ao lado de outros fluxos igualmente significativos, como o de empregadas públicas e particulares e de trabalhadoras autônomas em ocupações manuais (19,2% e 20,9%, respectivamente). Em conjunto, as quatro categorias responderam por 71% do acréscimo absoluto de mulheres ocupadas em atividades não agrícolas, entre 1981 e 1990.

Relevante do ponto de vista da distribuição setorial é o papel do terciário como pólo absorvedor da mão de obra feminina. Em 1990, quase $\frac{3}{4}$ das mulheres estavam nele ocupadas, inserindo-se principalmente em atividades da prestação de serviços (31,5%), nos serviços públicos (15%) e no comércio (13,2%), e representando quase a totalidade dos trabalhadores em serviços domésticos (92,3%) e mais da metade dos trabalhadores em atividades sociais e serviços públicos.

Não obstante, o crescimento e a diversificação do trabalho feminino observado de 1981 para 1990 manteve-se segundo Oliveira, Porcaro e Jorge (1995), apoiados em

¹⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento - Tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981, 1983, 1986 e 1990.

tabulações especiais da PNAD 90, a concentração ocupacional das mulheres: em 1990, 18,6% se incluíam na categoria empregadas domésticas, 11% eram balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria; 9,6% desempenhavam funções administrativas (auxiliares de escritório ou secretárias); 6,7% eram costureiras e 4,8% professoras do 1º grau.

As transformações operadas no mercado de trabalho entre 1981 e 1990 se traduziram por um crescimento acentuado das atividades que demandam baixa qualificação, como o comércio ambulante e a prestação de serviços, pela expansão da produção independente em áreas urbanas, por uma participação maior das mulheres na população ativa e por uma menor proporção de contribuintes à Previdência Social.

Nesse período, as variações no rendimento não se deram de forma homogênea, atingindo os diversos agentes em sentido e proporções variáveis. Segundo dados do IBGE (op.cit), os trabalhadores engajados na indústria de transformação tiveram uma queda de rendimentos de 15,5%, entre 1981 e 1990, enquanto os ocupados na prestação de serviços exclusive domésticos e no comércio estabelecido elevaram o nível de rendimentos em 9,7% e 8,2%, respectivamente. A análise, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho urbano aponta para a redução generalizada de rendimentos dos empregados particulares, que registraram: 23,9% (correspondentes a 4,4 salários mínimos) para os engajados em ocupações de nível superior e gerenciais; 17,9% para os de nível médio, e 14,7% para os manuais. Foram significativos também os decréscimos de rendimento observados para os empregados públicos em ocupações manuais (10,7%), e trabalhadores domésticos (9,1%).

Pelo prisma das categorias ocupacionais, entre as pessoas ocupadas com contribuição à Previdência Social, houve queda de rendimento real, resultando num decréscimo de 6,2 para 6 salários mínimos (-3,2%), enquanto os não contribuintes tiveram o seu rendimento ampliado de 2,1 para 2,3 salários mínimos (9,5%). Apresentaram perdas significativas de rendimento os empregados particulares e o trabalhadores domésticos. O nível médio de remuneração das mulheres, que em 1981 era de 2,7 salários mínimos mensais, passou a três em 1990, apresentando crescimento real em praticamente todos os subsetores de atividade, enquanto o dos homens permaneceu constante (cinco salários mínimos).

Se é verdade que, entre 1981 e 1990, registrou-se uma redução no diferencial, por sexo, dos rendimentos, é verdade também que os rendimentos dos homens, não importa em que setores de atividades ou ocupações, sempre foram e continuam a ser bem mais

elevados do que o das mulheres. No que diz respeito ao mercado de trabalho urbano é preciso lembrar que, mesmo acrescido 10,3% entre 1981 e 1990, o rendimento médio das mulheres, em 1990, não chegava a alcançar 60% do rendimento médio dos homens. Contando, observa-se nesse período, um declínio dos rendimentos masculinos em termos médios (10,0%).

Conforme BRUSCHINI (1994), o exame desagregado das ocupações, segundo informação disponível até o recenseamento de 1980, mostra que, apesar dos deslocamentos ocorridos na década de setenta, as mulheres que ingressaram na força de trabalho continuaram a fazê-lo em guetos tipicamente femininos: em 1980, 70% das trabalhadoras se concentravam em pequeno número de trabalhos de mulher: empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que tinham nível médio de instrução, professoras ou enfermeiras para as que tinham alcançado escolaridade mais elevada, ou mesmo média. Na indústria embora a trabalhadora tenha ingressado em ramos dos quais até então estava ausente, como o elétrico e o eletrônico, sua participação ainda era mais intensa na indústria do vestuário (BRUSCHINI, 1989).

Há que se levar em conta, porém, que as mulheres estão conquistando outros espaços no trabalho. Segnini (1994), a partir de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, mostra que as mulheres se constituem, hoje, em 47% entre os bancários, categoria na qual seu acesso não era permitido antes de 1960. As bancárias estão presentes sobretudo nos bancos estatais, e 80% delas concentram-se em níveis hierárquicos inferiores. Segundo a autora, apesar da existência de legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos, a segmentação dos postos de trabalho exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói “guetos” femininos de trabalho, a mulher insere-se nesse trabalho em tempo parcial. No banco pesquisado²⁰ 83% das mulheres trabalham inseridas na relação empregatícia de “escriturária”. Mesmo considerando que as mulheres bancárias são altamente escolarizadas. A inserção neste tipo de função lhes impede a ascensão na hierarquia do banco, uma vez que se especializam em funções que não demandam conhecimento específico bancário. Por outro lado, amenizam as possíveis frustrações que poderiam surgir do interesse em alguma promoção, uma vez que essas mulheres assumem que, trabalhando em tempo parcial, podem se dedicar em outros horários aos seus papéis de esposa e mãe, elemento esse que se torna, ao mesmo tempo, amenizador dos possíveis conflitos que poderiam

20 Trata-se de um banco estatal do Brasil com 36.000 funcionários

admirar na exigência de maximização da eficiência no trabalho. Mas que, por sua vez, fragiliza a luta das mulheres nas relações de trabalho determinando, que as relações de gênero estruturam a segmentação dos postos de trabalho, bem como as relações de poder que lhes são decorrentes, com reflexos na saúde da mulher bancária.

A lesão por Esforços Repetitivos (**LER**), doença profissional, também conhecida como “mal do digitador”, foi detectada em 408 bancários, em 1993. Entre eles, 80% são mulheres, revelando assim, mais uma vez, o “lugar” por elas ocupado.

Baseada em dados da PNAD 1990, ABREU, Jorge e Sorj (1994), consideram que, dentro do setor informal, os trabalhadores domésticos, em geral, permanecem sendo a categoria mais desprotegida e vulnerável, estando concentrados quase totalmente (99%) no setor de pequenos empreendimentos²¹ com 5 pessoas ocupadas; de um total de 3 milhões e oitocentos mil trabalhadores domésticos²² 92,2% são mulheres. Mais de um terço das mulheres ocupadas nesse setor são empregadas domésticas (36,6%), sendo que, para as mulheres não brancas, essa percentagem sobe para (43,0%). Relevante, ainda, é o fato de que cerca de 77,9% desses trabalhadores não contribuem para a previdência social, e cerca de 74,4% são empregados sem carteira assinada. Além da alta rotatividade, mais de 60% das empregadas domésticas ficam menos de 2 anos em cada emprego. Esta alta rotatividade também é confirmada pelos dados obtidos através da PNAD de 1995, sobre o Estado de Santa Catarina, e que serão citados mais adiante.

4. EMPREGO DOMÉSTICO EM FLORIANÓPOLIS E SANTA CATARINA

21 Segundo a PNAD, quase 40% dos empregadores, em 1990, engajavam-se em empreendimentos que ocupavam até três pessoas, incluindo o próprio empregador, os trabalhadores não remunerados e os empregados propriamente ditos. Empregador pela definição da PNAD, é aquele que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com pelo menos um empregado.

22 Há um número mais elevado de mulheres do que de homens que trabalham em casa. Segundo BRUSCHINI (op.cit), informações sobre o local de trabalho revelam que 26% das brasileiras, 31% das nordestinas e 26,2% das trabalhadoras do sudeste realizam a atividade na moradia, enquanto percentual igualmente elevado trabalha no domicílio de outra pessoa (FIBGE, 1992b APUD BRUSCHINI). É possível supor que entre as mulheres que trabalham no domicílio se encontrem tanto as empregadas domésticas quanto as trabalhadoras domiciliares autônomas ou subcontratadas para a indústria, as quais através da costura, da produção de alimentos e de inúmeras outras atividades informais, contribuem para a renda, quando não para o próprio sustento do grupo familiar (ABREU E SORJ, 1993). Na Grande São Paulo, análise de dados sobre o local de trabalho e posição na família, realizada pelo DIESE, mostrou que, em 1985, 10,2% das cônjuges trabalhavam no domicílio, enquanto apenas 2,6% dos paulistanos ocupados estavam na mesma posição. Nessa cidade, em 1981, 5% de um total de 10 milhões de pessoas, a maioria composta por esposas, exerciam atividades definidas como bicos, como manicure, confecção de doces e costura (BRUSCHINI E RIDENTI, 1993).

Esses dados gerais nos dão uma visão global do significado social do emprego doméstico. Em relação à relevância estatística do emprego doméstico em Florianópolis, apesar dos esforços empreendidos pelos técnicos do IBGE, SEDUMA e FIESC, não temos como auferir dados, devido a ausência de suas fontes. Mas podemos inserir sua importância dentro das características de emprego desta cidade. Segundo documento elaborado pelo PIDSE²³, observando a distribuição populacional de Florianópolis, constata-se que a zona urbana concentra a grande maioria da população municipal, dando-lhe características de município essencialmente urbano.

Segundo o documento citado, é o setor terciário da economia em Florianópolis que se constitui num dos seus aspectos mais dinâmicos, (nesse setor se insere o emprego doméstico). Setor este, responsável por grande parte da movimentação das riquezas, gerador e articulador da infra-estrutura necessária para o desempenho das relações de troca entre os consumidores e as empresas privadas e públicas. Dentro deste setor terciário é o subsetor serviços o mais expressivo, representando 60% das atividades. O mesmo se pode dizer em relação ao conjunto do Estado de Santa Catarina, onde os índices de concentração no nível de empregos em serviços eram, em 1992, de 119,23 de um total de 922,22, distribuídos em 57,32 na Indústria Extrativa Mineral, 107,67 em Indústria de Transformação, 101,98 Serviços Industriais de Utilidade Pública, 112,96 Comércio, 108,77 Administração Pública, 99,77 Agropecuárias Extrativa Vegetal, Caça e Pesca, 103,92 outros.

De acordo com a PNAD (1995), no que se refere ao Estado de Santa Catarina, a população residente por situação de domicílio e sexo em 1995 era de 4.853 391 pessoas. Deste total, 2.425 272 (49,9%) eram homens e 2.428 119 (51%) eram mulheres. Concentravam-se espacialmente, na zona urbana 3.474 360, dos quais 1.691 161 (48,6%), eram homens e 1.783 199 (51,32%), eram mulheres. Os demais, 1.379 031, concentravam-se na zona rural, sendo 734 111 (53,2%) homens, e 644 920 (46,7%), mulheres. Das pessoas ocupadas na atividade principal, totalizando 2.547 085; os homens constituíam 58% (1.500 811) e as mulheres constituíam 41% (1.046 274), contribuindo para a previdência um total de 1.285 849 (50,48%), sendo que 1261 236 (49,6%), não contribuía. Considerando os gêneros, aqui, como definição biológica masculino e feminino, dentre os homens de um total de 1.500 811 (58%) 849 611 (56,6%) contribuía para a previdência, enquanto 651 200 (43,4%), se incluíam entre os não contribuidores. Dentre as mulheres, 1.046 274 (41%), 436 238 (41,7%), eram

23 PIDSE - Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico de Santa Catarina - Novas Oportunidades / Florianópolis, 1990.

contribuintes previdenciárias, ao passo que, 610.036 (58,30), declararam-se não contribuidoras.

Esse quadro confere com a precarização da força de trabalho feminina apontada a nível nacional (BOTELHO, 1994), uma vez que o número de mulheres é superior ao dos homens e sua inserção no trabalho principal²⁴ é inferior. Há que se levar em conta, que as declarantes estivessem em outros trabalhos, não considerados o principal, ou tenham sido registradas como inativas, como se tem feito em relação às donas de casa. Não podemos esquecer, ainda, que nos domicílios chefiados por mulheres a não contribuição para a previdência, vem associada a sua extrema pobreza.²⁵(BARROS, FOX, MENDONÇA, 1994).

Embora não tenhamos dados sobre o Estado de Santa Catarina, supõe-se, a partir do quadro acima, que também a contribuição previdenciária seja inferior entre as mulheres. Há que se levar em conta, neste caso, a média nacional, onde as mulheres também tem menos representatividade entre a clientela do sistema de seguridade, desde que 48% da população feminina economicamente ativa, (em confronto com 37% da força de trabalho masculina), estão empregadas no setor informal, podendo ser incluídas no sistema, apenas como dependentes de seus maridos ou pais contribuintes. Mesmo assim, através desta condição, têm acesso limitado a alguns serviços, como assistência hospitalar, ou recebimento de benefícios de pensões por morte do contribuinte..

De acordo com a PNAD (1995), o setor de serviços no Estado de Santa Catarina inclui 361 905 pessoas, das quais, 136 081 são **contribuintes Previdenciárias**, representando 37,6%, e 225 824 não são, representando 62,4%. Dos 137 790 homens (38,1%), deste setor, 68.043, representando 49,38%, são contribuintes Previdenciários, e 69 747, representando 50,6% dos homens, não são contribuintes. Dentre as 224 115 (61,9%); mulheres, 68 038 (30,35) contribuem para a Previdência, e 156.077 (69.6%) não contribuem.

As mesmas desigualdades na contribuição entre homens e mulheres foram apontadas pela PNAD (1990). Se pensarmos dados referentes ao Estado de Santa Catarina relativos ao setor de serviços, encontramos, entre as pessoas ocupadas, segundo o ramo de atividade, 278.806 neste setor, sendo que 103.969 eram homens, 52.382 contribuíam para a Previdência e 41.587 não contribuíam. As mulheres correspondem a 174.837, das quais 51.600 contribuem para a previdência e 123.237 não

24 Trabalho principal é o que foi declarado como principal atividade na semana de referência.

25 15 a 19% dos domicílios são chefiados por mulheres

contribuem. Dados que, sem dúvida, vêm apontando a precariedade situacional da força de trabalho feminino. Se considerarmos ainda os empregados no trabalho principal, por carteira de trabalho assinada pelo empregador segundo sexo e ramo de atividade, constataremos que, dos 150.188 trabalhadores no ramo de prestação de serviços, 63.152 possuem carteira assinada e 87.036 não possuem. Destes 150.188, 46.979 eram homens e 103.209 eram mulheres. Dentre os 46.979 homens, apenas 26.955 possuíam carteira assinada e, enquanto 20.024 não possuíam. Entre as 103.209 mulheres, 36.197 possuíam carteira assinada e 67.012 não possuíam.

Neste setor, os trabalhadores domésticos, segundo posição na ocupação principal, somam 139 498 pessoas e representam 5,47%; dentre os 2. 547 085 trabalhadores que declararam vínculo empregatício entre as pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência²⁶, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo sexo e grupos de idade. **Destes, 6.288 eram homens (4,5%); e 133.210 eram mulheres (95,5%).**

Se observarmos as faixas etárias, encontramos ainda um dado significativo para se avaliar em que faixas se concentravam as mulheres e os homens, levando-se em conta que a maioria dos empregos domésticos masculinos estão associados a atividades consideradas socialmente de mais valor, os homens que se concentravam numa faixa etária superior, estavam inseridos nesse trabalho com qualificação reconhecida socialmente, mesmo se suas faixas salariais, equivalesssem às das mulheres. Na faixa etária de **10 a 14** anos de idade, encontramos 8001 (5,7%); das pessoas ocupadas nessas atividades, todas. Dos **15 aos 19** anos de idade, encontramos um total de pessoas de 24013 (17,2%); todas mulheres. 17.151 pessoas são mulheres de **15 a 17** anos de idade e correspondiam a 12,2%, do total que é de 139.498. Nas faixas de **18 a 19** anos de idade encontramos 6.862 mulheres (4,9%) do total. A concentração de mulheres persiste nas duas distribuições etárias consideradas a seguir. Sendo que dos **20 aos 24** anos se concentravam 28.585 mulheres, representando (20,49%) do total, e dos **25 aos 29** anos de idade, 15.437 mulheres, representando (11,0%) do total. A diversificação por sexo começa a se apresentar a partir dos **30 a 39** anos de idade, onde tinha-se um total de 32.593 (23,36%) pessoas, das quais 2. 858 eram homens (8,7%) e 29.735 (91,2%) eram mulheres. Como é possível verificar desde os primeiros dados, nesse trabalho, havia concentração majoritária de mulheres. Dos **40 a 49** anos de idade tínhamos um total de 16. 575 (11, 88%) pessoas, das quais 1714 (10,3%) eram homens, e 14 861 (89,6%)

eram mulheres. Dos **50 a 59** anos, encontramos 12007 (8,6%) pessoas, dentre elas 572 (4,7%) eram homens, e 11 435 (95,2%) eram mulheres. Dos **60 ou mais** anos de idade, encontramos 2.287 pessoas (1,6%) ,das quais 1.144 (50%) eram homens, e 1.143 (49,9%) eram mulheres. **A moda relativa à faixa etária que mais concentra empregados domésticos** é a faixa etária dos **30 aos 39** anos de idade (23,3%), sendo, destes, (91,2%) mulheres. A concentração de homens era maior se comparada a das mulheres somente nas faixa acima dos 60 anos, mas, nesses casos, deve-se levar em conta a argumentação já citada e o fato de que essa faixa etária representa somente 1,64% (2.287), do total de 139.498 trabalhadores domésticos.

Conforme dados da tabela PNAD 95, sobre pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e o local de estabelecimento do trabalho principal. Dos 139.498, trabalhadores domésticos, 23.443 (16,8): **residiam na unidade domiciliar em que trabalhavam**. E 116. 055 (83,19): **residiam fora da unidade familiar em que trabalhavam**. Os homens constituíam-se em 4,5% (6.288) da amostra e 18,19: (1. 144), residiam na unidade familiar em que trabalhavam, enquanto 81,8% (5.144) não residiam. As mulheres constituíam 95,5% (133.210) do total de pessoas, e 16,7% (22.299) residiam na unidade familiar em que trabalhavam, enquanto que, 83,2% (110. 911) não residiam.

Quanto aos que **possuíam ou não carteira assinada**, dos 139. 498 empregados domésticos, 33. 733 (24,18%)possuíam carteira assinada, e 105.765, (75,8%) não possuíam, o que mais uma vez denota a grande precarização desta força de trabalho. Atingindo, nesse caso, sobretudo as mulheres que eram a grande maioria. Dos 33.733(24,18%) com carteira assinada 10,16%(3.428) eram homens e 89,8% (30.305) eram mulheres. Se considerarmos que o total geral de homens empregados domésticos era de 6.288, auferimos que, 3. 428 representavam 54,5% de homens com carteira assinada. Se no entanto, considerarmos que 133.210 eram mulheres e 30.305, possuíam carteira assinada, isto representa 22,7% das mulheres com carteira de trabalho assinada.

Em relação aos que **não possuíam carteira de trabalho assinada**, dos 75,8% (105.765) que não a possuíam, 2,7% (2.860) eram homens e 97,30% (102.905) eram mulheres). Os homens que não tinham carteira assinada representam 45,4% do total de

homens trabalhando como empregados domésticos, dando uma diferença de 9,1% entre uma categoria e outra, a favor dos que possuem carteira assinada e, portanto, a possibilidade de se pensar ganhos, em termos de cumprimento da legislação e efetivamente de reconhecimento social. As mulheres que não tinham carteira de trabalho assinada representam 77,2% do total de mulheres trabalhando como empregadas domésticas, dando uma diferença de -54.5%, o que significa, certamente, muitas perdas a nível de cumprimento da legislação de reconhecimento social e do acesso aos benefícios previdenciários.

Outra característica que pôde ser auferida pela PNAD 95, é o **tempo de permanência dos trabalhadores domésticos nesse emprego**. Dos **139.498** ocupados nessa atividade principal, **133.210** eram mulheres e **6.288** eram homens. Das mulheres, **38.873** (29,18%) estavam no emprego, por ocasião do levantamento dos dados, ²⁷ **até 5 meses**, das quais, 13,2%(5.145) tinham carteira assinada, e 86,16% (33.728), não tinham. Dos trabalhadores, ainda todas mulheres, **11.58%**, (15.435) que estavam no emprego de **6 a 11 meses**, 33,3% (5.145) possuíam carteira assinada, e 66,6%(10.290) não possuíam. E igualmente, dos **17,5%** (23.444) que estavam no emprego **até 1 ano**, 14,6% (3.432) possuíam carteira, e 85,3%(20.012) não possuíam. No entanto, a partir da permanência de **2 a 4 anos** aparecem também os homens. De um total geral de 37.166,(26,6%) ,32,3% (12.009) possuíam carteira assinada, 67,6% (25.157) não a possuíam. Sendo que, dos 6.288 homens empregados domésticos, 2.286, (6,1%) se enquadravam neste padrão de permanência de 2 a 4 anos. 74,9% (1.714) possuíam carteira assinada, enquanto, 25% (572) não possuíam. As mulheres constituíam **93,8%** deste quadro (34 880), e 29,5% (10 295), possuíam carteira assinada, enquanto 70,48%,(24. 585), não a possuíam. De um total geral de 8,6% (12.003), que estavam no emprego de **5 a 9 anos**, 33,3% (4.000) possuíam carteira, e 66,6% (8.003), não possuíam carteira. Nessa faixa de permanência, encontramos **1.715** homens (14,2%), dentre os quais 33,2% (571), possuíam carteira de trabalho assinada e 1.144 (66,7%), não a possuíam. As mulheres eram **10.288** (85,7,%), sendo que 3.429 (33,3%), possuíam carteira assinada e 6.859 (66,6%) não possuíam carteira assinada. Dos 9,0% (12.577), que estavam **10 anos ou mais** **31,8%** (4002), possuíam carteira, e 68,1% (8.575), não possuíam carteira. Os homens eram **2.287** (18,18%) e 49,9% (1.143), possuíam carteira e 50% (1.144), não a possuíam. **As mulheres representavam 81.8%** (10.290), das quais, 27,7% (2.859), possuíam carteira e 72,2% (7431) não possuíam.

Desses dados, podemos concluir que **há maior rotatividade das mulheres no emprego doméstico**, sobretudo, se considerarmos que os homens não se apresentaram entre os que se encontravam até 5 meses no trabalho, sendo 29,18% de mulheres. E igualmente, nos que declararam permanência no emprego de até 6 a 11 meses, 11,58%, são exclusivamente mulheres. O mesmo se dá quando a permanência é de até 1 ano, quando aparecem 17,5% de mulheres. Embora estas estejam mais concentradas nas que estão de 2 a 4 anos no mesmo emprego, representando 93,8%, de um total de 37.166 pessoas que se encontram nessa faixa de permanência. O mesmo não ocorre em relação aos homens que nesse caso, representam apenas 6,1%. Estes estarão proporcionalmente concentrados no tempo de permanência de 10 anos ou mais constituindo 18,18% de um total de 12.572 pessoas. Enquanto as mulheres representam 81,8%, nesta faixa, o que dá mostras mais uma vez da precarização do emprego doméstico, especialmente se contempladas as mulheres

Outro aspecto, que se faz importante considerar para completar o delineamento deste quadro geral no Estado de Santa Catarina é o **número total de horas trabalhadas** por semana. Dentre os empregados domésticos de um total de **139.498, 7430 (5,3%)** declararam **trabalhar até 14 horas** semanalmente. **44.018** (31,5%), trabalham habitualmente de **15 a 39 horas**; **38.308** (27,4%), trabalham de **40 a 44 horas**, **317.154** (12,2%), trabalham de **45 a 48 horas**, **32.588** (23,3%), trabalham **49 ou mais horas**.

No setor de serviços, de um total de 361.905 pessoas ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal do trabalho principal, 21.150 (5,84%), ganham até $\frac{1}{2}$ salário, sendo 16.576 (78,3%), mulheres, e 4.574 (21%), homens. 800.38 (22,11), ganham mais de um $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo sendo que 10.289 (12,8%), são homens e 69.749 (87,1%), são mulheres. 101.198 (27,96), ganham de 1 a 2 salários, sendo 27.442 (27,1%) homens e 73.756 (72,8%) mulheres. 97.773 (27,0%), ganham mais de 2 a 5 salários, sendo 55.464 (56,7%) são homens e 42.309 mulheres (43,2). Dos 35.447 (9,7%) que ganham de 5 a 10 salários, 25.156 (70,96%) são homens e 10.291 (29,0%) são mulheres. Dentre os que ganham mais de 10 salários, de um total de 13.151 ((3,6%), 9.712 (73,8%), são homens e 3.432 (26%) são mulheres. A inserção diferenciada para homens e mulheres no padrão salarial, para homens e mulheres é evidente a partir desses dados. As mulheres efetivamente, se concentram nas faixas

salariais mais baixas. A partir do momento em que o quadro salarial aumenta, o percentual de homens também aumenta. E as mulheres voltam a ganhar evidência numérica nas pessoas sem rendimento, onde de um total de 9.717 (2,68), 3.431 (35%), são homens e 6.286 (64,6%), são mulheres. Há igualmente, uma pequena diferença, nos que não declararam rendimento; das 3.431 pessoas sem declaração (0,94%), 1.715 são homens (49,9%) e 1.716 são mulheres (50,0%).

De acordo ainda com dados do Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil (1994), entre as categorias sócio-ocupacionais da região Sul, compreendendo Paraná, SC, RG, os trabalhadores domésticos representavam para o setor terciário, 4,8% da força de trabalho em 1981; 5,5% da força de trabalho, em 1983; 5,8% da força de trabalho em 1986; 5,3% da força de trabalho, em 1990.

Concentravam-se em atividades não agrícolas em 1981, 8,3% dos empregados domésticos, em 1983, 9,3%; em 1986, 8,9%; em 1990, 7,7%. Não existem dados relativos à população total masculina e feminina ocupada em atividade agrícola. Sabe-se, no entanto, que em atividade não agrícola, os homens eram em 1981, 0,4%, enquanto as mulheres se constituíam em 14,0%. Em 1983, a concentração de homens era de 0,5% e de mulheres de 15,4%; os homens representavam 0,5%, e as mulheres 15,4%. Em 1986, os homens representavam 0,7% e as mulheres 22,4%; em 1990, os homens constituíam em 0,6%, e as mulheres em 13,9%.

Esses dados confirmam as tendências já observadas de que este trabalho é atribuído majoritariamente às mulheres, uma vez que também na média nacional se constata a concentração dos serviços domésticos entre as mulheres: em 1981, dos 4,8% representantes do setor terciário em serviços domésticos, 0,2% são homens e 13,8% são mulheres. Em 1983, dos 5,4%, 0,3% são homens e 13,8% são mulheres. Em 1986, dos 5,7%, 0,4% são homens e 15,8% são mulheres. Em 1990, dos 5,2%, 0,4% são homens e 13,6% são mulheres.

Outro aspecto igualmente importante é o relativo à proporção de pessoas ocupadas em contribuição previdenciária por atividade e sexo segundo categorias sócio-ocupacionais. Em 1981, os trabalhadores domésticos no Sul do país correspondiam a 29,4% das categorias sócio-profissionais que contribuía para a previdência. Destes, 46,2% eram homens e 28,9% mulheres. Em 1983, dos 25,1% contribuintes 47,5% eram homens e 24,3% mulheres. Em 1986, dos 25,4% contribuintes 49,5% eram homens e 24,2% eram mulheres. Em 1990, dos 28,6%, 47,8% eram homens e 27,6% mulheres. Se observarmos o rendimento mensal do trabalho principal (em salários mínimos reais) da

população ocupada com rendimento por contribuição previdenciária, segundo setor de atividade, veremos que em 1981, o rendimento em serviço doméstico era de 1,0%; sendo que no caso dos homens aumentava para 1,9%, permanecendo 1,0% para as mulheres. Em 1983, era de 0,9%, aumentando em 1,4% para os homens e permanecendo 0,9% para as mulheres. Em 1986, era de 1,4%, aumentando para 2,3% em relação aos homens e diminuindo para 1,3% para as mulheres. Em 1990, era de 1,1%, sendo 1,5% para os homens e 1,1% para as mulheres.²⁸

Sem dúvida alguma, esses dados apontam para a situação precária do trabalho doméstico feminino quanto aos benefícios previdenciários. E há que se levar em conta, também, a depreciação salarial, inserida dentro da intensificação dos processos de urbanização e terciarização da economia, do aumento das taxas de atividade econômica, sobretudo, das mulheres, o que se reflete na precariedade das relações de trabalho, evidenciada através da redução dos níveis de cobertura social e/ ou dos níveis de remuneração e a concentração de níveis de rendimento. Além de que, o sistema produtivo incorpora, não apenas mão de obra, mas também a representação cultural desta mão de obra. No caso do trabalho feminino, esta representação expressa uma concepção de domesticidade que aparece claramente nos dados censitários, onde a prevalência da mão de obra feminina se verifica em atividades voltadas para “cuidar”, “ensinar”, “servir”, “atender”, “limpar”, “costurar”..., todas compatíveis com a identidade social do feminino. Tal domesticidade confere ao trabalho feminino uma opacidade que se manifesta de formas diversas: ora este trabalho é tratado como “complemento” ou “ajuda” ao trabalho masculino, ocultando-se a sua dimensão enquanto esforço físico e enquanto rendimento necessário à reprodução do grupo familiar, ora é tratado enquanto extensão “natural” das habilidades domésticas, negando-se a ele a produção de um valor social, ora é de tal forma englobado no trabalho familiar, que “desaparece”, enquanto esforço físico concreto.²⁹

5 - PERFIL DO GRUPO ESTUDADO

Neste item, caracterizaremos as entrevistadas (36 no total) destacando os seguintes aspectos: **cor, estado civil, idade, escolaridade, número de filhos,**

²⁸ Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro: no 2, 1994.

²⁹ Um caso específico é a situação das “trabalhadoras familiares não remuneradas”, situação típica do trabalho rural feminino que, em 1976, segundo a PNAD, compreendia 50,4% de trabalhadoras sem nenhuma remuneração.

atividades exercidas, idade do início do trabalho, tempo de permanência no trabalho, local de moradia.

Quanto ao perfil do grupo estudado, **das 26 empregadas domésticas membros da Associação Santa Zita**, 12 delas são brancas e 14 são negras. Quanto ao estado civil, 19, são solteiras e 7 são casadas ou foram. Vinte e uma nunca tiveram filhos, as demais tiveram somente 1 filho, com exceção de uma que tem 2. A maioria, quando perguntada sobre o fato de não terem se casado, atribuíram isso às dificuldades experimentadas nos seus trabalhos, a dedicação integral à família dos outros, ou à interferência das suas condições de trabalho na vida pessoal, ou ainda, ao estigma da própria profissão. Aspectos apontados também por outros estudos (CASTRO e CHANEY,1993), nos dizem que este trabalho tem uma apreciação desvalorizada em todas as partes, não apenas porque é considerado de mulher, fato recorrente em todas as falas das entrevistadas. Mas, também porque, mesmo se a patroa colabora, ela transfere para a empregada a pior parte do trabalho, aquele mais pesado e mais sujo, denegrindo, assim, muito mais ainda a imagem do trabalho doméstico assalariado.

Tratando-se das atividades exercidas por este grupo, todas relataram fazer todas as tarefas, ou terem feito durante toda a sua vida. Além de que, a maioria delas, tem de planejar a comida a ser feita e muitas vezes, fazer supermercado.

"Me preocupa começar todos os dias a mesma coisa, segunda a segunda... tudo isso, tem dia que a gente não sabe o que vai fazer, fica aquela coisa: o que eu vou fazer hoje, já fiz essa comida ontem, vou fazer hoje, não dá né... todo sábado vou para o supermercado. Venho vou fazer comida, aí... eu já não sei o que vou fazer no domingo, aí eu tenho que inventar outra coisa, decido tudo na casa. Quem fica no emprego, trabalha sempre. Começo às 7 horas da manhã, vou até a hora que der, quem fica no emprego... sempre tem serviço, vai fazendo, quando tem roupa prá passar que não dá para passar de dia, vai passando à noite. fico até 2 horas da manhã. Tem que deixar o cansaço para o lado, a doméstica nasceu prá isso. (entrevista nº1, negra, solteira, 53 anos, há 46 anos nesta casa).

A idade do início do trabalho é variável, mas sempre está imbricada com as condições econômicas da sua família de origem. Oito das 26 começaram a trabalhar como empregadas domésticas na faixa etária do 20 aos 24 anos de idade, 5 delas,(um grupo mais reduzido) começaram a trabalhar entre 5 e 9 anos de idade, 4 delas começaram entre 10 a 14 anos de idade, e o mesmo número entre 15 e 19 anos, 3 entre 25 e 29 anos, as demais, 1 entre 30 e 34, e 1 entre 45 e 49 anos.

O tempo de permanência neste trabalho também varia, podemos dizer que o maior tempo é o caso de 1 delas que está há mais de 60 anos; 3 estão neste emprego de 45 a 49 anos, o mesmo número é encontrado para as que estão de 40 a 44 anos e, igualmente, as que estão entre 25 e 29 anos. Quanto as demais: (4) delas, são

empregadas domésticas de 5 a 9 anos; e iguai é o número das que estão de 20 a 24 anos e de 30 a 34 anos, 1 se encontra neste trabalho de 10 a 14 anos, e o mesmo número de 35 a 39 anos. Encontramos ainda, duas delas, que estão neste trabalho de 15 a 19 anos.

Fator ainda importante para se compreender as relações e as condições de trabalho é o fato de morarem, ou não, no emprego. No caso dos membros da Associação Santa Zita, 9 moram no emprego, o mesmo número mora na Associação, mas 6 já moraram no emprego, e 7 moram em suas próprias casas.

As que moram no trabalho, não vendem apenas um serviço, vendem a sua possibilidade total de tempo, sacrificando sua vida privada. Normalmente, seus salários se compõem de dinheiro e espécie. Vivem numa família que consome seus serviços, mas não é a sua. Convivem, neste sentido, com status sociais diferenciados do seu, considerando-se sempre como inferiores.

Embora este trabalho seja considerado como um trabalho artesanal, não havendo necessidade de coordenação, segundo GALVEZ e TODARO (1993), neste caso se dá sob cooperação ou supervisão, fonte geradora de conflitos na maior parte das vezes, visto que, comprando o trabalho da empregada doméstica, a patroa assume a responsabilidade sobre aquele trabalho. E exerce, se não a chefia direta, pelo menos interferência, manifestando seu desagrado, ou checando o trabalho, posteriormente. Neste sentido, foram feitos vários relatos durante as entrevistas. É ela também quem recebe as queixas da família, quando esta, está, ou não está contente com o serviço, ou, na maioria dos casos das crianças, se estas não gostam da empregada.

Para quem mora no emprego, se ocorre de ser bastante eficiente e cumpridora de suas tarefas, provavelmente estas lhe serão aumentadas, delegando-se sempre outros aspectos da administração da casa que poderiam ser executados por outros membros. O tempo livre é constantemente reapropriado pelos da família.

Há que se levar em conta ainda, embora poucas vezes relatado que, entre empregada e patroa, outra fonte de conflitos consiste no uso dos materiais no trabalho. Uma delas fez referência várias vezes às queixas do patrão porque ela usava muito a máquina de lavar, ou porque pedia dinheiro para comprar alimentos e produtos que faltavam.

Boa parte dos trabalhos que executam diariamente são de manutenção e limpeza, o que permite à empregada manipular igualmente certos códigos capazes de minorar a carga de trabalho. Códigos estes, que se referem à forma de fazer, ou deixar de fazer a

atividade, formas de apropriação, ou não, de um espaço diferente do seu. Dependendo do modo como ela assume seu processo de socialização, poderá, ou não, desenvolver condições de relações complementares, ou de contradição, junto aos seus patrões, na maioria dos casos, junto à sua patroa.

É evidente que este trabalho pode ser classificado como artesanal, mas é perpassado por uma hierarquização de poder e de interesses, às vezes, complementares e, às vezes, contraditórios. Falamos em interesses complementares porque, na maioria dos casos das entrevistadas da Associação, o número elevado de anos da pessoa na mesma casa, mesmo quando se encontra decepcionada, ou descontente, faz dela uma pessoa altamente cooperativa. Até porque a empregada quase sempre se apropriou de um espaço físico na casa, e emocional na vida dos patrões, que lhe permite andar mais à vontade sobre a corda bamba das relações. Poderá ser altamente cooperativa, ao mesmo tempo em que manipula os interesses contraditórios a seu favor. Ou submetendo-se ao jogo de sedução, que lhe é feito, que vêm ancorado em palavras do tipo: “permaneça sempre conosco, nós te consideramos da família” ou, um dia nós te daremos uma casa para que você tenha onde morar”. Ou “aproveitando-se” das vantagens que a ausência dos patrões lhes permite de sentirem -se em casa, para fazer as coisas a seu modo, fugindo, neste momento, do olhar vigilante da patroa, que conhecendo e, possivelmente, competindo num mesmo espaço, poderia lhe exigir que as coisas fossem executadas conforme suas técnicas, e seu aprendizado, demandando, muitas vezes, extrema elasticidade das tarefas.

Morar fora do emprego é o desejo de todas, porque isto lhes dá maiores possibilidades no sentido de fixar um horário, embora, na maioria dos casos, permaneçam largos, normalmente, não em relação ao seu início, mas em relação ao final da tarefa. Vantagem maior se faz ver com relação aos termos afetivos: o trabalho fora do local de moradia representa um grande avanço em relação às internas.

Quanto à escolaridade, fator sempre apontado como determinante da inserção neste emprego e, igualmente, em sua permanência. 11 das entrevistadas só fizeram o primário, 7 nunca estudaram, 5 têm ou estão fazendo o 2^o grau e 3 fizeram o ginásio. Todas afirmam que se tivessem estudado não seriam empregadas domésticas

“Ser empregada doméstica é não ter tido opção. É não ter podido estudar, não tirar um curso, nada em idade pra tirar. Desde cedo eu tive que trabalhar, então não tive opção”. (entrevista n.º 8, negra, 36 anos, 7 anos na casa).

Quanto à faixa etária atual, as maiores concentrações estão entre 45 a 49 anos de idade e mais de 64 anos, somando 10 pessoas, 5 para cada faixa. As demais (4),

têm entre 40 e 44 anos de idade, 3 têm entre 35 e 39; sendo idêntico o número das que têm entre 50 e 54 anos, 1 tem 17 anos e 1 tem 34 anos.

As outras 12 empregadas foram entrevistadas com a finalidade de podermos pontuar alguns aspectos das falas, uma vez que os membros da Associação, no nosso entender, estavam muito presas à visão de que todo trabalho é bom, se feito por amor. Queríamos verificar também se as condições de trabalho se apresentavam diferentes em outros meios, que não aquele das associadas que, de certa forma, foram socializadas em sua visão de mundo pela convivência constante entre si e pelo discurso da instituição a que pertencem.

Verificou-se, junto a essas entrevistadas, uma pequena diferença em relação à idade do início do trabalho, considerando que, 4 delas iniciaram entre 10 a 14 anos e, embora seja número idêntico as da Associação, representa numa amostra menor, um percentual maior. Se levamos em conta os dados da PNAD, citados anteriormente, veremos também que a tendência de inserção neste trabalho se faz no caso das mulheres em faixa etária mais jovens. Se somarmos isso às 3 que declararam terem começado a trabalhar entre 15 e 19 anos, auferimos que mais de 50% da amostra se concentra na faixa de 10 a 19 anos, como idade do início do trabalho. Há quem comece mais cedo, 1 entre 5 a 9 anos, igualmente, 1 entre 20 e 24 anos, as demais, 2 entre 30 e 34 anos e, finalmente, 1 que iniciou seu trabalho depois dos 50 anos.

Quantitativamente, estas também são mais jovens, em relação às demais. A maior parte delas tem entre 30 a 39 anos de idade (50%) da amostra, as demais, 2 têm entre 20 e 24 anos, e 2 têm mais de 55 anos, 1 entre 25 e 29, 1 entre 50 e 54.

Quanto à escolaridade, os limites de precarização são mais intensos; 8, fizeram o primário, e 4, são analfabetas. O tempo em que se encontram nessa atividade varia entre 4 anos a 44 anos. O estado civil, neste caso, é diferente, visto que 10 são casadas, com filhos, e 2 solteiras. Desta amostra, 10 são brancas, e 2 são negras. Em momento algum de suas falas se reportaram a idéia de que todo trabalho é bom se feito por amor. Fato este, que nos obriga a refletir porque, na vida das mulheres associadas, esse discurso se apresenta como uma recorrência constante.

Também, em geral, relataram condições de trabalho mais precárias, uma vez que são mais rotativas que as anteriores, tem mais dificuldades em assinar a carteira de trabalho. Apresentaram maior sofrimento psíquico durante as entrevistas, relataram maiores experiências relativas ao preconceito e estigmatização. O preconceito se manifesta pela concepção assimétrica que se estabelece em relação à região de sua

origem. *"Nesta rua todo mundo é de Lages, somos olhados com desconfiança."* (entrevista nº 35, branca, 34 anos, casada, 4 filhos, não associada).

Manifesta-se, ainda, por causa da cor e aparência física, como fator facilitador, ou não, no estabelecimento do vínculo empregatício. Prática comum entre as associadas é defender seus patrões, neste caso, somente uma delas o fez, as demais disseram que, às vezes, são amigos, somente para não pagarem seus direitos. E, entre elas, foi encontrado resistência em assinar a carteira como empregada doméstica, sob a alegação de que esse emprego suja a carteira. Trata-se de uma mulher com 22 anos de idade, 1 filho, doméstica há 8 anos, e que deixou claro almejar mudar de profissão.

Na maioria dos casos, a relação de trabalho com as empregadas domésticas, se dá como se elas não fossem trabalhadoras. Entre esse grupo, o das não associadas, existem maiores possibilidades de exercerem autonomia afetiva, porque já não partilham sua intimidade dentro da vida familiar com seus afetos e encruzilhadas. O mesmo se dá com as associadas que moram fora dos seus trabalhos. As demais sofrem em maior profundidade as consequências de relações assimétricas de gênero, visto que a interferência dos patrões em sua vida é constante, e alguns evitam até mesmo que suas empregadas tenham relações amorosas por considerá-las negativas. Esses aspectos serão contemplados em maior profundidade no capítulo que se segue.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO:

PRODUTO DA HISTÓRIA E EFEITO DO DISCURSO

A parte inicial deste capítulo trata da concepção do espaço doméstico, ao longo de diferentes momentos históricos, com base em ARIÈS, HUTON, SCOTT, DAUPHIN, etc. Em seguida, insere-se uma caracterização do doméstico a partir das falas das entrevistadas, sob inspiração de autores como WOLF e DAMATTA, para tratar num, segundo aspecto, dos depoimentos relativos às condições de trabalho, tomando, como fonte inspiradora, os procedimentos de exclusão, conforme tratados por FOUCAULT: a **separação, a interdição e a oposição entre verdadeiro e falso**. A partir daí trataremos das representações que as empregadas fazem de si mesmas, na perspectiva de gênero, no tempo e espaço doméstico, e fora dele.

1. O DOMÉSTICO

1.1 O DOMÉSTICO E A HISTÓRIA

Segundo Ariés (1978), analisando fontes francesas, o fim do século XVII e início do século XVIII, situa o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e o retrai para dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade. Essa nova organização do espaço privado e sua especialização funcional é obtida através da independência dos cômodos, que passam a se comunicar por meio de corredores, em lugar de se abrirem uns para os outros. O doméstico também é colocado neste período sob o olhar vigilante da Igreja, das parteiras, passando a família, por toda uma normatização através dos registros de catolicidade, imputados por meio do Batismo.

Torna-se, o doméstico, o lugar da educação das crianças, que já não podiam ser deixadas aos cuidados dos criados e, sobretudo, com lacaios. Um espaço compatível com a privacidade igual a intimidade. Um espaço interior que coincide com o modelo de família, em que as crianças devem ser tratadas com reservas, sendo preservadas da sujeira da vida. A escola, pelo menos para os ricos, formará o novo modelo de mulher, destinada

ao casamento, devendo comportar-se, desde menina, como uma mulherzinha, dedicada exclusivamente a sua casa, para que, no futuro, se tornasse uma exímia mãe de família.

Com o desenvolvimento da idéia de família desde o século XV até o século XVIII, ocorre uma progressiva degradação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco e, finalmente, no século XVIII, a mulher casada torna-se uma incapaz, todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Acontece, a partir de então, um reforço do poder paterno. Enfraquecem-se os laços de linhagem, a autoridade do marido dentro de casa torna-se maior, a mulher e os filhos se submetem a ela mais estritamente, a família adquire agora o valor que outrora pertencia a linhagem (Ariés, 1978:214).

Neste mesmo período, há uma variação da noção essencial da palavra serviço. O único serviço que durante muito tempo se pôde conceber, o serviço doméstico, não implicava nenhum tipo de degradação e nem despertava repugnância. No século XV existia, segundo o mesmo autor, toda uma literatura na língua vulgar francesa ou inglesa, que enumerava os mandamentos de um bom servidor. Esse servidor devia saber servir a mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre, etc. Esse serviço doméstico compreendia também a função de secretário. Além disso, não era considerado um estado definitivo, e sim um estágio, um período de aprendizagem. No caso da criança, os serviços domésticos se confundiam com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não aos seus filhos, mas ao filho de outro homem a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. (IDEM, p.228).

Durante o século XVII, os filhos da família continuavam a desempenhar funções domésticas que os aproximavam do mundo dos servidores, sendo especialmente encarregados de servir à mesa. Cortavam carnes, traziam os inúmeros pratos do serviço à francesa....serviam bebidas. Até o final do século XVIII, os manuais de civilidade consagravam um capítulo à maneira de servir. A noção de serviço ainda não havia se degradado. O fato de estar a serviço de outrem, ainda não tinha assumido o caráter humilhante que adquiriu depois. Tudo se fazia no espírito de pertença ao outro. A sociedade se apresentava como uma rede de dependências, por isso, certa dificuldade em separar os serviços honrosos, dos serviços mercenários, reservados à baixa criadagem.

Essa dificuldade ainda persistia no século XVIII, embora, a partir de então, os servidores fossem assimilados às camadas desprezíveis dos trabalhadores manuais.

Restava, ainda, entre os senhores e os servidores alguma coisa que não se reduzia nem a observação de um contrato, nem à exploração de um patrão: um laço existencial, que não excluía a brutalidade de uns e a astúcia de outros, mas que resultava numa comunidade de vida integral.

O conforto dessa época nasceu ao mesmo tempo em que a intimidade, a descrição e o isolamento, foi uma das manifestações desses fenômenos. As camas passaram a fazer parte dos quartos de dormir, ao mesmo tempo em que o quarto era mobiliado de cada lado da alcova com armários e nichos, onde se expunha um novo equipamento de toalete e higiene.

A especialização dos cômodos, da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, constituiu-se numa das maiores mudanças da vida cotidiana. Correspondeu a uma nova necessidade de isolamento nesses interiores mais fechados; os criados não saíam mais das áreas separadas que lhes eram determinadas, a não ser nas casas dos príncipes de sangue, onde persistiam os antigos hábitos. Segundo Ariés, Sébastien Mercier registrou, como uma inovação recente, o hábito das damas chamarem as criadas com campainhas. Elas eram, então, montadas de forma que pudessem ser acionadas à distância; antes eram capazes de chamar a atenção somente no próprio cômodo onde soavam.

Agora, separa-se a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão. A intimidade passa a ser preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos.

Para Ariés, o sentimento da família, o sentimento de classe e, talvez, o sentimento de raça surgem, portanto, como manifestação da intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade.

O Doméstico, para a mulher pobre, transforma-se numa possibilidade de trabalho. Ela não é livre no seu corpo, nem em sua vontade de instruir, nem em seu destino e, a cada novo momento, cruza com um conjunto de regras que se encerram e que se articulam num domínio coletivo, que a circunscreve severamente dentro de um jeito de ser, num papel que lhe é atribuído. Está inscrita no interior de uma hierarquia social, que recorta de forma drástica a sua paisagem com a dupla limitação, a do sexo e a do grupo social de sua origem.

O objetivo de sua vida é trabalhar, se é solteira, fica ainda mais explícito. Ao mesmo tempo em que poupa à família dos gastos com sua alimentação, empenha-se em

acumular um dote e adquirir aptidões de trabalho que atraíam um marido. Toda a sociedade lhe faz ver, que toda a vida é uma luta contra sua pobreza, e que ao longo do tempo tem necessidade de um marido que lhe proporcione abrigo e ajuda no processo de sobrevivência.

Resta, neste contexto, para as filhas dos pequenos rendeiros, dos trabalhadores agrícolas ou de vendedores, procurar trabalho, sempre que possível num lugar estável como criada numa quinta, contando, porém, com pouca oferta para a procura, uma vez que o trabalho doméstico no setor agrícola limita-se a zonas de grandes quintas, e era freqüentemente nas quintas leiteiras, onde a ordenha e o fabrico de manteiga e queijo eram tarefas femininas. Na Europa segundo HUTON (1994), são os contatos familiares que determinam a forma como os empregos, nas quintas, são obtidos, durante os séculos XV a XVIII, há uma grande procura pelo trabalho doméstico urbano.

As criadas são o maior grupo de trabalhadores na sociedade urbana, chegando a cerca de doze por cento da população total de qualquer vila europeia nos séculos XVII e XVIII.

Os melhores empregos são arranjados através de contatos e por ascensão na hierarquia do serviço, à medida que se adquirira aptidão e experiência. No entanto, dependem da boa sorte e do tipo de qualificação que tenham à partida. Os patrões procuravam assegurar-se de que a rapariga tinha antecedentes de honestidade e que não abriria a porta aos seus parentes prontos a roubar, ou que não desapareceria numa noite, levando as pratas da família.

Não se esperava dela qualquer instrução. No noroeste da Europa, pelo final do período estudado, uma rapariga que desejasse um lugar numa casa de família de alguma importância e que aspirasse a ir além dos trabalhos mais básicos e servis da cozinha, além de ser competente com a agulha deveria ter adquirido alguma instrução e saber falar corretamente e gentilmente. A rapariga que tivesse freqüentado a escola de caridade teria aprendido a honestidade, o respeito, a sobriedade a deferência, atributos que contavam muito neste mundo.

A criada que entrasse pela casa com vários criados pelo nível mais baixo poderia passar por uma grande variedade de tarefas no serviço da cozinha e no trabalho de lavanderia, cuidando e remendando roupa branca. Ao fim de alguns anos nos serviços inferiores, a lavar louça e a esfregar soalhos, a acender o lume e a ir buscar carvão, água e despejos; se mantivesse um ar convenientemente aseado, tivesse uma certa beleza e aprumo na sorte, que podia bem incluir ter sabido resistir aos avanços do patrão e, mais

provavelmente, aos de qualquer colega criado, ela poderia encontrar uma posição no andar de cima, como criada de quarto ou dama de companhia.

Em contrapartida, havia muitas raparigas que não conseguiam competir na estrutura da carreira do serviço doméstico, e a miséria que atingiu certas regiões, em consequência do crescimento demográfico verificado nos séculos XVI e XVIII, trouxe-as em grande número das zonas rurais para as cidades. Estas viviam numa pobreza crônica, subalimentadas, raquíticas, picadas pelas bexigas, sujas, cobertas de piolhos.

Em algumas zonas industriais que necessitavam atrair uma reserva de trabalho feminino, o criado a domicílio significava realmente o operário têxtil residente. O trabalho feminino barato foi um elemento chave no desenvolvimento das indústrias têxteis europeias.

Mas, já antes do advento da sociedade industrial, como acabamos de citar, a mulher ganha sua vida como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricantes de botões ou de rendas, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e nos campos da Europa e da América.

A mulher só ganha visibilidade no século XIX pois, segundo SCOTT (1991), neste século ela foi observada, descrita e documentada com uma atenção sem precedentes, quando os seus observadores debateram a conveniência, a moralidade e até a legalidade das suas atividades assalariadas. A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado, aspecto debatido em termos morais e de categorias sociais. Fosse, o objeto da atenção, uma vulgar operária fabril, uma pobre costureira ou uma compositora tipográfica emancipada, fosse ela descrita como uma jovem rapariga solteira, uma mãe de família, uma viúva idosa ou como a mulher de um trabalhador desempregado ou de um hábil artesão, quer fosse tomada como o exemplo último das tendências destrutivas do capitalismo ou como prova das suas progressivas potencialidade, as questões que ela levantava eram as mesmas: deve a mulher trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e sua capacidade de desempenhar as funções materiais e familiares? Qual tipo de trabalho é adequado para a mulher?

“O corpo curvado, uma mão ocupada nas novas máquinas e a outra na produção. A presença da mulher no trabalho não surge no século XIX, mas este século percebe-a como um problema. Todo o discurso do século a apresenta como uma trabalhadora de segunda e lhe nega a sua capacidade de produtora que poderia assegurar-lhe um reconhecimento social e econômico” (SCOTT, 1991:443).

Para Scott, a história da separação entre o lar e o trabalho, conforme tratada pela maioria dos historiadores, enquanto resultado de desenvolvimento histórico inevitável, e resultado da natureza, seleciona e organiza a informação, de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha as diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando essas diferenças como base para a organização social. Ao que ela argumenta que a história da mudança do lar para o local de trabalho, baseia-se num modelo esquemático de transferência da produção da quinta para a fábrica, da indústria doméstica para a manufatura, de atividades artesanais e comerciais em pequena escala para empresas capitalistas em grande escala. No período anterior ao da industrialização, as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa, e a transferência da grande maioria da população assalariada feminina não se deu do trabalho no domicílio para o trabalho fora de casa, mas de um tipo de trabalho para outro.

Se, no século XVIII, o trabalho agulha era sinônimo de trabalho feminino, ele continuou a sê-lo no século XIX, e adquiriu expansão, na medida em que o comércio de roupa, calçado e artigos de couro crescia. O tipo de local de trabalho foi mudando, e isto não deve ser confundido com uma mudança na relação entre casa e trabalho para as próprias trabalhadoras, para a imensa maioria das mulheres em causa, por serem solteiras o trabalho as tinha afastado de casa. Mas, não há grandes razões para afirmar que a indústria causou uma separação entre casa e trabalho. E há menos ainda razões para afirmar que esta separação tenha causado problemas às mulheres, confinando-as aos empregos marginais mal pagos. Isso se dá na ordem das estratégias discursivas que identifica certos trabalhos femininos como mão de obra barata e a institucionaliza de várias maneiras. Trabalho adequado, ou não, às mulheres, adequado às suas capacidades físicas e aos seus níveis inatos de produtividades. A autora afirma que foram esses discursos os produtores da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência.

Sobre esta tela tão emaranhada que constituiu o século XIX em relação ao mundo do trabalho feminino, podemos ainda inserir a situação das empregadas domésticas, razão do nosso estudo. Segundo DAUPHIN (1991), tratava-se de mulheres consideradas sós, embora este século não tenha inventado a domesticidade, muito pelo contrário, lançou com toda voracidade e sutileza o privado para o público. Mas esta, até então reservada aos meios aristocráticos, torna-se uma necessidade, um sinal indissociável da

vida burguesa. Todas as grandes cidades e burgos da Europa drenam as raparigas dos campos sem outra qualificação que não usa forças e juventude.

Pobres, criadas e celibatárias, assumem essa condição como preparação para o casamento, seu ordenado é normalmente superior aos das operárias de indústria têxtil. Ocorre, porém, que esta modalidade condena muitas dessas mulheres ao celibato. E, igualmente, neste período, que aparece uma nova hierarquização entre o pessoal doméstico, encontram-se as preceptoras e as governantas acima das criadas.

Dauphin, descreve a solidão dessas mulheres em viver na casa dos outros. *"Empregadas domésticas e governantas tiveram a dura experiência disso: promiscuidade, mas sem conhecer a intimidade, exílio, mas sem esperança de regresso, gestão das casas, mas sem lar. "Confinamento", enquanto controle dos corpos e negação da identidade, que opera igualmente em vasto vetores da indústria."*³⁰

De lá para cá, certamente, já se percorreu um longo caminho, mas o nosso século define-se pela lenta e longa legitimação dos princípios da divisão sexual do trabalho e do mundo social. Se, durante a primeira guerra, a mulher assume trabalhos fora do seu lar, nos períodos de reconstrução da ideologia nacional, (presentes especialmente durante os anos de 1930), o ideal de volta ao lar se coloca com toda a sua força. Imputando os males que a sociedade enfrenta ao fato da mulher estar fora de sua casa, postura que se reforça pela política familialista.

Posteriormente, vemos se reconstruir, sob nossos olhos, o processo de naturalização da divisão sexual do trabalho associado aos grandes "avanços econômicos", que também são acirrades das desigualdades, sobretudo considerando-se a feminização de um emprego, que se torna fatal em termos de queda dos salários.

Inserido dentro de diversas conjunturas históricas, o doméstico vai variando em seu significado, mas não se descola da ideologia que o acompanha: trabalho doméstico como trabalho de mulher. Na fala das entrevistadas, essa visão é explicitamente reforçada, na medida em que o doméstico é entendido como um modo de vida.

Concluída esta breve contextualização histórica sobre o doméstico, relaciona-se de ora em diante, suas principais características, sob a inspiração das leituras dos textos de

30 Em Londres, na década de 1860, um terço das mulheres dos quinze aos vinte e quatro anos são empregadas domésticas. A mesma proporção na Prússia em 1882, onde 96% das criadas são solteiras. Na Inglaterra, em 1851, estimava-se uma massa de 750.000 empregadas domésticas para 25.000 governantas. Avalia-se em 100.000 o número de raparigas encerradas nos "claustros industriais" da região lionesa Francesa em 1980, todas vieram de áreas rurais e passaram de algum modo pelo emprego doméstico. (CÉCILE DAUPHIN, *Mulheres Sós*, pp.483 a 485 in: *História das Mulheres*).

Mauro Wolf e Damatta³¹, e sobretudo, a partir da forma como a autora recortou as posições explicitadas nas falas das entrevistadas.

1.2 DOMÉSTICO: REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA E DO DISCURSO.

Trata-se de considerar como o doméstico se coloca com todo o seu conteúdo cultural, que é elaborado e reelaborado, tanto no espaço do privado, como no espaço público, considerando, em relação a estes aspectos, que isso se faz ao longo de toda uma História construída a partir de nossa sociedade ocidental e reproduzida em nossas práticas políticas discursivas cotidianas.

1. Enquanto modo de vida, o doméstico dá-se no espaço do privado, que é o lugar do paparico das crianças, que ainda são assumidas como fragilizadas e necessitadas de uma mulher; lugar do idoso que, já vencido pela idade, necessita de cuidados; lugar do doente, ou jovem, que já não pode produzir sua subsistência necessitando de uma mulher para servi-lo. É o lugar da intimidade, o lugar de receber as visitas, o lugar da alimentação para a maioria das famílias, embora, hoje, isso já esteja mudando. É dentro deste espírito que se entrecruzam o papel da empregada doméstica e a ideologia do feminino. Para a empregada, este lugar é a expressão quase que acabada do que é ser mulher: é sua própria identidade. Cozinhar, lavar, passar, guardar, conservar, servir, pegar o pão, harmonizar o ambiente, ordenar o espaço, torna-se sua função e seu modo de viver. Quando reside na casa sabe que, ao levantar-se, deverá servir o café de forma apropriada, pegar o jornal, pegar o leite e o pão, pensar na seqüência das tarefas, porque os demais, ao se levantarem, deverão saber que na cozinha já está tudo certo, tudo ordenado para que o dia já entre em sua engrenagem cotidiana. Chegar na cozinha para se servir de café e não encontrá-lo, seria profundamente desencantador. Procurar roupas passadas e lavadas e não encontrá-las, tiraria do sério qualquer um que tem pressa para ir ao seu trabalho. Chegar em casa com as camas para arrumar, seria extremamente estressante.

Implícito a esta expectativa há, ao nosso ver, uma exigência de um modo de ser relativo ao papel que deverá ser desempenhado, papel amenizador das dificuldades, consolador do cansaço, um pouco de grande mãe, preocupada com a alimentação, com a ordem, com a eliminação da sujeira, com o aconchego do espaço, com o repouso de

31 Wolf Mauro. Sociologias de La Vida Cotidiana pp. 19 - 105 e Damatta. A Casa e a Rua, passim.

todos. Relacionar-se com os objetos, nessa experiência é relacionar-se com as pessoas. Refere-se sempre ao interior, ao que possa estar úmido, estragado, sujo, em desordem, refere-se ao espaço de dentro da casa, de dentro da vida, do encontro familiar, se esta na rua é ,ainda, o espaço ao redor da casa, o visual que deverá transmitir a ordem, a possibilidade do descanso, a cara de um patrimônio bem cuidado.

2. O doméstico constitui-se no lugar da divisão das tarefas, não mais entre homem e mulher, em nosso caso, mas da patroa para a empregada. À patroa, enquanto mãe e esposa, cabe o papel de cuidar e zelar pelo bem estar de sua família. Ao contratar uma empregada doméstica, ela possibilita a transferência de uma concepção de mundo para outra mulher. Mas, como permanece sendo da dona da casa o ethos de administrar as tarefas, à empregada caberá fazê-las, como o seu prolongamento. A patroa ao recorrer aos privilégios de sua classe, quando os tem, contratando uma mulher para fazer as tarefas domésticas, sem colocar em questão está atribuição exclusiva do trabalho doméstico a uma mulher, perpetua de certa forma , a subordinação de um sexo.

3. O Doméstico como tempo e espaço, não é o de categorias filosóficas dotadas de conteúdo homogêneo e único. Trata-se, como diria Damatta (1985:32), no caso do tempo, *"de um contraste mais abrangente, talvez seja o que pode ser estabelecido entre as rotinas diárias e as situações extraordinárias, anômalas ou fora do comum, mas que são socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade. Estas situações se definem pelo que usualmente chamamos de festas, cerimônias, rituais, solenidades". Nesse caso estabelecem-se rituais de passagem das tarefas de uma mulher para outra. O tempo ordinário do trabalho é marcado pela família e pelas rotinas de manutenção do corpo: comer, dormir, reproduzir-se, sustentar níveis de satisfação mínimos com a comunidade em geral, com o grupo primário e com o indivíduo em particular. O mundo diário marca a mulher como o centro de todas as rotinas familiares. O trabalho de um tempo longo. Não é apenas o horário que se estende, mas sua lógica interna, sua face." Ele é sempre monólogo com um mundo homogêneo"* (IBIDEM:42).

4. O Doméstico como lugar de Vigilância e Disciplina - o controle do emprego, do espaço da casa e sua diferenciação marcam a distância social entre as duas partes. Se a empregada está dentro da sala, no quarto de dormir, isto não se dá para usufruir destes lugares, mas para limpar e se retirar, em seguida, à cozinha, o lugar solitário. A patroa, ao delegar à empregada tarefas domésticas que lhe eram atribuídas associadas ao seu papel de mãe, esposa, dona de casa, permanece "culpada" por não fazê-las. Seja pela memória histórica introjetada a partir da experiência de sua própria mãe, ou avó, seja porque o contexto continua lhe cobrando sua presença, que tenha uma postura associada aos papéis que lhe foram historicamente delegados. Não conseguindo se desvencilhar deste fardo que lhe pesa sobre os ombros, mantém-se em vigília constante sobre aquela que é sua extensão, a empregada, e põe-se a procurar motivos para dizer-lhe o que deve e o que não deve ser feito, desde passar o dedo nos móveis em

busca de poeiras, até levantar tapetes à cata de lixo ou interferindo na aparência da empregada, e na sua vida particular.

Nesse caso, o doméstico deverá ser montado, ordenado, de acordo com seu gosto estético considerado por ela, a patroa, como o belo, o adequado, ao que é reconhecido socialmente como limpo, cheiroso. Se a sua casa é reflexo de si mesma, deverá ser apresentável, tanto quanto seria uma boa mãe, uma boa esposa, uma boa dona de casa; não poderá passar uma imagem negativa e a empregada, se for “boa”, concretiza esse ideário. Sendo assim, deverá ser vigiada para que faça da forma mais perfeita possível, comportamento este, mantido e reforçado pelo jeito sábio como a empregada se coloca no espaço doméstico. Ela sabe o que se quer dela, e convive com um ideal do que é ser mulher no doméstico, por isso, quanto mais se aproxima do ideário da patroa, mais a completa enquanto “dona de casa”. A delegação que a patroa faz das tarefas deverá substituir o poder doméstico enfraquecido por sua ausência no lar. De modo que o sentimento de confiança tão idealizado pelas empregadas em quase todas as falas, está intimamente ligado ao exercício desse ideário: a mulher, dona da casa, deverá continuar na empregada. E surge somente se manifestações efetivas desta identidade de mulher se concretizam. Há, sem dúvida, aqui, uma tecnologia enquanto disciplina, tal qual descrita por Foucault.

“As disciplinas são técnicas de individualização do poder: permitem o controle do corpo social agindo sobre os átomos, os indivíduos. Elas já existiam na antigüidade e na época medieval, mas apenas de forma fragmentada, restrita a regiões de poder isoladas umas das outras. A partir do século XVII, mas principalmente no XVIII, as disciplinas são aperfeiçoadas e sistematizadas, tornando-se uma técnica de “gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los”. (Foucault, 1979:105).³²

É claro que, quando uma relação é assim construída, o outro, enquanto completamente outro, se existisse alguma possibilidade de sê-lo, já não importa. Seu desejo não conta. Deverá, deste ponto de vista, ser anulado, para que se encontre concretizando os desejos de quem manda ou coordena. De quem tem o poder.

5. O doméstico enquanto aprendizagem estética, como face da mesma moeda, a empregada deverá fazer um esforço de aprendizagem estética. Chamamos de aprendizagem estética, o aprendizado do jeito de mexer e recolocar as coisas no lugar, a ordem dos armários, da roupa nos cabides, a arrumação das gavetas, os talheres, xícaras, panelas, produtos de limpeza, etc.

32 O Nascimento do Hospital. In: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1997.

“Cada casa uma sentença, cada cabeça uma ordem”, dizia uma delas. O aprendizado do uso dos produtos de limpeza, dos condimentos dos eletrodomésticos. O aprendizado das normas sociais constituintes das relações e dos signos de aproximação ou afastamento dos espaços e das pessoas. Como se aproximar ou se afastar durante uma discussão familiar? Durante as refeições, nas horas de repouso, ou de lazer? Isso ocorre via processo natural de socialização? Por meio de alianças, ou resistências?

Somos inclinadas a pensar que da parte de, pelo menos, um dos lados, o da empregada, trata-se de uma socialização pela aprendizagem da forma mais perfeita possível dos diferentes signos dessa relação. Ela os aprende estrategicamente, primeiro porque sabe que para a patroa é de fundamental importância que continue a se sentir chefe. Segundo, este aprendizado da maneira como se portam os diferentes de sua classe social poderá eventualmente trazer-lhe benefícios, quando houver necessidade de procurar outro emprego, ou de conversar com pessoas do mesmo nível social dos seus patrões, produzindo brechas de reconhecimento social. Terceiro, este aprendizado permitirá que, eventualmente, faça o jogo de enfraquecimento da aliança, cuja estratégia ela já domina com vistas à obtenção de benefícios em presentes. A patroa, ao perceber que se encontra aborrecida e que já não joga com as mesmas regras, tenderá a entender esse comportamento como ruptura e desejo de ir embora, e buscará consolidar essa aliança se lhe interessa (postura essa mais visível na maioria dos casos em que a empregada já está muito tempo na casa, as mais idosas), e, às vezes, o faz para superar a própria culpa de não corresponder ao ideal de mulher, esperado pelos que estão ao seu redor.

As trocas não se dão, nesse momento, considerando os níveis afetivos, mas os níveis estratégicos necessários a manutenção das relações de poder. Ambas, embora não estejam conscientes desses mecanismos durante todo o tempo, permanecem antenadas, para que o possam retroalimentar. O grau de identificação da patroa com o espaço doméstico marca as diferenças de possibilidades de conflitos dentro das relações.

6. O Doméstico como manifestação autoritária. As relações entre patrões e empregadas acontecem dentro de um tipo de trabalho que passa por ligações pessoais no seio do privado, no espaço que é dos patrões, trabalho composto por muitas tarefas. Algumas delas permanecem em período de espera depois de iniciadas, enquanto se realizam outras tarefas (cozinhar ao mesmo tempo em que se arruma a casa). As tarefas não têm uma ordem fixa. Comumente, o ritmo e a seqüência cotidiana só depende dos

costumes da família e dos horários e estão considerados pela pertença a uma determinada classe social ou época histórica. Não existem padrões claros de medição, nem acerca da forma de como estão realizando, nem acerca dos tempos necessários para determinados trabalhos. Os patrões exigem não somente competência profissional mas, sobretudo, uma atitude de estima e consideração. O contrato de trabalho, desse ponto de vista, não é impessoal, está carregado por uma margem de subjetividade e passa por uma profunda invisibilidade. Como é trabalho produzido e consumido na mesma unidade doméstica, não ingressa no circuito do mercado: não é pago se é realizado pela dona de casa. Se é realizado por uma trabalhadora doméstica, se considera que a família está tendo um gasto consumo e não um gasto produtivo.

Sob esta caracterização tão específica, a relação de dominação- subordinação se exerce através de diversos mecanismos mais ou menos sutis (autoridade do tipo maternal, relações familiares, controle do emprego do espaço). Um dos aspectos fundamentais recorrentes em todas as falas é o autoritarismo exercido pelos patroas. Diferentemente dos homens que estabelecem com seus empregados uma relação mais impessoal, e na maioria das falas de respeito, as mulheres constroem relações ambíguas de cumplicidade e distância. Cumplicidade, porque dividem um status social de subordinação, enquanto mulheres. Distância, porque ocupam lugares distintos no interior da estrutura de classes. No entanto, as eventuais cumplicidades não implicam numa valorização social maior de seu trabalho, mas de preferência, um modo distinto, mais afetivo de assumir as relações. A patroa está consciente de que o modo de tratar seu empregado pode ser um instrumento para punir ou recompensar afetivamente.

7. O Doméstico como o lugar da inferiorização. A inferiorização da empregada se opera sob muitas formas ligadas aos aspectos pessoais, tais como a inteligência, o caráter e postura, no espaço que ela ocupa. Para Damatta (1985:26), “o espaço se confunde com a ordem social. De modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido”.

A patroa se sente ameaçada em sua identidade própria pela presença dentro do seu trabalho (lar, casa), de uma empregada mais inteligente, alegre e jovem. Como a aparência psíquica ou física é uma desvalorização de avaliação social da mulher, não é surpreendente que esta seja tida em conta dentro das relações entre mulheres. Neste sentido, quanto a diferença de outras atividades femininas, o serviço doméstico é um dos raros empregos, onde é dada preferência a uma mulher pouco atraente psiquicamente.

Há casos relatados em que a patroa tinha raiva da empregada porque suspeitava que esta estava atraindo seu marido, e há 3 relatos de gravidez no trabalho devido ao assédio sexual do patrão.

A casa demarca um espaço calmo, dominado por um grupo social que, segundo Damatta, no Brasil, é concebido como “natural”. A família é igual a “sangue”, “carne” e tendências inatas que passam de geração em geração. A empregada é a entrada da rua para dentro da casa, representa perigo conforme trataremos mais adiante.

As relações, entretanto, se constituem em armas fundamentais para se vencer as dificuldades advindas da sua situação de inferioridade. Se são boas, permitem que a pessoa seja revestida de reconhecimento, se não, surgirão muitas dificuldades na conciliação dos interesses familiares com os da empregada que se estabelece no tempo interno da casa, no tempo da intimidade, embora esta represente o tempo da rua. Não no sentido de tempo capitalista, marcado por concepções diferenciadas e complementares presentes nas concepções relativas aos dias da semana em que, de segunda a sexta se trabalha fora, e no domingo se fica em casa. Mas, no sentido que trás para dentro de casa a lógica da organização externa à casa. Logo, não é do grupo familiar, não tem os mesmos interesses, é de outro mundo.

8. O Doméstico como lugar do preconceito. Este nasce no jogo de interesses presentes na vida social, na defesa dos privilégios, na correlação das forças políticas e sociais. É uma postura que veicula idéias falsas, ilegítimas, discriminatórias, que servem para preservar posições de mando e, também, os ocupantes dessas posições. O preconceito no caso da empregada doméstica vem associado ao processo de construção social da inferioridade. Ela é uma mulher de segunda classe. É menos capaz do que sua patroa. Sua inferiorização se insere na lógica global da inferiorização que é feita em relação às mulheres enquanto seres. Mas, adquire faceta particular no caso da empregada, porque a empregada administra um patrimônio que não é seu.

“A patroa pode ser doméstica se quiser, na medida em que faz um trabalho na área do doméstico, aquilo que pertence para dentro da casa, mas ela nunca será empregada doméstica. A diferença então é de posse das coisas: uma médica não deixa de ser mulher e, se tiver uma mulher na faxina, ela não vai convidar aquela mulher prá passear com ela, ela vai convidar alguém à altura dela.” (Entrevista 13, negra, associada, 62 anos de idade, solteira)

9. O Doméstico como lugar do desvio - infrações mínimas não estão à parte da esfera social, fazem parte do estatuto da ordem, dos seus processos reais, de suas

manifestações mais significativas. O comportamento normal e a infração são caras da mesma moeda, complementares e presentes nesta relação.

A leitura do comportamento cotidiano, do ponto de vista dos desvios que os sustentam, que os tornam possíveis, produzem comportamentos bastante insólitos. Os comportamentos são plenos de intenções, estratégias, valores, reparos, pequenas batalhas perdidas, derrotas inesperadas. Por exemplo, a empregada deverá ser amiga da patroa, quiçá partilhar de suas dificuldades e contar seus próprios problemas, mas nunca desconsiderá-la como chefe. Tê-la sempre em conta de amiga, mas dona do patrimônio que, às vezes, administra. Iludir-se com a possibilidade de seus benesses, para controlar seus impulsos e estabelecer sempre novamente regras de boa convivência. Ser surda, se ouvir algo que não lhe diz respeito, ou que não a agrada, ocultar o que sabe, ocultar que sabe estar sendo observada, até que, quem a observa, se convença de que não precisa observá-la. Se é olhada furtivamente, esse olhar que disfarça sua percepção deve ser igualmente disfarçado. Se é olhada por cima e se sentir culpada ou humilhada, não deverá perguntar a razão de tal olhar.

10. O Doméstico como lugar do encontro cara a cara . Trata-se do encontro com um número limitado de sujeitos que se dá no café da manhã, eventualmente no almoço e na janta; que se mesclam nas atividades cotidianas, encontros que se dão nas unidades domésticas. Surgem e se diluem continuamente, seguindo o ritmo e o fluxo de outras ações, formando uma trama contínua de interações. Não se trata, porém, de uma história natural das ocasiões sociais. Existe, evidentemente, uma complexidade global do sistema social global que não pode ser reduzida, aqui, à oposição entre as dimensões macro e micro do fato em estudo. Esses encontros entre patrões, seus filhos com as empregadas dão, “mostras” diárias de como é concebido o mundo quando uns estão a serviço de outros, numa relação extremamente desigual. Essas ocasiões de interação estabelecem as regras do bem portar-se e dizem quem é quem. Quer dizer, aproximam pessoas de classes sociais dispares e antagônicas na busca que uma faz do serviço da outra que a serve mas, ao mesmo tempo em que aquela que serve pode eventualmente sentir-se participante, estarão também colocando as regras que ambos os lados seguem ao mesclar-se com os demais. São níveis normativos que se entrecruzam e se superpõem, que atravessam outras distinções sociais que se baseiam na “utilidade” da profissão, no nível de escolaridade, na cor, no modo de vestir, no grau de confiança, ou não,

estabelecido no tempo em que a empregada se encontra na casa, conforme o grau de influência que ela exerce sobre os filhos dos patrões, conforme é ouvida, ou não.

Nesse sentido, as representações que ela vier a fazer de sua competência poderão criar possibilidades de organizar-se, a fim de buscar, proveitosamente, brechas na relação, através das quais se sinta participante, valorizada, reconhecida. Ou possibilidades de expressar desacordo diante de uma ordem dada, ou de uma tarefa que lhe é pedida. Em alguns casos, expressar queixas relativas ao seu salário, à desigualdade que vive, ou à expressão de suas necessidades não atendidas. Estar na presença do outro, dá lugar à uma série de comportamentos julgados por elas e pelos outros. O doméstico torna-se o lugar das ações regulamentadas.

2. ASPECTOS RELATIVOS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para analisarmos os aspectos relativos às condições de trabalho, tomaremos como *fonte inspiradora os procedimentos de exclusão, tal qual tratados por Foucault, a partir dos pressupostos da separação e rejeição, interdição (que contempla o tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado e exclusivo da pessoa que fala) e a oposição entre verdadeiro e falso.*

“As interdições que atingem o discurso revelam rapidamente sua ligação com o desejo e o poder . O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é também aquilo que é o objeto do desejo”. (FOUCAULT,1996:. 10)

Ao analisarmos as condições de trabalho através desta perspectiva, se faz necessário ter presente o que já foi dito em relação ao modo de vida ligado a representações culturais e socialmente identificatórias do que é ser mulher, acrescentando outras dimensões que nos pareçam relevantes. Iniciaremos tratando da separação e rejeição enquanto um dos princípios de exclusão.

1) Separação e rejeição - ocorre no discurso que perpassa o doméstico, talvez não mais pela oposição, razão e loucura³³, tal como descrita por Foucault mas, enquanto um discurso que não pode circular como o dos outros. O sujeito, neste caso, não é um louco, alguém que não pode testemunhar diante da justiça não lhe sendo permitido autenticar um ato ou um contrato. Mas, trata-se de uma palavra nula, palavra

representada como de menor valor nas relações cotidianas, onde o privilégio de ser patroa ou patrão minimiza o ponto de vista de quem é considerada empregada. Ou, se o leva em consideração, é no sentido de interditá-la, para que esse discurso, tido quase sempre como inconveniente, não torne público nenhum dos aspectos da vida privada que o empregador ou a empregadora gostariam de ver preservados. “Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece” (Foucault, 1996: 13).

Estes sabem que o discurso da empregada, tal qual a sexualidade para Foucault, não é um elemento neutro e transparente, mas vem carregado de intenções, chantagens e ameaças. Ela se diz pensada por seus patrões como alguém que tem um desejo de poder que é “oculto” e que se expressa pela interferência na instituição vigente - a família, podendo, ao mesmo tempo em que lhe presta um serviço, gerar divisões internas. Estas divisões se explicitam quando interfere na ordem dada pela patroa ao que, diante da terminação faça isto de tal e tal forma, a empregada vira-se e, como dizem: “entra por um ouvido e sai pelo outro”, e faz do seu próprio modo, aproveitando que a patroa nem sempre sabe fazer e, se sabe, nem sempre pode estar por perto para controlar. Ou ainda, interferindo na ordem dada pela mãe às crianças por meio de contra-ordens, o que se constitui numa prática menos comum porque explicita rapidamente um conflito. Elas o fazem mais freqüentemente pelo convencimento sutil de quem, de forma gradual, dosada, vagarosa, tem todo o tempo possível para tornar as crianças dóceis aos seus desejos. Fazem-no convencendo-as de comerem na hora certa, exigindo que guardem seus brinquedos, determinando em que lugar da casa poderão brincar ou, ainda fazendo todas as suas vontades, para que se tornem dóceis ao seu desejo de se tornarem amadas e reconhecidas por elas, o que lhes garante a permanência mais segura neste local de trabalho. Ou ainda, tornando-se indiferentes como forma de não se envolver em possíveis conflitos.

“... trabalhar com criança é terrível, criar filho de rico é a pior naba que tem, dá vontade de dar uns beliscõezinhos. No meu serviço tem crianças, tem uns netos da minha patroa que eu faço questão de desconhecer, não reparo exatamente para não ter que olhar sempre”. (entrevista 8, 36 anos, negra, associada).

Pensamos que este comportamento se justifica em função de que, as crianças constituem na maioria das falas uma sobrecarga e uma ameaça a segurança no

33 Segundo Foucault desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua

emprego. Uma sobrecarga, porque muito exigentes em relação a atenção no jogo de provocar a empregada para que esta vá embora e a mãe fique em casa. Uma ameaça a segurança não apenas pela provocação, mas porque, se não gostam da empregada, dificultarão a vida dos pais a tal ponto, que estes necessitarão substituí-la por alguém de quem as crianças gostem.

"... trabalhei em uma casa na Trindade, tinha uma menina, que tinha nojo da gente, ela cuspi nos meus pés. Era muito danada, às vezes eu estava limpando os vidros... eu reclamava para minha patroa, ela dizia, não liga não, olha bem a tua idade e olha a idade da Marizete. Mas eu acho que era preconceito, às vezes eu parava um pouco, ficava cansada, ela ia lá e dizia: o que estás fazendo aí, estás comendo moscas com a boca? Eu achava assim pô, com nove anos e a mãe não repreende? Era preconceito mesmo". (entrevista 9, 38 anos, branca, não associada).

As separações podem ainda explicitarem-se quando há a tentativa de estabelecer um ambiente competitivo no interior da casa, conquistando os beneméritos do patrão pela prestação de um serviço atencioso, que vai desde permitir que ele levante as tampas das panelas e elogie sua comida ou, no fato de investir muito tempo passando suas camisas. Ou ainda, na troca de manifestações que poderiam ser suspeitas, não tão inocentes, e poderiam ser geradoras de ciúmes.

"... o Gil diz que eu sou preguiçosa, ele desliga a televisão e diz vai estudar, você já está assistindo novela outra vez? Ele é daqueles igual criança, ela quer que atenda o maridinho dela assim feito criança. Ela diz que eu sou reclamona da vida. Eu disse prá ele o dia que eu sair da casa de vocês, eu só quero ver onde é que vocês vão arrumar outra pessoa prá aguentar a chatice de vocês. Eu sei que a casa é deles, que eu não tenho direito mesmo, mas prá ele encontrar alguém que faz tudo o que eu faço, prá aturar a chatice deles não sei, vai ser difícil" (entrevista 10, 32 anos de idade, branca associada).

"... Mas meu patrão gosta muito das camisas bem passadas, ele disse que não tem outra pessoa igual a mim. Ele gosta muito de olhar as panelas para ver o que eu estou fazendo, ele levanta as tampas das panelas. Ele fala o cheirinho está lá no elevador, ele é simpático, ele às vezes vem à cozinha se a minha patroa está dormindo e me pergunta se a roupa esta boa se ele pode sair assim. Eu gosto de andar bem arrumada, e ele sabe disso, e sabe que eu também gosto muito de mim". (entrevista 16, negra, 43 anos, associada).

Ainda há que se levar em conta as chantagens que a empregada assume obedecendo somente as ordens dadas pelo patrão, o que, geralmente, na fala do grupo, aparece como afronta à mulher.

"... de manhã, quando eu cheguei, o marido dela disse que era para mim deixar a roupa para o outro dia. Só que daí, ela não colocava na máquina e, no outro dia, quando eu chegava, a roupa estava toda

para botar na máquina, tinha tudo para fazer. Então, quando chegou próximo das 11:30h, eu coloquei na máquina. Daí, ele chegou e desligou a máquina. Quando eu cheguei no outro dia ela estava toda zangada e disse que eu não estava fazendo conforme ela havia pedido que eu fizesse (entrevista 21, branca, 53 anos associada).

2. Associados ao outro procedimento de exclusão a interdição observamos que se estabelecem verdadeiros rituais de circunstâncias: se a patroa está, o comportamento é marcado pela certeza de sua presença. Esta poderá estar vigiando ou não, mas deverá ser levada em conta quando o objetivo é ficar de bem com ela ou, se há o desejo de permanência naquela residência. O mesmo ocorre, quando o desejo é de provocá-la de alguma forma para ser despedida. Aspectos estes, que foram revelados em muitas das conversas informais. Na maioria das falas aparece a necessidade de estar de bem e de ser reconhecida, o que lhes dá certo poder. Poder este, muitas vezes exercido pela interferência na ordem interna da vida familiar e capaz de lhes garantir a segurança de um vínculo afetivo que soa como direito privilegiado. Na maioria dos casos, direito exclusivo, visto que, a maioria delas disputa de tal forma o afeto dos patrões a ponto de criar situações difíceis para outras: faxineiras, diaristas ou cozinheiras que por acaso venham a trabalhar na casa.

“No meu caso, eu trabalho lá e sou a empregada, na hora que entra uma faxineira a gente sempre entra em conflito, lá em casa não tem faxineira, mas por minha causa, sempre tem problemas entre a faxineira e eu. A faxineira acha que a gente não pode mandar fazer nada porque a gente é empregada . a gente não quer aceitar porque a gente sabe o que precisa ser feito, a gente está ali. Tem competição, né. A faxineira cria muitos problemas entre a patroa e a empregada, ela faz muitas fofocas, é outra pessoa que entra para fazer bobagem, eu faço aquilo sempre, a faxineira chega para limpar um vidro, um chão, faz mal feito, recebe mais e sempre leva alguma coisa de mim para a patroa. (entrevista 12, 41 anos, negra, associada)

Aparecem, aqui, expressados muitos elementos que, além de serem perpassados por relações de gênero desiguais entre duas mulheres, agora são da mesma classe social. (Entendendo classe a partir das desigualdades econômicas) . Se apresentam num jogo imbricado com o poder desenvolvido na tríade faxineira, empregada, patroa onde, cada qual, na sua subalternidade, busca conquistar o olhar atencioso da que pode lhes garantir algo mais. Seja no campo do afeto, ou no campo do reconhecimento econômico.

O direito da empregada de ser respeitada se transforma em poder, na medida em que permanece muito tempo sozinha, na própria casa, ou quando a patroa lhes confia as próprias situações existenciais. Às vezes, problemas íntimos de sua relação conjugal, ou

problemas com filhos, problemas trabalhistas, de saúde, sua solidão ou angústia. E, por outro lado, por meio do estabelecimento de vínculos desta ordem, traz a superação da interdição.

“Não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância, não existirás, a não ser na sombra e no segredo.” (Foucault, 1988:81)

Não se trata do ciclo da interdição referido à articulação entre poder e sexo mas, se há partilha de vida, a empregada não é mais, neste caso, um objeto carregado de tabu, tal qual descrito por Foucault, alguém que, por sua maleficência, deverá ser mantida à distância.

“Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (Foucault, 1996:9).

Ela sente-se capaz de dizer e de opinar sobre tudo e em qualquer circunstância. É capaz de falar sobre qualquer coisa. Terá rompido com os discursos verdadeiros que funcionam como regimes de verdade e provocam efeitos regulares de poder em virtude dos auto sacrifícios que exigem em nome da verdade e o status que eles concedem aos que são encarregados de enunciá-los.

“Ela me conhece há muitos anos, conheceu minha mãe, a gente conversa muito, ela conhece toda a minha família, a gente tem muita fofoca”. Quando eu comecei a trabalhar que a minha patroa viajava muito, eu ficava feliz. Agora, eu sinto a falta dela, porque ela é a única pessoa com quem eu converso diariamente. Os meus problemas não vêm exatamente da relação com a patroa, mas do tipo de trabalho que eu faço”. (entrevista 8, 36 anos, negra, associada).

As interdições dão lugar a pequenas brechas onde o jogo pensado, calculado racionalmente pela divisão das tarefas e do espaço possibilita o aleatório, a aparente partilha de sentimentos. Quando esta relação perdura, ela parece consolidar o fim da servidão e da dominação, discurso institucional que responde pelo que já vêm sendo restabelecido há séculos. Os criados não participam do patrimônio do patrão, a não ser que o patrão, única e exclusivamente, por obra de sua bondade, queira lhe dar algo. Neste caso será considerado como que um ato solene, cercado de atenção para que todos saibam que ele é bom. E, por outro lado, um ato de silêncio, um silêncio cuidadoso que impõe formas ritualizadas de tal modo, que não se possa falar sobre nenhuma promessa feita anteriormente. Que não se fale sobre nenhuma expectativa, nem sobre o significado da doação da empregada à família, aparece o direito privilegiado e exclusivo da pessoa que fala - o patrão.

Os procedimentos de exclusão se colocam de forma não transparente, o patrão não tem o que temer porque, afinal, está dando algo como fruto de sua bondade. E, se não o faz desta forma, ele está na ordem das leis e seu poder lhe dá este direito. Este poderá, ainda, manter com esta pessoa um vínculo tal, que lhe permita viver em sua casa, às vezes, até com salário reduzido, prestando-lhe um serviço que agora não passa mais pela partilha do afetivo, mas lhe garante a sobrevivência. Sentir-se-á, então, “tranquilo” por não ter desamparado ninguém. E a empregada, por sua vez, estará “amparada” com lugar para ficar. Porém, as relações já não serão as mesmas. De agora em diante, em alguns casos, estará profundamente só, frustrada e sem nome. Ou, em outros casos, estará profundamente grata.

“Eu vim para Florianópolis muito moça, fiquei trabalhando e o tempo passou. Fiquei com ela até agora, e trabalhei muito até 72 anos. Faz 4 anos que quase não trabalho, a família cuida de mim, agora. Eu durei muito tempo, tem pessoas que se acabaram muito. Eles sempre tiveram muito cuidado comigo. Nesse momento, a patroa começou a fazer parte da conversa e falou: ‘eu tenho a impressão que, no caso da Rosa, se essa relação afetiva não fosse tão grande, ela teria se casado; ela teve um namorado durante muito tempo. Ela acabou, assumiu a casa da gente e ficou cuidando da gente, e ela cuidou da gente como se fosse a família dela, e não teve mais coragem de nos deixar, sabendo a falta que ia fazer partindo. Para fazer sua vida afetiva, deixava o seu casamento sempre para depois e nunca saiu.’” Hoje, ela depende inteiramente desta família, que assumiu na sua doença. (entrevista 19, 76 anos, branca, associada)

“Faz 5 anos que meus patrões morreram e eu continuo com as filhas solteiras, aí já muda tudo. Agora é mais difícil, diminuiu o salário, elas saem de manhã, com a minha patroa antiga a gente conversava muito, elas também eram diferentes. Eles me consideravam como da família, e eu pensei que, devido o tempo que eu estava ali. Pensei que fosse melhorar um pouco. Mas, acho que pensei errado. Em matéria de trabalho, não mudou nada. Mas, em matéria de relacionamento. É uma coisa de 30 anos sem perspectivas. Tem hora que dá vontade de jogar tudo pro alto, pegar uma reta e não voltar mais. A minha patroa antiga não se interessou de me ajudar, apesar de eu criar os filhos dela,... então eu não consegui comprar minha casinha até agora”. (entrevista 15, 58 anos, negra, associada).

“Eu me sinto da família, eles são muito bons, se um dia não me quiserem mais terei de ir para um asilo, porque só tenho uma irmã que mora com as netas”(entrevista 2, mais de 70 anos, não é associada, sempre trabalhou nesta casa).

Há, ainda, as situações em que a empregada faz todo um jogo de vencimento do interdito pela consciência que tem da sua condição de empregada. Assume-se como aquela que é a responsável e respeitada, por ter uma atitude consciente de si mesma. Mas vive profundamente a experiência da separação e rejeição.

“Eu gosto muito de separar este lado de empregada e patrão, mas é uma coisa séria para mim, eu não sei porque, apesar de achar que eu sou da família, é muito diferente. Embora eles não separem, jamais eu me coloco do lado de alguém da família. Eu nunca acho que aquele é o meu espaço, embora tenha 13 anos na família” (entrevista 12, 41 anos, negra associada).

Não há, exatamente, uma interdição, esta até pode falar, não é objeto de tabu, ritual de circunstâncias. Mas assume de tal forma sua condição de diferente, enquanto desigual, que se mantém à distância da convivência familiar. E embora deseje o amor e o afeto, sabe pela ordem da razão que, como empregada, será sempre diferente. Ela sente-se um ruído no meio familiar. Está em sintonia se a alimentação sai no horário, se a roupa está pronta na hora da necessidade, se é capaz de dar conta de todas as tarefas. Mas, quando se trata de permanecer no mesmo espaço da casa, ela se afasta para a cozinha ou para seu quarto. E, quando é convidada para fazer parte das atividades da família ou, quando é elogiada, faz questão de dizer à si mesma que é a empregada e, portanto, não é da família.

A exclusão que aparece como uma das dimensões da oposição entre verdadeiro e falso, longe de estar apagada se exerce de forma distinta. Seja por via da introjeção do interdito na vida e na prática da empregada que, por sua vez, permite, então, a permanência da idéia de que ela é um objeto do tabu e sua presença poderia atrapalhar o sossego familiar. Neste caso, ela própria cria os rituais de circunstância, aproxima-se, por exemplo, da sala de jantar, ou de estar, somente se for para servir aos patrões, entra em seus quartos somente para arrumá-los. Por estas atitudes, dá aos patrões o direito privilegiado ou exclusivo de se manifestar igualmente com um discurso que não é nem transparente ou neutro, mas carregado de desejos e poderes *“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque pelo que luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.* (Foucault, 1996:10).

Da sua parte, ainda restabelece a ponte entre seu desejo de liberdade e de identificação, ela o faz, porém, pela identificação com o lado do discurso que honra o civilizatório pelo encontro com a ordem das leis, tornando compreensível o que é dito por **FOUCAULT** : *“Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico”.* (IBIDEM: 6)

Nesta trajetória sobram, porém, inquietações, que são expressas nas falas chorosas, no esquivamento em tocar nos pontos dolorosos. Este discurso, em sua realidade material as mantém afastadas dos benefícios econômicos que uma relação mais próxima poderia eventualmente lhes trazer. O fato de responder a um padrão

anteriormente estabelecido por toda uma prática de interdito social, lhe dá a certeza de estar correspondendo à ordem discursiva, que espera da empregada uma postura de não interferência na vida dos patrões, mas também lhe traz à consciência uma inquietação. A de saber-se transitória ali, sujeita a um vínculo com duração que não lhe pertence. Inquietação de sentir que, sob esta atividade cotidiana, se exerce o poder de mantê-la prisioneira de uma lógica de serviço tal, da qual ela não consegue se desvencilhar, ao mesmo tempo em que se sente envolta no perigo de que sua vida passe ali, e não consiga nunca fazer algo diferente por si mesma. É preciso levar-se em conta que, em todos estes casos, o trabalho já não é encarado como provisório. Há uma inquietação e até mesmo uma angústia, advinda do limite da idade, da dificuldade de convivência com um ambiente culturalmente diferente.

“Sou empregada doméstica porque acho que só tenho vocação prá isso, eu já tentei num laboratório não deu certo. Aí, eu pensei, puxa, a gente quer tentar outra coisa e não dá certo, então tem de continuar do jeito que está. Eu tentava porque eu queria mudar, não tem jeito”. (entrevista 11, 42 anos, trabalha desde 9 anos, negra, associada).

Mudar de casa ou de patroa, ao mesmo tempo que engendra uma expectativa de mudança nas condições de trabalho, pela possibilidade latente de encontrar uma patroa melhor, gera, igualmente, uma fonte de angústias, por causa do aprendizado que essa mudança demanda. Este se apresenta como desafio, diante do qual a maioria tem medo e se concebe quase como impotente .

“Eu gosto do serviço doméstico porque não tem horário fixo prá chegar, nem para sair. Se a gente tivesse estudo seria melhor, a gente poderia ganhar bem. Às vezes eu sonho com um serviço mais perto, mas aí prá sair, eu também não queria sair, porque sair prá outra casa pode ser pior, começar tudo outra vez, aqui eu já sei fazer. Talvez eu ache outros serviços bons, mas começar tudo outra vez é difícil. É difícil acostumar com o ritmo da outra, pegar o ritmo do outro, o trabalho no fim é o mesmo, mas muda a rotina”. (entrevista 14, 39 anos, branca, não associada).

A separação, enquanto princípio de exclusão, assim assumida pela via da introjeção do interdito, parece-nos a mais aliviadora dos conflitos para os patrões, uma vez que a empregada já vive todos os aspectos da interdição como necessários à sua condição de empregada. Pensamos que o procedimento de exclusão separação e rejeição, pela não introjeção do interdito, é mais exigente para os patrões que deverão trabalhar as formas de exclusão com todas as sutilezas que um distanciamento vigilante exige. Como dar atenção, fazendo de conta que não se dá? A patroa, no caso, porque trata-se em 99% dos casos de relações entre mulheres, deverá manter seu olhar e ouvido vigilante, exorcizar constantemente os padrões de verdade presentes no discurso das

empregadas para que não venha a se tornar vulnerável diante de nenhum deles. Esse exorcismo deverá ficar claro para a empregada, mas de maneira delicada, para que continue a gostar dela sem sentir que tem algum poder sobre ela. Assim, ela será fiel e confiável e a patroa, por sua vez, dará mostras de que exorciza a verdade do discurso, mas não poderá distraidamente desvencilhar-se dele, sob pena de não lhe prestar atenção e se emaranhar em algum momento, perdendo a possibilidade de lhe impor o seu poder.

A sabedoria da patroa deverá ser tal, que as palavras da empregada sejam descartadas tão logo proferidas, e de maneira que sua racionalidade seja desinvestida sempre a favor de si mesmo. O controle é exercido sempre na manutenção da censura. O silêncio deverá estar alerta.

Quanto a retenção da palavra por parte da empregada, é constatação comum nos últimos depoimentos. É óbvio, porém, que essa atitude adquire significação diferente, de acordo com o que cada uma almeja.

3. A oposição entre verdadeiro e falso como terceiro sistema de exclusão, faz-nos pensar na vontade de verdade, na forma como é reconduzida, no modo pelo qual o saber é aplicado na sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído. O saber que há e se coloca na relação patroa e empregada é supostamente igual, na medida em que ambas entendem do mesmo espaço doméstico e, nesse sentido, poderia haver uma partilha de saberes. Mas, passa a ser desigual, não porque se fixe nas particularidades ou singularidades das técnicas de um mesmo procedimento, mas porque há, na relação, uma vontade de verdade que poderá se impor também na generalidade da técnica, uma vez que encontra sua sustentação num aspecto anterior que não advém da especificidade ou generalidade do “saber fazer”, mas da condição social em que cada sujeito deste conhecimento se encontra.

O doméstico é administrado e conhecido tanto pelos donos da casa, quanto das empregadas em níveis diferenciados, conforme as circunstâncias culturais, técnicas, econômicas e sociais de cada uma. Mas, a verdade da patroa por razões de propriedade tende de se impor sempre que está em jogo seu patrimônio ou seu status. Muitas até dizem num jantar de família: “gostaram da comida que eu fiz”? Mesmo que tenha sido feita por sua empregada.

A verdade da empregada se impõe no cotidiano, mas um cotidiano sem mérito. Está sempre sob a pressão do discurso da patroa que ora interfere na técnica de limpeza,

na lavagem da roupa, e em outros momentos, aproveita a presença das visitas para falar dos seus dotes familiares, ou falar mal do jeito de ser da empregada. Ainda, há as que se impõem cobrando obediência em função do salário que lhe paga.

Essas formas, ao nosso ver, são imposições de fora para dentro, e que vêm circunstanciadas por fatos ou acontecimentos que exigem respostas imediatas, às vezes, pela prestação de um serviço, outras vezes, pela manifestação de adesão da parte da empregada ao desejo da patroa. Há, porém, uma oposição entre o verdadeiro e o falso, que exige entrega incondicional da empregada aos caprichos e desejos da patroa. Ela terá o tempo todo que se portar, se vestir e desenvolver técnicas de trabalho de acordo com o que lhe foi “ensinado”, durante os primeiros dias na residência.

Diante dessa situação, que é sempre nova, em cada mudança de emprego há sempre concomitantemente ao novo aprendizado, um esforço de desvincilhamento do aprendizado anterior como não mais verdadeiro para a nova circunstância, e um esforço de assimilação de uma nova posição. Caberá à empregada desconsiderar seu conhecimento para adquirir um novo. Ou, pelo menos, deverá considerar que o que sabe, poderá ser útil num momento posterior, quando as relações de confiança já foram estabelecidas, podendo, então, aperfeiçoar as técnicas a seu modo.

Às vezes, a gente se chateia com alguma coisa, só que eu vou até o fundo, e tiro a limpo, se não está bom para ela, eu ouço o seu gosto e procuro fazer como ela quer. Por causa disso, é muito ruim trocar de emprego, tem que aprender como as pessoas conduzem sua vida, seu dia a dia. Aprender o jeito de fazer do outro. Quando eu procuro mudar de serviço, eu já me previno. No meu serviço tem de ser assim, esse negócio de não suportar se torna ruim para mim. Porque daí eu vou comparando os serviços, eu tenho de fazer como a outra quer, a gente tem de conviver com isso”. (op.cit 16, 43 anos, negra, associada).

Em relação ao impasse de um novo aprendizado se refaz todo o ciclo interditério a partir do que é necessário, levar-se em conta a necessidade de se falar sempre a verdade sobre si mesma. Diante da pergunta da patroa: “como é que você fez isso? É preciso que a empregada deixe claro que tudo foi feito conforme lhe foi ensinado. Se, de fato, ela o fez, entenderemos que essa pergunta não será constrangedora do ponto de vista de poder revelar uma mentira - ou um discurso não verdadeiro, pelo menos, em relação à técnica, o que, certamente, não lhe poupa angústias e sofrimentos. Se, contudo, a técnica de feitura não foi seguida, essa pergunta se constituirá numa sanção. Exigirá da investigada explicações mais firmes e esclarecedoras, para que seu discurso seja reconhecido como verdadeiro e para que não levante suspeitas, comportamento que demandará esforço criativo ou a manterá presa num emaranhado, advindo do medo de ser descoberta, tal qual a fala que se segue:

“Sentir remorso acontece quando a gente logra e engana, prega uma mentira, ou prejudica o outro, daí a gente sente remorso. Eu já menti... eu queria tirar o corpo fora, mas eles também não deixavam por menos, eu tinha que dizer a verdade, eles me exigiam a verdade. Ele, não era tanto, mas ela ficava em cima porque, se eu mentisse, a culpa era do outro. Quando eu mentia e ela acreditava, ela tinha que dar a culpa ao outro e o outro era inocente. Às vezes, eu mentia sobre o desaparecimento das coisas, ou quebrava a louça, eu achava que era tão pequeno que não queria dizer, mas tinha que dizer. Isso trazia sofrimento para mim, eu não me sentia livre no trabalho” (entrevista 18, 68 anos, branca, associada).

Outras se impõem diante das observações e superam a coerção, como demonstra a fala a seguir:

“Eu estive numa casa, que a mesa ela colocava diferente, então ela disse prá mim: “mas tu não sabes que a mesa não é assim?” Eu falei, assim que eu entrei na sua casa a senhora não me disse, eu fiz como fazia no meu outro serviço. Então ela me disse, mas é assim. Agora que a senhora está dizendo que é assim eu vou procurar fazer desse jeito. Assim é mais bonito disse ela. Eu falei de todas as maneiras uma mesa bem posta fica bonita. O importante é saber colocar, eu não brinco não.” (entrevista 16, negra, 43 anos, associada).

Evidentemente, atrás desta vontade de verdade, nem sempre encontramos a própria verdade. Se a empregada exercesse o discurso verdadeiro e dissesse que não seguiu a maneira que lhe foi ensinada, certamente decepcionaria a vontade de poder da patroa e sofreria o exercício deste poder com suas conseqüentes punições. Ela poderia fazê-lo se não reconhecesse a vontade de verdade que se impõe na relação com a patroa. Se sua verdade aparecesse, a vontade de verdade não poderia existir, mas, então, seria punida, interditada de alguma forma.

Os mecanismos citados anteriormente, segundo **FOUCAULT**, são sistemas de exclusão que se exercem de certo modo do exterior, concernem à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. Há, ainda, segundo ele, procedimentos que funcionam sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

“É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem, mas não encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos “.(FOUCAULT, 1996.:35)

Tratando-se do emprego doméstico, a atitude vigilante da empregada doméstica, frente ao seu próprio discurso deverá constituir-se numa técnica imprescindível para que sua imagem não seja jamais denegrida. Deverá se expressar sempre muito claramente em relação ao que tem feito de sua vida, porque sua conduta moral é motivo de segurança, ou não, para a família na qual trabalha. Deverá anunciar com antecedência e

a patroa deverá estar de acordo sobre sua necessidade de faltar ao emprego, ou de ir ao médico.

“Ser mulher eu acho que tem de agir com segurança, mostrar que é mulher mesmo, ser uma pessoa, ser ela mesma, o que você deve fazer em todos os lugares, ser aquilo que você é, e não se deixar enganar, não queira ser o que você não é. Eu estou aqui, sou uma empregada, me arrumei, sai lá de baixo, sou a mesma empregada e sou mulher. Mas, se eu chego lá embaixo com mentira; em vez de ir prá minha casa eu vou prá outro lugar, então não estou cumprindo como mulher, nesse sentido é que eu acho que a gente tem que andar com os pés no chão, ser honesta, nunca pode botar mentira em cima, se levar com mentira.” (entrevista 13, 62 anos, negra, associada).

Essas são regras de um policiamento e de uma tecnologia de ser que já estão dadas pelos padrões constituidores do que é ser boa ou má empregada. O falar sobre si mesma deverá ter presente o desejo implícito ao poder de policial e dizer a este conteúdo que ele está sendo respeitado. É claro que, como este conteúdo não é essência em si mesmo, mas tem um sujeito que lhe dá vida, que é constituído por padrões históricos, culturais e sociais de verdade, é a ele que ela, a empregada, obedece. Ela reativa uma “polícia” discursiva que está num sujeito exterior à ela mesma, a patroa, mas também dentro de si mesma, pelo disciplinamento que se impõe como princípio de controle na produção do discurso. Ela lhe fixa os limites *“pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (IBIDEM:36).*

O contrário, também se coloca na medida em que a empregada precisa confiar que o discurso da patroa é verdadeiro. Na hora de um contrato de trabalho faz-se a exigência de uma série de tarefas. Contudo, nem todas estão expressas, mas aquelas citadas serão tidas como as verdadeiras e, a partir de então, serão essas as ordens discursivas que estarão presentes nessa relação e serão esses termos do contrato, os policiados, mesmo se já foram sobrepujadas por muitas outras tarefas vindas a posteriori. As condições de seu funcionamento, um certo número de regras já foram embaralhadas e lançadas como padrões de comportamento que seguiram se impondo em muitos contratos de trabalho e ambos os lados saberão que os acasos e os acontecimentos se farão presentes, mas sobre eles não se falará. Faz-se necessário manter-se um jogo para anular um dos termos da relação e complementar cada vez mais, pelo reforço, o que é tido como indicador de verdade, o que foi expressado no momento do contrato de trabalho.

Todas as vezes que o acaso aparece, que é tocado por uma das partes: patroa ou empregada, a parte a quem interessa, lembra à outra o que foi estabelecido como regra; se se trata da empregada não estar cumprindo algo, lhe será dito que ela tem um jogo a

fazer e que as regras estão no contrato, normalmente feito só no discurso. Se da empregada é cobrado mais, ela dirá que isso não faz parte do contrato, e o acaso, ou é assumido sem lhe dar importância, neste caso é sempre identificado no exercício da repetição, ou é exorcizado do jogo como peça não importante. Se ele for olhado, certamente gerará conflitos e destruirá esta relação, que se sustenta sobre uma patologia, entendida, aqui, no dualismo normal e patológico.

Ambas sabem que esta relação tem aspectos verdadeiros e falsos, ambas a mantêm como a única relação possível e, ainda, a única relação carregada de sabedoria. Esse emaranhado tradutor da lógica disciplinadora do poder dá conta de sustentar a complexidade das expectativas e necessidades que se recoloca a cada novo contrato de trabalho. Nesse sentido, ambas não mais conjuram os acasos de sua aparição, mas se disciplinam para determinar a lógica de funcionamento do conteúdo desse discurso. patroa e empregada selecionam a si próprias como sujeitos que falam, obedecendo as regras de uma “polícia” discursiva que é reativada em cada um dos seus discursos. Todas as trocas e toda comunicação se constituirão, desta feita, em figuras positivas que atuam no interior desses sistemas complexos de restrição.

A boa empregada será definida pelo jeito de falar, por esquivar-se dos “acasos” que poderiam gerar conflitos nas relações de trabalho. Não fará perguntas indiscretas, desviará o olhar de tudo o que possa sugerir invasão da privacidade, definirá seu vestir de modo simples para que não agrida a moral dos seus patrões, de modo condizente com o seu salário. Se, por acaso, vestir uma roupa mais chique, o próprio grupo (no caso estudado entre as da Associação), lhe cobra uma postura, a postura da empregada. Terá gastos comedidos, será sacrificada e atenciosa, obedecerá a um protótipo definido pelo gênero de mulher pobre e, pelo jeito de ser exigido, de uma mulher dentro de determinada profissão.

“ Eu gosto da minha profissão, eu gosto de mim, eu me arrumo prá mim. Eu gosto de comprar minhas roupas, meu sapato, eu gosto de fazer minha mão meu pé, arrumar meu cabelo. Considero importante me vestir bem. Já trabalhei prá gente rica, minha patroa de Porto Belo comentava com as amigas dela que eu era bonita, gostava de me arrumar, de me vestir. Não tem porque a gente que é doméstica se humilhar. Algumas pessoas não acreditam que eu sou doméstica, e dizem: mas essa panca, de onde vem essa panca? O pessoal da Associação também me critica porque ando bem arrumada.” (entrevista16, 43 anos, negra, associada).

A boa patroa, por sua vez, é aquela que entende o que se passa dentro de sua casa, que está atenta à necessidade de fazer as compras, de administrar a cozinha, de orientar às crianças, ela diz à empregada o que esta deverá fazer para o almoço ou para

o jantar. Porém, de preferência, não deverá interferir na seqüência das tarefas, não deverá determinar, em hipótese alguma, as técnicas e a rotina do serviço. É preciso que a patroa seja amiga, presença discreta, que confie na empregada.

Ambos esses comportamentos são expressões de um conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, fazem parte de um ritual necessário à manutenção da capacidade de identificação desta relação, como sendo de patroa e empregada. Não podem ser dissociados, tal qual *“os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos, e, em parte, também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina, para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”* (FOUCAULT,1996:39)

Ser desta forma é quase uma pertença doutrinária, “é sinal de uma pertença prévia - pertença de classe, de status social, de raça, de nacionalidade, ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação”, diríamos de gênero. (IBIDEM:43).

Nessa apropriação social do que é ser boa empregada, boa patroa, encontramos condutas marcadas pelas oposições e lutas sociais. Todo discurso passa, agora, por procedimentos de sujeição - a palavra entre patroa e empregada é ritualizada, qualificada e fixada em papéis bem definidos. Cada qual com seu poder e seu saber, mas diferentemente marcados por razões de status e diferenças sociais entre um mesmo gênero, (usando gênero, agora, para expressar determinação biológica, enquanto sexo macho e fêmea, e enquanto padrão cultural), em que sempre haverá sujeição do discurso de uma ao da outra.

3. REPRESENTAÇÕES SOBRE SI MESMA NO ESPAÇO E TEMPO DOMÉSTICO (Privado) E FORA DELE (Público)

A comunicação e a troca que ocorrem nesses níveis funcionam no interior de códigos preestabelecidos pela experiência existencial de cada uma, do grupo histórico, cultural e social a que cada uma pertence. Não se trata, exatamente, de um comportamento dito de apego ao passado, pelo menos não enquanto uma atitude comportamental pessoal. Trata-se outrossim, de um comportamento estereotipado, que se mantém condicionado à divisão social e sexual do trabalho e, dentro desta divisão, à estruturação das atividades de produção e reprodução.

A articulação entre essas esferas é histórica e muito anterior ao que se possa explicar ou imaginar em relação ao nosso presente, ou qualquer tipo de relação que

tentemos desvelar. A articulação entre produção e reprodução já resultou desde há muito, em diferenças entre grupos e classes sociais. Parece-nos que, mais do que apego ao passado, nesses aspectos, trata-se de sobrecarga com velhas representações. À mulher sempre coube a legitimação de sua identidade com o espaço da casa, mesmo se, em épocas de crises econômicas, ou em períodos de guerra, trabalhava ou trabalha fora do seu lar.

Em épocas passadas, (Século XVI, XVII), a mulher fez normalmente um trabalho temporário, como doméstica ou operária, até que pudesse contar com um dote razoável e voltasse à sua aldeia para se casar. Os debates do século XIX, por exemplo, conforme SCOTT (1991), baseavam-se normalmente numa história causai implícita da revolução industrial que foi tomada como adquirida pela maior parte da historiografia subsequente sobre as mulheres trabalhadoras. Esta história localizava a fonte do problema das mulheres trabalhadoras na transferência da produção do lar para a fábrica, durante o curso da industrialização. Enquanto no período pré-industrial se considerava que as mulheres tinham combinado, com êxito, atividade produtiva e criação dos filhos, trabalho e domesticidade, dizia-se que a mudança presumida do local de trabalho tornara esta combinação difícil, se não impossível. O resultado, segundo se dizia, era que as mulheres só poderiam trabalhar durante períodos curtos das suas vidas, abandonando o emprego remunerado depois de casar ou de terem filhos, voltando ao trabalho mais tarde, no caso de os maridos não serem capazes de sustentar a família. Daí advinha ficarem confinadas a certos empregos de baixo salário, não especializados, reflexo da prioridade das suas obrigações domésticas e maternais sobre qualquer identificação profissional a longo prazo. O problema da mulher trabalhadora, então, era ela ser uma anomalia num mundo onde o trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações o tempo inteiro e especialmente diferenciadas.

Hoje, conforme dissemos no capítulo I, ela já não o faz de uma maneira temporária. Sobretudo, tratando-se do grupo de mulheres entrevistadas, com exceção de uma delas, que adquiriu novo status com o casamento (Inez), e diz que por causa disso, não necessita mais ser doméstica. Todas as demais assumem esse trabalho como a única saída em suas vidas, e não mais cultivam a esperança de mudança. Mesmo se é o caso de estarem fazendo um outro curso. Uma delas faz o curso técnico de enfermagem, com vistas a mudar de profissão, para ela isso não significa necessariamente mudança de status social.

"Minha esperança, em relação ao trabalho, é deixar de ser doméstica. Eu sempre quis isso, mas não dava, faltava estudo. Desde criança no ramo da saúde, lá no interior, eu queria ajudar, as mulheres ganhavam

neném em casa, tinha aquelas parteiras que vinham assim na casa da gente e eu queria ajudar, mas meu pai dizia: não senhora, de noite tu vais ficar passando trabalho, vais ficar acordada. Então, esse era meu desejo, só que a gente chegou aqui, eu era uma pessoa insegura, não tinha como estudar. Chegando aqui eu conheci a Associação, comecei a estudar, não tinha apoio de ninguém, mas eu achava que devia melhorar de vida. Aqui eu não ia ser nada na vida, ia ganhar um salário mínimo. Antigamente era pior. Não é fácil tentar outra coisa. Mas, como eu sempre fui muito econômica, agora eu estou conseguindo fazer este curso, todo mês eu tiro 200 reais da poupança prá pagar o curso. Não acho que isso vai mudar muito minha vida, mas poderá me ajudar.” (entrevista 22, 49 anos, branca, associada).

Trata-se de entender uma relação de gênero que implica o pressuposto homem e mulher, não de homem e mulher diferenciados em masculino e feminino, mas construídos a partir das relações sociais fundadas em diferentes hierarquias determinadas onde, em muitas situações, o que é atribuído ao feminino é, hierarquicamente, inferior ao masculino.

No nosso caso específico, gênero se reporta para o campo das relações sociais entre mulheres inseridas, histórica e socialmente, em contextos determinados por padrões: econômicos, culturais, religiosos e políticos, condicionados a uma determinada construção cultural do feminino e do masculino, na maioria das vezes, baseada na idéia de “essência feminina” que, por si só, apaga as diferenças entre as mulheres. E, para lembrar que gênero é conjuntural, mutável e relacional, conforme definido por Lauretis, apagaria as diferenças entre os homens. Não se trata portanto, de uma essência, mas de como essas mulheres estabelecem com as outras as suas relações.

Desse ponto de vista, essas mulheres já existiam muito antes que nós as buscássemos e já se encontravam situadas num campo de significados e práticas existentes e independentes da pesquisa.

Nas relações sociais de gênero, compreendendo relações entre pessoas e gêneros (masculino e feminino), se encontram opostos dos dois lados da sociedade e enredados em uma situação de desigualdade, o que corresponde à subordinação da mulher ao homem. O prisma das relações sociais entre os gêneros feminino e masculino, sua desigualdade, a falta de reciprocidade, a instrumentalização dessas relações para a perpetuação da subordinação da mulher ao homem pode ser de grande utilidade para a análise dos problemas sociais e políticos em geral. No nosso caso, esse padrão, que é também efeito de um aprendizado histórico, está perfeitamente reproduzido nas relações, dentro de um mesmo gênero. Não corresponde somente ao fato de ser macho ou fêmea, mas ao fato de assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas que a sociedade aponta como sendo masculinas e/ ou femininas.

A expressão gênero coloca de um lado o homem e, de outro, as mulheres numa divisão causada pelas exigências sociais e heterossexuais, as quais, terminam impondo a dominação sexual masculina e a subordinação sexual feminina. De tal forma, os papéis de dominação e submissão quando se trata do mesmo gênero, se colocam como relações concretas e historicamente mutantes. Não se trata de uma determinação simplista, mulher dominando mulher. Não se trata de mulher como diferença do homem, simplesmente como universal, essencializada; trata-se, outrossim, da transposição não determinista, talvez, plural e transversal, de um padrão sócio-cultural de atribuições de papéis imbricados em relações sociais. Entendidas, aqui, não apenas enquanto relações mútuas que se estabelecem entre os seres humanos para a produção e reprodução das condições materiais de existência, enquanto condições para a produção das condições históricas, culturais, simbólicas e sociais de existência, perpassadas por códigos lingüísticos e representações culturais, um sujeito múltiplo, em vez de único, contraditório, em vez de simplesmente dividido.

Trata-se, portanto, de um tipo especial de relações sociais por causa da subordinação do gênero feminino pelo masculino e, particularmente, nesse caso, por causa da transposição de um padrão sócio-cultural de atribuições de papéis imbricados com uma relação dentro de um mesmo gênero.

Ocorre, então, que gênero, conforme pensado por **LAURETIS** (1994), não é um conceito preso pela divisão sexual do trabalho e não pode se confundir com ela, entendendo-se que seja considerado uma derivação direta da divisão sexual e, por outro lado, possa ser incluído na divisão sexual como um efeito da linguagem, ou como um puro imaginário não relacionado ao real. Ele é pensado, aqui, tal como Foucault, que vê a sexualidade enquanto "tecnologia sexual". Desta forma, gênero é pensado enquanto representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas, institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.

Esclarecidas estas questões, o problema social da subordinação-opressão-discriminação-exploração da mulher não está na mulher, assim como o problema étnico não está no negro ou no índio, nem o problema da terra ou da moradia, no agricultor ou no sem-terra. Está sim, nas pretensas formas de organizar e de conviver, nas diferentes tecnologias criadas, assumidas, mantidas como expressão de relações que se perpetuam a partir da estruturação social a que pertencemos.

Trabalhar com o conceito de relações sociais de gênero significa, portanto, ir além das determinações das diferenças biológicas como determinantes das relações entre homens e mulheres, atribuindo as funções de macho e fêmea para a reprodução biológica da espécie e, a partir dessa diferença, construir modelos de relações sociais que impliquem em subordinação de um sexo ao outro.

A visão baseada na diferença biológica entre os sexos tem sido 'racionalmente justificada ao longo dos tempos, inclusive, através da introdução de componentes ideológicos nas ciências naturais e sociais. Por esta mesma via institucionalizada, a divisão biológica entre machos e fêmeas é usada para uma divisão da humanidade em esferas femininas e masculinas e seus respectivos papéis, o que terminou por abranger toda a vida e o destino humano. Porém, de forma diferenciada, a divisão sexual do trabalho, com base na atribuição de papéis diferenciados para cada sexo, resultou em se colocar o gênero masculino, prioritariamente no setor da produção, e o gênero feminino, prioritariamente na esfera da reprodução. Desse modo, às mulheres a quem compete uma maior atividade na reprodução biológica (gestação e parto de um novo ser da espécie), foram atribuídas tarefas pertinentes à reprodução em geral - idéia naturalizada e generalizada, que se encontra igualmente presente, quando analisamos o caso da empregada doméstica que, sendo ou não sendo mãe, redefine seu papel social de mãe, não via identificação com a função reprodutora biológica mas, pela identificação com a significação social, de sua função reprodutora biológica. Sentem-se como verdadeiras mães das famílias nas quais se encontram e muitas agem tal qual: corrigindo, admoestando, servindo aos seus patrões e a seus filhos.

"Uma vez me disseram assim: fulana, tu tens de chamar fulano de doutor. Eu disse: hoje ele é doutor, mas antes de ser doutor, eu criei ele. Eu fazia ele se levantar para ir ao colégio. Prá mim, ele é doutor lá no hospital, se eu for lá eu vou chamá-lo de doutor, eu vou dizer: por favor o doutor fulano está aí? Mas, aqui em casa, que eu ajudei a criar, ele continua sendo aquele menino. Aí, a irmã dele olhou para mim e disse: tu tens razão, e eu disse: e ainda tem mais hem? Ele tem que me respeitar a mim que ajudei a criar ele desde neném, mais a outra, não é nós que temos que respeita ele. Ela olhou prá mim, e disse: sabe que tu tens razão. Eu disse: eu tenho. Então eu não aceito que me humilhem. (entrevista 5, 52 anos de idade, branca, cozinheira desde 11 anos, não é associada).

Quando se trata, especialmente, de famílias pobres, cabe às mulheres que já sabem fazer uma série de atividades em seus lares se preocuparem em administrar essas atividades em favor do econômico, da sustentação da casa. Isso, no entanto, não se constitui em si mesmo uma exigência do capital, se dá porque assim foi convencionado socialmente. Esta pode buscar solução em casa de família; para o homem fica mais difícil.

Como ele irá para uma atividade que ele não domina ? Há uma tecnologia do corpo, comportamento, tarefa, atitude que já veio sendo elaborada ao longo dos anos. Parte, no seio da própria família e parte, nas demais instituições: escola, estado, hospitais, que acabam por reforçar essa lógica. Ser mulher tem um significado social capaz de articular necessidades econômicas com possibilidades de exercício de determinadas tarefas.

Sua autonomia se dá pela assimilação e introjeção do papel social da mãe, sem parir. É, sem dúvida, a presença de uma tecnologia, a de pensar-se e sentir-se mulher, ser capaz de desempenhar a extensão dos braços da patroa no cuidado, limpeza, conservação do espaço físico, do patrimônio que não lhe pertence. É o pensar-se e sentir-se mulher pela capacidade de alimentar crianças e adultos com esmero dedicado e disponível, com abnegação e sofrimento, tal qual a mãe. O emprego doméstico é representado muito bem como fonte, para se compreender o papel da mulher enquanto educadora das crianças, não numa ordem direta, como aquela que é atribuída a mãe, a quem sempre foi delegada a tarefa da socialização dos filhos, por ser sua tarefa, tradicionalmente falando, mas pela ordem indireta. Se a mãe não pode cuidar, um outro membro da família, raramente um homem o faz, ou, então, alguém remunerado: a babá ou a empregada. O não poder cuidar se legitima como possibilidade de delegação à outra somente se a mãe tiver que trabalhar, ou estiver doente, a não ser em classes, cuja renda econômica e status econômico seja valorizado, onde a mulher possa desfrutar dos benefícios da vida ociosa, então ela estará plenamente autorizada a se desincumbir dessas tarefas. Tarefas que se referiam ao trabalho manual, não, porém, àquelas que envolvem orientação e supervisão.

Em se tratando das mulheres entrevistadas, estas afirmam, em suas falas, que a maioria das patroas as contratou porque tinham necessidade de trabalhar. Em 90% dos casos, em pouco, ou em nada supervisionam o trabalho com sua presença física no momento da execução. O fazem, muitas vezes, quando chegam em casa, o que, para a maioria das empregadas, se constitui numa atitude de desconfiança.

Quanto à empregada, representa-se, muitas vezes, como a extensão dessa lógica, em relação às tarefas manuais que lhe são delegadas, mas não assume com a mesma naturalidade o seu papel na socialização das crianças, embora, conforme já citado, muitas delas tenham criado os filhos das famílias que hoje já são adultos, e digam gostar deles.

Todas as vezes que perguntadas como é trabalhar com crianças, a maioria dizia que era ruim. Chegavam a usar a expressão *"Deus me Livre, eu não quero mais"*. Todas concordam tratar-se de uma atividade extremamente cansativa.

Contrapõe-se, neste ponto, **primeiro**, a corrente marxista de pensamento, para quem a subordinação da mulher ao homem, através da divisão sexual do trabalho, sempre respondeu a interesses econômicos e políticos institucionalizados e transmitidos de geração em geração. Nem todas as entrevistadas expressam uma consciência de que foram subordinadas, em suas famílias, por seus pais e irmãos, ou que o são por seus maridos por razões advindas diretamente do econômico. Também não assumem, com a mesma naturalidade, a socialização pela qual passaram em suas famílias. A questão, no entanto, se coloca subjacente em seus discursos.

"Trabalhei sempre como doméstica, tenho 40 anos, comecei com 6 anos de idade. Quando a gente é da roça é assim: com 6 ou 7 anos tu já sabes cozinhar, tu já sobes num banco prá lavar roupa, não é como agora que tu não fazes nada. A gente era de uma família muito grande, a mãe tinha 13 filhos, meu pai foi embora, os maiores iam trabalhar para ajudar os que não podiam, no tempo de aula a gente ia trabalhar na casa dos fazendeiros e quando era férias, a gente vinha trabalhar na roça. Em casa a gente não teve infância, a gente era muito pobre". (entrevista 19, 40 anos, negra, associada.).

Sempre que pensam ou falam na origem de sua "opção" profissional, fazem referência à situação de necessidade familiar. E, sempre que se referem as dificuldades do emprego atual, se reportam a algumas razões: a primeira, porém, não é a econômica. Trata-se sempre de afirmar que, se tivessem oportunidade de estudar, não teriam sido empregadas domésticas, reforçando, assim, em segundo lugar, no nosso entender, um modo de ver sua vida que se aproxima muito mais do liberalismo, onde os postulados fundamentais: liberdade, igualdade, fraternidade, situam-se meramente no plano formal. As coisas estão assim, porque há desigualdade de oportunidades, nos campos da educação e trabalho.

"Eu não pude estudar, por isso, sou empregada doméstica"

Bastaria, nesse caso, que se investisse em oportunidades de estudo para eliminar a inferioridade social. Só em segundo plano a pobreza familiar. Esse discurso se aproxima muitíssimo do que estamos vendo acontecer bem debaixo do nosso nariz, quando, hoje, se insiste na qualificação profissional, via especialização da mão - de - obra, por exemplo. Para esta corrente de pensamento bastaria qualificar a mão- de - obra feminina e oferecer-lhe, via qualificação, novas oportunidades de trabalho.

O pressuposto básico deste pensamento consiste em considerar o capitalismo como o regime sócio-político-econômico libertador da mulher. Sem este nível de consciência explícita, porém, com uma postura condizente com esta lógica, o grupo pesquisado, legitima essa visão de que, se as oportunidades lhes fossem oferecidas, sua condição de vida seria melhor, embora saibam e manifestem, pela angústia de suas falas, que partem de situações bem desiguais para conquistar um lugar ao sol.

As que conseguem, por exemplo, estudar um pouco mais, nem sempre melhoraram sua situação econômica. Sentem-se, porém, menos tensas em relação às suas oportunidades de trabalho. E segundo, elas passam a ser tratadas com maior respeito. Isso, todavia, não resolve os problemas de desigualdades nas relações de gênero, torna-os menos agudos, lhes dá maiores possibilidades de compreensão da sua problemática e, em alguns casos, maior possibilidade no jogo de poder e reivindicação, embora, nesse grupo, não se trate de um jogo político organizado, enquanto uma estratégia de luta política coletiva, uma vez que a Associação não cumpre esse papel. Trata-se, outrossim, de uma postura pessoal mais esclarecida e que ainda não resolve o problema da desigualdade nas relações de gênero.

Em terceiro lugar reforçam uma corrente conservadora de pensamento, segundo a qual, as mulheres são naturalmente inferiores. Elas fazem um trabalho que o homem poderia fazer. Mas que é mais apropriado para a mulher. O sexismo é assumido como desigualdade natural.

A maioria, no entanto, atribuiu o seu trabalho à divisão biológica macho e fêmea e, quando vêem um homem empregado doméstico, só conseguem vê-lo como homossexual, o que, por um lado, poderia servir de desconstrução dos papéis masculinos e femininos, conforme tratado por **STOLLER** para quem o termo identidade de gênero se refere *“à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes. Isso não é igual à qualidade de ser homem ou mulher, que tem conotação com a biologia; a identidade de gênero encerra um comportamento psicologicamente motivado... sexo e gênero não estão, necessariamente, de maneira direta relacionada. Muitos homens biologicamente perfeitos têm de tentar evitar o que eles sentem ser impulsos e comportamentos femininos; o recíproco vale para as mulheres. Pode inclusive haver uma completa inversão de gênero...”* (1992:28), ou **MEAD** (1988), para quem, também, não existe um determinismo por parte da natureza. Comparando três tribos da Nova Guiné - os cooperativos Arapesh das montanhas, os canibais Mundugumor, habitantes do lago, e os Tchambuli do lago, havia diferenças nas atitudes sociais e no temperamento, baseadas nas diferenças sexuais, mostrando, assim,

que até mesmo as condutas de temperamento são construções culturais. Se torna, no caso das entrevistadas, um reforço dos respectivos papéis.

A relação de gênero, aqui, aparece na divisão de trabalho entre as mulheres. É a própria mulher que delega à outra aquelas atividades que historicamente seriam delegadas à Mulher Universal, por homens universais. Ocorre, agora, que essa mulher universal encontra um jeito de reproduzir a divisão das tarefas ditas de mulher, transferindo-as via pagamento e “montagem” de uma relação baseada numa suposta confiança que se consolida na esteira da necessidade à outra mulher: a empregada doméstica. Esta assume, assim, as funções das quais a anterior se liberou porque sua pertença de classe lhe permitiu pagar para alguém fazer. É interessante notar que isto legitimou o aparecimento de mulheres diferentes entre si: no caso, a patroa e a empregada. Com esse aparecimento baseado em desigualdades, há de haver um jeito de resolver ou, pelo menos, escamotear os conflitos da relação. Nesse caso, parece que os mecanismos desenvolvidos são as relações de afeto, de prestação de favores que freqüentemente se transformam em gratidão da empregada para com a patroa. Ou, em chantagem, de uma pela outra. Ou, ainda, em culpa, quando a empregada não está agradando.

“O trabalho cansa quando as pessoas não gostam da comida, fico triste, deprimida, cansada (água nos olhos - muita tristeza). Então, tento fazer melhor” (entrevista 27, branca, associada, 41 anos). “Ela faz o que quer porque, quando meu marido esteve doente, ela me ajudou” (entrevista 27, 38 anos, branca, não é associada)

Essa transferência para outra mulher é uma forma perversa de manter a construção de gênero, de papel atribuído à mulher. Porque há, na esteira desta visão, a conotação desvalorativa, tarefa de menor reconhecimento, atribuída, por isso, aos papéis que devem ser desempenhados pela mulher. Há toda uma visão que legitima o fato de que, se a esposa não faz porque tem outras tarefas, ou porque se recusa a fazer, é possível fazer tudo contratando alguém. Dificilmente o homem entende como suas tarefas as tarefas domésticas. Vejamos o que disse o namorado de minha amiga:

“Bom, se você não quiser fazer as coisas, a gente contrata uma empregada”.

“Todos os homens consideram um trabalho de mulher, embora não vejo nada de inconveniente que um homem faça. O homem não deixa de ser homem porque faz essas tarefas. O problema é que as mulheres são destinadas a fazer esse trabalho. Faz parte da natureza da mulher”. (entrevista 1, 42 anos, negra, associada).

Nesta fala, gênero é característica intrínseca à biologia dos indivíduos.

“É diferente ser homem e ser mulher, tenho um sobrinho que sofreu uma cirurgia porque tinha dois sexos. Hoje, a mulher já é mais valorizada. Mas, no passado, tudo era muito bem dividido. Se a gente ia prá roça, quando chegava em casa tinha que cozinhar, cuidar da casa, lavar, cuidar dos irmãos menores. Os homens iam cuidar da criação. Eles saíam de casa, a gente só se fosse acompanhada. Os homens trabalham em casa, mas eles não tem o conhecimento. As mulheres foram feitas para isso. A mãe não ensina ao homem; a divisão do trabalho é desde casa. A mulher tem conhecimento igual ao homem. Mas, a divisão de tarefas continua, a mulher ainda tem compromisso dos filhos para cuidar”. (entrevista 18, 68 anos, branca, associada).

Não se pode, contudo, reduzir a opressão feminina à lógica do capital. Deve-se buscar a lógica que perpetua a dominação (**LAMAS, 1986**), buscar os diferentes elementos que se perpetuam em diferentes épocas e em composições sociais diferentes. Atribuir ao modo de produção capitalista a submissão da mulher, seria negar essa submissão em outros períodos da história, fato este, que faz com que outros pesquisadores e pesquisadoras se perguntem se a diferença que gera desigualdade é universal. Se a dominação é universal.

O que se observa é que, ora a mulher assume um papel importante na sociedade, ora é envolvida em papéis secundários ou periféricos e de submissão. Portanto, estas questões pertinentes ao papel da mulher ao longo do processo civilizatório não podem ser compreendidas como resultado de um desenvolvimento igual, combinado e linear. Dado a partir das essências.(**BEAUVOIR, 1980**).

Sem dúvida, há um determinismo presente quando se pensa o universo do homem e da mulher. Um determinismo(não há dúvida para qualquer observador ocidental), que está marcado por uma total dominação masculina. A subordinação feminina é evidente no domínio do político, econômico e simbólico. Mas não é uma consequência da sua natureza biológica, se dá por causa do sistema social de relacionamento, dentro do qual estes se situam. Neste caso, como trabalho, estrutura as relações de gênero. Na realidade concreta da empregada doméstica, nos relatos ouvidos, nunca conseguiram alcançar posição mais elevada, nem conseguiram adquirir bens.

“Sempre lutei para ter minha casa, cheguei a escrever para o presidente José Sarney, ele falou com o governador, fui entrevistada várias vezes. Mas, acho que pensaram que eu não merecia. Talvez porque me viam morando na casa dos patrões. Também tentei comprar uma casa com umas amigas, nunca foi possível”.(entrevista 12, 41 anos, negra, associada).

No plano simbólico, retransmitido pela tradição e pela educação na infância, como já vimos, as atividades consideradas são as exercidas por homens. Maria Helena nos diz:

“As mulheres são a maioria neste trabalho porque não tem fábrica, não tem indústria. O homem não procura esse trabalho ele tem vergonha. Eles consideram um trabalho de mulher. Eu acho que eles podem fazer de tudo. Meu pai faz e não deixa de ser homem por isso, porque faz essas tarefas”. (entrevista 11, 42 anos, negra, associada).

Há, ainda, um conjunto de juízos e valores que põe em evidência características apresentadas como naturais e, portanto, irremediáveis: *“As mulheres são destinadas a fazer esse trabalho faz parte da sua natureza”*. É interessante perceber que essa lógica perdura, mesmo quando admite que não muda nada no homem se ele vier a fazer. Neste sentido lembra-nos o que diz Bourdieu:

“A somatização progressiva das relações fundamentais que são constitutivas da ordem social, tem, por resultado, a instituição de duas naturezas diferentes, isto é, de dois sistemas de diferenças sociais naturalizadas, simultaneamente inscritas nas hexis corporais, sob a forma de duas classes opostas e complementares de posturas, formas de andar, gestos, etc.” (BOURDIEU, 1990, 3-31).

O dominado não dispõe para pensar de outra coisa que não os instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominador, e que não são mais do que a forma incorporada das relações de dominação. Levando-se em conta o processo de construção social do gênero (que Bourdieu chama sexo), as categorias de percepção são construídas em torno de oposições que reenviam para a divisão sexual do trabalho, estruturando a percepção dos órgãos sexuais e da atividade genital.

O habitus masculino constrói-se e cumpre-se em relação com o espaço reservado, onde se jogam entre homens e mulheres nas trocas simbólicas, uma dissimetria de sujeito e objeto, de agente e instrumento (e dá o exemplo do mercado matrimonial como realização paradigmática das relações de produção e reprodução do capital simbólico.

Esse determinismo aparece, ainda, sob a forma de um discurso negativo, que apresenta a mulher como uma criatura irracional e ilógica, sem espírito crítico, curiosa, indiscreta, faladora, incapaz de guardar segredo, rotineira, pouco inventiva, pouco criativa nas atividades de tipo intelectual e estético, medrosa, escrava do próprio corpo e dos seus sentimentos, pouco capazes de dominar suas paixões, ciumentas, invejosas, indisciplinadas, perversas. Ou, então, um discurso que considera as mulheres caseiras, pouco dotadas para aventuras intelectuais e físicas, doces, emotivas, procurando a paz, incapazes de espírito de decisão, de abstração ou, crédulas, intuitivas, ternas e pudicas. Estas séries negativas, segundo Heritier (1984), estão marcadas negativamente, de uma

forma desvalorizante, enquanto que as séries qualitativas masculinas correspondentes são positivas ou valorizantes.

No caso das mulheres entrevistadas, essa lógica, às vezes binária complementar, às vezes contraditória se manifesta nessas falas. Na situação seguinte, a fala nos reporta à idéia de serviço honesto e serviço desonesto:

"Para mim, este é um serviço honesto, diferente de quem diz que é desprezado".

Honesto não está em oposição a desonesto enquanto mentiroso, não de todo claro, atitude moral enganosa, com conteúdo moral passível de ser punido. Mas reporta-nos à estigma social. Algo não reconhecido, não valorizado, sem status, sem valor. Desprezado pela sociedade que, se quer tem peso moral para ser punido, porque não insere em si uma culpa. O desonesto pode ser punido, o desprezado não. O desprezado sofre a vergonha, o não reconhecimento, a marginalidade que, indiretamente pode sugerir punição social, por não ser do mesmo padrão que a sociedade no seu liberalismo, diz proporcionar a todos. Igualdade de oportunidades, por exemplo, e que, neste caso, não teriam sido aproveitadas da mesma forma que foram aproveitadas por outros que subiram na vida. Então, a punição vem em forma de desprezo para os incapazes. Diferente seria se se tratasse de uma atitude desonesta, porque haveria uma lei para classificar, quantificar e punir esse comportamento.

"As pessoas têm vergonha. Dizem: eu vou estudar porque não quero mais ser empregada doméstica. Quando a gente está com algumas, elas dizem que, muitas vezes, ao chegar perto da casa da patroa, falam que é a casa de um parente, de um tio, ou tia, têm vergonha da profissão". (IDEM).

Em outras falas, a própria palavra empregada doméstica foi apresentada com um conteúdo carregado de desvalorização. Lembrando-me do texto de IRIGARAY (1987:183-96), de fato a língua não é neutra. A mulher carrega sobre si mesma o estigma que formará os papéis a ela delegados como complementares e inferiores. Em reunião do dia 7 /1/ 96, uma senhora disse: *"tem gente que ainda pensa que porque a gente é empregada pode tratar a gente como escrava"*. Outra comentou: *"valorizar a patroa como ela valoriza a gente. Empregado não é criado"*.

A entrevistada 12, empregada doméstica, desde menina diz: *"ser mulher é chato. Quer dizer ser honesta, competente, trabalhadora"*. Positivou pela operação inversa o que se diz, normalmente, da empregada doméstica. Para dizer: coitada dela se ela for ladra, preguiçosa, não quiser fazer nada fora do horário, se matar serviço. Expressou uma lógica de oposição binária que é expressão cultural. Reside no imaginário coletivo contextualizado, a sociedade cobra um determinado comportamento da mulher

empregada doméstica, quase sempre associado às suas virtudes pessoais. Afinal, a patroa deixa a sua casa, os seus bens, a sua alimentação, parte importante de sua vida em suas mãos. Esta linguagem é expressão de um jogo de poder onde uma mulher pobre, negra tem que ter muitas virtudes para ser respeitada.

O grupo pesquisado assimilou de tal forma uma compreensão da necessidade de características inatas para o exercício de determinadas tarefas, que só vêm confirmar teses já apontadas em outros estudos, onde fica evidente que se transportam para a indústria as mesmas características de limpar, cuidar, passar, presentes na trajetória da compreensão dos papéis femininos, algumas delas já citadas no capítulo I.

Estas escapam, no entanto, de outros enfoques masculinos de determinadas correntes dogmáticas, que utilizaram fragmentos da teoria marxista, reduzindo as questões sociais unicamente ao nível econômico. Tendência predominante nos partidos de esquerda latino-americanos que, ao levantar, através dos anos, a necessidade de concentrar-se exclusivamente nas lutas chamadas gerais, deixaram para outras instâncias e outros momentos as questões por eles chamadas específicas.

Citamos, aqui, o marxismo dogmático, caracterizando-se por um profundo reducionismo, quando tenta engavetar todos os fenômenos à luta de classes. Taxando de diversionista a luta pela democratização das relações de gênero, não apenas privilegiam a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo), como também só reconhecem esta luta como legítima. Esta corrente não pode ser desconsiderada, segundo SAFFIOTI (1987). Está rejeita o feminismo no singular porque não conhece senão um tipo de feminismo, ou seja, o radical.

O feminismo radical é assim denominado não por seu radicalismo político, mas por serem intransigentes quanto à não aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas. As adeptas dessa corrente desejam alcançar autonomia em relação ao homem, inclusive no terreno sexual. Essa corrente, enquanto estratégia política, joga lenha na fogueira dos meios de comunicação de massa e de todos aqueles que desejam nivelar por baixo, considerando todas as feministas iguais e angariam antipatias para todas as feministas.

O grupo pesquisado se insere pelo revés da moeda, na lógica que serviu de matriz ao pensamento radical do feminismo, não porque sejam feministas, ou se concebiam enquanto classe social, (pressuposto inspirador do feminismo radical, onde o fato da mulher ser biologicamente diferente, já a constituía numa classe social), mas porque

acreditam que muitas das formas de opressão da mulher estão relacionadas com a diferença biológica definida pelo sexo: o corpo da mulher se torna o critério definidor de sua existência. Alimentam uma matriz de pensamento dando-lhes o suporte real - material social de que o radicalismo precisa para se legitimar enquanto proposta. Desta maneira, ele só existe se existir na realidade da vida das pessoas o seu suporte. É radical porque sua face conservadora traz um conteúdo estruturado sobre o dualismo de dois corpos: o do homem e o da mulher, enquanto sexuais biologicamente. Desse ponto de vista, as empregadas, como todos os grupos que reforçam a visão conservadora, acabam por ser, no reverso da moeda, uma bateria retroalimentadora do conteúdo desta corrente feminista radical, que se propõe a denunciar esta realidade, sempre que houver pessoas pensando e agindo a partir de pensamentos duais. O radicalismo encontrará onde pautar seus argumentos. Assim como, enquanto houver pessoas achando que a transformação social poderá advir da possibilidade de novas oportunidades para todos, o liberalismo encontrará motivos para continuar a legitimação do seu pensamento, processo este que, por sua vez, também faz perdurar a matriz de pensamento social.

Algumas apresentam certo nível de consciência que se aproxima da visão socialista, (trata-se da minoria dos casos), compreendem-se estas, como fruto das relações sociais, frutos da maneira como a sociedade se organiza e se estrutura para produzir bens econômicos e da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, entendem que o argumento da naturalidade não é um erro, mas apresenta-se como maneira necessária a esta forma de organizar a vida.

Uma questão importante que não pode, tal como as outras, ser esquecida, é a de que as mulheres, ao falarem sobre si mesmas, pressumem-se mais fracas do que os homens, e as que fazem esse discurso o associam à inferioridade da mulher por esta razão.

"Ser mulher é parte fraca, porque o homem é mais forte, porque se tiver uma briga, aí, se a mulher for se meter, fica rolando no chão e o homem não, ele tem força". (entrevista 2 ,branca,70 anos, não é associada).

A tecnologia de gênero como diria FOUCAULT e LAURETIS, há muito, vem sendo elaborada na sociedade ocidental; através de várias tecnologias. Para compreendê-la já não se pode passar por cima de qualquer relação de trabalho, sem pensar as diferenças constituidoras desse aspecto. A reflexão de Foucault, no que concerne aos mecanismos de controle e disciplinamento reguladores do exercício institucional, do controle dos saberes e poderes e sua cadeia micropolítica de submetimentos e resistências, será útil

para desconfiar das sistematizações obrigadas da sua tirania nos discursos globais, para provocar estratégias regionais de insurreição dos conhecimentos subjugados, capazes de formar alianças entre os conteúdos marginais e formações emergentes suscetíveis de desorganizar o trato segregativo da cultura hegemônica, adornando a uniformidade da cultura universal com singularidades e particularidades.

CAPÍTULO III

“UMA DOR MORAL” : TRABALHO REFERIDO A SAÚDE-DOENÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Conforme já descritos nos dois primeiros capítulos o emprego doméstico se insere historicamente, dentro de padrões sociais e culturais de inferiorização, tanto por sua dimensão econômica, quanto por suas dimensões sociais, políticas e culturais e pelos fatores externos às empregadas domésticas. Fatores que independem da postura, de uma ação estratégica, ou da visão de mundo dos sujeitos envolvidos. Há aspectos imprescindíveis colocados a partir da construção de uma subjetividade disciplinada que se apresenta e auto representa a partir de diferentes tecnologias sociais. No nosso estudo contam, demasiadamente, a forma desvalorizada como o grupo representa a si mesmo enquanto sujeito coletivo e a pouca valorização que cada uma faz individualmente. Aspecto visível pela postura tanto corporal, quanto psicológica, submissa e negativa em relação a si mesmas. Destaca-se, o fato de que as epistemologias formais e práticas cotidianas institucionalizadas têm considerado este trabalho como de menor valor, visto que o doméstico vem sendo relacionado ao menor valor da mulher.

Esta visão, como já dissemos no capítulo I, ao nosso ver, não é uma propriedade que faz parte da essência do que é ser mulher, ou ser homem como algo que existe a priori nos seres humanos, mas, para usar Foucault (1993: 120), tal qual a sexualidade “*é o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio de uma complexa tecnologia política.*”³⁴

Biopolítica é o termo que Foucault utiliza para designar o segundo grupo de tecnologias de poder, adotadas em todo o Ocidente. A biopolítica aparece mais tardiamente que as disciplinas, na segunda metade do século XVIII e, como elas, é também uma modalidade individualizante de poder. Diferentemente das disciplinas, constitui-se numa tecnologia de governo, apoiada nos temas do pastor e da razão de Estado. Embora só nessa época se torne uma forma efetiva de exercício de poder, como

34 Se o poder só tivesse função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo como se sabe e também a nível do saber. O poder longe de impedir o saber o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (Foucault, 1979: 148).

utopia, como modo de imaginar o governo, pode ser percebida desde a Antiguidade no “tema Pastoral” . A idéia de que a divindade, o rei ou chefe é um pastor seguido de seu rebanho de ovelhas.

Inspiradas nessas idéias foucaultianas é que, nos primeiros capítulos, como já falamos, demos conta do primeiro objetivo específico a que nos propusemos. Ou seja, analisar quais são as condições de trabalho e quais as representações que as empregadas domésticas fazem sobre si mesmas dentro do espaço-tempo doméstico e fora dele.

Constatamos, igualmente, que os aspectos relativos às condições de trabalho estão vinculados à reprodução cultural desta mão - de - obra como identidade social feminina, dando conta, assim, de parte do que perseguia o segundo objetivo específico. Concluimos, ainda, que as relações de poder são mais personalizadas do que contratuais, implicando em restrições à privacidade e possibilitando ao trabalho doméstico inserido dentro de padrões de gênero como lugar e tempo de vivências individuais e coletivas, ser gerador de representações e investimentos simbólicos, culturais e psicológicos, que poderão, ao nosso ver, estar imbricados à saúde doença como processo social . Deste modo, atende-se, em grande parte ao terceiro objetivo específico.

É preciso, de ora em diante, considerar aspectos ainda pendentes, referentes a esses objetivos. 1) se essas representações estão associadas ao trabalho na perspectiva de gênero, possibilitando o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas, psíquicas e sociais. 2) Se a complexidade das relações entre gênero e trabalho é interrelacionada ao processo saúde-doença, adquirindo relevância tanto por seus efeitos sobre o corpo, como por suas repercussões sobre o imaginário.

Para prosseguirmos neste caminho nos propomos, neste capítulo, a: 1) verificar as concepções referentes aos conceitos saúde-doença que perpassam as falas do grupo em estudo. 2) Verificar as representações sobre o processo saúde-doença na interação entre atividades e sintomas, bem como o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas, psíquicas nas empregadas domésticas. 3) Verificar o quanto esta experiência inserida, em padrões sociais de gênero está imbricada ao processo saúde-doença e se essas representações adquirem relevância tanto por seus efeitos sobre o corpo, como por suas repercussões sobre o imaginário.

1. CONCEPÇÕES REFERENTES AOS CONCEITOS DE SAÚDE- DOENÇA

A reflexão sociológica sobre o tema proposto toma ,como luz e ponto de partida, em primeiro lugar, os critérios de classificação das doenças associados ao trabalho, as contribuições teóricas sobre trabalho feminino, gênero e trabalho doméstico, a partir de onde se torna possível compreender a relevância do tema.

Inicialmente, vale a pena assinalar que, quanto aos aspectos históricos relacionados ao tema saúde-doença, a relação entre trabalho e saúde comporta inúmeras interpretações. Mas uma coisa é certa: a questão das doenças provocadas pelas condições de trabalho tem sido objeto de acalorada discussão entre os profissionais de saúde, entre os estudiosos do processo de trabalho e entre os próprios trabalhadores, estes sobretudo, a partir de suas entidades sindicais. E, por outro lado, também tem sido objeto de regulamentação através de legislação específica, (VVAA,1994).

Em segundo lugar, deve-se assinalar sua relevância no contexto de inúmeras discussões e interpretações sobre a relação entre trabalho e saúde, das quais já se tem acordado que o trabalho provoca no trabalhador um “desgaste físico e psíquico”, tal como se refere **LAURELL e NORIEGA** (1983), ao reivindicar o caráter social do processo biopsíquico humano.

Tanto assim, que o informe dos especialistas da OMS identifica as doenças relacionadas com o trabalho, como de mais elevada importância em termos de saúde pública, e cita as seguintes: distúrbios comportamentais e doenças psicossomáticas; hipertensão arterial; doença isquêmica do coração; doenças respiratórias crônicas não específicas(bronquite crônica, enfisema, asma brônquica), doenças do aparelho locomotor (lombalgias, artralguas de ombro e pescoço,etc), câncer, atopias (dermatites, rinites, asma brônquica,etc, outras).

Quaisquer que sejam os critérios para classificar os agravos à saúde relacionados com o trabalho, não há como escapar da caracterização, em primeiro lugar, de um grupo de agravos que se traduzem em ruptura abrupta do equilíbrio entre as condições e ambientes de trabalho e a saúde do trabalhador: os acidentes de trabalho e as intoxicações agudas de origem profissional. E um segundo grupo de agravos à saúde, relacionados com o trabalho, consiste daqueles que se manifestam de modo insidioso. A legislação em vigor prevê dois tipos de agravo: a doença profissional típica, definida como aquela inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério da previdência e Assistência Social, também denominada tecnopatía, e a doença do trabalho ou mesopatía do trabalho, resultante das condições especiais em que o trabalho é executado e que com ele se relacionam diretamente,

excluídas as doenças degenerativas, as inerentes a grupos etários e as que não acarretam incapacidade para o trabalho.

A crítica do movimento sindical e a jurisprudência acumulada nos últimos anos constituem indicadores da profunda complexidade deste tema, onde se imbricam ciências jurídicas e médicas, em busca de uma melhor adaptação às realidades sociais e políticas.

Este permanente processo de adaptação a novas realidades é tipicamente exemplificado pela enorme diversidade observada nas listas de doenças profissionais reconhecidas por lei, comparadas entre si, no decorrer do tempo, e, num dado momento, como o que vivemos, comparadas país a país.

Assim, por exemplo, segundo a Comissão de Saúde e Trabalho da **ABRASCO** (1990), na primeira lista de doenças profissionais reconhecidas e indenizáveis, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT - Convenção número 18 de 1925, contavam apenas três. A segunda listava dez doenças - Convenção número 42, 1934. Na terceira, 15 doenças são relacionadas. Quando da revisão da lista de 1964, ocorrida em 1980, foi ela ampliada para 29 doenças ou grupos de doenças. No México, a lista atingia 161 doenças, na Itália cerca de 50 doenças são reconhecidas como profissionais, segundo legislação em vigor. No Brasil, a relação de doenças profissionais constante do anexo V do Decreto nº 83.080, de 24 de Janeiro de 1979, inclui 21 diferentes agentes patogênicos de natureza química ou física, capazes de causar efeitos deletérios sobre a saúde do trabalhador, porém, esses efeitos não estão definidos no diploma legal. Cabe ainda destacar, no caso brasileiro, que se trata de uma lista de agentes patogênicos e não de doenças, diferentemente de outros países, como a França, onde uma relação de 78 doenças dispensa no plano jurídico, a necessidade de comprovação do nexo causal.

Tal pluralidade na lista de doenças nos vários países expressa, como já dissemos, não apenas o estado da arte, o conhecimento médico sobre patologias profissionais, ou o grau de refinamento do diagnóstico alcançado graças a infra-estrutura da ciência e tecnologia. Reflete ainda noções distintas de causalidade e, muito especialmente, a capacidade de argumentação, organização e força do movimento sindical. Outrossim, esta diversidade está intimamente ligada à própria tradição jurídica de cada país, podendo ir desde um Estado excessivamente tutelar até legislações genéricas e flexíveis próprias do Estado liberal.

Por último, cabe lembrar que a caracterização de doenças profissionais acarreta implicações médico-legais relacionadas com a concessão de indenizações, pecúlios e

outros benefícios, que vem agregar ao trato da questão uma outra dimensão de natureza econômica relacionada aos seus impactos sobre o sistema previdenciário.

A diversidade de critérios e a dificuldade real em estabelecer nexos causais entre doenças e trabalho, adquirem dimensões ainda mais elevadas, quando desviamos o olhar das doenças profissionais típicas, "strito senso", e dirigimo-lo para um terceiro grupo de doenças: as outras doenças relacionadas ao trabalho, mesopatias do trabalho, doenças adquiridas pelas condições especiais onde o trabalho é realizado, doenças do trabalho "latu sensu".

Ainda, segundo a Comissão de Saúde e Trabalho da ABRASCO (1990), a Organização Mundial da Saúde, ao atualizar o termo "doenças relacionadas com o trabalho" ('Work related diseases'), refere-se às outras doenças que não são legalmente reconhecidas como profissionais, ou ocorrem em trabalhadores, quando o ambiente ou as condições contribuem significativamente para a ocorrência das doenças que não são as "profissionais" como agravos, outras em adição as doenças profissionais legalmente reconhecidas, ou ainda ocorrem em graus variados de magnitude. Diferentemente das doenças profissionais específicas, prossegue o comitê "as doenças relacionadas com o trabalho que também atingem a população geral". Entre trabalhadores, porém, elas se caracterizam por uma frequência acima do normal e, ou por incidir em grupos etários mais jovens que os grupos onde estas doenças são endêmicas e normais.

Há ainda que se fazer referência a um quarto grupo de problemas mais abrangentes atribuídos ao trabalho e que devido à sua complexidade teórico-metodológica, resente-se de uma aceitação definitiva na área médica mais clássica e conservadora. Referimo-nos às questões do desgaste operário, do envelhecimento precoce, da síndrome da fadiga patológica, dos distúrbios do sono, da fadiga sobre a sexualidade, do stress crônico, e de outros efeitos atribuíveis à organização do trabalho, no modo de produção capitalista. (DEJOURS, 1987; LAURELL, 1989 e SELIGMANN SILVA, 1986).

Quanto ao grupo estudado, em ocasiões diversas retomamos o assunto sob a mesma ótica, afirmando que as empregadas domésticas são o que são, porque foram feitas por meio de uma vontade de saber. Seguindo a mesma cantilena, dizemos que o silêncio, imposto sobre esse trabalho, não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos da empregada doméstica, fala-se dela de outra maneira, são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos. Segundo Foucault (1996: 30)

“Aquilo que se recusa dizer, ou que se proíbe mencionar, a descrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz, é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a um e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.”

Não se fala, por exemplo, em espaço da empregada tal qual, segundo Foucault, os colégios do século XVIII davam a impressão de não falar em sexo. Mas, se estivermos atentos, o espaço é perpassado por um regulamento de disciplina, altamente estressante, na medida em que a organização do interior é dividida em espaços lícitos e ilícitos para a empregada. Os construtores, ao fazerem os quartos no desenho arquitetônico de um edifício, destinam o lugar do quarto da empregada normalmente o mais próximo possível à área de serviços. Isso, ao nosso ver, não apenas é determinante da identificação funcional com um papel associado ao tanque, à cozinha, à faxina, etc. Mas é, sobretudo, expressão assumida de que a convivência com a empregada deverá ser restrita à prestação de um serviço e no mais, estará isolada do convívio social, visto que este trabalho se caracteriza pela invisibilidade da vida cotidiana. Normalmente vista como resíduo da vida pública (ZURUTUZA, BERCOVICH, 1986).

O espaço da sala é, preferencialmente, dedicado aos da família, a mesa de jantar, deverá igualmente ter o tamanho ideal que contemple os lugares para os membros da casa. Há também, nessa relação, um estado de alerta que é redefinido constantemente pelas disposições e pelas precauções tomadas ou pelo jogo de punição e atribuição de responsabilidades.

Existe um perigo que é dado pela presença de uma “estranha no ninho”. Ela elimina a sujeira num esforço positivo para organizar o ambiente, como diria **Mary Douglas** (1976:12), uma vez que a sujeira ofende a ordem. Mas, também se constitui num perigo constante, na medida em que toma contato com a sujeira da família. Sujeira, aqui, não só na dimensão física, mas como resultado de seus modos, de sua forma de tratar o dia-a-dia, a sua intimidade, ou seus negócios, suas dependências morais, e até mesmo os limites da sua ordem.

Ao mesmo tempo em que se lhes abre possibilidades de entrar em suas vidas, para ordenar o ambiente, se busca separá-la, protegê-la, prevenir-se contra sua invasão através da presença física num determinado espaço, ou do olhar que observa e desperta, solicitando algum tipo de comportamento.

“Os elementos do meio são percebidos como portadores de efeitos positivos ou negativos para a saúde, entre o indivíduo e o que o envolve, supõe-se toda uma trama de interferências que fazem

que tal disposição, tal acontecimento, tal mudança nas coisas, irão induzir efeitos mórbidos no corpo; e que, inversamente, tal constituição frágil do corpo será favorecida ou desfavorecida por tal circunstância". (Foucault, 1985: 107).

Sabemos que a avaliação processual do adoecer, pode ser percebida não somente levando-se em conta os aspectos biológicos, mas também os culturais. Não é apenas dentro do próprio indivíduo que a doença se passa, ela o transcende, na medida em que nem sempre existiu enquanto uma objetividade natural e um conceito cultural a esta associado. E, na medida em que o indivíduo é acometido pelo mal, este passa a vivenciá-la, e portanto, ressignificá-la enquanto processo individual. Também este é vivenciado de alguma forma por todos aqueles que estão ligados ao enfermo.

Os discursos das concepções e representações de causas de doenças envolvem a relação que se estabelece entre a pessoa e a doença, está última enquanto uma experiência física³⁵ e subjetiva, cercada em uma rede complexa de sentimentos que orientam o indivíduo em suas buscas de significados. Em se tratando da psicologia social as representações, (noção introduzida por **MOSCOVICI** em 1961), são uma forma de conhecimento prático, ou seja o saber do senso comum, socialmente construído para dar sentido á realidade da vida cotidiana e, incluída nela, está a realidade trabalho e saúde. **SPINK**³⁶ entende que este saber tem dupla função: *"estabelecer uma ordem que permite aos indivíduos orientarem-se em seu mundo material e social e dominá-lo, e possibilitar a comunicação entre os membros de um determinado grupo". (1989, APUD SATO: 2)*

Quando se referem à causas de suas doenças, as pessoas estão necessariamente interpretando condições que ajudam a explicar porque a doença aconteceu em um dado momento. Esta busca de significado envolve invariavelmente vários aspectos da vida pessoal do indivíduo e, às vezes, o adoecer é perpassado por uma dimensão simbólica, que oferece ao indivíduo a possibilidade de manter-se integrado no todo social.

Historicamente, o termo enfermidade tem se referido ao processo de alteração tanto no nível biológico, quanto no psicológico, que provocaram o distúrbio corporal. Por este olhar, há uma preocupação diagnóstica, através da análise dos sinais e sintomas apresentados pelo paciente e, posteriormente, terapêutica, e se refere exclusivamente

35 Em o Nascimento da Clínica, Foucault (1987) faz uma análise do contexto sócio-histórico de emergência da relação entre a doença e sua localização espacial no corpo.

36 Conhecimento do trabalhador e a Teoria das Representações Sociais in: Sofrimento Psíquico nas Organizações, p. 50.

ao indivíduo portador do distúrbio. Já, a doença está relacionada à forma como esta enfermidade é vivenciada, percebida enquanto tal, e contém os significados sociais que permitem enquadrá-la em algo compreensível e sob determinado controle, segundo o modelo médico que dá muito mais ênfase nos sinais e sintomas da enfermidade e na busca de resolver problemas biológicos.

Esta visão, baseada em um referencial positivista, procura verdades passíveis de comprovação e afasta do processo disruptivo tudo aquilo que não faz parte do biológico, ou que não está devidamente classificado dentro do seu referencial. Há necessidade de uma explicação, de um sentido para uma desordem que, de repente, acomete o indivíduo. A doença é visualizada como uma desordem na vida habitual e, como tal, deve rapidamente organizar-se através de explicações plausíveis, que retornem aquele indivíduo de alguma forma coerente ao grupo social.

Se o quadro descrito acima é compreensível como apreensão geral de um processo de conceituação prática epistemológica, quando nos referimos ao grupo estudado, entendemos que as representações das empregadas domésticas com respeito à relação saúde- doença e trabalho, *conformam um saber que não se reduz ou se esgota nos aspectos comuns às categorias médicas e, tampouco, podem ser pensadas em termos de limitação ou de versão empobrecida do saber médico.*

Para o grupo das entrevistadas estar doente apresenta-se, na maioria das vezes, como um advento incapacitador, se associado ao trabalho. Nesse caso, referem-se, na maioria das vezes, ao biológico e à necessidade premente de procurar o médico. Seu efeito é traumático, associado à necessidade de ir para o hospital, na medida em que, estar doente implica na impossibilidade de sobreviver, visto que dependem do salário imediato para manterem suas necessidades. E, ainda, porque uma doença necessita ser tratada, o que demanda recursos econômicos dos quais a maioria não dispõe.

Como apontam outros estudos **BOLTANSKI** (1979) e **DEJOURS** (1987) em que a doença tende a ser percebida quando há uma incapacitação de performance social, representada principalmente pela incapacidade física de trabalhar, essa incapacidade é percebida, contudo, muito mais como limite, do que como ruptura da sua possibilidade. Assim são citados os quadros de hipertensão associados às preocupações no próprio ambiente de trabalho. Muitas delas, advindas das tarefas administrativas, da hierarquia dos controles, das regras que se impõe, da personalização nas relações de poder patroa e empregada. Pelo nível de dependência ou pela insatisfação constante diante do fato de

nunca poder responder às exigências da patroa, contando, igualmente, o ritmo e a seqüência das tarefas cotidianas.

Este grupo, por um lado cria, enquanto subordinado, uma imagem deteriorada e impotente de si próprio. E, por outro, oscila entre duas imagens: uma, em que se sente capaz e grandioso e outra, onde se sente inútel, com um eu (ego em psicanálise) pequeno, terrificado, impotente, que se encontra em segundo plano e que ressurge de tempos em tempos, quando os membros falam do seu lugar, seu lazer, dos seus desejos e afetos.

Os autores **PAGÉS, BONETTI, GAULEJAC, DESCENDRE**, (1993: 144) quando se referem à organização e ao inconsciente dentro de organizações hipermodernas dizem "que os indivíduos não estão ligados apenas por laços materiais e morais, por vantagens econômicas e satisfações ideológicas que ela proporciona, mas também por laços psicológicos". O trabalhar não se dá apenas por laços materiais e morais, ou por vantagens econômicas e satisfações ideológicas mas, sobretudo, por laços psicológicos. Nas falas, esta realidade é evidente, a relação de trabalho é sua fonte de angústia e de prazer. Algumas desejam o trabalho porque este lhes garante os cuidados dos patrões, especialmente as idosas. "Pessoa doente não pode trabalhar.", dizia uma delas já idosa, (70 anos e 38 anos na mesma casa). Entenda-se que cuidados, aqui, são a expressão mais ampla, não se referem somente ao econômico mas, especialmente, aos laços de afeto e carinho. Outras fazem do trabalho a razão de sua vida, porque isto lhes garante sociabilidade, é uma forma de vencer a solidão mas, sobretudo, de suprir as necessidades de sobrevivência, mesmo se estão se sentindo doentes, ou impossibilitadas de trabalhar por razões de ordem física.

A doença é, ainda, muitas vezes, associada às palavras passar mal e sentir dor, não necessariamente estar ausente do trabalho. Adquire, também, uma conotação nitidamente econômica, quando a consciência das desigualdades sociais se expressa.

"Doença é passar mal.. é ter alguma coisa. Exatamente sentir dor. Depende: se é rico está fingindo, se é pobre está doente de verdade. Para mim o rico fica mais doente do que o pobre.... se o rico fica doente, não vai trabalhar, agora, se é pobre ele vai, está ligada a classe social".

Assume sentido de incapacidade para progredir e estagnação, que é percebida como um recuo, e uma "Morte social". A consciência do presente estagnado apresenta perspectiva sombria em relação ao dia em que não será mais possível trabalhar, é o vislumbamento do fim das poucas relações que envolveram sua vida; as relações construídas na casa ou a partir da casa dos patrões.

Doença e sofrimento nem sempre estão associadas. Quando uma doença está associada à coisa grave, ir ao médico, ou hospital, a um câncer ou paralisia, então, ela é um sofrimento em si mesmo. Mas, em muitas falas, o trabalho não traz doenças, nesse sentido, traz sofrimentos. Faz-se, assim, uma desvinculação entre sofrimento e doença.

A categoria sofrimento, tal como se apresenta as nossas interlocutores, é utilizada em diferentes sentidos e, às vezes, comporta contradições de significados. No plano concreto, sofrimento significa doença física, desde uma dor de cabeça, de barriga, pressão alta, micoses, gripes, dores nas costas. No plano abstrato se alia aos aspectos psíquicos, ultrapassa os limites da experiência da doença física e fornece os elementos que têm sentido cognitivo. Neste sentido, o discurso sobre o sofrimento evoca significados, desde “força” e “fraqueza”, vulnerabilidade, determinação, medo, coragem, desperta emoções positivas e negativas. Sendo, a idéia de sofrimento, mais freqüente em nossas interlocutoras, do que a idéia de doença.

O contexto estudado dá conta da experiência da pessoa em sua relação com a doença, e de um modelo de explicação sobre a causalidade, baseado nos aspectos mais subjetivos desta experiência, que tem a idéia de sofrimento como elemento fundamental para sua representação. Ele está inscrito na vida social dessas mulheres, enquanto que a doença só pode ser diagnosticada a partir de suas narrativas, descritoras de sinais físicos, identificatórios do seu caráter.

O sofrimento pode advir do cansaço das tarefas, do local de trabalho e das relações de trabalho. *“Se a gente trabalha num ambiente calmo, educado, fica tudo bem, se vive num ambiente que é só agitação e grosseria é difícil”. “O trabalho não adocece, mas traz sofrimento, traz cansaço e faz sofrer”.*

Diante do sofrimento existe a possibilidade de superação, especialmente se este advém do cansaço da tarefa. A faxina sempre relatada como a mais cansativa, poderá, eventualmente, ser organizada de forma não seqüencial e não repetitiva.

Se, contudo, esse sofrimento perdura sem solução, levará, necessariamente ao adoecimento. *“Não sobrava tempo para pensar em nada, ela tinha uma menina mais velha com 3 anos e estava esperando a segunda e eu cuidei dela dos 3 meses a 4 anos. Quando ela completou 4 anos, fiquei doente, estava muito cansada”. “Se você não tem horário para dormir, não tem horário para levantar e, não tem horário para comer, adocece.”*

A busca pelo significado da doença envolve, invariavelmente, vários aspectos de suas vidas. Poderá estar associada a desgaste, esgotamento. *“Alguns dias eu me esgoto, eu tenho que me descansar. A máquina da gente também desgasta, uns envelhecem mais cedo, outros mais*

tarde.” Visão que nos parece bem fisiologicista, mecanicista, complementada pela idéia de máquina em funcionamento, ou máquina lenta, emperrada, porque estressada. “O emprego doméstico deixa a pessoa estressada, muito serviço, muita carga emocional”.

Outras vezes a doença está associada a sentimentos, ou à qualidade do humor. “Tristeza é doença, ela é associada à uma dor que não é bem dor. Uma pessoa doente é triste, quer trabalhar, agir, conversar e não dá”. “Pessoa doente é pessoa chata, sem ânimo, sem vontade de trabalhar, sem ânimo para conviver”.

As falas, no entanto, nem sempre se apresentam, assim, tão dicotomizadas e a doença, em alguns momentos, é apresentada como qualquer coisa que interfira no ritmo normal da vida. “É qualquer coisa que eu tenha porque com saúde você enfrenta tudo e se você estiver com alguma dor, as coisas se tomam mais complicadas, não se tem mais ânimo, nem vontade de trabalhar”.

Ela nos é apresentada, também, como estigma. “Se as pessoas se deixam levar pelo estigma, por exemplo: *“uma empregada doméstica que tem vergonha, e não quer dizer aos outros, pode ficar doente”*”.

Ou sob a expressão referida muitas vezes, nervosismo que dá dor de cabeça...” *“dor de cabeça a gente sempre tem porque, geralmente, vem dos nervos e está ligado à tensão de fazer as coisas, e com as preocupações. A doença das pessoas, hoje em dia, é os nervos, aquela tensão que a gente tem. Acumula muita coisa, a pessoa fica tensa, aí, é onde adoecer”*.

Conforme **DUARTE** *“O uso da categoria nervos (...) apresenta a necessidade da determinação sintomática, transferindo o significado dessa experiência para o plano de uma qualidade abrangente (no sentido de força física e moral), consubstanciada em uma entidade eram os nervos ou era o nervoso”*. (1986:147).

O nervoso remete a uma lógica da fraqueza em oposição à força que é a qualidade esperada, do ponto de vista físico, no homem e moral na mulher. Estes aspectos estão relacionados a um valor, o qual participará na determinação da forma como este indivíduo irá se inserir dentro da sociedade.

O nervosismo nas falas das entrevistadas aparece associado às esferas da construção da identidade, das relações interpessoais, da vivência das esperanças e frustrações no mundo do trabalho e na história de trabalho. Esse nervoso têm a ver com o inusitado, com os apegos afetivos, com os desejos e suas frustrações. Surge no confronto entre os desejos do seu ser e as frustrações do seu estar. Nervoso nunca é visto como coisa boa. É sempre resultado de um impecilho imediato ou de um impecilho futuro.

Doença nem sempre é considerada um impecilho somente para o trabalho é, igualmente, um impecilho para sair, fazer todas as atividades. *"Quando eu era mais nova e não podia ir num baile, num passeio, aí é que era mais custoso, mas tinha que se conformar em ficar em casa."*

Às vezes é apresentada também com conotação estética. "Doença é coisa horrível", prejudica o trabalho e a vida. Tira a beleza da vida, é uma energia abstrata mas que prejudica a vida e o amor, prejudica o que pode estar associado ao belo. Sua presença traz infelicidade, faz parar de trabalhar, obriga ao isolamento. Tem sentido de leveza quando associada a algum mal - estar passageiro, que pode ser carregado sem interferir na vida diária. Tem sentido de gravidade se não permite à pessoa se defender por conta própria, se a pessoa passa a depender do outro, seja médico ou psiquiatra, se provoca lesão ou invalidez.

Em algumas falas, embora a pessoa refira ter ficado doente no trabalho, ela não associa a causa de sua doença, a sua atividade

"Eu estava gripada, mas não tem nada a ver com meu trabalho. Tem a ver com cheiro, outro dia reclamei do cheiro da cera".

E há as que dizem que o trabalho só adoce se a atitude em relação a ele for de não aceitação. *"Se eu tenho que lavar roupas todos os dias, então eu lavo e pronto. Então eu não sinto abatimento nas coisas"*. Ainda foram feitas associações de doença no trabalho, ao fato de ficar pensando sobre ele, esquecê-lo, para algumas, se constitui em atitude sadia.

Há que se levar em conta que essas representações são resultado de uma experiência de trabalho associada a um modo de ser, que invade e permeia e é permeado com todos os níveis de sua atividade, seus afetos, sua consciência. O trabalho tem, neste caso, determinações específicas, porque não passa apenas por um ato de compra e venda de um serviço, mas assume funções de troca de afetos, e até de chantagens e culpas. Há, ainda, que se levar em conta que as relações entre trabalho e saúde se manifestam em um plano individual estrito senso, embora determinadas pela estrutura social, em seu sentido mais abrangente e adquirindo relevância por sua expressão coletiva.

Quanto à representação de saúde perpassante deste universo, como no caso da doença, encontramos aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Esta representação está associada ao ato de produzir-se enquanto sujeitos, conforme a visão que tem de si mesmas: fortes, fracas, alegres, tristes, capazes, incapazes. Ao fato de sentirem-se bem ou não nas suas relações de trabalho e no desenvolvimento do ritmo e do conteúdo das tarefas. Sentem-se saudáveis se conseguem trabalhar, não porque, findo o trabalho,

produzem um produto que lhes dá certeza de sua utilidade. Mas, porque o fato, em si, de trabalhar, faz com que se sintam em situação de utilidade imediata pela prestação de um serviço. Não estão em metabolismo direto homem natureza, nem geram bens com os quais possam se identificar, imprimindo sua marca, e deste ponto de vista abrem um fosso entre a possibilidade de prazer e a experiência de angústia que se estabelece. No campo da reprodução se reencontram na possibilidade que lhes é dada de administrar seu tempo de trabalho, quando a patroa está ausente, ou quando esta faz vistas grossas à forma como a empregada administra a tarefa. No mais, no entanto, realizam sua vida nas pequenas brechas que se abrem ocasionalmente, quando estas conseguem estabelecer algum vínculo fora do trabalho.

A possibilidade de trabalhar, porém, se apresenta sempre como fonte de saúde, prazer e segurança. Mesmo se, nas relações de trabalho e em suas condições e em sua história de trabalho, em todos os casos, resultado da pobreza familiar, sentem a doença e o sofrimento. O caráter histórico da experiência adquire, nesse sentido, vital importância, enquanto fator cumulativo de angústias e decepções. O biológico, o social e o histórico se interexpressam, e se interconstituem constantemente nas falas.

Como neste caso, conforme dito anteriormente, não há um relacionamento da empregada com um produto findo (o trabalho), é necessário levar em conta todo o processo de prestação do serviço e, mais especificamente, as condições de sua realização; ou seja, o contato com o doméstico conforme descrito e concebido no capítulo II. O conteúdo deste trabalho com a produção de serviços que irão satisfazer as necessidades humanas, como diria **BERLINGUER** "*Sentir-se doente é relacionado à percepção do corpo*", (1993:173). Mas no nosso caso, muito mais à percepção dos sentimentos. Estar de bem com a vida é fundamental. Ser ativa diante das coisas, poder se virar, cuidar, mexer.

Saúde tem muito mais a ver com capacidade de sufocar os sinais de dor física ou moral, afim de que se possa esperar poder estar em condições para cumprir as obrigações de trabalho, das quais depende a existência cotidiana e até mesmo a sobrevivência. A valorização da força física e da atividade física que é, segundo **BOLTANSKI** (1989), correlativa de um uso instrumental do corpo, fazem com que a doença seja sentida como um entrave à atividade física e ocasione, essencialmente, um sentimento de fraqueza. No nosso caso, o oposto é correlato, a força física é sinal de que estão saudáveis e darão conta das tarefas mas é, sobretudo, sinal de que estão bem emocionalmente, que sentem entusiasmo e alegria. A lógica da fraqueza, em oposição à

força, é a qualidade esperada não apenas do ponto de vista físico, mas, sobretudo, do ponto de vista moral. Isto está associado a um valor que acabará por determinar a forma de inserção no trabalho e a possibilidade de sustento desta relação, enquanto permanência e fonte de rendimentos econômicos. Estar doente é incompatível com a demanda das tarefas e com a conduta social exigida da empregada. Ela deve se alimentar bem, tomar remédio quando necessário e se cuidar para viver muito.

Está também associado à idéia de valorização pessoal, estar de bem consigo mesma, não ter problemas, difícil nas circunstâncias descritas. Porque jamais relataram ter tudo, não sentir dor nenhuma. Às vezes, para elas, ter saúde, significa não ter nenhum remorso, estar bem de alma e corpo. Ser pessoa boa, dócil, virtuosa, alguém com quem todo mundo gosta de conversar, o que impede de sentir culpa, responsável, em grande parte, pela doença. Porque fecha o corpo, trazendo dor, embotamento, tensão e cansaço, visão esta presente em muitos momentos das falas.

No ponto seguinte, consideraremos, detalhadamente, os aspectos conforme nos parecem representados nas falas das interlocutoras e manteremos, entre aspas, as passagens que não forem por nós modificadas. É importante observar que este detalhamento se faz necessário ao nosso ver, porque, em que cada nova fala, apresentam-se aspectos diferentes dos anteriores, muitas vezes intercalando-se a representação das causas com a atividade referida, fazendo ora uma o papel da outra, variando, portanto, de causa com conteúdo potencialmente doentio, para condição necessária ao trabalho, ou vice versa. Posteriormente analisaremos as cargas de trabalho, tal como as descritas por LAURELL E NORIEGA.

2. REPRESENTAÇÕES DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NA INTERAÇÃO ENTRE ATIVIDADES E SINTOMAS

<i>Vivências dos sintomas</i>	<i>Representações de Causas</i>	<i>Condições e características do trabalho ou atividades referidas</i>
Cansaço associado às atividades que exigem força física e que implicam com sujeira. Cansaço associado à tensão emocional. Cansaço associado à ação da atividade sobre o corpo.	Trabalhar o tempo todo em pé. Trabalhar sob vigilância: “ela mandava descascar as batatas, mas ficava do meu lado prá ver se eu estava tirando a casca fininha, ensinava como eu tinha de cortar bem miudinho, eu tinha que fazer como ela queria.” “Tu cansas porque tu ficas o dia	A seqüência das tarefas em geral e o ritmo acelerado das exigências. Fazer todas as coisas: lavar, passar, cozinhar, atender telefone, campainha, pegar o jornal, fazer o supermercado, pregar botões de camisa. Cozinhar, por causa do cheiro de gordura e, limpar

	inteiro, tu vais no mercado, vens para fazer as coisas feito um burro de carga." Tu deixas a roupa na máquina, aí, tu vais estender, é uma vida muito corrida, tu faz, faz e nunca está pronto."	caixas de gordura são citados insistentemente. A repetição da tarefa e a relação de cobrança a partir do interior de cada uma, somada a cobrança da relação com os patrões.
Desgosto	.Tarefas repetitivas, ter que fazê-las todos os dias, sempre.	.Principalmente cozinhar
Sentir-se controlada/ insegura	"A patroa vigia muito e faz muita diferença." "Eles me vigiavam, chegavam de mansinho para te pegar parada, sem fazer nada, isso me criava insegurança, às vezes, eu parava porque me sentia ofegante."	As tarefas em geral.
Paixão e ressentimento	"A patroa nunca está contente com o meu trabalho."	O fato de nem sempre ser tratada com carinho.
Desestímulo	Por causa da tristeza e depressão	A mulher é muito exigente com a outra mulher
Confronto	Perspectiva de conflito/dificuldade em aceitar ser dirigida.	Trabalhar para mulher que tem "um gênio de querer ser dona de casa."
Esgotamento e peso	A quantidade excessiva de horas no trabalho sem descanso.	Atividades em geral, mas especialmente lavar e estender a roupa.
Dor de estômago/ chateação	"Tem a ver com a comida, com a revolta."	Mentiras e desvalorizações. "Os patrões não valorizam o trabalho da gente."
Culpa	Ter que pregar mentiras para poder permanecer no trabalho.	Por exemplo, esconder o fato de ter quebrado um objeto.
Cobrança e exigência da verdade/ Remorso	Desconfiança diante de qualquer coisa que foge à normalidade	As relações quotidianas no âmbito do privado com mulheres que exigem a verdade.
Sufrimento/ Peso	Ter que falar sobre todas as coisas, dizer sempre a verdade. Trabalhar com tempo reduzido. Trabalhar para outra mulher sem ser sua amiga. Deixar um emprego para procurar outro, o novo aprendizado é estressante.	Ser abordada toda hora pela patroa que fica no pé.
Preocupações	A doença do patrão, "se ele morrer na minha idade ficarei sem emprego." Advindas da pressão interior entre a possibilidade de permanecer ou sair do emprego, as dúvidas se colocam porque pensar em mudança, traz tensão.	Ter dependido a vida inteira desta família.
Falta de liberdade. Síndrome de prisão.	Conflito/frustração e medo. "Eles têm medo das relações da gente. Acham que a gente pode colocar em risco a segurança da família."	A atitude de controle dos da casa. Só sair acompanhada por eles. "A patroa e o patrão interferem muito na vida da gente. Viver submersa às ordens deles na vida adulta, da mesma forma que submersa às ordens do pai quando jovem."
Necessidade de buscar coragem para enfrentar e/ ou agüentar/ fadiga/ tédio-solidão.	Situações de disputa ou isolamento/ ansiedade gerada pela necessidade de reconhecimento.	Esta atividade gera descontentamento e relacionamento nem sempre amistoso com os da casa.

Fome/ chateação.	Fazem separação da comida em algumas casas, ou a quantidade é reduzida. Dureza no trato das patroas.	A presença da empregada é considerada como um gasto a mais para a família empregadora. " Há casa em que a empregada só come se a comida é colocada bem na sua frente, se não fica sem nada."
Dor moral ao lembrar do passado, associado ao peso do trabalho e a uma trajetória de falta de perspectivas por causa da pobreza da família. Dor moral associada à consciência de que seu valor está apenas ligado à possibilidade do suprimento de algumas necessidades para a família empregadora.	Antigamente, em muitas falas, o trabalho era mais pesado. Havia muito mais interferência na vida afetiva, visto que o patrão, ao tirar a menina de sua casa, se comprometia com seus pais de assumir o papel do pai. "Tratam bem porque precisam, e se a empregada não faz como querem, já a chamam de ladra, e acham nela um monte de defeitos."	"Antigamente, tu acabavas de fazer um serviço, tu não ficavas como agora, vendo TV. Tu devias escolher feijão, descascar milho, maçã, depois tinha que fazer bolacha, um monte de coisinhas, agora se compra tudo pronto. A gente fazia todos os doces, o sabão em volta da caldeira, macarrão em casa. Trazia a água de longe."
Insegurança	Mudança de técnica de trabalho, exigida todas as vezes em que é necessário mudar de emprego.	Atividades em geral.
Solidão/ isolamento se fica presa em casa. Solidão e isolamento se sai para a rua	Durante o período de socialização, quando da saída do meio rural para o urbano a adaptação é apresentada como muito difícil. O fato de não terem amigos, dificulta a comunicação externa. E quando os fazem devem seguir códigos rígidos de retorno da rua. Por exemplo, a ausência da chave na porta de entrada, os muros altos para comunicação, a determinação do horário de retorno, caso saíssem. Namorados não querem empregadas domésticas.	Este trabalho acentua a solidão, por causa do isolamento social em que coloca a mulher. Esta passa a se relacionar, durante o maior período de sua vida, somente com a família empregadora. "A maioria das empregadas domésticas não se casou porque não teve sorte, ficavam muito tempo no trabalho, não tinham tempo para namorar, para passear, quando saíam tinham que voltar logo."
Preconceito Desgastante da sociedade e fruto da introjeção pessoal.	"A doméstica é vista com preconceito. Às vezes, tu vês meninas que vêm do interior para estudar e são tratadas mal." "Muita gente pensa que a empregada é desonesta." "Ser empregada doméstica é não ter tido opção. Não saber fazer outra coisa, não ter estudo, não ter noção das coisas."	"Ser doméstica traz em si um estigma." "A maioria das domésticas não comem na mesa dos patrões, nos dias de folga só podem ficar no quarto. Isso existe e é muito mais forte do que parece." "Na Beira - Mar tem ainda muitos prédios em que a empregada não sobe pelo elevador social."
Tristeza e choro/ alcoolismo e depressão/Baixa estima. "Eu tenho uma colega que trabalhou numa casa durante 3 anos, ela não podia sair, ficava nos finais de semana na casa de praia da patroa. A patroa	Vivência da injustiça/ raiva/ revolta/ discernimento prejudicado. A circulação em espaço delimitado, como expressão da hierarquização e centralização dos poderes. O controle da vida pessoal como legitimação do poder e do status	"Eu tinha uma amiga, que trabalhava na casa de um professor lá da universidade, era triste, ela vivia sempre chorando. Era assim: ela limpava toda a casa, fazia a comida. Quando chegava 15 minutos pro meio dia, ela deixava a mesa posta e

começou a cobrar que não podia namorar. Um dia, ela foi convidada pelo namorado para passear com ele, a patroa não deixou. Ela perdeu o namorado. Hoje, é uma pessoa muito irritada e nervosa.”	dos patrões.	fechava a porta que separava a copa e a mulher batia aquela sineta, que eu dizia que era para botar no pescoço de ovelha. Ela só podia almoçar das sobras e bem depois que eles já tinham almoçado e descansado. Ela adoeceu e passou a beber.”
Interferência na vida afetiva de fatores alheios à vontade da empregada.	Antigamente, porque o patrão era extensão do pai de família. Hoje, porque os horários são extenuantes e, os salários são baixos, dificultando o acesso aos benefícios do consumo social.	Os códigos sociais ainda continuam a classificar a mulher empregada doméstica como uma trabalhadora de segunda categoria
Reumatismo, escoliose, bico de papagaio/ problemas de coluna, dor nos joelhos, dores musculares.	“Tem a ver com tudo o que já fiz.” “O fato de mexer na água quente e fria dá problemas na gente, por causa do choque de temperatura.”	Levantar móveis pesados, ficar muito tempo agachada, limpar carpetes, lavar coberturas na Beira Mar. Passar aspirador.
Diferença segregadora “Falam que a empregada não tem valor.”	“Empregada na cozinha, e patroa na sala. Nesses chás de madame ,elas fazem só é falar mal da empregada, dizer que saiu de noite, que namora com homem casado.” Exigência de um comportamento moral impecável.”	Esse trabalho pela proximidade com os da casa permite que a empregada seja uma espécie de “bode expiatório das dificuldades da família”.
Transferência dos laços familiares para a família dos patrões, fonte, esta, geradora de constantes frustrações. A presença da empregada também se constitui em fonte de tensões, vez que, também, interfere na lógica familiar.	A falta de amizade e de afeto. As atividades que a empregada exerce mexem com o corpo e com a vida da família, sobretudo, quando se trata da alimentação, e do cuidado das roupas de cada um, mais do que com os objetos em geral.	Há sempre, da parte da empregada, um esperar amor e reconhecimento e, da parte dos patrões, um esperar virtudes que possam assegurar confiança.
Esmagamento da identidade	“Como empregada doméstica, tu és um ser humano, mas nem em todas as casas tu és tratada como ser humano. Se eu pudesse voltar atrás, nunca seria empregada.”	“Fico nesse trabalho porque é a coisa mais simples que eu sei fazer e como não estudei, não posso fazer outra coisa.”
Pneumonia	Ter passado frio excessivo.	Lavar paredes no período de inverno.
Stress/ tristeza/ melancolia	“O emprego doméstico deixa a pessoa stressada, muito serviço, carga física e carga emocional também.” “Esperar afeto e reconhecimento e não receber.” A falta de perspectiva de mudanças.	Fazer atividades sob resmungos e descontentamentos dos patrões.
Sentimento de inutilidade. “Sinto-me uma pessoa incompleta. Pareço ser uma pessoa que ainda não me acertei na vida.”	“ Outra me mandar fazer do jeito dela. Até hoje nesses anos todos de experiência eu nunca aceitei ser mandada, isso me enerva muito.”	Em cada nova casa, a experiência anterior do ponto de vista das técnicas e do jeito de administrar as atividades, é desconsiderada.
Interferência da sociedade na vida pessoal.	“Em relação ao emprego doméstico, uma coisa que eles observam muito é: se a gente mexe em alguma coisa, eles vão	Pesquisa de comportamento é condição para contratação.

Sofrimento pela falta de um vínculo fixo de emprego.	procurar pessoas conhecidas, um já dá referência pro outro... até se a pessoa têm bom ou mau gênio todos sabem." "É humilhante procurar emprego sempre. Devia existir uma lei para que o governo olhasse as pessoas pobres, assim como se fosse uma aposentadoria."	O fato de não ter os direitos garantidos faz com que a maioria delas saia dos seus empregos sem nenhum benefício e, em muitos casos, até mesmo sem um contrato em carteira.
Artrite reumatóide	"Eu tinha carteira assinada e me deu uns problemas nas mãos; eu fiquei com as mãos duras, não tinha condições. Fui ao médico aqui em palhoça e ele me encaminhou para um especialista de mão e minha patroa me despediu."	"A carteira assinada não adianta, porque quando eles querem fazer, eles fazem a mesma coisa, mas pelo menos você teria onde fazer uma notificação..." Informalidade do contrato de trabalho.
"Sinto-me uma escrava" / Impossibilidade de progredir, associada à impossibilidade de mudar sua condição de empregada.	Ter que ficar à disposição dos diferentes horários em que cada um procura fazer suas refeições. "Lá em casa não dava para estudar e meus patrões também não aceitavam." "Sair de uma casa e ir para outra, às vezes, é ainda pior, porque todo serviço é o mesmo. Você vai nas casas é para trabalhar, lavar, limpar, passar."	A organização deste trabalho depende muito mais do ritmo imposto pelos moradores, nem sempre a empregada se adapta. E fica também efetivamente sem o amparo da lei.
Escondimento e vergonha da profissão	O fato de ser mulher é assumido com conotação negativa. A baixa estima se apresenta em 99% das falas. A maioria não aceita sua condição de empregada.	"Esse é um serviço prá mulher. A empregada é tratada sempre como uma doméstica. A gente vê nessas novelas ela é muito maltratada. São as mulheres que fazem esse trabalho porque elas foram educadas pra fazer assim desde a própria casa."
Trabalho muito pesado. "Eu tinha muita dor nas pernas de ficar muito tempo em pé, dor nas costas. Sinto-me mentalmente cansada e desanimada, todo dia fazer a mesma coisa. Aturar desaforos e não poder responder." Dor no braço, tendão, a pele seca.	"Uma casa onde se tem de fazer tudo, comida, roupa, passar, lavar, fazer a limpeza da casa, cuidar de criança, a gente pode adoecer." Mexer em água quente e fria, usar produtos de limpeza, passar raiva, ter que ficar calada, não poder estudar.	"Convivência e atividades em geral." Dormir num grosseiro quarto de empregada, com apenas uma cama e cheio de entulhos. Não ter folga, nem poder sair.
"Tenho alergia ao pó, ao detergente de côco, tive bronquite, úlcera."	Física e emocional.	Limpeza em geral: arrumar armários, tirar a poeira das coisas, limpar portas, esfregar banheiros, limpar carpete
Sufoco, vigilância, falta de confiança. "tornei-me uma pessoa carrancuda, trancada."	"Se você não tem horário para comer, não tem horário para dormir, não tem horário prá levantar, adoce."	A maioria tem que trabalhar em condições de competição e intransigência
Sentimento de vazio por dentro/ Doença.	"Eu tinha necessidade de conhecer pessoas, de mudar um pouco, de conviver com pessoas diferentes. Teve um dia que eu estava lavando a calçada e meu estômago começou a dar mil voltas, fui ao banheiro e vomitei	" Eu não estava acostumada a conviver com tanta solidão, com tanto vazio não preenchido. (Trata-se da única entrevistada que tem 17 anos de idade, cuja trajetória familiar também é cheia de sérias dificuldades).

	muito.”	
Nervoso/ tensão Pressão.	“Agora que os anos passaram, eu comecei a perceber muitas coisas. A relação entre trabalho e doença é muito forte por causa da tensão e do nervoso; a pessoa que é tensa e nervosa, sempre tem alguma coisa.”	O período da manhã é apontado sempre como o mais tenso, porque acumula muitas atividades que devem ser feitas até o horário do almoço.
Decepção e humilhação/ culpa. Advindas da relativa confiança na honestidade da “relação”, ela não vai me abandonar.	Depois que o patrão morreu as filhas baixaram inclusive seu salário. Depois de 12 anos de serviço a patroa começou a deixá-la sem chave para entrar em casa. A patroa está esclerosada e esconde sua comida, fica escutando o que ela fala atrás das portas. A maioria associa este item ao fato de dormir e viver no emprego.	Ela diz permanecer no trabalho porque jurou para o patrão que cuidaria da sua patroa depois da sua morte. Ficar num lugar que não é seu, é uma condição altamente extressante. “Escutar que se é da família e depois descobrir que não se é.” “Eles diziam que iam me dar uma casinha, depois fui embora sem nada.”
Revolta/sofrimento/incomodo e acomodação. Sensação de tempo vazio, inútil.	“Quando eu era mais nova ganhava muito pouco e era mal tratada, isso revolta a gente.” ‘Esse trabalho de limpar, lavar, passar, cozinhar, pode gerar doenças; a gente começa muito nova e, na velhice a gente fica mal, eu penso isso. Você sabe que tem dia que a minha coluna me mata? Tem dias que eu só varro a casa gemendo.”	Muitas declaram terem se acomodado a isso, porque o trabalho esta muito difícil. Muitas sofrem porque vêm o tempo passar e não fazem nada de diferente. É um trabalho que envolve, de forma a não pensar, porque as tarefas são rotineiras, ou porque elas próprias se predispõem a não pensar sobre si mesmas.
Cansaço associado às dores nas pernas, nos braços, nos pés e nas costas. Estafa e depressão	Relata ter ficado esgotada por problemas no trabalho, ficou internada.	Cuidar de criança, desavenças com os patrões.
Esgotamento e peso do trabalho. Canseira, dor nos ombros.	Se apresenta quase sempre só com o passar da idade. “Tem dia que eu não vejo a hora de deitar na cama para descansar.”	Todas as atividades: lavar, passar, cozinhar, cuidar de crianças, trabalhar a semana inteira.
Desconfiança	“Se a empregada não se vigia e se não é de confiança, ela está perdida.”	“As pessoas pensam que a gente é ladra.”
Mãos arrebetadas/ Alergias	Fazer faxina	Limpar parede, teto, limpar vidros e geladeira. esfregar roupas. Passar lustra móveis. Uso da quiboa e detergentes em geral.
Sentimento de não ser nada.	“Elas tem dinheiro, a gente na frente delas não é nada.”	Trabalhar com pessoa exigente, enjoada. Patroas chatas, que porque pagam, ficam mandando.
Sentir-se cobrada nas atividades.	O banheiro, com criança é difícil de limpar; elas vão lá e jogam papel no chão. A patroa sempre cobra que está encardido.	
Emagrecimento	A carga de trabalho é imensa. Não comer, “não posso tomar nem café, ela não manda e eu não pego. Almoço, mas é tudo corrido. O marido dela pega as crianças e já sai todo mundo, não dá tempo nem para trocar de roupa antes de ir embora.”	Entrar no ritmo acelerado da vida da família. Tudo deve ser resolvido antes do almoço.

Sentir-se um animal/ crise de choro.	“Eu me sinto um animal; tenho que trocar de roupa, lá atrás perto do tanque, eu não vou nem no banheiro, sei lá. Acho que ela não gosta.” “Um dia, eu fui trabalhar lá, a gente sua né...Ai ela disse, oh fulana, tu não estás sentindo um mau cheiro? Ficou, assim, bem perto de mim.” Crise de choro é referida, também, por problemas físicos, sobretudo, dores na coluna.	Relação preconceituosa. “Eu acho que é porque sou negra.” Essa profissão é ainda considerada baixa.”
Espirros/prejuízos físicos: problemas nos olhos, problemas nas mãos.	poeira e quiboa que tem cheiro forte.	Limpeza de pisos e banheiros, mexer em objetos e cômodos fechados.
Sofrer a desconfiança.	Por causa da aparência física, da roupa e do lugar onde mora, unhas cumpridas, calçado ruim pode ser motivo de perda do emprego.	Exigência de postura moral correta, condição indispensável é poder confiar.
Vivência de tensão	Muitas referiram esse fato, associado ao ato de assinar a carteira. E a maioria concorda com a idéia de que, se forem amigas, essa tensão se resolve.	Como uma lei pode interferir em relações tão personalizadas?
Falta de perspectiva/ Raiva associada à frustração. Raiva por não poder reclamar.	Gerada pela falta de estudo.” tem várias domésticas que vêm à reunião, aqui, mas não sabem ler. Se ela não sabe ler, ela não têm condição de fazer outra coisa.” “Esse trabalho não muda.” “Eu desejava fazer outra coisa, mas não dava porque não tinha estudo.” Ter que engolir porque tem consciência de que não lhe resta outra opção.”	Única opção de vida para mulher pobre, sem instrução formal
Sufrimento	“Os homens acham que esse trabalho é de mulher. E sempre foi assim. Isso é uma história bem antiga.”	Constituição histórica da delegação de papéis diferenciados e desiguais para homens e para mulheres.
Esquecimento e embotamento	“Essas atividades fazem a gente esquecer as coisas que a gente sabe fazer.”	Referiu-se ao esquecimento de que sabia fazer tricô.
Impossibilidade de se aperfeiçoar.	“Tinha crianças também e, a noite eu não podia sair, ficava com a neném pequena.”	Substituir os pais, no cuidado das crianças pequenas, não apenas para que eles possam desenvolver outros trabalhos, mas também para que eles se divirtam.
Insônia/ dor de cabeça e úlcera nervosa. Derrame. Diabetes. Dores no estômago.	“É um trabalho com muitas preocupações, muitas vezes a gente tem que trabalhar doente.”	“É um trabalho que exige engolir muitas coisas. Sofrer muitas ofensas.”
Sufrimento advindo do local de moradia. Síndrome da subalternidade.	Sobretudo as solteiras, na maioria dos casos, moram no emprego, ou moraram durante muito anos. “Quem fica na sala é o patrão, quem fica na cozinha é a empregada.”	O fato de ficarem na casa dos patrões, além de possibilitar que a chamem a qualquer hora, estende imensamente as horas de trabalho, lhes delega maiores responsabilidades, e interfere muito mais em sua vida pessoal.
Renúncia das perspectivas em	“Como sair? Só de noite, às	Dedicação abnegada aos

relação a afetividade.	vezes, ou aos domingos ,depois das 4 horas. Já tem a semana toda de trabalho, não pode sair, e o tempo vai passando.”	contratantes que devem ser tratados como impossibilitados de viver sem a empregada.
Pressão hierárquica	A coordenação deste trabalho, mesmo se pequena, é excessivamente personalizada.Visto que, nem sempre obedece a padrões comuns de procedimento, relativos as técnicas, ou ao espaço em que as tarefas são executadas. Passam, outrossim, pela forma de roganização de casa família, possibilitando uma interferência muito direta de quem responde por estes aspectos, na maioria das casas, as mulheres.	“Tem muitas que se aproveitam das domésticas. Na hora de ir embora, elas arrumam um serviço para fazer, às vezes elas fazem um serviço e depois mandam fazer novamente: lavar caçadas, pisos, passam as horas, soltam de noite”
Dores associadas diretamente à atividade de passar roupa. Canseira.	“Uma calça tem que ser bem passada, se for de linho, então. Deus me livre, demora demais.” “O meu patrão é muito exigente com roupa, ele quer tudo muito bem passado.”	“Tem que umedecer, mesmo com ferro a vapor. Me dá muita dor nas pernas, principalmente no verão, cansa muito. Fazer exercício com os braços realmente, é muito cansativo.”
Nervoso, associado ao fato de ter que abrir mão de programas pessoais. Saturação por tensão emocional. Escravidão.	“Eu senti que abusaram de mim.” “Eu tinha que preparar as mamadeiras. Trocar a roupa das crianças, arrumar as camas, cuidar para que as crianças não fizessem barulho, senão a mãe levantava feito um bicho.”	“Uma vez, eu fiquei doente no trabalho. Eu já estava atrasada, aí sobrou prá mim abrir um vidrinho de remédio, me deu um nervoso tão grande. Foi a primeira vez que minha pressão subiu e eu fiquei tão chateada, tão furiosa. Tinha quatro pessoas na sala. Será que não podiam tirar uma tampinha de um vidrinho? Precisavam pedir para mim que estava pronta para sair? Eu fui parar no hospital.”
Sufrimento de sentir-se um pássaro fora do ninho.	“Nesse trabalho há promessas de carinho e amizade e, por frustração dessas esperanças, há também muita solidão e isolamento.	Exige que as imigrantes se isolem da própria família, da sua cultura. Principalmente, se estas vêm de outros estados.
Hipertensão arterial	Cansaço intenso. “Eu me levanto e digo para mim mesma o que vou fazer.”	Condição de trabalho no verão: cozinhar é muito difícil por causa do calor.
Exigência de aprendizagem de uma nova tarefa	Na eminência de uma nova mudança de emprego. Impõe-se sempre a necessidade de aprender o jeito da outra fazer.	
Dormência e tonturas	Obesidade e preocupações com o trabalho	Ter que fazer todas as coisas para muitas pessoas, a casa está sempre cheia.
Hipertensão Arterial	A repetição das tarefas, todos os dias ter que decidir sobre a alimentação. Muito tempo na mesma casa (30 anos). Rotatividade de pessoas nas casa. (filhos separados que voltam, casados que vêm nos fins de semana).	Administrar a variação alimentar que deve ser feita todos os dias. Fazer comida para muitas pessoas, de maneira imprevista. Não ter folga nos fins de semana.

Cansaço e preocupação com a saúde. Cansaço de ter de fazer tudo certo.	Reumatismo, dores nos braços e ombros. preocupações porque já não consegue fazer uma série de atividades.	Lavar, passar, dobrar toalhas grandes, passar enceradeira. O ritmo corrido, ou não, sob o olhar vigilante dos da casa.
Desespero/ Pressão advinda da eminência da perda do emprego	Carteira sem assinar, falta de pagamento, não ter dinheiro. "Falta de boa vontade dos patrões."	Trabalhar sem amizade e reconhecimento.
Isolamento associado à história de trabalho.	"Eram mocinhas que começavam a trabalhar cedo, eram de fora, do interior, não conheciam a cidade."	Organização do trabalho que não permite uma socialização adequada. "Não tem amigas, as coitadas ficam por ai, não se encontram mais."
Unheiros/micoses.	Limpeza em geral	A atividade em si. "Sempre digo para minha filha, vão fazer qualquer coisa, menos isso."
Desconfiança e maluquice/Desconfiança. Incerteza associada a não saber o que vai fazer se o objeto não for encontrado.	"Diante do extravio das coisas e da desconfiança dos patrões, a gente se põe a rezar para que as coisas sejam encontradas, se não sobrará para a gente." Postura psíquica de quem está sempre se perguntando se tem culpa. "A patroa encontra mas fica bem quietinha, porque já culpou a empregada."	Ser culpada sempre pelo erro e pelo sumiço. . Nem sempre a organização do trabalho evita esses incidentes. Limpar muitas coisas, pode tirá-las do lugar. Iguamente o jeito de cada uma arrumar, o que muitas vezes implica e uma ordem não reconhecida por todos e no desperdício de energia procurando coisas. A organização é muito subjetiva nesse tipo de trabalho.
Convivência de tensão diante da apropriação do diferentes espaços.	"É preciso estar sempre cuidando-se para não ultrapassar os lugares destinados aos patrões."	"A empregada tem que entrar e sair pela garagem da maioria dos prédios."
Medo/irritação	O trabalho é tido como ameaçador. "Minha mãe não gostava que eu fosse trabalhar de empregada, dizia que quem se empregava não era direita, que era moça que não prestava." Dificuldade de se ambientar em outra casa, ou em outro trabalho.	Estigmatização advinda do preconceito em relação a profissão. "Relações de uma das suas irmãs com o sobrinho do patrão, resultaram em gravidez." Tem medo de que o patrão seduza sua sobrinha que também é empregada.
Sufrimento advindo dos laços de afeto que se estabelecem com os da casa. Dor pelo afeto perdido/choro e culpa.	Cuidar das crianças durante muito tempo, depois, ter de deixá-las pelo afastamento do trabalho. "Criar os filhos do patrão como se fossem da gente."	
Discriminação e insatisfação/ Desvalorização.	"Ser mulher já é uma discriminação, ser doméstica é outra." "O pior mesmo é tu trabalhares 30 anos e quando chega no final, tu vais te aposentar e receber 1salário mínimo.	"Ser mulher empregada doméstica perante a sociedade, não tem valor nenhum, só perante Deus; perante a repressão social fica muito visada."
Insônia	Saudade das crianças. Vontade de saber se está tudo bem. Quando a empregada tem vínculos de afeto tão grandes, isso mascara a exploração. Crianças, cujos pais se mudam e	Cuidado das crianças. Dormir e viver no emprego.

	ficam escrevendo ou telefonando. Ficar chorando, cada vez que as crianças se mudavam.	
Submissão	Trabalha por amizade, porque a patroa não tem dinheiro para pagar. E por necessidade de um lugar para ficar.	Não tem família, nem casa.
Lesão por esforço repetitivo (LER).	O trabalho rotineiro é muito cansativo, sem perspectiva." Às vezes, estou, tão desesperada, que quero sair dali de qualquer jeito" "As pias modernas são mais altas, eu forço os braços, a coluna. Falei prá ela: eu tenho que arranjar um banquinho para trabalhar na pia."	Ficar na mesma posição na pia e fogão. Sentir que a altura não é adequada, força os braços. "Estender roupa no varal, limpar vidros, puxar gavetas, me acaba."
Tendinite/edema nos braços.		Abriu janelas, empurrar portas.
Dor em queimação na cervical.	Tensão de não poder ficar parada. Exaustão.	"Trabalho intenso, cozinhar, lavar, passar, trabalho que se estende durante todo o dia, até a noite, nunca acaba."
"Vontade de sumir, agarrar alguma coisa e apertar, morder, sei lá o que."	Dor na coluna, trabalho pesado. "Tu trabalhas direto e quando olhas para trás, tens que começar tudo outra vez."	"A tecnologia tornou o trabalho mais leve, mas não menos cansativo." "Quando a máquina estraga, tens que tirar tudo da máquina e colocar outra vez. Aquilo ali é um veneno prá gente."
Vigilância constante.	"Se estragar alguma coisa eu tenho que pagar então eu não mexo em nada." "Na casa do patrão a gente tem que andar sempre ali em cima."	Responsabilidade sobre todas as coisas recai sobre a empregada que pelas condições de trabalho precisa movê-las, guardá-las, arrumá-las, comunicar se estão estragadas.
Medo de morrer sozinha. "A empregada pode morrer e ninguém vai saber."	Dormir longe dos demais, em espaços fechados e separados. "Porque é assim, cozinha, área de serviço e quarto da empregada."	
Instabilidade Econômica e Material. Espezinhamento.	Não ter casa prá morar. "Depois que construí minha casa o emprego me deu maior estabilidade." As leis estão muito exigentes, os patrões dizem que não vão pagar, se não puderem pagar vão mandar embora."	Ficar na casa da patroa significa submissão total. "Quando a empregada não tem para onde ir, ela é espezinhada." Acumulo de funções para o menor número de pessoas.
Sobrecarga.	"Dupla jornada, na minha casa e na dela."	"Deixar tudo pronto na minha casa. Chegar no trabalho e encontrar as mesmas coisas para fazer. Depois, voltar e fazer tudo outra vez na minha casa."
Descaso	"O governo nos trata muito mal, o salário não dá nem para o remédio."	"Somos tratadas como incompetentes."
Úlcera nervosa, esofagite, depressão.	"Sofro muito a perda das pessoas."	"Mudar de emprego é uma tortura para mim. Mas se existe sofrimento na relação, é o jeito."
Síndrome do solteirismo.	Discriminação social, falta de liberdade para sair, trabalho não valorizado. O ritmo das	Estilo de vida, que não abre possibilidades para conhecer outras pessoas.

	atividades não deixa lugar para o afeto. Dificuldades financeiras.	
Síndrome da inferioridade	Não poder entrar pela porta da frente. "Os ricos se sentem muito lá em cima." "Muitos se sentem os donos da verdade."	Entrar pela porta dos fundos é humilhante." "Existem muitos tabus e diferenças."
Pressão psicológica. Angústia que figura em contraposição ao prazer	"Tem casa em que a gente trabalha, que a patroa chega a jogar dinheiro debaixo da mesa para testar a gente, prá ver se a gente rouba. Outro dia, sumiu um anel e a patroa começou a acusar a gente, disse que ia chamar a polícia, e eu disse: pode chamar, que a gente não mexeu. Depois, ela achou no mesmo lugar."	'O filho dela é drogado e usa das coisas da família para comprar drogas."
Pressão entre nós.	"Eu tenho pena da faxineira, porque a patroa não deu as férias dela e deu a metade prá mim." São relatadas, igualmente, dificuldades de relacionamento entre empregadas e faxineiras, visto que as empregadas apesar de reconhecer que o peso das tarefas é maior na faxina, se sentem lesadas em relação ao salário.	As patroas fazem diferenças entre os empregados para criar divisão. Normalmente, a faxineira recebe muito mais, na sua condição de diarista.
Dor de preguiça, dor de opressão.	"A falta de prazer adoce." " Eu me sinto mal o dia inteiro como se fosse uma dor de dente que não dói de uma vez, mas que dói o dia todo, um pouco. É uma dor moral.	"Nada é leve, não tem o melhor, tu tens que fazer." "Eu soffro muito com essa carga emocional, a gente dar tanto e não receber nada em troca."
Sonolência	Por causa do serviço humilhante, o sono me ajuda a curar minhas dores, tudo fica engasgado, às vezes, gostaria de dizer alguma coisa e não posso."	Limpar banheiro, fossas, caixas de gordura. " Se fosse bom, a patroa não contratava a empregada."
Sufoco/mesmice	"Esse é o pior trabalho. São atividades terríveis, trabalhar na casa é trabalhar em ambiente fechado, tenso, fazer sempre a mesma coisa."	"Trabalho de mulher, se fosse bom, os homens fariam. Eles só fazem pelo desespero e falta de trabalho."
Peso associado à morte do trabalho. Ameaça de perder a razão de viver.	"Esse trabalho, para mim, até já morreu, só que a gente não sabe."	"A sociedade cresce tanto e esse trabalho continua fora de moda."
Acidentes de trabalho/ cortes de mão, quedas de janelas, tombos no banheiro.	Quebra de copos, sabão no chão, subir em janelas para limpar.	
Desânimo de lutar sem resultados.	"A gente muda de emprego e ainda continua se sentindo péssima." "A maioria tem a cabeça que foi feita pelas patroas."	"Muitas buscam outro trabalho e não conseguem se livrar desse sentimento, ficam tristes." "É coisa que vem de dentro delas."
Discriminação por causa das roupas, calçados, cabelos. "O preconceito não é em relação ao doméstico, é em relação à empregada doméstica."	"A maneira de vestir é discriminada, o jeito da gente também. Tem muito desrespeito.	

Inveja e ciúme/ medo das reações da patroa.	“Amei os filhos da patroa, esperava que respeitassem os meus.” “Tem casa em que a patroa morre de ciúmes do marido, tem medo de perder, às vezes a empregada é assediada mesmo, e tem empregadas que agradam o patrão.”	Se os filhos da empregada vão para o emprego, devem ficar única e exclusivamente no quarto da mãe. E são também usados pela patroa para conseguir submissão da empregada.
Gravidez/sofrimento.	“Eles queriam que eu tirasse a criança. A gravidez era do sobrinho do patrão.” Ele odeia meu filho.” “ Envolvimento afetivo e responsabilidades trazem muito sofrimento.”	Fui discriminada por causa da minha cor. Ter filhos e ser solteira, complica muito.
Prisão de afetos.	“É mais difícil qualquer relação, quando se é doméstica.”	“Não se pode nem receber visitas, não se tem tempo para sair. Se for visita de homem piorou.”
Raiva associada a falta de posses.	“O fato de não ser proprietária da TV, me obriga a assistir só o que eles gostam.” ‘Sempre sonhei com um lugar que fosse meu.’	Não ter casa, quarto, privacidade. “Viver com os outros traz indignidade, é muito duro.”
“Falo comigo mesma que quero esganar meu patrão.”	“Eles sujam muita roupa, desarrumam tudo, pensam que eu fico de papo pro ar. Chegam fora de horário, nunca almoçam enquanto a comida está quente. Esse é um serviço sem futuro.”	“Às vezes entro na minha casa só para dormir e acordo morta de cansaço para voltar a trabalhar.”
Sensação de nunca ter tempo para mais nada.	Diante do fato dos patrões dizerem que elas tem o dia inteiro para fazer o serviço, passam a se sentir prisioneiras do dia, e não conseguem administrar a possibilidade de incluir outras atividades de lazer, por exemplo.	“Trabalho até as duas horas da manhã.”
“Ser usada”	“A patroa me convence de que eu tenho tudo, porque não acha ninguém de confiança prá deixar a casa dela.”	“Tenho que aceitar as coisas que me dão, porque, quando não aceito, me chamam de pobre metida.”
Falta de perspectiva.	“Se você cair nesta alma de emprego doméstico tudo é uma coisa só.”	
Humilhação/ Ser controlada. Depressão, “sentia que ia morrer.”	“Ficam sempre te exigindo referências.” ‘Desorganização da patroa: ela perde até as calcinhas, você tem que ficar procurando.’	“Sou controlada porque a máquina de lavar fica muito tempo ligada. Eles dizem que eu gasto muita energia. Ele diz que eu sou sócia da TELESC.” “Eles são muito controladores dos gastos, às vezes deixam até os armários trancados. O telefone fica no cadeado.”
Pressão e perda de emprego.	“Quando quis rever o meu horário de trabalho ela virou um bicho.”	A informalidade facilita a dita amizade, mas prejudica quem se submete.
Insegurança. Cara de sofrida/ de quem tem medo das coisas.	“Se apresenta no início do trabalho. Quando a gente não	“A gente sente desconfiança, medo dos patrões, eles nos

Falta de pique para o trabalho.	sabe como é o costume da casa, das pessoas, a gente não sabe o que elas esperam da gente.”	tratam como seres inferiores.” Às vezes, os patrões são tão bagunçados, que é necessário recolher até o copo onde tomam água.”
Chantagem e manipulação.	“Existem patroas que comentam que se a empregada sair de sua casa não agüenta em outro trabalho. Se eu agüentei tanto tempo na casa dela, que era uma grossa, malcriada, não agüentaria, agora.” “A patroa provoca a saída da empregada do trabalho e depois diz que vai processá-la por abandono do emprego.”	“Quando eu não queria ficar prá que ela fosse passear, me chamava de egoísta.”
Sufrimento diante da necessidade de usar aparelhos novos.	A aprendizagem é difícil para quem não consegue ler os manuais e a responsabilidade aumenta, uma vez que, depois da compra de algo assim, aparece sempre a recomendação: cuidado com o uso, custou tanto.	Usar batedeira, máquina de lavar, liquidificador, forno microondas. “Não sei se os aparelhos melhoram a vida da gente, porque igualmente, a gente tem que por a roupa na máquina e tirar, tem ferro melhor, mas, mesmo assim é difícil.”
Eu me sinto fechada por dentro. Angústia de morte.	“Nem sempre a gente sente que alguma coisa não está certa, mas no fundo, no fundo, se a gente for tentar separar, a gente vai saber que algo está errado.”	“Talvez o fato de ser repetitivo, fecha a gente por dentro.”
Inapetência para o trabalho. Vontade de deitar novamente. “Conto os minutos para que chegue a noite, o meu quarto é o meu refúgio.”	“ De manhã, me sinto com vontade de não começar mais um dia.” “O horário me irrita, gostaria de poder levantar sem ter horário.”	“Só levanto cedo porque sou obrigada, faz parte das minhas obrigações de trabalho.”
Inconsciência diante do tempo que passa.	Envolvimento com o trabalho. “Quando estou trabalhando eu não penso.”	Trabalhar dormir e começar sempre tudo, outra vez, não se comunicar com outras pessoas.
Medo de envelhecer.	“Será muito triste não poder fazer nada para viver.”	
Carregar um peso	“Ser a dona da casa, de uma casa que não é minha. Meu é só o trabalho, o resto não, eu tenho que manter tudo limpo e organizado.”	“Isso é mais do que um contrato de trabalho, tenho que cuidar do patrimônio da família.”
Deformação visível das articulações, punho e dedos.	“Isso tudo tem a ver com tudo o que eu já fiz.” “Trabalhar com amor não mata mas pode provocar doenças.” “Geralmente todas as empregadas que trabalharam muito tempo no fogão elas tem problemas nos ossos.”	“Esse trabalho tem atividades que são muito grosseiras, lavar roupa, esquentar a mão, o trabalho é sempre muito braçal. Eu vou entrar numa casa a patroa vai me pegar para fazer o serviço mais pesado, nesses sentido é que este trabalho é pesado.”
Cansaço mental	“é um serviço cansativo de cabeça, de organismo, tem que fazer sempre, pensar no que vai fazer.”	
Falta de liberdade e doença.	‘Eu acho que a pessoa trabalhando numa casa, se ela não tem liberdade de desabafar, se ela não reclama vendo que o lado dela está certo e se ela só	“Minha irmã tem dor de estômago, pressão alta, porque fica calada.”

escuta desaforo, acho que aquilo vai deixando a pessoa muito chateada, muito nervosa e cansada. Se a pessoa não sai morre logo.”

3. PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E GÊNERO NA RELEVÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES TANTO POR SEUS EFEITOS SOBRE O CORPO COMO POR SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O IMAGINÁRIO .

Para tentarmos compreender a articulação entre os aspectos acima citados, em relação ao processo saúde - doença, faremos a transposição para a ordem da representação dos conceitos **carga de trabalho e desgaste**. Categorias que, segundo **LAURELL e NORIEGA (1989)**, para além das condições ambientais dentro do processo de trabalho, buscam ressaltar os aspectos do processo de trabalho, interagindo dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ ou efetiva corporal e psíquica. O conceito carga de trabalho possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam o nexo biopsíquico da coletividade. Essa noção não se refere a características estáticas do posto de trabalho, mas ao movimento dinâmico dos elementos do processo de trabalho. A divisão entre elas só tem significado, enquanto processo de investigação; é preciso compreendê-las na dinâmica global do processo de trabalho em sua relação social.

Quando falarmos em cargas, estaremos sempre trabalhando com a representação do grupo estudado. **As cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas**, são relativas à **materialidade externa** ao corpo que, segundo os autores acima, ao com ele interatuar, tornam-se uma nova materialidade interna. **As fisiológicas e psíquicas**, ao contrário, só “adquirem materialidade no corpo humano ao expressarem-se em transformações em seus processos internos”. **As cargas físicas** podem ser exemplificadas pelo ruído, calor, que podem ser medidos até mesmo sem envolver o corpo humano; têm por isso, uma materialidade externa a ele. Ao interatuar sobre o corpo, sofrem uma mudança de qualidade, dando processos intercorporais complexos. Igualmente, acontece com as cargas **químicas e biológicas**, que também tem materialidade externa ao corpo e que adquirem importância pela transformação que geram em sua interação com os

processos corporais. E as **cargas mecânicas** são as mais visíveis, porque se convertem numa ruptura de continuidade instantânea do corpo: contusões, fraturas, etc.

Quanto às **cargas fisiológicas e psíquicas** são diferentes, porque não têm uma materialidade visível externa ao corpo humano. Só há possibilidade de conceituá-las em sua relação com o corpo. Em relação às **cargas psíquicas**, têm o mesmo caráter que as fisiológicas, porque adquirem materialidade através da corporeidade humana, são pensadas, sobretudo, a partir de suas manifestações somáticas e não tanto psicodinâmicas. Podem ser agrupadas naquelas que abrangem tudo aquilo que provoca uma sobrecarga psíquica. Essas cargas psíquicas só têm existência na relação entre os homens, e dos homens com as coisas e somente adquirem materialidade nos processos psíquicos e corporais deles. Neste sentido, a monotonia, a repetitividade, as relações de poder, hierarquias, desqualificações, são a hipertrofia do pensamento e da criatividade, que se expressa na mudança dos corticosteróides, da mesma forma como a supervisão estrita e despótica ou a consciência da periculosidade do trabalho, são tensão nervosa prolongada, sintetizada na reação do stress crônico e fadiga nervosa. Essas cargas são socialmente produzidas e não podem ser compreendidas como riscos isolados, ou abstratos, à margem das condições que as geram. Elas aparecem como expressão de uma forma específica de produzir, organizar e dividir o tempo do trabalho e, diríamos, da relação que dentro dele se estabelece. A intensidade, a presença ou não de cargas, não é alheia às relações de força entre capital e trabalho num centro de trabalho concreto e na sociedade. A este conceito acrescentamos o de **desgaste; este pode ser definido pela perda de capacidade efetiva e/ ou potencial, biológica e psíquica, se refere a um conjunto de processos biopsíquicos.** É importante mantê-lo entendido dentro dos processos que caracterizam as coletividades humanas e não primariamente os indivíduos.

A Monotonia do trabalho subtrai as idéias e as imagens de esperança dessas mulheres e acentua o aborrecimento como resposta emocional ao ambiente, que é monótono. Essas mulheres não percebem nenhum progresso no trabalho repetitivo e fragmentado e esperam receber algum tipo de prazer através do reconhecimento dos padrões. Quando isso não ocorre, vê-se aumentar grandemente sua fadiga que se apresenta, na maioria das falas, com aspectos de cronicidade. Resultante de uma sobrecarga das várias atividades repetitivas, visualizadas e decantadas pelas palavras: cansaço constante, desânimo, dor moral, isolamento em todas as falas. Ou, ainda, pela sensação de desgosto, com tendência à depressão e relutância a trabalhar. Querer dormir sempre mais é a atitude que parece lhes dar garantias contra o sofrimento

psíquico, apresentado sempre sob a forma de pressão, peso, desânimo, opressão, fechamento interior. Essa é uma forma de padecimento que não se deixa libertar nesse estilo de trabalho que, como já dito em várias oportunidades, é também um estilo de vida.

Ressaltamos, aqui, que estes aspectos, os quais não queremos encerrar num conceito único atropelado ou aprisionado por uma visão estática, nos levam a pensar na dimensão específica do desgaste, tal como pensado por **LAURELL E NORIEGA**, que permite consignar as transformações negativas originadas pela interação dinâmica das cargas de trabalho nos processo biopsíquicos humanos. *“A perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica, ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim, ao conjunto dos processos biopsíquicos (...). Desgaste é tanto a destruição abrupta ou lenta de órgãos, como a impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica.”* (Laurell, Noriega: 115).

Se observarmos o quadro acima descrito, sem sombra de dúvida, ele nos obriga a percebermos a quantidade de representações de cargas tal como descritas por Laurell e Noriega (op.cit). Mas, prioritariamente, sua concentração nas cargas psíquicas. O cansaço explicitado em todas as falas vem, na maioria delas, associado ao desânimo, aos quadros de irritabilidade e de falta de perspectiva, no fato de ter que fazer e pensar sobre as mesmas coisas. É um cansaço crônico, nem sempre é concebido como ligado diretamente à tarefa em si mesma, já que, embora todas tenham definido o trabalho como repetitivo, nem todas disseram ser a carga de trabalho extenuante sempre.

Está associado a esgotamento, diria, à síndrome de esgotamento profissional, divulgada por psicólogos sociais norte americanos como burn-out. **SELIGMANN, SILVA**, resume da seguinte maneira o conceito e as principais manifestações de quadro: *“... uma síndrome de esgotamento físico e emocional, compreendendo o desenvolvimento de imagens negativas sobre si mesmo, de atitudes desfavoráveis em relação ao trabalho e de uma perda de interesse em relação os clientes”*. Comenta ainda o autor: *“Estas pesquisas, que se interessam pela questão do bur-out, mesmo que nem sempre o explicitem claramente, estão muito próximas ao modelo do stress, e extraem sua específica, sobretudo, das categorias profissionais que estudam.”* (1994: 76, APUD Chantait, 1990).

Talvez, esse esgotamento, a fadiga mental intercalada, somada, às vezes expressada como consequência, outras vezes como causa da fadiga física possa ser associada, nesse caso, ao termo estafa. O mesmo se dá em relação à expressão cansaço, associada à perda de sono, desânimo, necessidade de medicamentos para dormir.

A representação de carga física também nos é apresentada, nesse aspecto, associada a algumas atividades como lavar, passar, cozinhar, fazer limpeza, porque expõe diretamente, o físico, a variação de temperaturas quente e frio, expõe a gordura. Igualmente, as fisiológicas presentes nas atividades de lavar, passar, esfregar, abrir janelas, limpar vidros, escovar tapetes e carpetes, passar aspirador, lavar coberturas, limpeza em geral.

Mas para nós, o que importa dizer é que, sem exceção, a representação das cargas psíquicas em suas dimensões econômicas, sociais políticas e emocionais adquire relevância por ser a mais presente em todas as falas, embora a mais difícil de ser constatada, se a olharmos a partir do olhar medidor, quantitativo da medicina tradicional. Neste sentido, podemos dizer que o fator gênero, como uma dimensão determinante desta forma de relação de trabalho, possibilita o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas, sociais e psíquicas.

Ao nosso ver, o gênero perpassa todas as dimensões em todas as falas. Poderíamos dizer que um primeiro aspecto relevante nessa relação de trabalho é o de que, como já foi apontado nos capítulos anteriores, esse é um trabalho naturalizado como de mulher. Primeiro, se o observarmos com o mesmo olhar universalizante e dicotômico que tem distinguido os papéis em masculinos e femininos ao longo do tempo, veremos que este trabalho não é apenas atribuído a mulher, mas é concebido como coisa de mulher, o que justifica sua atribuição como algo naturalizado. Essas atividades domésticas, antes de serem vistas como culturais, frutos de uma relação social, são interpretadas como naturais inerentes ao sexo feminino. É evidente, porém, que tal discriminação não existe apenas no espaço tempo doméstico; é visível no espaço tempo da produção e no espaço tempo da cidadania.

O patriarcado familiar continua a ser a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que atue sempre em articulação com outros fatores. Esse caráter matricial manifesta-se, por exemplo, no fato freqüentemente notado, de que a divisão do trabalho no espaço tempo doméstico tende a ser homogênea e relativamente estável em formações sociais com diferentes divisões sexuais do trabalho noutros espaços - tempo.

“Em todas as épocas e lugares, a mulher tem contribuído para a subsistência de sua família e para a riqueza social. Nas economias pré - capitalistas, especialmente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam papel econômico fundamental.” (Saffioti, 1976:32).

Segundo, trata-se de uma relação de trabalho, cuja incidência de organização, decisão e coordenação se dá em quase 100% dos casos entre mulheres. Relação, como já descrita no segundo capítulo, portadora de características especiais desde competitivas e de subjugação, até de comprometimento e cumplicidade.

Conforme KOFES, há um entrecruzamento de relações familiares e relações de trabalho. A casa é o ponto de intersecção entre pessoas de classes sociais desiguais, o lugar de um assalariamento relativo ao trabalho executado pela empregada enquanto um trabalho, embora seja, também, concebido como o desempenho de um papel social da "dona de casa". É o lugar da domesticação das diferenças. A mesma autora nos diz que...." *várias diferenças se entrecruzam no doméstico: de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado. E de gênero compartilhado, o gênero feminino, mas diferentemente vivenciado.*" (1990:131).

A economia do trabalho doméstico, enquanto emprego doméstico, não se refere apenas à desqualificação em larga escala, nem, tampouco, nega que novas áreas de alta qualificação estejam surgindo, mesmo para mulheres e homens previamente excluídos de um emprego especializado. O conceito, antes, indica que a fábrica, a casa e o mercado estão integrados a uma nova escala e que o lugar das mulheres se apresenta como crucial, necessitando ser analisado a partir das diferenças entre as mulheres e dos significados nas relações entre mulheres e homens em situações várias. (LAURETIS, 1994).

Atualmente, podemos encontrar nas tecnologias de comunicação, para continuar usando expressões foucaultianas e nas biotecnologias, instrumentos cruciais de adestramento dos corpos, comportamento estratégico instrumental que não é exatamente novo, mas que se recoloca rearticulando diferentes espaços - tempo numa mesma lógica, quando se trata de um mercado de trabalho que tende a ser globalizado via exclusão social. O trabalho se redefine como literalmente feminino e feminizado, não importando se feito por homens ou por mulheres. Ser feminizado significa possuir uma extrema vulnerabilidade; significa torna-se capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de reserva; significa ver os trabalhadores como servos sujeitos aos arranjos de tempo no e fora do trabalho pago.

Na fala das entrevistadas, continua-se a fazer o transvestimento do trabalho doméstico como natural para mulheres. Conforme já dito reiteradas vezes, o processo é feito por meio de um determinismo biológico que se mistura ao cultural. E, mesmo quando algumas diziam, durante as entrevistas, que esse trabalho poderia ser feito por homens,

imediatamente afirmavam não conhecer nenhum que fosse capaz de fazê-lo. Diziam que, para o homem representava uma vergonha e que só o fariam se morassem sozinhos, ou então, se fossem homossexuais, porque então seriam mais parecidos com mulheres. Consideravam que este trabalho era de mulher, porque estas já tinham passado por um longo aprendizado em suas famílias, junto às suas mães. O que nos leva a concluir que a atribuição deste trabalho à mulher é um efeito dos sistema sexo-gênero produzido no interior da família, reforçado e reproduzido nos diferentes espaços institucionais da sociedade, ou nas práticas da vida quotidiana, como produto de tecnologias sociais que o concebem enquanto trabalho ontologicamente essencializado de mulher.

Conforme já dissemos no capítulo II, quando se trata, especialmente, de famílias pobres, cabe às mulheres que já sabem fazer uma série de atividades em seus lares se preocuparem em administrar essas atividades em favor do econômico, da sustentação da casa, mas isso, não porque se constitua numa exigência em si mesma do capital, mas porque se convencionou socialmente, ou seja, se construiu que, quem deve procurar emprego para ajudar o marido, ou os irmãos e complementar o salário é a mulher. Esta pode buscar a solução em casa de família, enquanto este procedimento para o homem se mantém quase que inviabilizado, ou porque não sabe fazer estas tarefas ou porque não se permitiria realizar tais atividades em casa alheia. Essa tecnologia do corpo, comportamento, atitude, já veio sendo elaborada ao longo do tempo, na medida em que o homem não aprendeu a desenvolver determinadas atividade e, se sabe fazê-las, não as concebe como naturais para si mesmo, somente para sua companheira, ou para as demais mulheres.

Ser mulher desse ponto de vista tem um significado social capaz de articular necessidades econômicas com possibilidades de exercício de determinadas tarefas. Para dizê-lo de maneira totalizante e universalizada, as contradições sociais aparecem através da inserção econômica, mas também através da construção histórica de modelos do que é ser mulher e do que é ser homem. São modelos que estão em relação entre si, por isso, as empregadas, numa visão essencializada, têm uma pertença de classe, mesmo que tal grupo não tenha consciência disso. São também expressão de um oposto complementar constituído socialmente. São sempre de famílias pobres, como já dito no capítulo primeiro, para as quais não resta outra saída econômica, mesmo quando estas o desejam.

Mas, também são a representação do que lhe foi delegado, do controle que lhe foi imposto, enquanto mulheres capazes de serem donas de sua própria casa ou da casa

dos outros. São expressões mutantes de cada época, mas continuam a reproduzir a desigualdade social. Há uma política incorporada em todo esse comportamento, um drama de dominação progressiva da idéia de mulher natureza. Cremos que esta experiência vêm carregada de desconfortos e angústia, que se explicitam, em alguns momentos, como pequenas brechas de descontentamento diante da condição a que se sentem relegadas. E se acirram quando a luz da consciência traz à tona a limitação a que suas vidas estão sendo submetidas. A condição de gênero concretizada numa relação de trabalho pode, portanto, ser desencadeadora de situações doentias, ligadas à angústia existencial do sentimento de uma vida vazia pela escassez de sentido, ou vazia pelo assimilar constante dos sentidos que são construídos ao redor dessa relação.

A mulher empregada doméstica, do mesmo jeito que a mulher camponesa e operária, une a sua discriminação a vários outros preconceitos. Sobretudo, une à sua exploração econômica toda uma cadeia de discriminação salarial frente ao seu gênero. É mal paga, veste-se mal, torna-se feia e pouco atraente, perde status, fecham-se oportunidades. É como um organismo profundamente integrado e funcional na complementariedade da lógica da exclusão social. Ela se insere no mesmo pensamento formal que compreende natureza e cultura como iguais, linearmente derivantes, com o agravante de ser pobre e explorada em sua tarefas domésticas. Nesse sentido, para além da sua condição de pobre, resultado da estrita necessidade do capital, se articulam as construções culturais que perpassam a divisão do trabalho, a especialização funcional, a reprodução, a especialização orgânica do papel sexual.

No sistema sexo-gênero se constrói a marca da divisão sexual entre homem e mulher, no qual a mulher ocupa um espaço subalterno e marginal. E, na tomada de decisões da sociedade, ela está relegada ao âmbito do doméstico ou subordinada ao público, tem limites precisos para apropriar-se do desenvolvimento humano por sua pertença de gênero. Ao se referirem ao homem que faz trabalhos domésticos como mais próximo de uma mulher, expressam a compreensão de que a mulher e o homem são construídos naturalmente como essencializados nos seus papéis, não se dando conta de que, para além do que somos fisicamente, enquanto expressão biológica, exercemos papéis que nos foram delegados socialmente e que não são decorrências normais de nossa expressão física e que, portanto, podem sofrer alterações, e têm possibilidades de rompimento com esta forma de organização e de divisão legitimada por padrões culturais.

Toda legitimação social, seja de discursos ou de práticas, se presta à manutenção do que convém socialmente para determinados períodos históricos, mas aponta,

também, sua escassez em relação ao amadurecimento do tempo cronológico de uma determinada civilização. O que lhes dá a possibilidade de mudança radical, ou de reelaboração sob os mesmos padrões no sistema sexo-gênero, o que observamos é que continua sendo elaborado sob padrões discriminatórios, os discursos de verdade continuam se colocando pelo estabelecimento da desigualdade entre os sujeitos, baseados na diferença entre os sexos. O indivíduo, nesse caso, fica reduzido a uma tecnologia social, o trabalho doméstico (igual a trabalho de mulher) como algo naturalizado, a dimensão social, ou homossexual.

Gênero, conforme já refletimos, não se confunde com divisão sexual do trabalho a ponto de diluir com ela, e não é uma derivação direta do que se convencionou ser a empregada doméstica a extensão da mulher dona de casa, porque este trabalho cabe às mulheres por sua condição de natureza. É também fruto de uma tecnologia, não como derivação direta da divisão sexual do trabalho, nem como efeito da linguagem, ou como puro imaginário não relacionado ao real. Mas, como fruto de uma formação social, política, econômica e cultural que perpassa a vida cotidiana e se legitima e é legitimada por ela. Isso se dá na medida em que, do ponto de vista econômico, concebemos quase como natural, dentro de modelo, fixo, monolítico e todo poderoso, o fato de que algumas profissões têm mais status que outras e, neste caso, ser empregada doméstica é profissão de baixo valor social, exigiu pouco investimento, contando apenas, com o aprendizado feito no dia-a-dia.

Na mesma linha pensamos a questão salarial, normalmente legitimadora do "status quo". Alguns entre nós somos respeitados pelos salários que nos são atribuídos e nada é questionado em relação à legalidade e legitimidade do fato. Auferimos, daí, que, se alguns necessitam de altos salários, outros podem viver com menos. Ao emprego doméstico aurificado como profissão de menor prestígio, realizado por pessoas sem estudo, pobres, incapazes de algum brilho, cabem salários baixos, que demandam menos esforços ao conjunto da sociedade desejosa de expurgar o que não lhes dá brilho porque lhes mostra constantemente as feridas que a impedem de funcionar como um todo harmonioso.

No sentido de permitir o avanço e o merecimento dos que por sua linguagem, posses, hábitos, têm uma forma de civilidade chamada ou aceita como empreendedora, há que se convencionar, igualmente, estratégias políticas visando ações cotidianas. No nosso caso, elas são manifestadas constantemente através da experiência, tornada linguagem das entrevistadas, quando apontando para a representação da carga psíquica

dizem que esse é um trabalho sem perspectiva com impossibilidade de aperfeiçoamento, sobre o qual devem manter silêncio.

Entendemos que, uma vez compreendendo a vida deste modo, há a constituição de uma estratégia política, resultado de uma tecnologia que é anterior a esse momento, embora preencha o presente com todo o peso do sofrimento existencial da experiência, vivida por quem expressa sua forma particular de viver uma visão de mundo preconceituosa, constituída socialmente.

Derivante não no sentido linear, evolutivo, mas em espiral que se entrelaça e se reelabora concomitantemente, há que se levar em conta o aspecto cultural que se entrecruza em sua multidimensões facetárias e é, ao mesmo tempo, intercruzado, aparecendo como discriminação, desvalorização, necessidade de controle para garantir a organização do trabalho e o papel de cada mulher plural e diferente social, política e economicamente. Sob este aspecto, conforme forem, se positivas, negativas, plurais, multifacetárias, as representações associadas ao trabalho, na perspectiva de gênero, poderão possibilitar o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas, psíquicas e sociais, dependendo de quanto elas se confrontam ou não com os desejos, expectativas, necessidade, de quem as vive.

No quadro descrito, a complexidade dessas relações entre gênero e trabalho é apresentada, ao nosso ver, interrelacionada ao processo saúde-doença, adquirindo relevância tanto por seus efeitos sobre o corpo,(embora não apareçam nas falas como prioritários), como por sua repercussões sobre o imaginário, carregado sempre de conteúdo negativo.

A exigência das tarefas é um dos agentes estressores que se coloca determinando uma sobrecarga qualitativa na relação de trabalho,aproximadora de pólos sociais tão díspares, mesmo se não tão distantes economicamente falando, porque, em alguns casos, patroas e empregadas são de origem social idêntica, e a condição da patroa ser dependente economicamente do marido, nem sempre lhes permite ser distinta economicamente da empregada.

Trata-se da representação das cargas psíquicas definidas enquanto desgosto, sentimento de escravidão, escondimento e vergonha, sentimento de inutilidade, stress, tristeza, melancolia, sentimento de vazio, nervosismo, tensão, revolta, desconfiança, decepção, humilhação, culpa, desespero, desvalorização e submissão, quase sempre

associadas às relações de trabalho com a patroa, veiculadas pela afetividade muito mais do que pela relação de contrato de trabalho ou pela exigência física da tarefa.

Representações relativas às cargas mecânicas praticamente não foram manifestadas, embora tenham sido feitas referências a acidentes de trabalho como cair da janela ao limpar os vidros, escorregar no piso durante a limpeza dos banheiros, torcer o pé, quando da ida à padaria.

Tendo tratado tais características até aqui, trataremos, no próximo capítulo, do impacto do trabalho doméstico sobre a reprodução do equilíbrio individual e das estratégias defensivas, como forma de equilibrar as tensões relativas a este tipo de trabalho.

IV CAPÍTULO

ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS: “EQUILIBRANDO” AS TENSÕES NO TRABALHO

Neste capítulo, analisamos o impacto das relações no trabalho doméstico sobre a reprodução do equilíbrio individual. Vimos que o processo de trabalho, representado como extensão do lar, construído dentro de relações ambíguas e ambivalentes, sem perspectiva de ascensão social, com precarização de sua condição, demandando grande esforço físico e psíquico, possibilita o surgimento de perturbações fisiológicas, físicas e psíquicas nas empregadas domésticas.

Verificaremos, de ora em diante, **primeiro**, se essas perturbações se traduzem em perda da capacidade efetiva e do potencial biológico e psíquico para o trabalho. **Segundo**, se elas se posicionam elaborando sua experiência por meio da construção de **tecnologias**, com simbolizações que permitam o acesso ao prazer, à saúde, e o quanto as frustrações das perspectivas poderão estar associadas a doença, produzindo tanto subordinação, como formas de resistência ao “sofrimento” e ao “peso” que a tarefa cotidiana impõe. Conforme já dissemos no capítulo III, em todas as falas observamos uma tendência de se pensar a identidade sexual como dada, associada a um determinismo biológico. E se, às vezes, uma pequena luz, durante as colocações das entrevistadas, nos leva a perceber o caráter cultural do gênero, enquanto identidade do homem e da mulher, determinada por condições sociais que explicam as relações estabelecidas entre ambos, mesmo assim, ele é ainda compreendido pela presença do biológico como fator explicativo da determinação dos sujeitos masculinos e femininos.

Sob este aspecto, parece ser natural que a diferença entre masculino e feminino se expresse na afirmação de que, de alguma forma, as distinções da natureza embasam biologicamente a identidade sexual.

Neste sentido, o gênero é visto como algo que justifica as diferenças para além do biológico, mas que mantém o sexo como referência explicativa. Aparentemente, essa visão a respeito do mundo e de si mesmas, poderia trazer certo grau de conformismo e de adequação aos papéis sociais que assumem e, como empregadas, quem sabe, diminuir a quantidade de sofrimento e do impacto sobre o equilíbrio individual.

O que se vê, porém, é que mesmo ao manterem o sexo como referência explicativa, caminhando em direção ao pensar que ser mulher é ser assim mesmo, ocorre

um confronto, ao se perceberem mulheres, mas diferentes de outras mulheres. E, mesmo sem terem consciência, ou melhor, sem terem explicitado, se nos aparece que, o que é construído sobre as mesmas bases biológicas ser mulher, enquanto sexo feminino, não tem o mesmo valor social e, o corpo, a vida, o status, a linguagem, a aparência, o modo de ser de uma mulher adquire significados culturais, sociais, econômicos e políticos extremamente diferentes, em se tratando de mulheres diferentes e desiguais; justificando, inclusive, a discriminação. Isto aparece, especialmente, quando estas mulheres tão desiguais estabelecem também relações sociais tão ambíguas e tão ambivalentes. Onde umas têm a possibilidade de ascensão social e acesso aos recursos econômicos, políticos e culturais e, outras, sofrem a precarização social, econômica, política e cultural. Estas dimensões, porém, não podem ser tomadas separadamente, elas só adquirem relevância pelo seu imbricamento, sendo que a ausência de uma delas, já limita e dificulta o exercício da cidadania plena. Estas, inseridas em relações de gênero, caracterizadas pela disparidade social, não se sentirão mulheres iguais a outras mulheres. Embora tenham os mesmos órgãos genitais, construirão significados diferenciados sobre eles e seu corpo. Significados que não lhe serão imputados por meio de uma abstração mental, mas a partir da experiência existencial, pautada por sua realidade de vida. A partir de então, acreditamos que estarão moldando sua personalidade, seu comportamento e suas representações, enquanto atitude diante da vida.

Em se tratando do surgimento de perturbações fisiológicas, físicas e psíquicas, no que se refere à perda da capacidade efetiva e do potencial biológico e psíquico para o trabalho, conforme já descrevemos no item III do capítulo III, são muitos os aspectos em que as dimensões de perturbação e perdas estão presentes.

O primeiro aspecto que se nos apresenta relativo à representação de carga psíquica, já ventilado em outros momentos, é o **da desigualdade na relação com o mesmo sexo**, de quem se espera amizade e reconhecimento, como possibilidade de superação do sofrimento e que, dificilmente, ou muito raramente, é encontrado. Uma vez frustrada essa expectativa, mergulha-se numa condição de perda relatada, na maioria das vezes, como necessidade de arrancar coragem de dentro de si, para continuar a viver e a trabalhar.

A fadiga presente em todas as falas constitui-se, igualmente, em manifestação de perda; é compreendida quase sempre como cansaço. Uma vez que este trabalho se apresenta dentro de padrões mercadológicos de estigmatização social, pautados pelas relações de gênero, ele traz á tona a consciência da sua quase impossibilidade de

mudança. Seja pelas razões externas aos indivíduos, acima citadas, seja porque a somatização desta condição já se coloca como impecilho para a mudança, uma vez que desencadeia um conjunto de valores e juízos, pondo em evidência características tidas como naturais ou, pelo menos, como “males” necessários. É Bourdieu (1990), quem nos ajuda a pensarmos sobre este aspecto quando refere que a somatização progressiva das relações fundamentais constitutivas da ordem social tem por resultado a instituição de duas naturezas diferentes, isto é, de dois sistemas de diferenças sociais naturalizadas, simultaneamente inscritas nas hexis corporais, sob a forma de duas classes opostas e complementares de posturas, formas de andar, gestos, etc.

O dominado não dispendo para pensar de outra coisa que não os instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominador, e que não são mais do que a forma incorporada das relações de dominação, passa a enxergar, sob esta ótica, sua condição de dominado. Sua libertação só é visualizada pelo auxílio beneplácito de quem o domina, o que não se dá, na maioria dos casos, gerando rupturas de expectativas e frustrações constantes. No nosso estudo, essa experiência, associada à memória presente de sua história laboral, sempre carregada de dificuldades, rompe a possibilidade da construção de perspectivas de mudança, possibilitando o surgimento do que chamamos de fadiga. Ou seja, perda do potencial biológico e psíquico para o trabalho. Trata-se de perda, não de término.

Encontramos, assim, freqüentemente nas falas expressões do tipo: *“Estou morta de cansaço”*. *“Não agüento Mais”*. *“Este trabalho é muito pesado”*. Embora essas expressões tenham a ver com cansaço físico, pareceu-nos que na maioria dos casos, elas se estendem para além dessa dimensão. Funcionam da mesma forma, como se esticássemos um elástico e o mantivéssemos sempre esticado, obrigando-o a cumprir sua função, assim estirado. Não conseguindo relaxar um pouco, certamente nos serviria durante algum tempo, mas perderia sua potencialidade gradativamente e mais rapidamente do que se estivesse em condições normais.

Essa fadiga, ao nosso ver, é resultante de agentes altamente estressores, provenientes tanto das relações de trabalho entre mulheres no âmbito do privado, quanto do conteúdo das tarefas e das poucas perspectivas que a sociedade atribui a esse tipo de trabalho, bloqueando as possibilidades de crescimento e forçando a uma adaptação do desejo à realidade, fazendo emergir, assim, um sofrimento patogênico.

Desse ponto de vista, só a visão de gênero, enquanto sexo masculino e feminino, sem considerar papéis culturalmente construídos a partir de diferentes concepções culturais de sexo biológico e papéis a ele atribuídos numa relação de trabalho específica, não daria conta de explicar os diferentes aspectos geradores da fadiga, inclusive do ponto de vista da possibilidade de uma estratégia de mudança social, a que chamamos de política de investimento estratégico. Os mesmos órgãos genitais nos identificam como fêmeas da mesma espécie, mas não como mulheres, pois, essa definição compreende cultura, economia, política, enfim sociedade.

Segundo **SELIGMAM, SILVA** “o trabalho, em diferentes circunstâncias, tanto poderá fortalecer a saúde mental, quanto levar a distúrbios que se expressarão coletivamente *em termos psicossociais e/ ou individuais em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas.*” (1994: 46).

Desse ponto de vista, outro aspecto gerador de perda da potencialidade para o trabalho, porque altamente frustrante, é a necessidade que a empregada tem de exercer um controle sobre o seu trabalho, o que nem sempre é possível porque, ou ocorre interferência imediata, ou posterior da parte da patroa. Isso dificulta a que esta assegure existência de sentido em suas tarefas pessoais dentro de uma relação com um todo significativo, o que poderia lhes ser dado se pudesse ser autônoma, se não se sentisse, como tantas vezes nos foi referido, como alguém que está fora do ninho, vigiada e culpada.

Antenadas para estas perspectivas psicossociais, o único sentido que é possível de ser construído é o da necessidade de manter o emprego para suprir a necessidade fundamental, da sobrevivência. Cava-se, então, um fosso entre a possibilidade de realização pessoal e o que efetivamente é experimentado enquanto expectativa de vida. Estabelecendo-se, a partir daí, uma perda efetiva das perspectivas, e um desgaste crescente das esperanças à medida em que estas se confrontam com a realidade do trabalho.

Os conflitos advindos já de uma história laboral que não lhes possibilitou outra opção) segundo elas, por razões associadas à pobreza familiar e dificuldades para estudar, se recolocam a cada vez que os níveis de estigmatização, dados pela sua condição de trabalho, são acirrados. Seja porque o olhar diminuído com que se vêem, acaba por determinar esse sentimento, seja porque, em sua condição, não se sentem com dignidade para contribuir de forma mais valorativa, manifestando suas opiniões sobre os fatos, sobre a vida da família, sobre seu trabalho. Concebendo-se apenas como

serviçais, vêem suas possibilidades de participação social extremamente reduzidas pelo limite de sua situação. E, ainda, porque sua subjetividade se reelabora em condições de gênero menosprezado.

Os sentimentos de paixão, os ressentimentos, também são responsáveis pelo desistímulo no trabalho. No fundo, eles parecem surgir diante do medo do abandono. Existe um risco real de , de alguma forma ser abandonada pelos patrões. Este risco corresponde, portanto, a um dos elementos concretos da realidade, e se presta a ofuscar as sensações e a clareza das idéias, gerando tensões nervosas tantas vezes descritas e que, certamente, só poderão resultar em perdas, em sofrimento e peso, palavras usadas freqüentemente. “ Um dia, eu fui trabalhar, e a gente sua muito, né? Aí, ela disse: oh! tu não sentiste um mau cheiro, ficou assim, bem perto de mim. Eu quase chorei. Ficou difícil, mas não podia chorar. Eu acho que é porque eu sou negra... ela é branca, assim como a senhora.” (entrevista nº 33, 24 anos, negra, não associada).

Ao lado dessas perdas, constituem-se perdas potenciais relativas ao adoecimento físico provocado pelos agentes físicos do trabalho, o calor e o frio, as condições de uso dos produtos de limpeza. São descritas perdas fisiológicas, provenientes da interação entre fatores internos e o corpo de cada uma. Dores nas costas, pernas, braços, pés, reumatismo, escoliose, bico de papagaio, dores musculares, pneumonias, artrites, problemas nos olhos, mãos e emagrecimento. “*Tenho muita dor nos ombros, canseira, tenho alergia à quiboa; esse trabalho adoecer, à noite não vejo a hora de me deitar*” (IDEM)

Atrás de cada uma dessas palavras insere-se uma experiência que, gradativamente, provoca uma erosão da vida. E, na maioria dos casos emerge que, para suportarem a carga de sofrimento, essas mulheres entregam-se ininterruptamente ao trabalho. Quanto maior for o sofrimento psíquico, maior o envolvimento com o trabalho, mesmo se às custas de grande esforço.

Há um elo insólito que parece associar, num destino comum, sua condição histórica laborai de mulher, e as condições em que o trabalho se desenvolve em relação ao processo saúde-doença.

Para Dejours “o sofrimento no trabalho articula dados relativos à história singular e dados relativos à situação atual, isto é, ele é inteiramente atravessado pela dimensão temporal. De fato ele se desdobra além do espaço, à medida em que o sofrimento, não só implica processos construídos no interior do espaço da fábrica, da empresa ou da organização, mas convoca de acréscimo processos

que se desenrolam fora da empresa, no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador.³⁷
(1987: 151)

Segundo ele, dois sofrimentos fundamentais são organizados atrás de dois sintomas: a insatisfação e ansiedade. A insatisfação com o trabalho não corresponde só ao conteúdo significativo do trabalho, nem ao seu conteúdo simbólico, mas existe paralelamente, na profissão, uma satisfação, em relação com o exercício do corpo, no sentido físico e nervoso. O ponto de impacto do sofrimento proveniente da inadequação do conteúdo ergonômico da tarefa às aptidões e às necessidades do trabalhador é, primeiro, o corpo e não o aparelho mental. A insatisfação com o conteúdo significativo da tarefa engendra um sofrimento, cujo ponto de impacto é, antes de tudo, mental em oposição ao sofrimento resultante do conteúdo ergonômico da tarefa. Este pode, no entanto, levar igualmente a doenças somáticas. A ansiedade no que diz respeito às relações de trabalho, que é o nosso caso, está associada aos laços humanos criados pela organização do trabalho com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com outros trabalhadores (nós as entendemos como todos os laços humanos relações com a patroa, patrão e crianças, com outras empregadas, ou faxineiras), às vezes desagradáveis e até insuportáveis, como a apropriação do espaço, o jogo de sedução, a punição que se interpõe durante a convivência, e a presença de mais de uma empregada. A cara feia da patroa é relatada, muitas vezes, como ação desestimulante e que as mantém como dizem: “para baixo”. Estar para baixo é perder a capacidade de reação, agir sem energia durante o trabalho, render menos, ter mais cansaço, findo o dia.

Seguindo o raciocínio do mesmo autor o equilíbrio seria o resultado de uma “regulação” que requer **estratégias defensivas como defesas individuais ou coletivas especiais**, elaboradas pelos próprios trabalhadores, visto que não são dados naturais. São antes, o indício de uma luta contra a doença mental. A normalidade conquistada e conservada pela força é ao contrário internamente permeada pelo sofrimento. “o sofrimento é, então definido como o espaço de luta que cobre o campo situado, entre de um lado, o “bem estar” (para retomar aqui o termo consagrado pela definição de saúde fornecida pela OMS) e, de outro, a doença mental e ou a loucura.” (IBIDEM, 1987:153).

As estratégias defensivas, Dejours chamou de defesas coletivas e ideologias defensivas “(...) o que caracteriza a ideologia defensiva é o fato dela ser dirigida, não contra uma

37 Texto original: Nouveau Regard Sur la Souffrance Humaine dans les Organizações. Tradução e Adaptação: Aracy Martins Rodrigues,

angústia proveniente de conflitos intra-psíquicos de natureza mental, e sim ser destinada a lutar contra um perigo e um risco reais” (Dejours, Op. Cit., p.36).

Uma ideologia defensiva visa, em **primeiro** lugar, mascarar, conter e ocultar uma ansiedade grave. Em **segundo** lugar, é a nível da ideologia defensiva, enquanto mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, que devemos procurar uma especificidade. A ideologia defensiva da vergonha (a título de ilustração) resulta, por um lado, da população que participa na elaboração, por outro lado, da natureza da ansiedade a conter. Em **terceiro** lugar, o que caracteriza uma ideologia defensiva é o fato dela ser dirigida, não contra uma angústia proveniente de conflitos intra-psíquicos de natureza mental, e sim, ser destinada a lutar contra um perigo e riscos reais. Em **quarto** lugar, a ideologia defensiva, para ser operatória, deve obter a participação dos interessados. Em **quinto** lugar, deve ser dotada de certa coerência e, **por último**, tem sempre caráter vital, fundamental, necessário.

Em nosso estudo, as **estratégias defensivas** aparecem diretamente articuladas e decorrentes da organização do trabalho compreendida como a divisão das tarefas; ou melhor, às atribuições de papéis e estilos de vida cabíveis à mulher empregada doméstica e às relações que compreendem hierarquias, comandos e submissões prioritariamente, entre mulheres. Mesmo que não encontremos, neste caso, um coletivo de trabalhadores no mesmo local de trabalho, essas mulheres constroem uma rede de relações entre si, sobretudo as da Associação Santa Zita, que lhes permite, aprender formas de se portar diante do sofrimento. Fato este que nos leva à mantê-las, também, articuladas ao eixo comum, o qual temos procurado seguir: as relações de trabalho na perspectiva de gênero.

A partir daqui, trataremos do que chamamos, em nosso projeto inicial e no início de nosso capítulo, de tecnologia com simbolizações, que permitam o acesso ao prazer, à saúde e o quanto as frustrações das perspectivas poderão estar associadas à doença, produzindo tanto subordinação, como formas de resistência ao “sofrimento” e ao “Peso” que a tarefa cotidiana impõe.

Estratégias Defensivas

Conforme descrevemos no capítulo III, a idéia de sofrimento acompanha toda a trajetória profissional dessas mulheres, não obstante, ser este, o emprego doméstico uma

fonte de renda para a família, ou para a mulher trabalhadora. Da mesma forma que trabalhar se apresenta como algo altamente perigoso, não trabalhar é igualmente perigoso. Poderá estar associado à preguiça “Não trabalhar é vergonhoso, dizem que a gente é preguiçosa”. Ou, então, poderá ser concebido enquanto incapacidade, o que nos reporta a um interior cheio de sentimentos de desvalorização. Ou, ainda, estará associado à passividade diante dos sofrimentos, das dificuldades, ou, que é quase a mesma coisa que vagabundagem, falta de vontade de trabalhar. Importante observar que essa concepção perpassa o mundo dos pobres e raramente, ou nunca, é encontrada nas classes mais abastadas. **Trabalhar sempre, mesmo que o conteúdo das tarefas e as relações humanas ataquem o bom funcionamento mental é fundamental.** Trata-se de uma defesa contra a idéia de que, não ter o que fazer, as levaria à absoluta miséria. E, também, contra a cobrança que a sociedade impõe.

Inúmeros estudos vêm apontando, nos últimos anos, que o fato de não trabalhar, de não ter atividades, pode engendrar doenças. Seligmann-Silva se reporta, por exemplo, a várias pesquisas que analisam os aspectos psicossociais relacionados com os reflexos do desemprego sobre a saúde coletiva. Igualmente, nos conduz a refletirmos sobre o risco de suicídio nas situações de desemprego e sobre a recessão e a psicopatologia do desemprego no Brasil.(1993)³⁸

Na fala de nossas entrevistadas há, em alguns momentos, uma dificuldade em apresentar a interrelação entre trabalho e processo saúde-doença. Talvez, porque, como já foi explicitado no capítulo III, existe uma dificuldade em reconhecer a doença. Ela precisa ser domesticada, contida, controlada. Sendo reconhecidas somente aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes, que já não podem ser escondidos. É preciso, para que haja seu reconhecimento, resignar-se a consultar um médico, e que a doença tenha atingido uma gravidade tal, capaz de impedir a continuidade da atividade profissional.

Quando se trata do grupo entrevistado são várias as estratégias defensivas, construídas tanto em relação aos membros da Associação Santa Zita, quanto das demais empregadas domésticas. Segundo **DEJOURS**, as ideologias defensivas são desenvolvidas pelos trabalhadores para tornar suportável e possível a sua permanência em situações perigosas de trabalho. Sejam elas individuais (como é o caso do alcoolismo), sejam elas, coletivas (como é o caso do medo ou da vergonha).

38 Artigo intitulado Psicopatologia da Recessão e do Desemprego, publicado na Revista Travesia, ano VI, número 16, maio/agosto, 1993.

A partir daqui, construiremos um quadro de como entendemos que essas estratégias aparecem durante as falas das entrevistadas e de como elas se constituem ao longo desta relação de trabalho. Trata-se, portanto, de uma interpretação, a partir do que nos foi dito durante as entrevistas.

1. Em relação ao grupo da Associação Santa Zita, entendemos que, diante da tecnologia de verdade, que divide trabalhos em socialmente relevantes e socialmente irrelevantes, (não a partir das necessidades, mas do status que podem propiciar). **Aceitá-los como dignos se feitos com amor**, corresponde a uma estratégia defensiva, permitindo adequação ao sofrimento, embora em nada contribuindo para a mudança estrutural efetiva.

Diante do sofrimento sempre evidente, a dor da marginalidade é amenizada se o trabalho pode ser concebido como digno. Fazer por amor se transforma numa virtude a ser cultivada e alcançada. Distintivo de saber sofrer, como diria **MELTHUS**

“Parece que para las mujeres, el sufrimiento es una virtud esencialmente femenina, y como tal refleja la experiencia de la vida de una mujer, casi diría que el sufrimiento es esencialmente una virtud femenina. Refeja una cualidade femenina considerada como buena e meritoria.” (1990: 40)

É claro que, neste caso, não se trata de sociedades indígenas ou mestiças. Mas, a idéia de fazer por amor implica, em tal situação, em saber sofrer. Implica em virtude a ser vivida diante dos desconfortos, das contradições e preocupações do trabalho. Constitui-se, por isso, em força e poder que, revigorando a vida, permite à empregada doméstica ser percebida como alguém que cultiva uma conduta moralmente boa, legitimada como correta para a mulher. Juntamente com esta lógica há um modelo teológico centralizado em verdades de fé, mesmo que dogmatizadas, e papéis demarcados por microprocessos políticos, interessantes a uma determinada sociedade almejadora da ordem e da paz.

É preciso dizer que, entre os membros da Associação, Santa Zita é representada como modelo a ser seguido, e tanto, durante as reuniões nas quais estivemos presentes, como em celebrações litúrgicas, são reforçadas posturas teológicas sobre a debilidade do espírito e as formas de combatê-las.

Mas, a teoria da natureza humana não é a única abordada. Reforçam-se, também, valores relativos ao trabalho de quem é Zita. Ao contrário do mundo competitivo, onde salário e prestígio contam em primeiro plano, quem é Zita deve se deixar sustentar pelo amor.

Quem segue este modelo, nunca deve omitir suas obrigações, encontrando nos trabalhos mais humildes a possibilidade de perfeição. A partir desse ideal a ser seguido, o

modelo de mulher para os membros da Associação Santa Zita apresenta múltiplos desafios, ao mesmo tempo em que permite uma identificação como grupo, construindo uma valorização positiva de si mesmas.

Por outro lado, a postura externa, durante as reuniões, traz um significado intrínseco de um estilo de ser que lhe foi imputado, ao longo do seu tempo. Sua subjetividade é construída e reconstruída, a fim de que se sintam submissas, dependentes. Constituída, vivenciada e sentida, circunstanciada e expressada o tempo todo como inferior. Uma inferioridade que se apresenta na postura corporal, meio que inclinada, cabeça baixa, cuidadosas das palavras, tímidas e temerosas de se manifestarem. Postura de obediência às normas, mas de revolta interna, pelo sentimento de inferiorização crescente. Sentimento de dor, que se acirra, quando falam do seu trabalho, no qual elas se sentem administradoras de um patrimônio que não lhes pertence. Elas próprias patrimônio, mas nunca efetivamente membros da casa. Apenas corpo: braços, mãos, pés para manter aquilo que não lhes pertence.

Fazer por amor, então, é entrecruzado, também, por sentimentos de indiferença e do sentido amargo da realidade. Isto é constatado quando, durante as reuniões, aparecem por meio das interações entre seus membros, tanto atitudes construtivas, num esforço comum para que o ambiente apareça como normal, mesmo quando há desacordos. Ao mesmo tempo em que se observa uma atitude de desatenção, cortes, quando discordam do que está sendo dito e agem como se não tivessem nem visto, nem ouvido, demonstrando interesse pelas interações verbais, mas, não se deixando envolver por elas. Mantendo a “compostura”, mesmo quando a presidente age de forma extremada e autoritária, exigindo, por exemplo, que todas permaneçam em seus lugares, ou que não mexam na disposição das cadeiras. Ocultam saberem que estão sendo observadas. E fazem todo um trabalho sutil de incluir ironias no discurso, muitas vezes depreciando, negativamente, as técnicas: oração, missa, presença nas reuniões que lhe são propostas como modelo a ser seguido.

Fazer por amor constitui-se numa ideologia defensiva porque implica num envolvimento incondicional a uma causa, ou missão, (assim é entendido esse trabalho pela maioria). E permite que seu reverso, uma atitude de indiferença diante do senso de realidade possa ser construída, na medida em que importa muito mais fazer o certo diante de Deus, do que dos outros. Os outros podem receber somente um apreço aparente e isso não implica em infidelidade a Deus, quando em situações de sofrimento se faz necessário manter somente a aparência, ou quando discordamos, mas não

podemos manifestar discordância, o que acontece no caso de grande parte das entrevistadas. Experiência vivida tanto nas dimensões do trabalho, quanto durante as reuniões.

Enquanto estivemos presentes nas reuniões, tornou-se possível observar momentos em que se misturavam comunicações verbais e não verbais, aspectos mais fugazes e informais da realidade, das mais heterogêneas possíveis e, até situações normativas, manifestadas, sobretudo, diante das transgressões ou infringimentos das regras estabelecidas.

Nessas ocasiões, a importância das regras aparecia de modo mais evidente por causa de sua violação e as interações tinham conseqüências menos amenizadas. Aspecto não perceptível quando as regras eram observadas e a adesão entre elas era marcada pela regularidade e normalidade. Por exemplo, durante a campanha política, os candidatos, sobretudo, os da Angela Amim, vieram, por várias vezes, nas reuniões da Associação. A presidente tentava, pela força das palavras, convencer os membros da importância de receber bem à todos. Às mulheres baixavam a cabeça, evidenciando de que algo, por ali, estava sendo violado.

Segue-se parte do discurso e da forma como o “teatro” era montado, para que possamos compreender, à luz dos fatos, sobre o que falamos. A presidente pede aos membros, em tom brusco, que deixem todas as cadeiras nos seus devidos lugares, umas atrás das outras. Que todas se sentem e permaneçam em silêncio, para que não se transmita um ar de desordem e bagunça. Afinal, diz ela: *“somos todas mulheres e devemos primar pela ordem e respeito, é importante que acolhamos à todos, é um dever; quanto ao voto, é secreto, lá na uma fazemos o que queremos”*.

Diante dessa última fala, o grupo dá uma respirada profunda, como se a válvula de uma panela de pressão estivesse se abrindo um pouco para sair parte do seu vapor. Alguns membros se olham em busca de apoio mútuo, contra uma suposta verdade que a “presidente” quer lhes comunicar. Cada uma das partes adorna uma representação com os mais reconhecidos valores.

A presidente alega: “precisamos tratar bem a todos” e “necessitamos demonstrar apoio, porque vamos precisar desses políticos para colocar de pé a sede da Associação”. As associadas, por sua vez, “engolem a saliva”, riem entre si, ficam imóveis, abaixam a cabeça. Aproveitam-se de cada vez que a presidente se distraí um pouco, para falar algo em meio tom com sua vizinha. Cremos que Goffman nos ajuda a compreender esse tipo de posição.

“Tanto no caso de que um ator honrado deseje comunicar sua verdade, como no caso de um impostor que deseje comunicar uma mentira, ambos devem adornar suas representações com

expressões mais apropriadas, excluir aquelas que poderiam descreditar as impressões que se pretende produzir e ter o cuidado que o público não lhes atribua significados que não coincidam com o que transmitem". (GOFFMAN, APUD, WOLF, 1979:24)

Uma vez montado o "palco", Angela Amin improvisa um breve discurso, rememorando tempos anteriores em que já havia estado na sede da associação e demonstrando seu desejo em ajudar. Quando o candidato a vereador, Michel Ihe pediu ajuda para construir a sede da Associação, ela disse: "*a Associação é importante como abrigo para as empregadas domésticas que trabalham em nossas casas*", agiu com normalidade total, transferindo à Associação toda a responsabilidade sobre a vida dessas mulheres, cujas relações de trabalho não lhe permitiram, ao longo do tempo, autonomia bastante para se auto-administrarem e terem vida própria, necessitando, após anos de trabalho, morar num "abrigo coletivo", já que algumas ocupam quartos na sede da mesma.

Estabelece-se, nesse momento, a comunicação de uma "mentira", mas que passa por verdade, visto que, também na cabeça das associadas esta instituição, é imaginada como a solução de moradia diante de eventuais dificuldades no emprego, ou em suas famílias, ou em caso de doenças, embora isso, efetivamente, encontre dificuldades em se concretizar porque o espaço físico é reduzido e as mais antigas da casa permaneceram lá por não terem para onde ir.

Sobre esse imaginário, constrói-se toda uma produção de aparências e, representações que não correspondem necessariamente à realidade do grupo. Não resta escolha quando se está sentada numa cadeira, "impedida" pela lógica hierarquizada e centralizada das reuniões, de expressar opinião, livremente. E quando, sobretudo, esse espaço pode, a qualquer momento, servir de palco a qualquer um que promete benefícios. Desse ponto de vista, a Associação estabelece toda uma rede de relações em torno de suas necessidades e justifica que é necessário pedir à Igreja, aos políticos, aos órgãos públicos, porque ela é pobre e sem recursos. A presidente reforça sempre, em seu discurso, que ela tem aberto muitos caminhos, tem se aproximado das autoridades, permanecido horas nas filas das secretarias das prefeituras, rezado muito, porque a oração é sua melhor arma. Insiste que tudo ela faz por amor, por dedicação e que cada membro deveria fazer o mesmo, sem jamais se esquecer de que todas deveriam colaborar sempre, principalmente as que moram na casa.

As associadas acabam por desenvolver uma atitude de aparente acolhida, para que não sejam acusadas de estragar tudo. Elas interagem concordando porque são Zita, embora mantenham uma profunda indiferença expressada posteriormente. Ao término da reunião, fazem comentários discordantes ou, simplesmente, voltam para seus

trabalhos até a reunião seguinte e pouco, de fato, se envolvem nas possíveis atividades, em se tratando de angariar recursos financeiros. Nesse emaranhado de gestos e sentimentos e de frágeis regras, emerge ainda um indestrutível sentimento de realidade, que é manifestado, pelo que já chamamos de comunicação não verbal, revelando desacordos com quem fala lá da frente (presidente, padre, visita), às vezes, entre si e, ao mesmo tempo fazem-se alianças que se dão por meio de olhares, de piscadas e cutucões, trocados à surdina e, da certeza que cada uma tem em si de que é membro mais antigo e, portanto, com mais direitos do que a presidente.

O grupo demonstra estar envolvido nas interações verbais sem estar o tempo todo absorto nelas. Os sentimentos de orgulho, dignidade, desconcerto, indiferença e reserva, encobrimento da valorização que fazem do outro, aparecem seguidamente. São trazidas à memória as confusões das pessoas que estão ausentes, os descaminhos da instituição. Todas se dão conta de que estão sendo observadas, se chegam tarde, se saem cedo, se falam durante as reuniões, se foram à missa, se receberam missa de aniversário, se fulana ou beltrana está bem ou mal vestida. Fazem enunciados irônicos sobre as roupas chiques de um dos membros. "Quem essa pensa que é, para andar assim, para chegar tarde em toda reunião?" Estas posturas de certa forma lhes permitem um desprezar as emoções e o cansaço, ao mesmo tempo em que constroem redes de interações, apoios mútuos e trocas de impressões bastante úteis na manutenção do equilíbrio mental.

Sentem-se orgulhosas quando o padre num dia de reunião, diz: "O chão está muito bonito, quem passou cera aqui? Logo se vê que é casa de mulher, por isso, está bonito. Também se não estivesse bonito seria vergonhoso porque só tem mulher aqui". *E, por outro lado, sentem-se culpadas, porque são feitas culpadas pelo desvelar de sua atitude de estar, mas não ser como aprazeria ser.* "Toda Zita vai à missa de Santa Zita, reza e Lê a bíblia diariamente, confia em Deus e trata bem a todos." *"Quem nos observa deverá enxergar em nós uma Zita e não uma imagem profanada daquela que se santificou como empregada doméstica. Nossa imagem deverá ser um exercício de imitação de suas grandes virtudes, levando em conta que nossos atos serão sempre uma evocação e uma cerimônia, um rito de reconhecimentos e louvor àquela que, por sua dedicação, imitou a Cristo e se santificou."*

2. A culpa constitui-se em outra estratégia defensiva e, mantendo-as pressas psicologicamente, permite uma identificação grupal e, lhes desperta o desejo de purificação, servindo como exercício de superação do presente. Segundo aquisição da Psiquiatria e da Psicossomática, o que faz as pessoas viverem é, antes de tudo, o desejo. *"O verdadeiro perigo existe quando não há mais desejo, quando ele não é mais possível. Então, tudo*

*se torna muito incômodo, e é aí que as pessoas vão muito mal. Quando o desejo não é mais possível, temos, o que se chama, “uma depressão”*³⁹

3. Outra estratégia defensiva coletiva⁴⁰ se apresenta na **transferência do preconceito social para um passado remoto próximo**. Muitas vezes, durante as falas, ao se referirem ao sofrimento provocado pelo emprego doméstico, finalizavam, dizendo: “Agora não é mais assim.” “No passado, já foi pior”, num jogo de linguagem capaz de lhes criar uma imagem invertida da realidade que é dura de ser vivida. Criam uma representação para que possam ultrapassar seu presente na utopia de um futuro melhor e por outro lado, permanecem com um pé na realidade que as faz sofrer.

“Empregada doméstica não era bem vista. Hoje, ela tem mais valor. Mas precisaria ainda ser mais reconhecida diante da lei. Por exemplo, ter Fundo de Garantia, as pessoas não valorizam quem não tem.” (Entrevista nº 7, branca, 52 anos, 32 como empregada doméstica, associada).

4. *Ainda, a transferência do preconceito para questões jurídicas*, parece doer menos porque, nesse caso, transformam-se em vítimas e, **ser vítima é uma forma de se defender**. Permite como que um escondimento de que há um preconceito introjetado, relativo a profissão e que é difícil de ser digerido. O suporte “fazer por amor” está, nesta dimensão também altamente imbricado; ele permite fugir do preconceito social: sou eu que valorizo minha profissão, quando eu faço por amor. Quando não consigo olhar nesta direção, então, transfiro as responsabilidades para questões jurídicas, eximindo-me das responsabilidades pessoais.

La Boétie nos ajuda a compreender a sutileza deste procedimento.

“Se estas são as condições de sobrevivência, decorrentes delas são as estratégias de sobrevivência. Desse modo, os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e não pensam ter outro direito que o que encontraram natural a condição do seu nascimento.” (1982:20)

Não se trata de uma simples e equivocada postura de passividade, mas de um aprendizado longo, que é também pautado por razões econômicas, sociais e políticas, sobre isso nos diz Moffatt “a beneficência consagra os dois papéis, os ricos e os pobres, e cumpre duas funções no sistema de poder, ao rico permite reduzir seu sentimento de culpa pela exploração o

39 Palestra sob o título: Por Um Novo Conceito de Saúde, proferida por Christophe Dejourn, médico do trabalho, psiquiatra, psicanalista do Centro Hospitalar D'Orsay, na Federação de Metalurgia da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), 1986.

que submete o pobre e ao pobre o confunde, dificultando-lhe localizar quem lhe tira o produto do seu trabalho.” (1981:58).

5. Aspecto igualmente importante é o **escondimento do seu corpo**. Ele é aceito no silêncio dos órgãos, e é aceito se é trabalhador. Zilda diz que tem dores nos braços, nas pernas, nos pés e nas costas, mas não gosta de ir ao médico, enfrentar filas, só vai quando não agüenta mais. Por trás desta postura há, em nosso entender, uma estratégia defensiva, a vergonha de parar de trabalhar, expressa nesta frase: “gosto de ser pontual”. O trabalho é profundamente atravessado pela questão da doença. Não ligar para a doença não visa esconder a doença em si, mas esconder que tem um impedimento para trabalhar. É necessário fazê-la calar-se para que não exija procurar um médico, o que obrigará a perder muito tempo de trabalho em longas e cansativas filas. A maioria não sabe definir o seu corpo e, quando se reportam ao corpo de mulher, então, passam a defini-lo como corpo capaz de dar à luz, ou seja, pelo padrão biológico reprodutivo.

“Ser mulher é uma coisa muito importante, muito boa, porque só em poder dar à luz, acho que é uma coisa tão maravilhosa que só sendo mulher mesmo. Embora a sociedade trate a mulher como inferior.” (entrevista, nº 8 negra, associada, 36 anos de idade, 14 como empregada doméstica).

6. Ainda, a idéia de que poderá **receber amizade, amor, reconhecimento se transforma numa estratégia defensiva de superação das dificuldades**, na medida em que desenvolve uma atitude de espera positiva, mesmo que em detrimento do físico que padece. É melhor não faltar, ser pontual, para ganhar confiança da parte da patroa.

“Quando a patroa aborrece, perturba, é terrível, a gente fica prá baixo, é mais complicado”. “Os problemas se agravam se a relação não é boa. Sou uma pessoa muito sensível, me aborreço fácil.” “Se a patroa é amiga é muito bom, se ela escuta a gente, dá uma segurança maior.” “A gente só tem ela, se ela é só patroa é difícil, vira carrasco, fica pesado. A minha é amiga, e eu faço tudo, não deixo para amanhã o que posso fazer hoje.” (IDEM).

7. **Serviço honesto** é uma estratégia de defesa presente em todas as falas, tanto das associadas, quanto das outras. A lógica binária serviço honesto e serviço desonesto se apresenta como complementar e contraditória. Complementar, na medida em que serviço honesto e/ou desonesto são efetivamente associados não como oposições, entre verdade e mentira. Mas reporta-nos à idéia de estigma social. Honesto é algo de

40 Entenda-se estratégia coletiva, aqui não com a mesma conotação que DEJOURS lhes dá, enquanto atitude ou ação desenvolvida por um grupo de trabalhadores no seu local de trabalho, mas como estratégia comum ao grupo das entrevistadas, mesmo que em locais de trabalho variados.

conteúdo positivado, reconhecido, associado ao bom, ao desejável. Desonesto é algo não reconhecido, não valorizado, sem status, sem valor. Desprezado pela sociedade, que sequer tem peso moral para ser punido, porque não insere em si uma culpa, não insere em si uma atitude enganosa, com conteúdo passível de ser punido. O desonesto pode ser punido, o desprezado não. O desprezado sofre a vergonha, o não reconhecimento, a marginalidade, que indiretamente, pode sugerir punição social, por não ser do mesmo padrão, que a sociedade, no seu liberalismo diz proporcionar a todos. Igualdade de oportunidades, por exemplo, e que, neste caso, não teriam sido aproveitadas da mesma forma, como foram aproveitadas por outros tantos, os quais subiram na vida. Então, a punição vem em forma de desprezo para os incapazes. Diferente seria se se tratasse de uma atitude desonesta, porque haveria uma lei para classificar, quantificar e punir esse comportamento. Contraditórios, na medida em que todas afirmam ser este um trabalho honesto, mas que é tratado como se não fosse. Confunde-se, igualmente serviço desonesto com serviço desprezado.

“As pessoas têm vergonha, dizem: eu vou estudar porque não quero mais ser empregada doméstica. Quando a gente está com algumas elas dizem que, muitas vezes, ao chegar perto da casa da patroa, falam que é a casa de um parente, de um tio, ou tia, têm vergonha da profissão.” (entrevista nº 1, negra, associada).

A necessidade de afirmar constantemente que se trata de serviço honesto está, ao nosso ver, associada ao conteúdo carregado de desvalorização, perspassante de todas as falas. Uma delas diz, durante uma reunião: “tem gente que ainda pensa que, porque a gente é empregada, pode tratar a gente como escrava.” Outra disse: “valorizar a patroa como ela valoriza a gente, empregado não é criado.” Essas falas, ao nosso ver, como já temos dito reiteradas vezes, e como tratado por outras autoras, (Irigaray, 1987) não é neutra. Carrega a estigmatização que formata papéis, delegando à empregada uma ordem complementar inferiorizada.

Algumas, em função de ser sujeito da própria dominação, complementam a idéia de serviço honesto, dedicando-se à família dos outros, assumida como sua própria família; compensam, por um lado, a própria solidão, assumindo a atitude de mãezona. E, por outro lado, constróem um jeito de ser que as faz submissas, por causa da esperança de encontrar, na família alheia, a sua própria família, abrindo mão de sua vida afetiva e econômica. Aqui, certamente, encontramos de forma mais explícita uma tecnologia de verdade para usar um termo foucaultiano. Ou para lembrar **Guattari**

“ A subjetividade não é fabricada através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas inconscientes’, mas também nas grandes máquinas sociais, mas mediáticas, linguísticas

que não podem ser qualificadas de humanas... de uma maneira mais geral, dever-se-à admitir que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatólogicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e pulsões. "(1992:11).

8. Abrir mão da própria afetividade, é, igualmente ao nosso ve, uma forma de se defender contra possíveis transtornos que a relação de trabalho poderia lhes causar e, nesse sentido, parece-nos bastante ilustrativa a fala da entrevista nº 8.

"As empregadas que têm mais de 40 anos de casa, 50 anos, são mais submissas. As que são bem mais novas que eu assim. Eu tenho 35 anos, mas eu conheço muitas de 22, de 20, elas estouram na hora, elas mudam de emprego. A patroa diz uma coisa, se elas acham que não está bom, elas vão embora, não ficam. E essas que têm 40 anos de casa elas vêem agüentando desaforos, cara feia há anos. Principalmente, antigamente que era mais difícil. Olha eu vou cuidar da sua filha, sua filha não vai sair, eu acho que era assim. As mães diziam olha, a senhora está levando uma mocinha prá dentro da sua casa. Minha filha é virgem, então... eu estranho muito uma mulher de 40, 50, 60 anos, ainda virgem. Arrumar namorado, não precisa arrumar namorado prá casar. Mas, assim, prá sair, ter um relacionamento com um homem, essas coisas que acontecem e, prá quem mora na casa dos patrões é ainda mais difícil, antigamente era. Se você entrevista quem tem 2 ou 3 anos de casa, você vai ver que são completamente diferentes, as coisas que elas vão falar. Essas de 40 anos, elas nunca transaram, eu achei engraçado. O que tu fazes no fim de semana? Eu vou a missa, vou numa festinha, festinha de Igreja. Ou vou viajar, aqui se viaja muito. E baile? Ah, eu não vou a baile, não gosto de baile. Domingo, ir à missa das seis horas, acho tão engraçado, porque não sou acostumada a isso. Isso é uma coisa de antigamente, as mães entregarem suas filhas ao patrão, e o patrão já moldava do jeito que queria. Olha num sai, porque tua mãe disse que não era prá sair. Eles também aproveitavam para tirar uma casquinha. A Igreja passava prá elas que elas tinham que casar virgem e o patrão passava que elas não podiam sair com namorado. Então ficava naquela coisa. Também elas trabalhavam no domingo, aí na hora da folga é o horário da missa, chega da missa é hora da janta, então eu acho que é por aí."

Nessa relação como já ventilamos no capítulo II, se estabelece o que **FOUCAULT**, ao se referir à articulação existente entre poder e sexo, chama de ciclo da interdição: *"Não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo; que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a ameaça, um castigo, que nada mais é do que sua supressão. Renuncia a ti mesmo sob a pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas existências. Os discursos verdadeiros funcionam como regimes de verdade que provocam efeitos regulares de poder em virtude dos auto-sacrifícios que exigem em nome da verdade e o status que eles concedem aos que são encarregados de enunciá-los. O discursos verdadeiros liberados pela natureza de sua forma de poder são incapazes de admitir a vontade de verdade, tendo-se imposto a nós, por tanto tempo, e tal, que se a verdade que ele busca revelar, só pode mascará-la." (Foucault, 1988:.81).*

9. Puxar o saco, apresenta-se em vários casos como uma ideologia defensiva.

Uma delas explica assim: *“vou te explicar o que é o ‘puxa saco’. É quando a gente trabalha duas pessoas na mesma casa. Duas pessoas trabalham juntas. Aí, tu vais ver o que é o famoso puxa saco; é uma entregar à outra, uma querer ser mais do que a outra, uma querer ver a outra ferrada, uma querer agradecer mais do que a outra.”* (entrevista 8, 34 anos, negra, associada).

Ao nosso ver, esse comportamento é mais do que reflexo da introjeção de uma forma de dominação. É uma forma de garantir-se ilesa contra possíveis tensões advindas da relação entre empregadas e, especialmente, na maioria das falas, entre empregadas e faxineiras. Uma vez que a empregada, motivada pelos valores sociais, busca o reconhecimento, ou um espaço que seja seu, ou uma relação onde possa sentir que é amada pelo que faz, mesmo que seja para assegurar ilusões necessárias à manutenção da sua vida, como segurança, certeza de que é útil, de que é capaz de fazer sua atividade com perfeição, precisa se sentir livre de possíveis ameaças.

A outra, representa uma ameaça em potencial, que poderá, não apenas interferir no seu jeito de trabalhar como, de alguma forma convencer a patroa de que é melhor do que ela, garantindo, assim, seu trabalho, os afetos, os reconhecimentos da patroa e, eventualmente, aproveitando os benefícios advindos desta relação. Não se trata de um comportamento exercido, assim, por “desvirtuamento pessoal”. Mas, constitui-se, ao nosso ver, numa tecnologia da verdade: ser boa empregada é **agradar o patrão**, e se ele se interessa por ela, se lhe presta algum tipo de benefício, é sinal de que é bom, mas é, sobretudo, a certeza de que está agradando, por isso, pode ter esperança de minorar o sofrimento desta relação, o que acaba por se transformar, concomitantemente, em uma ideologia defensiva.

10. Igualmente, nos parece que uma **atitude de espera** sempre presente no cotidiano dessas mulheres constitui-se em verdadeira tecnologia de defesa, visto que transferem sempre para depois a possibilidade de serem felizes, de fazerem algo diferente, dando maior fôlego para si mesmas, do que se constatassem imediatamente que esse trabalho não lhes deixa muitas escolhas.. Enquanto trabalham, esperam pelo dia em que a vida possa se apresentar melhor para si, para suas companheiras, continuam trabalhando diariamente, sem acrescentar às suas ações, outras que visem solucionar esses problemas, a não ser contar as horas para voltarem às suas casas e esquecê-los

ou, no caso das que moram em seus empregos, esperar que um dia possam ter vida própria.

Sob o ponto de vista individual, algumas modificam suas ações, alterando as situações, exclusivamente para cada uma delas. Seja, através da procura de uma nova casa, o que, normalmente, é motivado pelo desejo de ter uma nova patroa, supostamente melhor do que a atual. (Atitude presente em todas as falas, associadas ou não). Ou através da procura de outras colocações no mercado de trabalho, fazendo cursinhos que possam possibilitar isso. Visto que a escolaridade, conforme já dito no capítulo I, se apresenta em todas as falas como um impecilho à ascensão social e é motivo justificador do ingresso destas mulheres nesta forma de atividade profissional, ao mesmo tempo em que justifica sua ausência e o não acesso às demais atividades mais qualificadas, visto que a realidade liga esses dois fatores; trabalho doméstico e escolaridade. No discurso das interlocutoras, ter estudado, significa poder ter mobilidade social, embora, para um grupo mais reduzido, a mobilidade esteja muito mais ligada à "sina", "destino".

11. Ainda, a negação da identidade social é um fato corriqueiro na vida dessas mulheres. Recusarem-se a se ver como domésticas tem essa justificativa, esse significado. Doméstica e mulher, na relação afetiva, no namoro, são termos que não podem estar juntos. A relação é interrompida ou deturpada no momento em que o homem toma conhecimento da atividade profissional por elas exercidas. O estigma social da trabalhadora doméstica deve incluir o pressuposto de que "aceitar a atividade profissional, significa assumir e ser capaz de conviver com preconceitos sociais incorporados nesta atividade.

12. A vergonha funciona como forma de isolar a discriminação, sendo transformada, por isso, em mecanismo de resistência. E, por outro lado, impede a manifestação de solidariedade dos demais. Elias Norbert (1994), nos diz que o sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que, automaticamente, se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo da degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge, caracteristicamente, nas ocasiões em que a pessoa receia cair em uma situação de inferioridade; não pode evitar esse perigo, nem por meios físicos diretos, nem por qualquer forma de ataque.

Essa impotência diante da superioridade dos outros, essa fragilidade diante deles, não surge diretamente da ameaça de superioridade física que os demais realmente representem, embora, sem dúvida, tenha suas origens numa compulsão física, na inferioridade corporal da criança frente aos pais ou mestres.

Nos adultos, porém, a impotência resulta do fato de que as pessoas cuja superioridade se teme, estão de acordo com o próprio superego da pessoa, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outro de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. De conformidade com isso, a ansiedade que denominamos de “vergonha” é profundamente velada à vista dos outros.

A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente, fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com as pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor de sua consciência, mediante o qual controla a si mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e o respeito dos demais, a quem atribui, ou atribuiu valor. A atitude dentro dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si, que ele, automaticamente, adota em relação a si mesmo. E é isso o que o torna tão impotente diante dos gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo.... A tensão interna, a agitação que surge em todos os casos em que a pessoa se sente compelida a escapar desse espaço fechado, ou quando já fez isso, varia em força, de acordo com a gravidade da proibição social e o grau de autocontrole.⁴¹ (O que observamos, no contexto geral, é que esse mecanismo é altamente formador de personalidades dóceis às necessidades do sistema, visto que uma vez provocada a humilhação e o isolamento, a submissão, geralmente, se torna garantida, especialmente se o trabalhador não tiver outra alternativa de emprego e subsistência. Embora, possam surgir resistências explícitas, isto se torna muito difícil quando o alvo da discriminação é alguém que se encontra sozinho, profundamente isolado e sem apoio. Esta nos parece ser, muitas vezes, a experiência vivida por essas mulheres. E quando, na maioria das vezes, a única forma de resistência possível de ser desenvolvida é a negação da realidade.

41 Cf. pp. 241/243.

13. Menos assiduamente aparecem comportamentos defensivos contra a idéia de ficar parada, sem ter o que fazer. *“Às vezes a roupa está limpa, eu vou lá e boto prá lavar, eles ficam doidos.”*

Dejours (1987:62), nos diz que, diante da insatisfação e conteúdo ergonômico do trabalho o psíquico é encarregado de representar e de fazer triunfar as aspirações do sujeito, num arranjo da realidade suscetível de produzir, simultaneamente, satisfações concretas e simbólicas. Ou, ainda, um convencimento interior de que é boa empregada, caso contrário não estaria ali. *“Se estou ali é porque sou uma boa empregada, porque, senão, teriam me mandado embora.”* (entrevista n.º 1, 53 anos, negra, trabalha desde 7 anos, associada).

Nesse caso, trata-se, de fato, de uma postura contra o sofrimento, visto ser uma pessoa que jamais teve folga, recebe menos do que um salário, é cobrada por suas colegas da associação que a chamam de boba e ela silencia, ou, então, defende seus patrões, dizendo que se sente bem, fazendo assim. A mesma pessoa diz que não mudaria o trabalho, porque já está acostumada e sabe o que tem para fazer. Ao nosso ver, é uma estratégia defensiva contra o fator idade que lhe dificultaria procurar outro trabalho, visto que essas tarefas domésticas ficam mais difíceis de serem realizadas quando a pessoa já tem uma sobrecarga de dores, agravadas pelo acúmulo de esforços. É, por outro lado, uma forma de construir interiormente um lugar que seja seu. Se ela se convence de que está bem, sente-se mais segura nas suas relações de trabalho, torna-se possível superar todas as formas de pressão.

Citamos este exemplo, mas encontramos essa postura em muitos casos, sobretudo, em se tratando das mais idosas, fator, este, favorecedor desta visão. Estas falam do seu trabalho como o desenvolvimento de virtudes pessoais, mais do que entre as mais novas e mais do que em termos de relações trabalhistas.

14. A amizade é, em todas as falas, sejam associadas ou não, apresentada como necessidade para uma boa relação de trabalho. Trata-se, no nosso entender, de uma satisfação simbólica conforme Dejours: *“desta vez, trata-se da vivência qualitativa da tarefa. É o sentido, a significação do trabalho que importam nas suas relações com o desejo. Não é mais a questão das necessidades como no caso do corpo, mas dos desejos ou das motivações. Isto depende do que a tarefa veicula do ponto de vista simbólico.”* (IDEM., 62).

O desejo que dá sentido a existência dessa relação é o de encontrar, na figura da patroa, um ambiente acolhedor e terno, de ser tratada como gente. Esse desejo constrói expectativas capazes de criar resistências às situações de sofrimento, amenizando o

impacto dos efeitos da carga de trabalho psíquica, representada pelo sofrimento proveniente de um desconforto do corpo, dos afetos e, sobretudo, da vivência depressiva que, segundo **Dejours** (op.cit.,49), condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os. A amizade, deste ponto de vista, é fator de proteção, e constitui-se em ideologia defensiva, na medida em que não é dada naturalmente, mas é buscada e até construída sutilmente nas relações cotidianas.

“Já fui maltratada, hoje somos amigas. Para mim, nunca teve diferenças, somos uma irmandade só. Essas diferenças podem causar tensões e nervosismos.” (entrevista nº 3, 80 anos, 60 na mesma casa, negra, associada). “Não é fácil fazer tudo certo, tem serviço que é mais corridinho, mais paradinho, mais cansativo. Agora, está mais tranqüilo. Naquele tempo, eu me sentia mais chateada. As patroas, antigamente, eram mais duras... a empregada só comia se colocassem aquilo bem ali, se não, ficavam sem nada. Agora, estou a vontade.”

É, ao nosso ver, importante observar de que se trata da fala de uma mesma pessoa, e chamamos a atenção para os aspectos que poderiam, à primeira vista, parecerem contraditórios, quando, ao mesmo tempo em que diz ter sido maltratada no passado, afirma nunca ter existido diferenças entre elas. Mas, muito mais do que expressões contraditórias, são expressões, ao nosso ver, da dificuldade em construir essa relação, e da necessidade que ela passe por essa estratégia defensiva para superar a adversidade de uma relação de trabalho pela afirmação da amizade, visto que carece de um estatuto trabalhista. Isso não se deve apenas pelo fato de que muito ainda precisa ser efetivado perante a lei. Mas, também, porque, historicamente, essa profissão parece ter sobrevivido, muito mais baseada em laços personalizados, que produzem conflitos mais ou menos acirrados, dependendo de quanto maior for a sua estreiteza, ao mesmo tempo em que produzem, também, possibilidades de ganho real em situações em que a lei não funciona. Nesse caso, tudo fica resolvido entre amigos.

Fazem parte, ainda, ao nosso ver, outras estratégias defensivas que, por um lado, permitem o acesso ao prazer e a saúde e, por outro, se revelam extremamente capazes de destruir seu papel curativo.

15. Os vínculos da empregada com os filhos da patroa são referidos, em alguns casos, como altamente prazerosos, não somente enquanto recurso de barganha, todas as vezes que estas necessitam acioná-los. Especialmente, se na eminência de perda do emprego, as crianças chorarem ou pedirem para a empregada ficar. Mas, se constituem

também, por outro lado, em frustrações e sofrimento, produzindo subordinação, se, para agradar os patrões, a empregada se submete às exigências das crianças, ou se submete aos patrões para que estes não percebam os problemas que têm com as crianças. Nesse aspecto, encontramos, ainda, aquelas que se afeiçoam tanto às crianças, a ponto de criá-las como seus próprios filhos, o que parece, nessas falas, ser a fonte de prazer, mas que se transforma, normalmente, em dor futura quando, eventualmente, os patrões se mudam (casos relatados por empregadas de militares), ou, quando estes, depois de adultos, esquecem suas “amas”, eliminando-as de suas vidas. Então, o castelo de vidro se quebra, em função da decepção, por causa dos “supostos filhos”. Perda que se caracteriza pelo vínculo do afeto.

“Com o tempo fui ficando cansada, não queria mais ficar criando os filhos dos outros e, depois, ficar chorando, quando eles iam embora. Eu trabalhei muitos anos com o pessoal da base aérea, perto do aeroporto... eu atendia às crianças que me chamavam, muitas vezes, de mãe, ficava 4, 5 anos, depois ele iam embora. Era um sofrimento; teve um que foi embora e depois me telefonava Então eu não quero mais cuidar de criança de ninguém, para não sofrer. Até tenho, lá em casa, um desenho que ele fez antes de ir embora. Ele tinha seis anos, é assim um avião... um boneco com as mãos para cima, e eu pergunte: o que é isso? Ah, esse aqui está dizendo que perdeu o avião.” (entrevista nº 5, 53 anos, branca, não associada).

Ou, em função do descomprometimento da família que ela considera sua e que agora, já não se lembra dela. Essa perda, normalmente, se caracteriza por uma frustração de vínculo econômico. Ou seja, às promessas não cumpridas.

16. Foram, também, referidas situações de **recusa a aprender o uso dos aparelhos eletrodomésticos, ou de som**, a fim de evitar conflitos, caso estes estraguem. “Se estraga, eu tenho que pagar, então eu não mexo.” *Para a grande maioria das associadas, mudar de emprego se apresenta como algo muito ruim, ou porque lhes muda a rotina da vida, ou porque, e este é o principal motivo exige destas toda uma readaptação ao trabalho. “Se eu sair e voltar tudo atrás outra vez será muito difícil, tudo é diferente, desde um bolo, o modo de fazer, a gente tem que aprender a fazer. (entrevista nº 7, 52 anos, 31 na casa, associada).*

Diante da necessidade de mudanças, algumas dizem ficarem prevenidas contra possíveis sofrimentos. “Quando eu procuro mudar de serviço, eu já me previno. Bom, no meu serviço tem que ser diferente, tem que pensar assim: isso é uma resistência, esse negócio de não suportar se tomaria ruim para mim, porque daí, eu vou comparando os serviços, eu tenho que fazer como a outra quer, a gente tem que conviver com isso. Prá algumas pessoas isso traz tensão, porque tem pessoas que não aceitam. Eu já me previno contra a não aceitação, prá ficar melhor prá mim.” (entrevista nº 16, 42 anos, empregada há 20 anos, negra, associada).

17. Várias delas relataram fazerem **uso das brincadeiras**, para se protegerem em relação a possíveis abusos no trabalho. *“Minha válvula de escape são minhas brincadeiras, principalmente quando estou muito irritada com uma pessoa e quero que ela saiba que estou irritada.”* (entrevista nº 8, 36 anos, negra, associada). *“Eu estou lá, porque eu convivo com eles e brinco muito e digo que estou cansada; ele também fala que não agüenta mais e nós ficamos comparando quem se cansa mais. Eu brinco e tiro sarro prá resistir, eu não levo a sério e falo tudo prá resistir.”*(entrevista nº 10, 30 anos, branca, associada, o patrão é médico).

18. Outras vezes, o que as mantém persistentes no trabalho, mesmo se estão sofrendo, é o fato de **pensarem em seus próprios filhos**, em suas necessidades. *“É uma forma de vencer a tristeza provocada por uma patroa encrenqueira.”* (entrevista nº 33, 24 anos, trabalha há 18 anos, negra, não associada). Outras, dizem que o fato de pensarem que estão dando condições para a filha ser outra coisa, as faz fortes. *“Deus me livre que minha filha seja empregada doméstica. Ela tem estudo, ela vai ser mais inteligente do que eu”.* Especialmente, entre as não associadas, os filhos contam muito, é sempre por causa deles que suportam o sofrimento. É como se tivessem transferido a estratégia defensiva fazer por amor enquanto uma missão que, normalmente, é mais evidente entre as que não têm filhos, para fazer por meus filhos, para que sua vida seja diferente. Entre as não associadas, somente uma se referiu a estratégia defensiva fazer por amor. As demais dizem claramente que só são domésticas por necessidade.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados à luz do referencial teórico que respaldou esta pesquisa, possibilita a elaboração das seguintes considerações finais:

1. O doméstico, apesar de se exercer no espaço do privado, não se confina a ele. É elaborado, constantemente, a partir de valores que se estruturam e se designam no espaço do público, com suas diferentes instituições. Ou seja, o doméstico em nossa sociedade, enquanto um local de interação entre pessoas de classes desiguais, tem em sua constituição, outras relações que não são estritamente familiares: relações de classe, e relações familiares se imbricam o tempo todo, reavivando, cada uma delas, sua lógica interna, na medida em que se recolocam. No caso, da família empregadora tanto pelo pensar a relação com a empregada a partir de seus interesses, vendo os gastos que necessita assumir, o desinteresse da empregada, o trabalho mal feito, ou o conflito de ter uma intrusa dentro de casa, como assumindo esta relação, mesmo sentindo seu peso porque, desta forma, a família é liberada para outras atividades que sua convivência social exigem. Dos dois modos, legitimam-se padrões de comportamento e visões de um mundo naturalizado. Seja patroas precisam de empregadas porque, se não for assim, elas terão de desenvolver tais atividades.

Por outro lado, se a empregada pensar sob seu ponto de vista, enxergar-se como alguém que é explorada, com poucas possibilidades de fazer outras coisas e, quanto mais sentir-se assim, mais exacerbada estará a consciência do seu limite. A experiência individual, nesse caso, é também o reflexo da experiência social. Empregadas expressam, simbolicamente, na ordem do "privado", as concepções que nos remetem a mundos entre classes desiguais, exacerbando-se o limite da relação nos momentos em que há queixas sobre o cheiro da empregada, associado à sua cor, quando aparece o medo do roubo, a desconfiança em relação aos trabalhos que lhe são confiados.

Os papéis sociais que por naturalização, em nosso contexto, sempre foram atribuídos à mulher enquanto mãe e esposa, passam, por extensão, à empregada com uma carga de recodificação social. Não mais para uma mulher que irá passar, lavar, limpar, esfregar, cozinhar, fazer compras, porque estas funções fazem parte das atividades de toda mulher que administra sua casa, em decorrência do vínculo do matrimônio (esposa), ou pelo vínculo do matrimônio dos seus pais (filha abnegada), cabendo a ela fazer, mas como outra mulher. Mulher que não trabalha em sua própria casa, é assalariada e de condição social inferior, que vem para dentro do espaço do legítimo, "atormentar" a ordem sonhada para o lar. Ela "rouba" os papéis da mãe e esposa

até o limite permitido, e poderá, eventualmente, ultrapassá-los. Para estabelecer parâmetros de produção, se faz necessário denegri-la o máximo possível, assim ela não fará nada que possa prejudicá-la, porque saberá quão difícil será o caminho da comprovação da sua inocência.

Desta forma, o privado está eivado de uma série de códigos construídos em outras esferas do social, exercendo, no momento em que se coloca uma relação de trabalho, seu caráter disciplinador e socializador. Falamos, neste sentido, das diferentes tecnologias sociais de gênero, tais como foram tratadas no capítulo II, quanto ao doméstico enquanto: a. modo de vida que se dá no espaço do privado, b. lugar da divisão das tarefas, c. Como tempo e espaço, não de categorias filosóficas dotadas de conteúdo homogêneo e único, d. lugar de vigilância e disciplina, e. lugar da aprendizagem estética, f. lugar da manifestação autoritária, g. lugar da inferiorização, h. lugar do preconceito, i. lugar do desvio. j. Lugar do encontro “cara a cara”.

2. Também, nos referimos aos procedimentos de exclusão conforme tratados por Foucault. Esses aspectos, certamente, não surgem do nada. Foram, outrossim, constituídos ao longo de um processo histórico em que, por razões políticas e econômicas, formataram-se padrões ideológicos e culturais de comportamento que, além de serem representados por instituições externas, família, igreja, estado, escola, foram, também, auto-representados, constituindo-se em valores culturais, morais e psicológicos intrínsecos à formação das subjetividades individuais, imprimindo uma tal subjetividade que se expressa, aparentemente, como uma “ideologia de trabalho”, nas relações de trabalho entre classes. Mas, que é muito mais do que uma ideologia exercendo seu papel de fora para dentro. Trata-se de uma subjetividade assim constituída que, ora se interconecta aos interesses da instituição família, onde trabalha e, ora “resiste” por meio de jogos estratégicos tais quais descrevemos no capítulo IV, as estratégias defensivas. É importante perceber que estes aspectos não são posturas individuais, produtos dos aspectos psicológicos: identificação, projeção, introjeção, mas são provocados e regidos pela organização do trabalho e, sobretudo, pelas relações que se estabelecem, provocando formas de dominação psicológica, geradoras de prazer ou de frustrações, podendo ser acentuadas pela construção de expectativas, ou diluir-se diante de suas frustrações: se dá diante das promessas não cumpridas, das amizades desfeitas, dos salários não pagos, do desamparo na velhice.

De certa forma, a presença da empregada doméstica no mundo do “privado”, enquanto um elemento vindo de fora, rompe-o e o transforma num signo de primazia do

público e do social que se expande e interatua em toda parte. Não se trata da interferência espontânea e livre, desvinculada das normas e restrições. Mas é o público, enquanto de fora, que passa a interatuar nos aspectos mais rotineiros da vida familiar. Desenvolvem um trabalho carregado de significados pré-colocados socialmente, mesmo antes de terem entrado em contato com a família.

Nesse sentido, são os valores do público que interatuam no ambiente rotineiro do privado, ao mesmo tempo em que são constantemente elaborados comportamentos, sentimentos e interações verbais, a partir da convivência com o espaço das normas internas à casa. Assim, sentimentos, por exemplo, de orgulho, dignidade, desconcertos, indiferenças e reservas, o saber manter a compostura, o encobrir a valorização ou não, são constantemente reconstruídos. Isto pode, ou não, intervir nos papéis desenvolvidos no trabalho e incluir novas posturas diante dos membros ausentes da casa, servindo-se eventualmente da ironia, ou da valorização depreciativa das técnicas, ou do avantajar-se, se não, por meio de ganhos econômicos, pelo menos pelo reconhecimento psicológico, na medida em que este comportamento lhes permite fazer alianças empáticas entre suas companheiras, quando por exemplo, o fato de falar mal dos seus patrões pode lhes trazer possibilidades de solidariedade entre os da mesma classe, angariando a simpatia das suas companheiras, dos porteiros, ou dos vizinhos.

3. Conforme temos descrito ao longo dos capítulos, percebemos uma série de tecnologias evidenciadas constantemente, mesmo que nem sempre explicitadas como propositais, que se prestam a construir uma simbologia que possa dizer: este trabalho é normal. Esta relação de trabalho é saudável. Ao nosso ver, mesmo que se queira estabelecer a “aparente paz” desta relação de trabalho, mesmo para as que afirmam que a relação de amizade entre patroa e empregada ameniza o sofrimento, há algo que sempre soa como “tenso” e “conflitivo”, como ambíguo. Os vínculos que são apresentados, muitas vezes, como a solução dos problemas, são também uma armadilha, uma vez que relações mais personalizadas do que contratuais são constantemente fragilizadas, a cada vez que as perspectivas são frustradas por alguma forma de não correspondência.

Talvez, a solução, para tal dilema, se apresente na medida em que a sociedade crie mecanismos capazes de tornar essa relação de trabalho de fato contratual. O serviço terceirizado tem sido apontado como a solução para muitos casos em que, por necessidade de trabalho fora de casa, a dona de casa necessita de alguém que lhe faça a

faxina, que lave e passe sua roupa. Segundo reportagem publicada no Jornal do Brasil⁴², empresas de serviços domésticos ganham espaço no mercado, oferecendo economia de tempo e dinheiro. Fazer estas atividades com técnica é apresentado como solução para problemas relativos à delegação das tarefas domésticas, que passam a deixar de ser uma preocupação a mais, na rotina da mulher, para entrar na categoria serviço terceirizado. O trabalho, por sua vez, ganha uma técnica capaz de permitir uma feitura padronizada. É garantida a qualidade, por meio do cadastro de profissionais. As empregadas não comem na casa, levam ticket-refeição e saem para almoçar. Também, estarão munidas de um Kit - limpeza, capaz de evitar perdas de tempo, pela ausência dos produtos necessários ao trabalho.

Esta modalidade, contudo, se aplica perfeitamente às questões relativas à faxina, mas não se aplica ao cuidado das crianças, nem à confecção de alimentos. Parece-nos que, para liberar as mulheres de uma relação de trabalho tão personalizada, se faz necessário criar, ainda, muitos mecanismos capazes de suprir necessidades muito mais amplas, que advêm dos cuidados necessários no âmbito do doméstico e de sua administração.

Quanto ao fato de ser, este tipo de trabalho, delegado à mulher, ao longo do tempo, mesmo com a constituição do serviço doméstico feito por “donas de casa profissionais”, a concepção de que se trata de um serviço para mulheres, persiste. Deste ponto de vista, ganha novo “status” e nova perspectiva, porque agora será tratado como atividade profissional. Por conseguinte, criará nova resignificação social e, conseqüentemente, cultural, passará de atividade social de “menor valor”, para atividade social de “mais valor”, o que parece-nos, já se constitui em um ganho, no sentido de eliminar muitas formas de sofrimento que nos foram relatadas como cargas psicológicas, advindas das tensões, vinculadas aos laços afetivos e emocionais desta relação.

É muito presente, em suas falas, a referência à escravidão. Realidade que procuraram negar, mas que esta presente como uma sombra na situação de trabalho, vivida por essas mulheres. O tempo todo lutam contra o desejo de ser “pessoa” e livrar-se da idéia de escravidão. Negar-se como “máquina” e afirmar-se como trabalhadora. Mas também, sequer passa por suas falas a idéia de conceber-se como mulheres, trabalhando em empresas terceirizadas. Todas expressaram o sonho de viverem uma relação de trabalho que seja justa. Muitas vezes, essa referência se fez atrás de falas como “ser tratada como ser humano”, que a patroa seja “amiga da gente”. Ser amiga poderá

42 Jornal do Brasil, R.J. 15 de março de 1997, artigo intitulado: Donas de Casa profissionais.

significar tanto desabafos mútuos, como poder sair mais cedo, ou chegar mais tarde, como receber presentes ou elogios, ter assistência médica ou, eventualmente, ter ajuda financeira. Esses aspectos devem ser entendidos dentro da dimensão da convivência, eles nada têm a ver com a questão política, econômica e social da desigualdade. Afirmam somente um universo de regras que não deveriam ser desconsideradas, segundo as entrevistadas. Sobretudo, quando se trata de mulheres que moram em seus empregos, porque, nesse caso, é vendida, juntamente com o seu trabalho, a sua possibilidade de tempo e o sacrifício da sua vida privada.

Outra dificuldade que se apresenta e que já foi tratada no capítulo II, quando dissemos que este tipo de trabalho está carregado com velhas representações, onde a mulher sempre coube a legitimação de sua identidade com o espaço da casa, mesmo se, em épocas de crises econômicas, ou em períodos de guerra, trabalhava ou trabalha fora do seu lar. O gênero adquire conotação essencializada se pensarmos na mulher enquanto sexo feminino, fêmea, ou no homem enquanto macho. Mas, como nos reporta à relações sociais construídas entre gêneros idênticos através de significados e práticas desiguais, ele não é essencializado através do biológico. Ele é construído por meio de uma relação entre mulheres, que mantém a base da reflexão sobre o biológico trabalho de mulher, mas, que se constitui na relação que é gerada em cada espaço e tempo doméstico, onde se encontram situações e campos de significados capazes de fugir à perspectiva de uma universalidade, para tornarem-se conjunturais, mutáveis e relacionais. Mesmo se vinculados à reprodução cultural desta mão de obra como identidade social feminina.

4. Em relação aos aspectos referidos à saúde-doença, como já descrevemos no capítulo III, este trabalho se insere numa dinâmica especial que é a do sofrimento. A dor moral, mais do que os sintomas físicos, acompanha a descrição desta relação. A dor moral está circunscrita na vida social dessas mulheres, se articula ao seu sentir subjetivo, ao mesmo tempo que é conseqüência da forma como a sociedade vem concebendo esse trabalho.

Há um sofrimento advindo da tensão das tarefas mas, especialmente, é da ordem psíquica, na medida em que se constitui a partir de uma subjetividade construída com base numa visão desvalorizada de si mesmas, sob o preconceito social, que também recheia este trabalho com conteúdos de menor valor.

Este sofrimento é causa, ao mesmo tempo que expressão do desgaste e esgotamento que tem acompanhado essa relação. Sobretudo, por se constituir sob funções de troca de afetos, chantagens e culpas. Sentir-se doente está, no nosso caso,

muito mais associado à percepção dos sentimentos: tristeza, angústia, peso, cansaço, sentimentos que acabam por determinar o estar, ou não, de bem com a vida; o ser ativa, ou não, diante da vida, acrescentando-se a isso a exigência das tarefas. Aspecto este, que virá carregado de relações mais personalizadas, do que contratuais, de vigilância e disciplina, relações ambíguas, hierarquizadas e desiguais, geradoras igualmente de focos de tensão.

As tensões advêm tanto das situações precárias relativas aos benefícios sociais, em que este trabalho se encontra, como da representação cultural desta mão - de - obra, ligada, a falta de perspectiva de mudança, ao embotamento da subjetividade e falta de privacidade. Agravada, quando moram no emprego, porque, neste caso, sofrem mais diretamente os efeitos da supervisão, dos desagrvos familiares. Mas, também, porque tem suas tarefas e responsabilidades aumentadas, visto que seu tempo e seu espaço de liberdade são constantemente reapropriados pelos membros da família, de acordo com a hierarquização e o jogo de poder que é estabelecido.

A depender da forma como cada uma assume e se deixa seduzir por interesses, às vezes, complementares, outras vezes, contraditórios, os efeitos relativos à decepção e descontentamentos serão acirrados, ou não. Mas, a base desta relação dá margens por si mesma ao estabelecimento de tensões: físicas, psíquicas e sociais constantes, visto que, esse trabalho já se constitui sobre padrões de menor valor, E, na medida em que se realiza, a empregada é embebida numa atividade cotidiana capaz de envolver, não apenas seu presente, mas de forma muito mais profunda, ocorre um aprisionamento de sua própria vida.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A.R. Paiva de. Mudança tecnológica e gênero no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.36, p.121-124, mar. de 1993.
- _____. Especialização flexível e gêneros - debates atuais. In: *São Paulo em Perspectiva*, 8(1):52-57, São Paulo: SEADE, Jan/mar 1994.
- ABREU, A. P., JORGE, A.F., e SORJ, B. Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990, *Séries Seminário, nº 7/ IPEA*, 1994.
- ANDERFUHREN, Marie. La Maison des Autres, "A casa dos outros": L'Emploi domestique à Recife, Nordeste du Brésil. In: PREISWERK, Yvonne. *Femmes, Villes et Environnement*. Commission Nationale Suisse pour L'UNESCO, Berne. DDACE, Direction de la Cooperation au développement, de l'aide. Département fédéral des affaires étrangères Berne. IUED, Institut Universitaire d'études du développement, Genève, 1995
- ARIÉS Philippe. *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Saúde e Trabalho: desafios para uma Política, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1990.
- AZEREDO, S.M. da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In: COSTA, A. de Oliveira e BRUSCHINI C. (orgs) *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a Condição Feminina*. São Paulo: Ed. Vértice, 1983.
- BARROS, R. P. de Fox, LOUISE, M., PINTO R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres, in: *Série Seminários nº 7, IPEA*, 1994.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BERLINGUER, G. *Questões de vida, ética ciência e saúde*. Salvador, SP, Londrina: APCE - HUCITEC- CEBES, 1993
- BLAY, E. A. *Trabalho industrial X trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. Cadernos de Pesquisa*, nº 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975.
- _____. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria Paulista*, São Paulo, Ática, 1978.
- BOTELHO, Virgínia. Previdência Social: perspectivas para as mulheres in: *Série Seminários nº 7, IPEA*, Rio de Janeiro, 1994.
- BOURDIEU, P. La domination masculine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, número 84, pp. 3-31, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel; CECF, 1985.
- _____. Mulher e trabalho: política de recursos humanos em empresas de ponta. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n.95, p.13-24, nov. 1995.
- _____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes - texto preparado como parte da consultoria ao Ministério das Relações Exteriores e apresentado no Seminário Políticas Econômicas. Pobreza e Trabalho, promovido pelo IPEA. Rio de Janeiro, maio de 1994.
- _____. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC, 1989 (textos FCC, 1).
- CASTRO, M. Garcia, CHANEY Elsa, M. Muchacha cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y... más nada - trabajadoras del hogar en América latina y el Caribe. (Version al Castellano Consuelo Guayara Sánchez), Venezuela: Editoria Nueva Sociedade, 1993
- COMBES, D. HAICAULT, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes, in: *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CÓRDOVA, E. Del empleo al traje atípico: hacia un viragem en la evolución de las relaciones laborales? *Revista internacional del Trabajo*, Vol. 10%, nº 4, octubre-diciembre, 1986.
- COSTA, A. Oliveira de, BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DAUPIN CÉCILE. Mulheres sós in: *História das Mulheres, Século XIX*, (org.) Duby Georges e Perrot Michelle, São Paulo: Edições Afrontamento, Vol.4, 1991.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*, São Paulo, Editora Cortez: Oboré, 1987.
- _____. *Plasir et souffrance dans le travail*. Edittions de AOCIP - Paris, 1988 (Tome il), 1987 (tome I).
- _____. Por um novo conceito de saúde. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, número 54, volume 14, abril, maio, junho, 1986
- _____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações (tradução e Adaptação de Aracy Martins Rodrigues (trata-se de parte de um texto apostilado para posterior publicação no Livro o poder das organizações e que infelizmente não consta na versão publicada).

- DUARTE, Isis. Las trabajadoras domésticas dominicanas. CHANEY Elsa M. e CASTRO M. Garcia (editoras) In: *muchacha cacifa criada empleada empregadinha sirvienta y... más nada. Trabajadoras del hogar en América latina y el Caribe*, Venezuela: Editorial Nueva Sociedad 1993.
- DUARTE, I. Fernando D. . *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- FLAX, J. Pós - modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org). *Pós - modernismo e política*, Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*, Vol. I, A vontade de saber, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1993.
- _____. *Tecnologias del Yo- y otros textos afines*. Introducción de Miguel Morey, Barcelona: Paidós, 1995.
- _____. *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997.
- GÁLVEZ, Thelma, TODARO, Rosalba. Trabajo doméstico asalariado en Chile: no es un trabajo como otros, 1987. In: CHANEY Elsa M. e CASTRO M. Garcia (editoras) In: *Muchacha cacifa criada empleada empregadinha sirvienta y... más nada. Trabajadoras del hogar en América latina y el Caribe*, Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- GILL, Leslie. *Precarious dependencies: gender, class and domestic service in Bolivia*. New York, Columbia University Press, 1994
- GOGNA, Mónica. El servicio doméstico hoy: ideología y realidad, In: CHANEY Elsa M. e CASTRO M. Garcia (editoras) In: *Muchacha cacifa criada empleada empregadinha sirvienta y... más nada. Trabajadoras del hogar en América latina y el Caribe*. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- GRAHAM, S. Lauderdale. *House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth - century*, R.J. Cambridge university press, 1988.
- GUATTARI, Félix. Da produção da subjetividade. In: *Caosmose: um novo paradigma estético*, Ed.34, 1992, p. 11-44.
- HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. In: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva* 1(2), Rio de Janeiro, 1991.
- HERITIER, F. Le sang dum guerrier et le sang des femmes, *Cahiers du Grif*, nº 29, 1994. (tradução), Mulheres de ânimo, mulheres de sabedoria In: *Cadernos da Condição Feminina*, nº 20. Lisboa: Edição Condição Feminina, 1984.

- HIRATA, Helena, HUMPHREY, John. Trabalho, família e relações homem/mulher: reflexões a partir do caso Japonês, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.2, Vol.1, outubro/ 86, São Paulo.
- HUMPHREY, John. Trabalho feminino na Grande Indústria Paulista. *Cadernos CEDEC*, São Paulo, n.3, 1984.
- IRIGARAY, L. *Les trois genres*, Paris: Ed. Minuit, 1987, pp. 183/196.
- JOVCHELOVITCH,S e GUARESCH,P. "Introdução" In: *Textos em representações sociais*, (orgs), op. cit., Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- KERGOAT, Daniele. *Da divisão do trabalho entre os sexos*, CNRS - França, tradução de Helena Hirata, agosto de 1987 (*mimeo*).
- _____. Des rapports sociaux de sexe et de la division sexuelle du travail, Paris: GEDISST, 1990. (*mimeo*), (Journée d'Etudes juin 1990).
- _____. Lutttes ouvrieres et rapports sociaux de sexe: de la construction du sujet collectif dans l'univers de travail ouvrier. *Séminaire international* "Politiques de gestion, rapports de travail et production symbolique", São Paulo, 16 et 17 août 1989.
- _____. A divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo Social*, São Paulo, Vol. I, n.2: 88-96, 2º semestre, 1989.
- _____. *Em defesa de uma sociologia das relações sociais*. In: *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOFES, M. Suely. Mulheres mulher, diferença e identidade nas armadilhas da Igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas, *tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo*, sob a orientação da Profª Drª Eunice Durhan, São Paulo, 1990,(379 p. II vol., mais anexos).
- _____. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: *Colcha de Retalhos - Estudos sobre a família no Brasil*, Campinas, Editora da unicamp, 3.ed.,1994.
- KUME, Helena, LAUTIER Bruno. Trajectoires, strategies et mobilite: Les employees domestiques de la Ville de São Paulo, in: *La Mise en Forme de la Mobilité par L'emploi. Les Travailleurs du Bâtiment et les Employées Domestiques en Amérique Latine (Brésil , Colombie, Chili)*, Ministère de L'enseignement Supérieur et de la Recherche (Appel d'offres: "Mobilité des hommes et circulation des biens entre villes et campagnes dans les pays en développement"), setembro de 1994.

- LAMAS, M. Antropologia feminista e categoria de gênero, *Nueva Antropología*, V. VIII, nº 30, México, 1986.
- LA BOËTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero, In: *Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura*, (org) Heloiza Buarque de Holanda, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAUTIER, Bruno, PEREIRA, Jaime, Marques. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na AL. *Cadernos CRH*, Salvador, n.21., julho/dez 1994, p.125-151.
- _____. Representations sociales et constitution du marche du travail employees domestiques et ouvriers de la construction en Amerique Latine, In: *La Mise en Forme de la Mobilité par L'emploi. Les Travailleurs du Bâtiment et les Employées Domestiques en Amérique Latine (Brésil, Colombie, Chili)*, Ministère de L'enseignement Supérieur et de la Recherche (Appel d'offres: "Mobilité des hommes et circulation des biens entre villes et campagnes dans les pays en développement"), setembro de 1994.
- LAURELL, A. C. e NORIEGA, M. *Processo de produção e Saúde. trabalho e desgaste operário*, São Paulo: Hucitec, 1989.
- LEÓN, Magdalena. Trabajo doméstico y servicio doméstico em Colombia, 1984. CHANEY Elsa M. e CASTRO M. Garcia (editoras) In: *Muchacha cacifa criada empleada empregadinha sirvienta y... más nada. Trabajadoras del hogar en América latina y el Caribe*. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- LOBO, Elizabeth Souza. Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações. In: *seminário Políticas de Gestão, Relações de trabalho e Produção simbólica*, USP, 1989 (mimeografado).
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho, In: *uma questão de gênero*, (org) Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- _____. *A classe operária tem dois sexos*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- MANESCHY, M.C. Alves. Empregadas domésticas em Belém, *Cadernos Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, nº 12, abril/junho, 1987.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, Vol. I, Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1988.
- MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*, São Paulo: Ed. perspectiva, 1988.

- MEERSSCHAERT, Lieve. Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal, In: *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 1986 - 3º -4º, 633-642.
- MELTHUS, Marit. Una verguenza para el honor una verguenza para el sufrimiento. In: PALMA, M. (org). *Simbólica de la feminidad - la mujer em el imaginário mítico - religioso de las sociedades índias Y mestizas*. Quito - Ecuador: Ediciones Abaya -Yala, 1990, pp. 39/71.
- MELO, H. Pereira de. MACCALÓZ, Salete, M.P. *A reforma da previdência e a condição feminina*, XIX Encontro Anual da ANPOCS, GT Relações de Gênero, Caxambu, 17 a 21 de outubro de 1995.
- MINAYO, M. Cecília Souza de. *O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*, São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1992.
- MOFFATT, A. *Psicoterapia do oprimido*, 2ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 1981.
- MOTTA, A. Britto de. *Visão de mundo da empregada doméstica (um estudo de caso)*, Salvador - Bahia, 1977 (*Tese de mestrado*).
- _____. A Relação impossível, In: *relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS), Fortaleza -CE, 1986.
- _____. Emprego doméstico masculino - Trabalho apresentado na reunião do GT "A Mulher na Força de Trabalho". Águas de São Pedro, 1984.
- _____. Emprego doméstico no capitalismo - o caso de Salvador. *NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher - UFB*, 1984.
- _____. Gênero e trabalho doméstico: homens na área de serviço, *ANAIS*, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1991.
- _____. Emprego doméstico: revendo o novo, *Cadernos CRH*, Salvador, n.16, p.31-49, jan/jun, 1992.
- NORBERT, Elias. O processo civilizador. Formação do Estado e civilização, Vol.2, Editora Zahar, 1994, pp.242/43.
- NUNES, F. Girard Christiane. *Citoyenneté sociale et domestiques au Brésil*. Trabalho apresentado na reunião da ANPOCS, Caxambu, 1994.
- _____. Trajectoires et strategies d'emploi - Les employées domestiques a Brasília, In: *La Mise en Forme de la Mobilité par L'emploi. Les Travailleurs du Bâtiment et les Employées Domestiques en Amérique Latine (Brésil , Colombie, Chili)*. Ministère de L'enseignement Supérieur et de la Recherche (Appel d'offres: "Mobilité des hommes et

circulation des biens entre villes et campagnes dans les pays en développement”), setembro de 1994.

OLIVEIRA, J.S. de, PORCARO R. Maria, JORGE, A. F. Mudanças no perfil de trabalho e rendimento no Brasil, In: *Indicadores sociais uma análise da década de 1980*, Rio de Janeiro: IBGE 1995. p. 145- 178.

OLWEN HUFTON. Mulheres, trabalho e família in: História das Mulheres, do Renascimento à Idade Moderna ,(org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994.

PALMER, Phyllis. *Domesticity and dirt. Hosewives and domestic servants in the United States 1920-1945*. Philadelphia: Temple university press, 1989.

PAGÈS, M. BONETTI, M. GAULEJAC, V. de., DESCENDRE, D. *O poder das organizações*, São Paulo: Editora Atlas, 1993.

PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, Rio de Janeiro: IBGE. V.14, núm.5, 1990.

PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Santa Catarina, IBGE, 1995.

PORTER, R. Introdução. In: *Burke, P. & Porter, R. Linguagem Indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993.

QUIVY, Raymond, et alii. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 1992

REZENDE, B. Cláudia. Empregadas domésticas e seus patrões: Amizade com desigualdade social e racial. ANPOCS, 17 a 21 de outubro de 1995, Caxambu, MG.

RILEY, W. Matilda e NELSON, E. Edward. *A observação sociológica*, RJ: Zahar editores, 1976.

RIZEK, Cibele, Saliba. Interrogações a um campo teórico em Crise. *Tempo Social; Revista Sociológica*. São Paulo: USP, 6 (1-2): 147-179, 1994 (editado em junho 1995).

ROLLINS, Judith. *Between women: domestic and their employers philadelphia*, Temple University: Press, 1985.

RONCI, Donatella. Operárias divididas entre a casa e a fábrica, In: *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROSTAGNOL, Susana. Las trabajadoras en el servicio doméstico, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo, Uruguai, *Mujer y Trabajo*, n.4, nov.1988.

ROWBOTHAM, Sheila. *Lo malo del "patriarcado"*. In: Samuel, R. (ed.) *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica, 1984. p248-56.

SAFFIOTI, H. A. *Mulher na sociedade de classes*, Petrópolis: Vozes, 1976.

- _____. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*, São Paulo: Hucitec, 1981
- _____. *Emprego doméstico e capitalismo*, Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *O poder do macho*, 2ª edição, Editora Moderna, 1987.
- SANTOS, Reinaldo. *Emprego doméstico - legislação novos direitos*, 11ª edição, RJ: Edições Trabalhistas, 1995
- SATO, Leny. O conhecimento do trabalhador e a teoria das representações sociais in: CODO Wanderley, SAMPAIO C. J. José (orgs), *Sofrimento psíquico nas organizações saúde mental e trabalho*, Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: V.16, n.2, p. 5-22, jul./dez.1990.
- SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora, IN: *História das Mulheres, Século XIX*, (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994.
- SEGNINI, Liliansa Rolfsen Petrilli. O trabalho da mulher em um contexto altamente informatizado: análise das mudanças tecnológicas e nas relações de trabalho e suas implicações nas qualificações requeridas. Texto apresentado no *XIX Encontro Anual da ANPOCS - GT. Educação e Sociedade*, Caxambu, 17 a 21 de outubro de 1995.
- SEGNINI, L. Feminização do trabalho bancário in: *Novos Olhares. mulheres e relações de gênero no Brasil* (orgs) BRUSCHINI C. e SORJ B, São Paulo: ED. Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SELIGMANN - Silva. *Desgaste mental no trabalho dominado*, São Paulo: Cortez, UFRJ, 1994.
- SILVERA, Makeda. *Silenced: talks With Working Class Caribbean Women about their lives and Struggles as domestic Workers in Canada*. Toronto: Sister Vision, 1989.
- STOLCKE, V. et Alli. Trabalho e dominação. *Estudos CEBRAP*, nº 26, Vozes, 1980.
- STOLLER, R. Uma introdução à identidade de gênero in: *Masculinidade e feminilidade apresentações de gênero*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- TORRES,C. *El trabajo domestico y las amas de casa. El rostro invisible de las mujeres*. Centro interdisciplinar sobre el Desarrollo, Uruguay, *Mulher Y Trabajo*, nº 2, 1988.
- VARIKAS, Eleni. *Quelques reflexions en vrac à propos de l'usage de genere, rapports sociaux de sexe et division sexuelle du travail*. Paris: GEDISST, 1990, (Journée d'Etudes, juin 1990).

VIEIRA, C.R. Negra: mulher e doméstica - Considerações sobre as relações sociais no emprego doméstico, in: *Estudos Afro- Asiáticos*, nº 14 Rio de Janeiro: Centro de Cultura Afro-Asiáticos, 1987.

VVAA. *Isto é trabalho de gente ? Vida, doença e trabalho no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1994

ZARIFIAN, Philippe. As novas abordagens da produtividade In: Soares, Rosa S. de M. (ed). *Gestão da empresa; automação e competitividade*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

ZURUTUZA, C. e BERCOVICH, C. Muchacha se necesita situacion de la empleada domestica en la Argentina, *CEM* (Centro de Estudios de la Mujer), Nicaragua, 1986.

Roteiro usado nas entrevistas

Nome/tempo na profissão.

Jornada de trabalho, atividades exercidas, lugar onde mora, idade, casada, solteira, filhos, escolaridade.

1. Na sua opinião o que é ser mulher ?
2. O que é ser mulher empregada doméstica? Por que você é empregada doméstica?
3. O que você pensa do seu trabalho ? Qual o significado de lavar, passar, cozinhar para outras pessoas?
4. Você acha que este é um trabalho de mulher?
5. Por que as mulheres fazem este trabalho?
6. Sua patroa faz estes trabalhos?
7. Você conhece algum homem que seja empregado doméstico ?
8. Como é trabalhar para outra mulher? Para um Homem? Para as criança? Existe alguma diferença?
9. Existe diferença entre ser patroa e ser empregada? Como é ser patroa? Como é ser empregada?
10. Você acha que o trabalho traz sofrimento ? Seu trabalho adocece ? Você acha que ele desgasta? Que é um trabalho pesado?
11. Você já adoceceu por causa do seu trabalho?
12. Como você se sente quando vai para o seu trabalho? Durante o trabalho? Depois do trabalho?
13. Quando você chega em casa, na associação, quando você está no seu quarto, como você se sente? (verificar qual é a situação de moradia).
14. O que você faz quando fica doente ?
15. O que é a doença para você?
16. Você se sente livre no seu trabalho?
17. Que preocupações você tem em relação ao seu trabalho?
18. O que é a saúde para você ?
19. Você sente que a relação estabelecida em seu trabalho é uma relação de contrato de trabalho, ou é uma relação pessoal: de amizade, reconhecimento?